

DISCURSO
E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS
NO BRASIL:
DOS RELATOS DE VIAJANTES
AOS PRIMEIROS
DICIONÁRIOS

José Horta Nunes
Unicamp
1996

J.
57.196

José Horta Nunes

196
**DISCURSO E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL:
DOS RELATOS DE VIAJANTES AOS PRIMEIROS DICIONÁRIOS**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Lingüística

Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli
Orlandi

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1996

57.196



UNIDADE	BC
N.º CATEGORIA	7/UNICAMP
	N922d
V.	28507
TÍTULO D.V.	667/96
PROG.	
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	11/05/96
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

N922d / Nunes, José Horta
Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários / José Horta Nunes. - - Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador: Eni Puccinelli Orlandi
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Lexicografia. 3. Língua portuguesa - dicionários. I. Orlandi, Eni Puccinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

ETD.

Profª. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi - Orientadora



Profª. Dra. Françoise Mazière

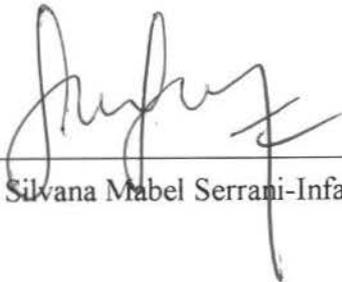
7/ Profª. Drª. Mônica G. Zoppi-Fonseca.



Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca



Profª. Dra. Cláudia Thereza Guimarães de Lemos



Profª. Dra. Silvana Mabel Serrani-Infante

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por José Horta Nunes

e aprovada pela Comissão Julgadora em
28, 08, 96.

Profª. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli

Orlandi

*A José,
meu pai
(in memoriam)
e
Heloisa,
minha mãe.*

Gostaria de agradecer a todos os que de uma forma ou de outra participaram deste trabalho.

Agradeço especialmente a Eni Orlandi, minha orientadora, sem quem esta tese não teria sido realizada. É com alegria que expresso meu reconhecimento pela formação teórica, pelo apoio, pela atenção, pela delicadeza e por tudo o que me faz seguir em frente nos caminhos da pesquisa.

A Francine Mazière pela co-orientação durante minha estadia na França e por me despertar interesse pela análise discursiva dos dicionários.

Pelas leituras e comentários sou grato a Eduardo Guimarães, Edgar de Decca, Silvana Serrani, Cláudia Lemos, Mônica Z. Fontana e Rosa Attié.

Agradeço a Sylvain Auroux e aos membros do projeto História das Idéias Lingüísticas.

Sou grato a Erasmo Magalhães por me ter fornecido informações e materiais sobre o estudo do tupi na Universidade de São Paulo.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, particularmente a M. Onice Payer, Suzy Lagazzi e Cláudia Pfeiffer.

Aos colegas do grupo de análise de discurso.

Ao Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Agradeço a Telma D. da Silva pela revisão.

À Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda.

Agradeço à CAPES pela bolsa de doutorado no Brasil e no exterior.

E à FAEP pelo auxílio a viagens.

Agradeço ainda aos amigos Carlos José, Fernando, Suzel, Sônia, Rita, Toti e Julie.

A minha família.

E à Telma, pelo estímulo e pelo carinho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - DISCURSO LEXICOGRÁFICO NO BRASIL.....	14
1. Os dicionários como instrumentos lingüísticos	19
1.1. Transcrições, traduções e citações de termos indígenas.....	21
1.2. Listas temáticas.....	22
1.3. Os primeiros dicionários alfabéticos.....	22
1.4. Inversões e compilações	23
1.5. O primeiro monolíngüe do português.....	24
1.6. As noções de "palavra" e "enunciado"	25
1.7. A estrutura dos dicionários	27
2. O léxico no discurso: considerações teóricas e metodológicas.....	27
2.1. Ler o dicionário como um discurso.....	28
2.2. O efeito de unidade lexical.....	30
2.3. Entre a "alíngua" e o "interdiscurso"	31
2.3.1. "Equívocos" no discurso lexicográfico.....	32
2.3.2. O interdiscurso: uma memória lexicográfica	34
3. Material de análise e formação do corpus.....	36
3.1. Relatos com listas temáticas de palavras.....	38
3.2. Gramáticas	39
3.3. Dicionários.....	40
4. Para uma história da lexicografia brasileira.....	42
CAPÍTULO II - VIAJANTES E COLONOS NOS INÍCIOS DE UM DISCURSO LEXICOGRÁFICO	46
1. Uma prática textual.....	50
1.1. Antecedentes.....	50
1.2. A lexicografia no Renascimento.....	52
1.3. Lexicografia portuguesa	53
1.4. A situação brasileira	54
1.5. Discurso e tipologia: narração, descrição, diálogo.....	57
2. Caminha: a narrativa oficial.....	58
3. O testemunho de Hans Staden e a formação de artigos.....	60
3.1. Gentílicos.....	61

3.2. Descrição e testemunho.....	62
3.3. Descrição do processo e descrição da coisa.....	64
4. Jean de Léry.....	65
4.1. O interesse pela língua: tradução, etimologia, diálogo.....	66
5. Os colonos.....	69
5.1. Diálogos das Grandezas do Brasil.....	75
6. O naturalismo em Marcgraf.....	77
7. Anchieta: o natural estruturado na língua.....	80
8. O enunciado lexicográfico.....	82
CAPÍTULO III - MISSIONÁRIOS JESUÍTAS: O LÉXICO E A LÍNGUA.....	86
1. Uma política lingüística.....	87
2. Companhia de Jesus: língua e instituição.....	89
3. A produção jesuita.....	91
4. Tipologia e importância teórica.....	92
5. Inserção do dicionário na conjuntura brasileira.....	94
6. O Vocabulário na Língua Brasilica.....	97
6.1. Macro-estrutura.....	98
6.1.1. Nomenclatura.....	99
6.1.2. Ordenamento.....	103
6.1.3. Marcação.....	104
6.1.4. Conceituação: léxico e gramática.....	105
6.1.4.1. Composição, construção, mudança.....	106
6.1.4.2. As partes do discurso.....	106
6.1.4.3. Letras.....	107
6.1.4.4. Nome.....	108
6.1.4.5. Verbo.....	111
6.1.4.6. Outras categorias.....	115
6.2. Micro-estrutura.....	117
6.2.1. Modo de enunciação.....	117
6.2.2. Tradução.....	117
6.2.3. Formas do dizer.....	118
6.2.4. Determinação pela referência.....	120
6.2.5. Normatização.....	124
6.3. Estudos do VLB na Universidade de São Paulo.....	127
7. O Dicionário Português-Brasílico.....	128
8. O Iluminismo: assepsia das línguas.....	130
8.1. O Iluminismo português.....	130

8.2. Como se passou no Brasil.....	132
9. Do manuscrito à edição do DPB.....	134
9.1. O manuscrito.....	134
9.2. Seleção lexical e silenciamento.....	135
9.3. O Dicionário Brasileiro-Português e a investida naturalista.....	137
CAPÍTULO IV - DICIONÁRIOS BILÍNGÜES NO BRASIL IMPERIAL.....	139
1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	141
2. Situação das línguas.....	142
3. A Poranduba Maranhense (Dicionário da língua geral do Brasil).....	144
4. Gramática comparada e gramática histórica.....	148
5. Gonçalves Dias e o tupi.....	149
5.1. Dêixis temporal.....	152
6. A Chrestomathia de Ferreira França.....	157
7. Martius (Glossaria Linguarum Brasiliensium).....	159
8. Desdobramentos nos estudos de línguas indígenas.....	168
8.1. Estudos científicos.....	169
8.2. O léxico tupi-guarani: erudição e história.....	171
8.3. O tupi moderno e a textualidade oral.....	174
8.3.1. Diferenciação da língua.....	175
8.3.2. Couto de Magalhães: léxico, trabalho e moral.....	176
8.3.3. Língua oral: do índio ao povo brasileiro.....	179
CAPÍTULO V - DICIONÁRIOS MONOLÍNGÜES: FORMAS DE DEFINIÇÃO.....	183
1. O enunciado definidor.....	186
2. Formação da definição: de Bluteau a Moraes.....	188
2.1. O Vocabulário português e Latino.....	189
2.2. O primeiro monolíngüe: Dicionário da Língua Portuguesa.....	190
2.3. O cenário da definição.....	192
2.4. Dêixis espacial.....	194
2.5. Formas de subjetividade.....	200
2.6. Objetos.....	204
2.6.1. Definição natural.....	204
2.6.2. Definição de processo.....	208
2.6.3. Definição de uso.....	211
2.7. Heterogeneidade da definição e posição do lexicógrafo.....	218
3. Definição nos monolíngües brasileiros.....	220

3.1. Antônio Coruja: definição de uso no campo.....	223
3.2. Costa Rubim: complemento aos dicionários portugueses	228
3.3. Alencar: o direito do autor e a legitimidade dos termos.....	232
3.4. Alves Câmara: dicionário de termos técnicos	234
3.5. Dicionários de Brasileirismos.....	237
3.5.1. A noção de brasileirismo	238
3.5.2. Macedo Soares	242
3.5.3. Beaurepaire-Rohan	248
CONCLUSÃO.....	252
RESUMEE.....	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	258

RESUMO

Esta tese mostra a formação de um discurso sobre o léxico no Brasil, através da análise dos primeiros dicionários bilíngües e monolíngües. Apresenta-se uma história da lexicografia brasileira, levando-se em conta instituições, acontecimentos, teorias e o estabelecimento de uma língua nacional. Os inícios de um saber lexicográfico são visualizados em relatos de viajantes, na época colonial, em que emergem comentários pontuais sobre elementos lexicais e formam-se domínios temáticos. O enunciado lexicográfico é observado nas formas narrativas, descritivas e dialogais. Nos dicionários bilíngües português-tupi/tupi-português, elaborados pelos jesuítas, explicita-se um saber sincrônico que alia reflexão gramatical e enunciação da discrepância entre palavras e coisas na situação de uso. Na época imperial, examina-se a produção e edição de dicionários bilíngües promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a finalidade de se construir e atestar uma história do Brasil. Mostra-se a inserção de uma dêixis histórica nos dicionários. Por fim, analisam-se enunciados definidores dos primeiros monolíngües do português, incluindo-se, no Brasil, dicionários de regionalismos, de complementos e de brasileirismos.

Palavras-chave: análise do discurso / lexicografia / língua portuguesa - dicionário

ABREVIATURAS

AD	→	Análise de Discurso
DLP	→	Dicionário da Língua Portuguesa
DLT	→	Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil
DBP	→	Dicionário brasileiro-português
DPB	→	Dicionário português-brasileiro
IHGB	→	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LI	→	Língua indígena
LP	→	Língua portuguesa
VLB	→	Vocabulário na língua brasileira

INTRODUÇÃO

Esta tese se insere no projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, um projeto de colaboração entre a Unicamp e a Universidade Paris 7, que visa estudar a história da constituição de um saber metalingüístico no Brasil, sobretudo com relação a instrumentos lingüísticos (gramáticas e dicionários). O objetivo é também o de compreender a história da formação de uma língua nacional no país. O presente trabalho se desenvolveu a partir de algumas questões trabalhadas nesse projeto. Eni Orlandi analisa discursos sobre as línguas no Brasil: em relatos de viajantes e missionários, em discursos de naturalistas, em gramáticas, entre outros. Sylvain Auroux estuda os processos de gramatização das línguas do mundo, enfatizando o papel das gramáticas e dos dicionários na história do saber lingüístico. Francine Mazière analisa, de um ponto de vista discursivo, vários dicionários franceses, inclusive os primeiros monolíngües. Foi em desses trabalhos que passei a me interessar por uma história do saber lexicográfico no Brasil.

Os estudos tradicionais de língua nacional nos apontam que a formação do português do Brasil se deu com a transformação do português de Portugal, ocorrida devido à influência de outras línguas, principalmente indígenas e africanas. No que concerne ao léxico, isso é atestado pelos dicionários de brasileirismos que, na segunda metade do século XIX, constroem interpretações para esses fatos. Essas interpretações, com base em uma perspectiva etimológica, tomam o léxico ao nível abstrato, traçando percursos entre vários estados das línguas em concorrência até se chegar à língua nacional. Isso produz a fixação de um domínio lexicográfico, considerado brasileiro, que privilegia uma certa região da nomenclatura dos dicionários: a dos brasileirismos, que se constitui sobretudo de topônimos e de termos da fauna e da flora.

Nossa proposta é a de situar essa discussão no interior de um campo de questões que alia a análise de discurso e a história do saber lexicográfico. Isso implica em considerar a história do saber sobre o léxico, desde a época colonial até o momento de reivindicação de uma língua nacional distinta do português de Portugal. As produções de viajantes não são apenas fonte de termos indígenas depois incluídos no léxico brasileiro. Elas formulam um discurso que tem uma historicidade específica e estabelece domínios lexicográficos fundadores. Os dicionários português-tupi e tupi-português dos jesuítas não correspondem apenas a um estoque de itens lexicais com as significações correspondentes. Eles desenvolvem de modo muito particular um discurso de tradução e interpretação dos enunciados indígenas nas situações de uso. Tampouco os dicionários da época imperial consistem em compilações fiéis dos textos jesuítas; eles mostram um trabalho de autoria que instaura um discurso histórico no interior dos verbetes.

A consolidação de uma lexicografia de língua nacional no Brasil só foi possível depois da elaboração de vários dicionários bilíngües e de uma produção monolíngüe que contrasta com a produção portuguesa. Esses instrumentos lingüísticos aparecem em condições históricas determinadas, eles foram concebidos segundo certos interesses práticos e viabilizados por instituições como a Companhia de Jesus, na época colonial, e o Instituto Histórico e Geográfico, na época imperial. Introduzidos no meio lingüístico brasileiro, eles condicionam a formação de unidades imaginárias de língua, tais como a da língua brasílica ou da costa do Brasil, a do tupi antigo, a de regionalismos e a de uma língua nacional. Efetuaremos uma análise discursiva desses instrumentos, explicitando o processo de formação dos verbetes desde os relatos de viajantes, nos inícios da colonização, até os primeiros dicionários bilíngües e monolíngües. Visamos mostrar a constituição dos enunciados lexicográficos a partir do estudo das formas lingüístico-discursivas presentes nos verbetes.

O intuito inicial era o de nos determos no período colonial, examinando os inícios de um saber lexicográfico e seu desenvolvimento até a publicação do primeiro dicionário monolíngüe do português, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes, em 1789. Porém, o contato com o material de análise nos conduziu a não demarcar fortemente esse limite cronológico. Como a análise de discurso trabalha com a historicidade dos sentidos, os percursos realizados revelaram avanços e desvios inesperados. É que, ao lermos os primeiros dicionários da época colonial, nos demos conta de um certo abismo entre os manuscritos e as edições. Os manuscritos do *Vocabulário na Língua Brasílica*, compostos na segunda metade do século XVI, são as obras mais importantes da lexicografia colonial. Esse dicionário só foi publicado integralmente em 1938. No entanto, foi muitas vezes compilado, alterado e acrescido para a elaboração de vários dicionários na época imperial, os quais, estes sim, publicaram-se já no século XIX. Percebemos então que, a partir de um mesmo texto, podemos atravessar momentos diferentes da lexicografia. Seguindo as pistas de intertextualidade, percorremos manuscritos de missionários da Companhia de Jesus; depois, publicações que, no século XIX, realizaram uma leitura desses manuscritos, chegando, finalmente, à publicação, já nos inícios de nosso século, pela Universidade de São Paulo, da versão integral de um dos manuscritos do *VLB*, quando pela primeira vez ele foi prefaciado e comentado.

Deste modo, resolvemos considerar esses percursos, incluindo momentos posteriores ao período colonial. Como se sabe, a imprensa no Brasil só começa a operar no início do século XIX e o modo de significar o período colonial fica submetido desde então aos trabalhos editoriais. Tive o objetivo de compreender os gestos de interpretação que permeiam as produções lexicográficas, os quais determinam certos sentidos para a história do saber lingüístico.

A certa altura da pesquisa, decidimos por fechar o corpus com algumas obras que consideramos significativas e realizar a análise das formas discursivas. Para isso, utilizamos as publicações existentes. A análise dos manuscritos, que julgamos de grande interesse, exigiria um trabalho arquivístico de fôlego, dificultado pela dispersão dos textos em diversas bibliotecas e pela quantidade de cópias manuscritas de identificação incerta. Alguns desses manuscritos foram analisados e comparados em trabalhos da primeira metade de nosso século, que mencionaremos oportunamente. Incluímos no corpus textos de viajantes da época colonial, pois os consideramos precursores da lexicografia brasileira, com a formação de listas de palavras e de verbetes temáticos. Para a época imperial, escolhemos as obras bilíngües que mantêm uma intertextualidade com os dicionários jesuítas, de modo que se forma uma rede de paráfrases que possibilita uma análise dos gestos de leitura. Quanto aos dicionários monolíngües, optamos por analisar as duas primeiras edições de Moraes e as primeiras edições dos dicionários de regionalismos, de complemento e de brasileirismos.

Poucos são os trabalhos que, aliando discurso e língua, voltaram-se para o estudo da constituição do léxico e da história dos instrumentos lexicográficos no Brasil. Por isso, se por um lado trouxemos à tona alguns autores e obras pouco visitados, analisando a materialidade dos textos, por outro corremos o risco de silenciar muitos outros. A opção por uma visão de conjunto da produção brasileira nos conduziu a um corpus bastante extenso. Privilegiamos multiplicar as análises e relacionar os discursos, mais do que nos determos em algum deles. Contentamo-nos com termos levantado e trabalhado um conjunto de questões pertinentes para a elaboração dessa história, e esperamos ter apontado algumas vias para pesquisas ulteriores.

CAPÍTULO I - DISCURSO LEXICOGRÁFICO NO BRASIL

Tomar o léxico como objeto de estudo nos conduziu a realizar uma série de questionamentos, que nos permitiram dar um direcionamento ao trabalho. A partir da perspectiva da análise de discurso, mobilizamos um tema que tem sido desenvolvido, a nosso ver, de modo bastante produtivo: o discurso sobre a língua. Nossas indagações se orientaram, de início, para o lugar a ser atribuído a *léxico e língua* durante a análise. Pois se estas duas noções são consideradas como objetos de discurso, elas não recebem logo no ponto de partida valores definitivos. Enquanto saber lingüístico, elas ganham sentido nas diferentes práticas que as tomam por objeto ao longo da história. Contudo, o modo de abordarmos estas práticas pressupõe algumas considerações teóricas que convém explicitarmos.

Para começar, faremos uma distinção entre o discurso de constituição do léxico e o discurso lexicográfico. O primeiro inclui diversas práticas que realizam um trabalho metalingüístico envolvendo elementos lexicais (segmentações, comentários, descrições, definições), com objetivos variados, por exemplo: descrever a natureza, produzir literatura, construir conceitos científicos. O segundo se refere a um domínio específico: o da elaboração de dicionários de língua. Trataremos esta prática como um trabalho de instrumentação da língua, que se realiza em vista de determinados interesses práticos. É sobretudo este último caso que nos interessa; mas importa também mostrar de que modo o primeiro domínio incide sobre o segundo.

Outra distinção que se faz necessária diz respeito a dois modos de considerar o discurso lexicográfico. No primeiro, esse discurso é aquele que coloca o léxico como representante de uma língua, isto é, ele diz o que é o *léxico de uma língua*. O lugar do léxico só aparece na medida em que se formula um discurso sobre a língua, no qual se inclui o modo como ele faz parte dela. Pode-se exemplificar com os discursos de constituição das línguas nacionais, em que o léxico é remetido aos domínios de uma nação, ou seja, ao modo de representação lingüística da nação, que atualmente tem no dicionário e na gramática sua maior expressão. Em segundo lugar, o discurso lexicográfico é aquele em que ocorre um trabalho do léxico em relação a ele mesmo. Isto é, o léxico se parafraseia. Ou, dito de outro modo, o discurso sobre o léxico, ao se constituir, o faz através de elementos ou seqüências lexicais, que por sua vez tornam-se objeto de outros discursos, e assim sucessivamente. Há uma circularidade que produz variações, contradições, incongruências. Deste modo, estaremos sempre observando, por um lado, os discursos de formação de unidades de língua: língua nacional, língua portuguesa, língua tupi, etc.; por outro, as formas de o léxico ser dito (definido, descrito, explicado, traduzido, reformulado).

Como se percebe, não consideraremos o léxico como um conjunto de elementos isolados, como um estoque de palavras a serem "utilizadas" pelos falantes. Na história da constituição do léxico no Brasil, isso equivale a dizer que não veremos esse processo através da "introdução" de elementos lexicais no português do Brasil, nem da "influência" de outras línguas (indígenas, africanas), mas sim através de um trabalho discursivo realizado em condições ideológicas (sociais, institucionais, subjetivas) específicas. Faz parte desse trabalho a construção de instrumentos lingüísticos e a formação e defesa de uma língua nacional.

Estamos levando em conta nas questões levantadas o domínio da História das Idéias Lingüísticas. Este campo de estudos, que se distingue da Historiografia Lingüística, bem como da História da Lingüística, visa compreender o aparecimento, em diversas sociedades e épocas, de um *saber lingüístico*, que não se limita ao domínio da lingüística moderna, mas a qualquer saber produzido sobre a linguagem humana. Segundo Aurox (1989:15): "Soit le langage humain, tel qu'il est réalisé dans la diversité des langues; des savoirs se sont constitués à ce sujet; tel est notre objet".

Um dos pontos que nos interessa particularmente nesse domínio é o estudo de *instrumentos lingüísticos*, ou seja, dicionários e gramáticas. Novamente conforme Aurox (1992:32), "La grammaire n'est pas une simple description du langage naturel, il faut la concevoir aussi comme un outil linguistique: de même qu'un marteau prolonge le geste de la main et le transforme, une grammaire prolonge la parole naturelle, et donne accès à un corps de règles et de formes qui ne figurent souvent pas ensemble dans la compétence d'un même locuteur. Cela est encore plus vrai des dictionnaires: quelle que soi ma compétence linguistique, je ne maîtrise certainement pas la quantité des mots qui figurent dans les grands dictionnaires monolingues qui seront produits à partir de la fin de la Renaissance (le contraire rendrait au reste ces dictionnaires inutiles à tout autre fin que l'apprentissage des langues étrangères)". Teremos em vista a elaboração dos primeiros dicionários no Brasil, desde os bilíngües produzidos pelos jesuítas até os primeiros monolíngües. Observaremos, ao mesmo tempo, de que modo um saber gramatical incide no domínio dos dicionários.

Se há saber lingüístico é porque há sujeitos desse saber. Jean-Claude Milner (1987) considera, em *O amor da língua*, o objeto lingüístico enquanto objeto de desejo e o lingüista como sujeito desejante. "A questão é, pois: o que é a língua se a psicanálise existe?" (Milner1987:17). Questão que se coloca também para o analista de discurso, que pressupõe um sujeito psicanalítico. Vamos acompanhar no decorrer deste trabalho alguns percursos de um sujeito lexicográfico brasileiro, seus momentos de dispersão, suas vontades unificadoras, seu desejo de morte e seu luto, suas nostalgias, seus feitos heróicos e fracassos. Como pano de fundo, as línguas maternas: língua mítica, línguas indígenas, línguas francas, língua do colonizador, língua nacional, língua universal.

O objeto do lexicógrafo estará remetido ao fato de que existe um *real da língua*, aquilo que Milner (1987), seguindo Lacan, denomina *Alíngua* ("lalangue"): uma língua entre outras, um saber que passa pela ausência fantasmada de seu objeto. Alíngua que é marcada pelo não-todo e pelo impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer, e que consagra a língua ao equívoco. Qual o sentido dessa partição da língua que é o léxico, diante da existência da alíngua?

Visto que, para Milner, o real da língua é marcado por um impossível que lhe é próprio, Pêcheux (1981:49) invoca, em apoio contraditório a esta tese, o real da história enquanto contradição em que o impossível não seria excluído (Pêcheux 1981:49). Este é o ponto, para nós, em que língua e história se articulam na produção do discurso. Trabalhando o real da história na análise, consideraremos acontecimentos significativos para o desenvolvimento da lexicografia brasileira, tais como a descoberta e colonização, a chegada dos jesuítas e sua posterior expulsão, o estabelecimento do Império do Brasil. Paralelamente, levaremos em consideração alguns acontecimentos editoriais como as publicações e reedições dos primeiros dicionários. Avaliaremos também o papel de algumas instituições que fomentaram a produção e/ou edição de obras lexicográficas, como é o caso, além da Companhia de Jesus, no período colonial, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o Império.

Temos mencionado no decorrer de nossa exposição, algumas noções vindas da lingüística, da psicanálise e do materialismo histórico. Gostaríamos de observar que essas noções ganham um certo estatuto quando trabalhadas no domínio da Análise de Discurso. Consideremos, por exemplo, o modo de tratar a relação entre real, simbólico e imaginário. Conforme Orlandi (1992), essas noções, embora definidas no campo da psicanálise, se articulam de modo específico no trabalho com o discurso: "Essa especificidade está em que a articulação dessas três noções se dá, na análise de discurso, em relação à ideologia e à determinação histórica e não ao inconsciente, como é o caso da psicanálise" (p. 16). A noção de *silêncio* trabalhada pela autora nos situará teoricamente com respeito a isso. O funcionamento do silêncio supõe um movimento que trabalha a relação entre real, simbólico e imaginário. Esse movimento perpassa a relação entre palavras e coisas, entre palavras e palavras, entre palavras e conceitos. Impulsionaremos a análise a partir da afirmação de Orlandi de que "há um ritmo no significar que supõe o movimento entre palavra e silêncio, entre silêncio e linguagem" (ibid.: 25). É esse *ritmo* que procuraremos compreender no desenvolvimento do discurso lexicográfico brasileiro.

Como se dá a emergência de um discurso lexicográfico no meio multilíngüe que é o Brasil colonial? De que forma ocorre a institucionalização de um saber lexicográfico e a formação de especialistas do léxico? Como são elaborados os primeiros instrumentos lexicográficos? Desde os viajantes, que traçam descrições do país, elaboram listas de

palavras, ensaiam as primeiras reflexões lingüísticas, até os missionários, que se voltam para o estudo programático de línguas indígenas, que passagens, que marcos, que acontecimentos representam os inícios da lexicografia brasileira?

Talvez "balbuciar" seja um termo justo para designar esse começo, um termo que permite visualizar um sujeito lexicográfico entrando em cena, vacilante, perscrutador, espantado. Pois é efetivamente um momento em que as palavras faltam, o mundo está um pouco sem nomes e o silêncio atua em pleno trabalho estruturante. Além disso, uma língua "estranha" aparece pontualmente, com seus elementos encabeçando segmentações discursivas, compondo as primeiras unidades lexicais de um saber metalingüístico. São unidades que se configuram a partir de descrições, explicações, definições, traduções, denominações. A língua indígena é suporte para os gestos de interpretação lexicográfica.

Apesar de a língua indígena nesse momento constituir majoritariamente os nódulos das descrições lexicais, com o predomínio da lexicografia bilíngüe, pode-se perceber, ao mesmo tempo, o surgimento de descrições monolíngües. De que modo os elementos lexicais (do mesmo modo como as "coisas"), trazidos ao Brasil pelos europeus "adaptam-se" às novas condições, que discurso estabelece esse assentamento?

Depois dos primeiros passos, perguntamo-nos sobre o estabelecimento e desenvolvimento de uma prática lexicográfica reconhecida enquanto tal e institucionalizada. O *Vocabulário na Língua Brasilica*, em suas diversas versões manuscritas desde o século XVI, é referência ímpar nesse domínio. Produzido no interior da Companhia de Jesus, instituição que no Brasil teve um papel decisivo durante a colonização, particularmente aqui nos estudos léxicais, esse vocabulário LI-LP é um traço singular na formação de um discurso lexicográfico brasileiro. Ele pressupõe um questionamento a propósito das unidades lexicais na relação língua indígena/português, incluindo-se aí o modo de enunciação dos interlocutores, a relação enunciado/referência e processos de denominação. A circulação desse vocabulário, suas compilações, edições e reedições, nos permitem apreender alguns deslocamentos no discurso. Deste modo, pode-se distinguir o período em que os vocabulários jesuítas funcionaram como um instrumento de catequese, do período em que são retomados e transformados em discursos que constroem uma História do Brasil.

A ação missionária estabeleceu uma organização do meio lingüístico brasileiro. Primeiramente, compondo uma unidade lingüística geográfica, a língua "falada na costa". A gramática de José de Anchieta promove condições para a formação dessa pretendida unidade. Igualmente o VLB, que nos interessa mais de perto. Com a produção dessa homogeneidade, cresceu uma divisão política que muito favoreceu os movimentos de expansão, vindo separar os falantes dessa língua predominantemente costeira de falantes de outras línguas indígenas.

Um aspecto que caracteriza a formação do objeto lexicográfico de então é que, no interior dessa própria unidade estabelecida, ressaltam focos de heterogeneidade. As obras dos missionários mostram que essa "língua da costa" não corresponde a uma língua puramente indígena. Isto significa que freqüentemente eram representados nos vocabulários pontos de hibridez, que se formavam segundo duas orientações: 1. da língua indígena para o português (elementos lexicais de LI inseridos em LP); 2. do português para a língua indígena (elementos lexicais de LP inseridos em LI). O final do século XVII e o século XVIII nos fornecem vocabulários que apontam um estado mais avançado desse processo. Mistura esta muitas vezes indesejável, mostrada por missionários e, por outro lado, combatida por lexicógrafos do Império. Estes exaltaram o tupi colonial enquanto língua morta, de "nossos antepassados primitivos", e evitaram qualquer possibilidade de "contaminação" do português, especialmente com relação às "línguas gerais" existentes.

Outra questão a tratar, diante disso, foi o que significou a interrupção do trabalho dos jesuítas nos meados do século XVIII e o que veio substituir aquela prática. Esse momento, que reúne um gesto de censura aliado a um projeto unificador cego à multiplicidade lingüística, consistiu em uma ruptura com o que até então havia sido feito no domínio dos estudos lingüísticos no Brasil. Uma reviravolta na política lingüística, fomentada pelo Marquês de Pombal, da qual decorreu quase uma cessação das produções lexicográficas bilíngües. Quando retomados, esses vocabulários já serão constituídos dentro de outras formações discursivas¹, com ênfase para o discurso dos naturalistas. A propósito, é neste mesmo gesto que despontam os impulsos precursores da lexicografia monolíngüe brasileira, quando aparece a divisão imaginária fundadora da unidade da língua portuguesa no Brasil. No final do século XVIII, duas publicações nos parecem marcar esse momento, ambas em Portugal: a do *Dicionário Português-Brasileiro* (1795), anônimo, e a do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), primeiro dicionário monolíngüe do português, de Antônio de Moraes Silva.

O século XIX brasileiro pode ser considerado, com relação aos estudos lexicográficos, sob duas orientações: de um lado, os estudos do português e da língua nacional; de outro lado, os estudos sobre línguas indígenas. No primeiro caso, a publicação do dicionário de Silva em 1795 e suas várias reedições aumentadas durante o século XIX apontam a instrumentação crescente da língua portuguesa. Considerando o discurso lexicográfico anterior a esse período, que deslocamentos podemos ver nessa investida? Quais os discursos retomados e (re)formulados na confecção desse dicionário para caracterizar as unidades lexicais ditas brasileiras?

No segundo caso, o do estudo de línguas indígenas, enfatizaremos o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na produção e difusão de um discurso

¹ Ver definição na pág. 36.

legitimador de uma História do Brasil. Atestação de uma língua primitiva, originária, perdida, símbolo de uma brasilidade heróica. E também separação da língua portuguesa, depurada de todo tipo de mistura: a língua indígena pura, marginalizada, e o culto do português literário. É o momento de um trabalho editorial que realiza uma assepsia das línguas indígenas, impulsionado pelas teorias naturalistas. Inscritos no contexto internacional, os estudiosos de LI procuram dar uma direção histórica à sua prática, compartimentando e classificando as línguas a partir de teorias lingüísticas universalistas e evolucionistas. Trabalho de arquivo, documental e interpretativo, que toma a escrita como base empírica, com a mediação da recém-implantada imprensa brasileira. São condições que levam à construção de uma memória lingüística que servirá de pilar para a formação de uma unidade nacional.

Pensar a emergência e o desenvolvimento de uma lexicografia brasileira nos levou a detectar alguns caminhos percorridos, trilhas batidas, apagadas, desapercibidas. O que parece permanecer nesse trajeto são alguns dilemas evocados em seu decorrer. Eles tocam em pontos que concernem as divisões do trabalho lexicográfico constituídas e alteradas em diferentes conjunturas. Assim, depois dos viajantes e missionários, que se ocuparam do contato entre línguas, vemos o surgimento de especialistas do léxico, que se voltam para o estudo de línguas indígenas "mortas"; vemos o surgimento de especialistas que tratam da descrição de línguas indígenas em uso, aí incluídas as línguas de contato (línguas gerais). Despontam também estudiosos do "português de Portugal", do "português do Brasil" e da chamada "língua brasileira". Outros aparecem ainda, que visam a classificação e documentação das línguas do mundo. Retraçar os fios dessa história, reconhecendo filiações discursivas nas diversas práticas será igualmente nosso objetivo.

1. Os dicionários como instrumentos lingüísticos

A produção do saber lexicográfico no século XVI se relaciona diretamente com aquilo que Auroux (1992) chama *processo de gramatização* das línguas. "Par grammatisation, on doit entendre le processus qui conduit à *décrire* et à *outiller* une langue sur la base des deux technologies, qui sont encore aujourd'hui les piliers de notre savoir linguistique: la grammaire et le dictionnaire" (Auroux 1992: 28). Conforme esse autor, durante a Renascença ocorre um impulso significativo na gramatização das línguas do mundo a partir de uma tradição lingüística inicial: a greco-latina. Esse processo foi proporcionado, entre outras coisas, pela formação dos Estados europeus, com suas respectivas línguas nacionais, assim como pela colonização. Ocorre então uma transferência tecnológica a partir da gramática latina, que serve de referência para a gramatização das línguas. No caso dos vernaculares europeus, trata-se, de acordo com a

terminologia de Auroux, de uma *endo-transferência* (os sujeitos que efetuam a transferência são locutores nativos da língua alvo). No caso da colonização, com a descrição de línguas indígenas por europeus, trata-se de uma *exo-transferência* (os sujeitos que efetuam a transferência não são locutores nativos da língua alvo).

A lexicografia brasileira aparece com o movimento de expansão das nações européias, a partir da exploração e colonização do Novo Mundo. Tal momento, ao mesmo tempo que indica uma filiação a um saber lingüístico europeu, mostra-se fundador de um outro percurso na produção lexicográfica. No contexto europeu, o final do século XV e início do XVI vive a formação das línguas nacionais: o italiano, o francês, o espanhol, o português, o alemão. É o momento de elaboração das primeiras gramáticas dos vernáculos, tais como a do espanhol, de Nebrija (1492), e a do português, de Oliveira (1536). Em seguida, virão os primeiros dicionários monolíngües. O contexto brasileiro, por sua vez, é marcado pela descrição de línguas indígenas nos inícios da colonização. O Brasil não produziu muito material lexicográfico durante a época colonial². A gramatização nesse período atingiu apenas três línguas indígenas: o tupinambá (ou tupi) que era falado na costa, o kariri e o manau, além das chamadas línguas gerais. Destacam-se as gramáticas do tupi, de Anchieta (1595) e de Figueira (1621), e do kariri, de Mamiani (1699), bem como o *Vocabulário na Língua Brasilica*. Este último deve ter sido composto durante a segunda metade do século XVI e no início do XVII. Somente no final do século XVIII e início do XIX, com o movimento romântico e a Independência, começaram os estudos sobre o português do Brasil (Guimarães 1994). E o primeiro monolíngüe português, de Silva, aparece só em 1789.

Deste modo, durante quase três séculos prevaleceram os estudos sobre língua indígena. Este fato não é sem importância para a posterior reivindicação de uma língua nacional, distinta do português de Portugal, pois um dos principais argumentos para a legitimação desta é justamente a presença de elementos lexicais provindos do contato com línguas indígenas, assim como com línguas africanas. Esse estado de coisas nos faz estabelecer uma relação entre a gramatização das línguas indígenas e a gramatização do português do Brasil. Portanto, é essa filiação indígena, e não apenas a origem latina, como no caso do português, do espanhol, do francês, etc., que é solicitada para a construção da unidade lingüística nacional. Queremos observar mais de perto essa

² "Até o fim do século XVIII tinham sido publicadas duas gramáticas e dois catecismos em Tupinambá, além de observações gramaticais, textos e palavras dessa mesma língua em obras francesas, e uma gramática e dois catecismos em Kariri, língua do interior da Bahia e Sergipe. Somente isso. Inéditos que não se perderam incluem um dicionário e outros documentos do Tupinambá e um catecismo na língua amazônica Manau, além de muitos documentos sobre a Língua Geral Amazônica e um sobre a Língua Geral Paulista (ambas, formas do Tupi Antigo assumidas no uso dos mestiços). Perderam-se, entretanto, muitos escritos, certamente importantes, como os dicionários das línguas Maromimim (ou Guarulho) e Kariri e os catecismos em sete línguas amazônicas feitos pelo padre Antônio Vieira. Em resumo, dos primeiros três séculos da colonização do Brasil só nos ficaram documentos sobre três línguas nativas: Tupinambá, Kariri e Manau." (Rodrigues 1993: 86)

passagem da lexicografia bilíngüe à monolíngüe, sem nos prendermos à explicação de que haveria apenas uma inserção de elementos lexicais de LI em LP, mas observando os discursos sobre o léxico e os processos de gramatização.

Podemos resumir os momentos de gramatização no Brasil, com respeito à formação dos dicionários, através dos seguintes itens:

- a) transcrição alfabética de termos indígenas;
- b) citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos;
- c) listas temáticas de palavras LI-LP e LP-LI;
- d) dicionários bilíngües LP-LI;
- e) dicionários bilíngües LI-LP;
- f) dicionários bilíngües LI-LP e LP-LI;
- g) dicionários monolíngües do português.

Passemos à descrição desses itens, sendo que os três primeiros se referem ao domínio dos relatos de viajantes e os outros ao dos dicionários.

1.1. Transcrições, traduções e citações de termos indígenas

O saber lexicográfico de que trataremos aqui é aquele que se inicia no Brasil com os primeiros escritos sobre o país. Nesse sentido, ele surge juntamente com a etnografia (conhecimento de povos indígenas), a economia (mercantilismo) e a geo-política (expansão territorial das nações européias), em seus momentos precursores, introduzido através de relatos de viajantes, colonos e missionários. Tais textos estão pontuados por citações de termos indígenas, de modo que é formada uma constelação de comentários lexicais.

Viajantes de diversas procedências estiveram no Brasil no século XVI e deixaram relatos: portugueses, alemães, franceses. Mais tarde, no século XVII, também holandeses. Conseqüentemente, os termos indígenas descritos variam muito quanto à ortografia. A língua indígena, de tradição oral, é transcrita conforme o saber fonético espontâneo dos falantes. Portanto, a formação inicial de um corpo lexicográfico está marcada pela variação na escrita, pela dispersão das unidades lexicais e pelo contato multilíngüe.

Os comentários dos viajantes se direcionam para as coisas do Novo Mundo, de maneira que a questão da *referência* torna-se importante nesse contexto. Ao descrever as novidades do país, esses falantes colocam em evidência os referentes. Fala-se de lugares, animais, plantas nunca vistos (embora já nomeados pelos autóctones); fala-se de coisas não-idênticas, mas semelhantes; constata-se a existência ou inexistência de coisas.

Nessas circunstâncias, a organização dos espaços lexicais está intimamente relacionada com a geografia e a economia, com os interesses de conquista e de comércio. Esse estado do saber lexicográfico envolve uma variada tipologia discursiva, em que se incluem narrações, descrições, traduções e diálogos. Temos em vista, sobretudo, os deslocamentos que ocorrem quando se passa de uma *configuração dispersa*, pontual, dos comentários lexicais inseridos nesses diferentes tipos de discurso, a uma *configuração localizada*, que já se pode observar nos próprios viajantes, com a elaboração de listas de palavras com comentários ou explicações.

1.2. Listas temáticas

Tratam-se de listas relativas a algum setor da realidade: plantas, animais, sítios geográficos, utensílios indígenas, etc. As listas temáticas, conforme Auroux (1992:33), são um dos mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Em nosso caso, elas se inserem nessa imensa massa de literatura informativa que os relatos constituem. Entre os viajantes produtores de tais listas podemos citar: Staden, Léry, Thévet, Gândavo, Souza, além de missionários como Anchieta

São listas LI-LP em sua grande maioria. Alguns chegaram a produzir listas de palavras LP-LI, como Cardim (1583), que relata a adaptação de animais trazidos por europeus. Mas o interesse maior era o de descrever as novidades do Novo Mundo, que por já serem nomeadas pelos nativos, apareciam nas listas em LI. O fato de essas listas descreverem, no mais das vezes, elementos ditos exóticos, evitando-se as coisas já conhecidas pelos europeus, provoca um efeito de descentramento do saber lexicográfico, como se o intuito fosse o de se descrever as fronteiras de uma língua.

A ordem LI-LP, privilegiada nas listas, será substituída pela ordem LP-LI, empregada nos primeiros dicionários dos missionários. Mas ela retornará no momento da inversão desses dicionários, no final do século XVIII, e será a ordem mais requisitada no momento da introdução de termos indígenas nos dicionários monolíngües do português.

1.3. Os primeiros dicionários alfabéticos

Os primeiros dicionários alfabéticos brasileiros, concebidos por missionários, foram bilíngües LP-LI. Os jesuítas, desde sua chegada em 1549, estabeleceram uma orientação para os estudos de língua indígena no Brasil, com fins catequéticos, da qual resultou a tríade gramática-dicionário-doutrina. O *Vocabulário na Língua Brasilica*, anônimo, circulou pelas missões e colégios jesuítas do Brasil na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII. São conhecidos vários manuscritos desse dicionário, que não foi publicado integralmente senão em 1938, por Plínio Ayrosa.

O *VLB*, enquanto primeiro instrumento lexicográfico, traz a representação de uma unidade do espaço lingüístico brasileiro: a chamada "língua brasilica", a que Anchieta se refere também como "a língua mais falada na costa do Brasil", caracterização geográfica e política que serviu ao movimento de conquista dos colonizadores. Esse dicionário foi elaborado com o interesse prático de ensinar aos missionários a língua indígena, a fim de converter os nativos. Insere-se em uma situação social em que conviviam índios, colonos e mestiços. O tupi era ensinado, juntamente com o português, às crianças (índios, filhos de colonos, crianças trazidas de Portugal) nas "escolas de ler, escrever e contar" dos jesuítas.

Um dos únicos dicionários que traz reflexões relativas ao funcionamento da língua indígena, o *VLB* apresenta comentários gramaticais e discursivos em grande número de verbetes. As entradas são constituídas por palavras, sintagmas ou frases. Esse vocabulário serviu a muitas compilações, mas os comentários lingüísticos que ele contém raramente foram reintroduzidos em outros dicionários. Tal tipo de saber, onde a situação de enunciação é referida e trabalhada, se restringiu em nossa lexicografia ao período colonial.

Convém ressaltar que esse dicionário representou uma passagem (mas não um desligamento) do interesse geográfico e econômico ao interesse lingüístico e religioso. Note-se que algumas entradas introduzem elementos tomados diretamente do discurso religioso (p. ex. "padre", "fé em Deus", "batizar").

Outro dicionário importante da época colonial é o *Dicionário Português-Brasiliiano (DPB)*, publicado em Lisboa, em 1795. O seu manuscrito, encontrado no Convento do Maranhão, data aproximadamente de 1751. O *DPB* é um dicionário LP-LI, com entradas em palavras, sintagmas e muito raramente frases. O corpo dos verbetes não contém comentários lingüísticos. Apresenta apenas uma seqüência equivalente em LI. Foi o primeiro dicionário LP-LI publicado. Iniciou uma série de publicações, no exterior, de dicionários brasileiros e serviu à compilação de muitos outros.

O percurso que vai desde o manuscrito do *DPB* até sua edição reflete a substituição da prática jesuítica, banida do país em 1759, pela prática editorial e de arquivo que vem marcar o final do século XVII e início do XVIII. Esta se acentuaria com a chegada da imprensa ao Brasil e com a política lingüística promovida pelo Império.

1.4. Inversões e compilações

Um momento de destaque na história dos vocabulários bilíngües no Brasil foi o aparecimento do primeiro dicionário LI-LP. Ainda na forma manuscrita, encontram-se dois dicionários: o manuscrito do *Dicionário Brasiliiano-Português (DBP)* de Frei

Veloso (1795) e o manuscrito do *Vocabulário na língua geral (VLG-Poranduba)*, de Frei Prazeres do Maranhão (1826). A primeira publicação de um dicionário LI-LP ocorre em 1854, em Leipzig. Trata-se do *Dicionário da Língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, de Gonçalves Dias, uma compilação do *DPB* e do *VLG-Poranduba*, com acréscimos do autor. Os manuscritos LI-LP mencionados logo acima receberam edições um pouco mais tarde, em 1891, quando se publicou no Rio de Janeiro o *Dicionário da língua geral do Brasil*, que faz parte da *Poranduba* de Frei Prazeres do Maranhão (1891). Em 1934, publicou-se em São Paulo o manuscrito do *DBP* de Frei Veloso.

Com a expulsão dos jesuítas nos meados do século XVIII, não somente do Brasil, como também de diversas partes do mundo, os materiais lingüísticos que eles deixaram se acumularam nos arquivos religiosos europeus. Logo começaram a ser publicados e analisados. Esse momento coincide com o início do trabalho dos gramáticos comparatistas, que envolve classificações das línguas do mundo e construção de teorias gerais e evolucionistas.

Alguns estudiosos brasileiros (Gonçalves Dias, Ferreira França, Prazeres do Maranhão) e estrangeiros (Martius, Platzman) realizaram compilações de dicionários dos jesuítas que estiveram no Brasil, acrescentando e suprimindo termos, atualizando o corpo dos verbetes, introduzindo comentários gramaticais ou mesmo reduzindo os dicionários de caráter enciclopédico a glossários termo a termo. Podemos incluir, dentre as obras produzidas nesse contexto, a *Chrestomathia da Língua Brasilica*, de Ferreira França (Leipzig, 1859), e o *Dicionário da língua geral Brasilica: português e alemão*, inserido na *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, de Martius (1863).

Na época imperial começam a ser publicados no Brasil os dicionários bilíngües. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma das instituições responsáveis por essas publicações. Em tal conjuntura, a política lingüística se orientava para a construção de uma História do Brasil, que incluía uma história das línguas brasileiras. Nesse projeto, as línguas indígenas foram representadas pelo "tupi" antigo e pelas chamadas "línguas gerais", tomadas como documentos de um passado lingüístico brasileiro, primitivo e extinto. Com o movimento romântico, essas línguas ganham o estatuto de "línguas mortas", havendo como que uma celebração fúnebre das línguas indígenas (em particular do tupi) e louvação de um passado heróico.

1.5. O primeiro monolíngüe do português

O primeiro monolíngüe do português, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, elaborado pelo brasileiro Silva, é relativamente tardio, datando de 1789. Esse dicionário inaugura um novo viés para a lexicografia brasileira, introduzindo mais decisivamente a

tradição europeia no Brasil. Os primeiros dicionários monolíngües dos vernáculos europeus resultaram de um processo que compreendeu um momento de bilingüismo, quando o latim era utilizado como segunda língua, religiosa, literária e de saber, seguido de um momento de monolingüismo, de tradução e adaptação dos dicionários bilingües na direção dos vernáculos nacionais. O primeiro monolíngüe português, de Silva, foi elaborado a partir do *Dicionário latino-lusitano* de Bluteau. O que vai nos interessar aqui é não só o modo como as palavras de origem indígena, e as reconhecidas como brasileiras, são introduzidas nesse dicionário, mas também, e principalmente, o modo de definição que ele produz.

O dicionário de Silva obteve muitas edições durante o século XIX (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877-78, 1891), sempre com reformas e acréscimos. Ele exerceu um papel importante na consolidação de uma língua oficial no Brasil, contribuindo para a formação da noção de língua nacional. As discussões que envolveram esta última perduraram por todo o século XIX e entraram pelo XX. Nelas argumenta-se a favor de: a) a "língua portuguesa" como língua nacional; b) a divisão entre o "português do Brasil" e o "português de Portugal"; c) a reivindicação de uma "língua brasileira". O saber lexicográfico é solicitado então como argumento para a demanda de uma unidade lingüística: seja evocando o português "puro", seja evocando a filiação indígena ou africana.

1.6. As noções de "palavra" e "enunciado"

Para compreender o tipo de produção lexicográfica emergente na época colonial, convém considerar a divisão entre "dicionário de palavra" e "dicionário de coisa". Essa divisão desponta no Brasil quando se manifesta a oposição entre as obras de viajantes e as de missionários. Com respeito aos primeiros (os viajantes), há predominância da descrição da coisa, enquanto, para os últimos (os missionários), da descrição da língua ou da palavra.

É preciso levar em conta que a própria noção de "palavra" não era uma evidência na época. Os missionários tiveram grande dificuldade em reconhecer palavras, em fragmentar e classificar seqüências do discurso indígena. Palavra e enunciado, enquanto termos globais, são colocados em suspense. Auroux (1992) aponta esse fato, afirmando que:

"la possibilité d'appliquer la notion de 'mot' aux langues non-indoeuropéennes est loin d'être une évidence (la flexion fera rapidement problème; pour l'interprétation lexicale, on s'arrange souvent en entrant dans les dictionnaires, non des mots, mais des expressions entières), et la considération exclusive d'énoncés élémentaires

limite la classe des phénomènes linguistiques accessibles à l'observation (elle coïncide toutefois assez bien avec une approche essentiellement morphologique)." (Auroux 1992: 30).

Com efeito, a noção de palavra é uma questão que preocupa Anchieta na primeira gramática do tupi³. A fragmentação das partes do discurso, assim como o paradigma de declinações da gramática latina não se encaixam com facilidade na língua descrita pelo jesuíta. Já se começa a perceber a propriedade aglutinante das línguas indígenas. Nos primeiros dicionários, eram geralmente os enunciados que serviam como entradas, e eles se referiam às situações de diálogo nos contextos de tráfico e de catequese. Nesses discursos, a situação de enunciação era freqüentemente representada, colocando em causa a relação entre palavras, coisas, significações.

A noção de enunciado deve ser bem avaliada nesses primeiros dicionários LP-LI, pois o trabalho com a situação enunciativa em dicionários é bastante raro na época. Os dicionários bilíngües de vernaculares europeus/latim se detêm antes nas significações de termos e expressões, do que nas de uma situação de comunicação. O encontro da alteridade lingüística no Brasil e a busca da compreensão dos sentidos nas situações de contato levaram à representação da enunciação no corpo dos verbetes.

Importa ressaltar também o aspecto sincrônico do conhecimento aí produzido. As unidades lexicais são constituídas e descritas sincronicamente. Isso aponta para o lugar vazio deixado à filologia. A língua indígena, não documentada, fazia obstáculo aos recuos filológicos ou a qualquer abordagem histórica. Bem, sabe-se que as línguas nacionais européias como o português conseguiram sua unidade através da remissão ao latim como língua originária, um apelo histórico que ligou este último ao português através da noção de "corrupção". Isso não foi cogitado com relação às línguas indígenas, pois qualquer relação de parentesco destas - línguas não-indoeuropéias - com as línguas clássicas estava descartada.

A noção de "palavra" ganhou um sentido conceitual específico por volta do século XIX, quando as teorias dos comparatistas invadiram a cena mundial. As práticas de compilação de dicionários e de coleta de material lingüístico em expedições científicas foram orientadas para a detecção de "radicais" das palavras, de modo que isso contribuisse para a comparação e classificação das línguas. Além disso, com o incentivo do Império às expedições científicas, as descrições especializadas proliferaram-se, fazendo atuar o enunciado classificatório dos naturalistas.

³ José de Anchieta. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Loyola. São Paulo, 1990.

1.7. A estrutura dos dicionários

Além da ordem das línguas (LP-LI, LI-LP) e da forma das entradas, que já discutimos mais acima, consideramos também as formas discursivas e das marcações gramaticais. Os comentários das listas temáticas só excepcionalmente trazem marcas gramaticais. Elas apresentam, no entanto, formas descritivas e narrativas que convém analisar. Só a partir dos dicionários LP-LI surgem comentários gramaticais, com a indicação de categorias de palavras, funções e exemplos. Posteriormente, surgem dicionários um pouco mais complexos, com marcas gramaticais, definições, exemplos, citações, sinônimos, etc. E com as compilações, seguidas de acréscimos e modificações, desenvolve-se um *trabalho de leitura* que vem atualizar as formulações, de modo que se configuram redes de memória lexicográfica.

As marcas gramaticais serão examinadas tendo em vista a relação dos dicionários com as gramáticas, que são instrumentos estreitamente relacionados. Eles realizam uma espécie de complementaridade na instrumentação de uma língua. Assim, a gramática de Anchieta e o *VLB* constituíram um conjunto instrumental articulado para o estudo do tupi. Uma análise mais aprofundada da relação entre essas duas obras dos jesuítas nos permitirá mostrar como o saber gramatical incide sobre os dicionários.

2. O léxico no discurso: considerações teóricas e metodológicas

Da perspectiva da AD, o discurso é considerado em seu funcionamento ao mesmo tempo lingüístico e sócio-histórico. Portanto, as sistematicidades da língua apresentam uma autonomia relativa, sendo descritas sempre em vista da articulação com as condições de produção do discurso. Deste modo, a concepção de língua, e por conseguinte a de léxico, se encontram inseridas no contexto de uma teoria do discurso, como teoria dos processos históricos de significação.

Decorre que o léxico não é visto como uma lista de elementos isolados do contexto lingüístico-discursivo em que se encontram; antes, ele é concebido na articulação dos elementos lexicais com a sintaxe, levando-se em conta os traços enunciativos que aí se organizam:

"Antes de mais nada, o léxico não pode ser considerado como um 'estoque de unidades lexicais', simples lista de morfemas sem conexão com a sintaxe mas, pelo contrário, como um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe. Em segundo lugar, a sintaxe não constitui mais o domínio neutro de regras puramente formais, mas o modo de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas." (Pecheux, 1990:176)

Visto que o léxico não se configura no discurso através de elementos isolados, mas sim articulados sobre a sintaxe, convém examinar as formas de apresentação do léxico, confrontando-as nas diversas instâncias discursivas. Os discursos da época colonial, ao produzirem um conhecimento sobre o Novo Mundo, introduzem muitas nomeações, definições, exemplificações, explicações. Há um trabalho que produz transformações e delimitações nos domínios lexicais. Ao mesmo tempo, aparecem os primeiros enunciados que conformam imagens do léxico no Brasil, tais como a do exotismo e do naturalismo. Um estudo de tais enunciados nos dará pistas para analisarmos a configuração desse imaginário.

2.1. Ler o dicionário como um discurso

Com respeito ao discurso lexicográfico, tomamos como referência teórica o trabalho de Collinot e Mazière⁴, em que se propõe uma leitura do dicionário como um discurso. Tal leitura supõe uma representação do enunciado lexicográfico que implica na análise de duas sistematicidades:

- (1) montagem dos enunciados fragmentados do dicionário em um discurso histórico, ou, dito de outro modo, construção do dicionário em objeto histórico,
- (2) emprego de procedimentos de análise de discurso: percurso de arquivo, montagem de séries e interpretações de redes. Assim, as formas sintáticas são interpretáveis como "formas discursivas" na medida em que permitem organizar em redes as variações formais no interior do discurso.

Com relação aos recortes do corpus, salientamos os seguintes procedimentos propostos por Collinot e Mazière⁵:

- (1) Reagrupar em séries enunciados dispersos no texto do dicionário (e também, em nosso caso, das listas temáticas), heterogêneos do ponto de vista das taxinomias lexicológicas mas homogêneos sintaticamente. Por exemplo, os verbetes *tapiti* ("piassava, que serve para fabricar cabos, esteiras, tecidos e vassouras") e *peito-largo* ("valentão, que serve de guarda-costas a algum fazendeiro ou senhor de engenho") apresentam formas sintáticas até certo ponto homogêneas (SN *que* SV), mas pertencem a domínios distintos: o primeiro de elementos da flora, o segundo de sujeitos ou profissões. O homem é definido do mesmo modo que a planta, com um discurso de finalidade natural.

⁴ Cf. A. Collinot e F. Mazière. "Les définitions finalisées dans le *Dictionnaire Universel* de Furetière et dans le *Dictionnaire de l'Académie* - Où il est montré que l'hétérogénéité formelle des définitions a du sens", in *La définition*, Centre d'études du lexique (org.), Larousse, 1990.

⁵ Cf. A. Collinot e F. Mazière, op. cit..

(2) Construir redes de variações no interior das restrições sintáticas mais recorrentes. Algumas formas sintáticas aparecem com mais frequência nos enunciados definidores, tais como estas, que ilustramos com verbetes tirados do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes:

(SN *que* SV):

PARIETÁRIA, s. f. Erva que nasce de ordinário sobre paredes.

(SN *de que* SV *para*):

PALANQUETA, s. f. - palanqueta são balas fixas nos extremos de uma barreta de ferro de que se usa na artilharia.

(SN *onde* S):

PASTO, s. m. O campo onde o gado pasta.

(SN Participio Passado *para*):

PALHADA, s. f. Mistura de palha cozida com farelo para as bestas.

Percebe-se que as formas sintáticas instauram diferentes possibilidades de enunciação, por exemplo, inclusão ou não de: sujeitos na oração relativa (*onde o gado pasta*), determinação de domínio de uso ("na artilharia"), finalidade ("para as bestas").

(3) Interpretar essas variações reguladas que aparecem, então, como lugares de captura dos discursos, que informam os enunciados definidores e permitem sua recepção pelo leitor.

Outro procedimento que levaremos em conta consiste em analisar as variações das marcas formais em um grupo morfológico de entradas⁶. Analisaremos, pois, a recorrência de termos nos relatos e nos dicionários, estabelecendo e interpretando relações parafrásticas ao percorrer o corpus.

Ainda conforme os autores acima, o discurso lexicográfico, seja qual forem os domínios de uso das palavras, é "instituído" e "informado" pelo discurso social e histórico, o que conduz a dois pontos essenciais: o problema da circularidade e o da heterogeneidade das definições. Está em jogo aí a questão da recepção, do reconhecimento do discurso pelo leitor diante da polifonia discursiva e também o problema das incoerências das definições lexicográficas, marcado pela articulação dos discursos, pela invasão de um discurso por um outro, enfim, pela historicidade constitutiva dos sentidos.

Para cada etapa de análise, explicitaremos mais especificamente os recortes realizados.

⁶ Mazière utiliza esse procedimento para analisar a entrada "fabrique" e seus derivados nos dicionários Furetière e Trévoux ("Les marques de *fabrique*. Marquage et marques du Furetière (1690) au dernier Trévoux (1771)", mimeo, sd.

2.2. O efeito de unidade lexical

O que é que faz unidade no discurso lexicográfico? O funcionamento discursivo, conforme Orlandi, ocorre em uma constante tensão entre o "um" e o "múltiplo", entre a unidade e a diferença. O que nos interessa aqui não é a unidade lexical idealizada, absoluta, mas sim o *fato da unidade* lexical: "No entanto, se algo fica como alvo fixo nessa constante movência, é sem dúvida o reconhecimento de que se tem necessidade da 'unidade' para pensar a diferença, ou melhor, há necessidade desse 'um' na construção da relação com o múltiplo. Não a 'unidade' dada mas o fato da unidade, ou seja, a 'unidade' construída imaginariamente" (Orlandi 1992:18).

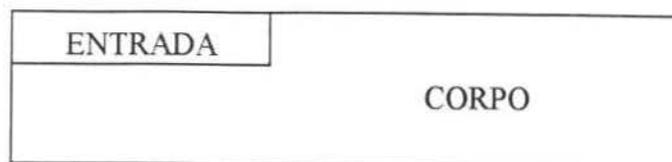
As unidades do discurso lexicográfico serão mostradas a partir de *recortes* feitos pelo analista, de acordo com os seguintes itens:

a) Unidade de língua

Rodrigues (1993) estima a existência de aproximadamente 1175 línguas indígenas no momento do descobrimento. Daí a considerar o Brasil como monolíngüe, foi um processo longo, que apresentou algumas etapas importantes. As primeiras descrições lexicais não são emolduradas em uma unidade de língua. São descrições que trabalham na diferença, trabalham no real. O primeiro passo homogeneizante foi o de gramatizar uma das línguas indígenas existentes, falada por muitos habitantes da costa. O tupi, utilizado como língua de contato, foi a primeira língua então descrita. Os dicionários bilingües português-tupi produziram a oposição político-lingüística, alentada por missionários e colonizadores, que distinguia o tupi de todas as outras línguas indígenas. Daí, duas tendências de unidade se apresentaram: a da língua geral, ou língua de contato entre portugueses e indígenas, e a do português. Posteriormente, um novo corte veio estabelecer o português como língua obrigatória, em detrimento das línguas indígenas e especificamente das línguas gerais (produzidas pelo contato). Pombal expulsa os jesuítas e torna obrigatório o estudo do português nas escolas. Um novo sentido é atribuído aos dicionários quanto à sua representatividade lingüística. Os bilingües passam a atestar uma língua antiga, extinta, testemunho de um passado lingüístico; ou então servem à classificação das línguas do mundo. Enquanto isso promove-se a difusão do português. Em seguida, aparece o primeiro monolíngüe, condição para uma unidade nacional a ser trabalhada no século XIX.

b) Unidade dos verbetes

O *verbeta* é constituído na relação entre a *entrada* e o *corpo* discursivo que se refere a elas. O *verbeta* tradicional de dicionário compreende uma espacialização da linguagem tal como no esquema abaixo:



Essa relação pode ser constituída por diferentes processos, como sinonímia, tradução, definição, explicação, exemplificação etc. Pode se estabelecer com uma base empírica mínima, como nos dicionários termo a termo, ou, inversamente, com uma base empírica bastante extensa, como no caso das descrições em relatos de viajantes, que se aproximam de um saber enciclopédico. A unidade pode ser obtida na relação do enunciado com a lógica da enunciação, ou, de outro modo, na relação de uma palavra com o seu enunciado classificatório naturalista. Os diferentes fatos de unidade dos verbetes permitem estabelecer uma tipologia lexicográfica.

c) Outros

Estaremos operando ainda com outras unidades discursivas, produzidas através de repetição das entradas, repetição de formas sintáticas e de formas enunciativas.

No decorrer de um processo discursivo, as unidades imaginárias são ora construídas ora desconstruídas e reestruturadas. Vamos observar esses movimentos trabalhando os conceitos de "alíngua" e "interdiscurso".

2.3. Entre a "alíngua" e o "interdiscurso"

Como vimos mais acima, os estudos sobre o léxico no Brasil sofrem algumas mudanças de orientação, alguns cortes e desvios. Assinalamos algumas condições históricas para essas transformações: as viagens e explorações, a chegada dos jesuítas, sua expulsão, a formação do Império do Brasil, o desenvolvimento na Europa de uma prática de classificação das línguas do mundo. Ao lado desses acontecimentos, por um lado, pontos de instabilidade, quando ocorre uma certa desestruturação dos sentidos: as unidades lexicais se fragmentam, se confundem, se confrontam. Por outro lado, percebemos momentos de unificação, tendendo à estabilidade, com a construção de unidades imaginárias de língua.

O conceito de "silêncio", de Orlandi (1992), nos permite operacionalizar na análise a relação entre essas duas orientações contraditórias:

"O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o 'um' e o 'múltiplo', o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido

só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *lalangue*)" (Orlandi 1992: 17).

O caráter explicativo dado por Orlandi à noção de silêncio, com relação ao funcionamento da linguagem, nos conduz a trabalhar de modo específico as noções de equívoco e de interdiscurso, tal como elas são tratadas na lingüística (Milner) e na AD (Pêcheux). É no "intervalo" entre essas orientações contraditórias que analisamos o movimento produzido pela sucessão de diferentes estados do discurso lexicográfico, em diferentes conjunturas.

2.3.1. "Equívocos" no discurso lexicográfico

Com a noção de "real da língua", Milner teoriza sobre o fato da não-completude, da falha, da desestratificação constitutivas da língua. Retomando a noção lacaniana de "alíngua", o autor vê na produção de equívocos o modo de manifestação do "real da língua", ou seja, da alíngua:

"Alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco. Nós sabemos como chegar aí: desestratificando, confundindo sistematicamente som e sentido, menção e uso, escrita e representado, impedindo, com isto, que um estrato possa servir de apoio para destrinchar um outro. Mas que se mantenha a cautela, este registro não é em nada diferente daquele que distingue absolutamente uma língua de qualquer outra: a particularidade desta atende-se apenas às séries em que sua unicidade se decompõe. Um modo singular de produzir equívoco, eis o que é uma língua entre outras" (Milner 1987: 15).

Note-se que a noção de equívoco não corresponde à idéia de "erro": não se trata de um mal-entendido ou de um engano. O equívoco na língua é estruturante para o discurso, é ele que permite que haja entrecruzamento de posições discursivas, condicionando deste modo o funcionamento ideológico. É igualmente o que faz com que a ideologia não seja uma máquina de assujeitamento sem falhas, estando sempre passível de reestruturações. No discurso lexicográfico, aqui visado, percebemos alguns lugares de produção de equívocos, a saber:

a) Equívoco gráfico

Muito comum no momento da transcrição alfabética de termos indígenas, ele vai marcar toda a história dos estudos de lexicografia indígena no Brasil. Esse equívoco foi teorizado enquanto tal por Anchieta, quando este abordou a noção de *letra*. Depois, outros autores, a começar por Figueira, procuraram evitá-lo, controlá-lo, tendo em vista

a unificação ortográfica do tupi. Também na representação de termos das *linguas gerais* aparecem certos equívocos gráficos, como no *DPB* (ex. "camiza - *camixã*"). Os missionários, primeiros estudiosos da língua, freqüentemente são acusados por seus sucessores de realizarem "confusão" na ortografia. No entanto, é em Anchieta, o autor da primeira gramática do tupi, que encontramos as poucas teorizações realizadas sobre a produção do equívoco gráfico em LI.

b) Situação de enunciação

A situação de enunciação é colocada em cheque freqüentemente nos discursos dos viajantes, e principalmente nos missionários em situações de catequese. O *VLB* é um lugar privilegiado para observar a produção de equívocos enunciativos. A cena discursiva é abalada com as confusões de sentido, a desconstrução de ilusões referenciais, a explicitação de termos metonímicos. Com o avanço das definições naturalistas e dos dicionários de sinônimos, a representação da situação de enunciação e dos equívocos aí produzidos retrocedeu. Tais formas de equívoco aparecerão novamente em estudos filológicos na segunda metade do século XIX.

c) Formas híbridas

O contato entre línguas produziu no Brasil línguas de contato, chamadas línguas gerais. Além disso, há a influência do português em línguas indígenas, e vice-versa. Os primeiros vocabulários, como já dissemos, apresentam enunciados em LI com termos em português. Há dicionários, considerados de língua geral, como o *DPB*, que contêm expressões híbridas (ex. "Não presta para nada - *nitio mbaê ráma oservir*"). As propostas de unidades imaginárias de língua - língua brasílica, português de Portugal, português do Brasil, tupi antigo, língua brasileira - aceitam mais ou menos formas híbridas em seu interior e concebem diferentes maneiras de agenciá-las. Houve, em certos casos, uma contenção dos equívocos que as formas híbridas proporcionavam. A preparação de alguns dicionários contou com a substituição e o corte de termos, tais como a supressão de termos portugueses em expressões mistas no momento da publicação do *DPB*. Um gesto de censura que vai em direção à divisão estrita, purista, entre o português e as línguas indígenas e línguas gerais.

d) Equívocos na configuração da língua nacional

Para levantar elementos que permitissem argumentar em favor de uma língua unitária própria do Brasil, focalizou-se a produção de certos equívocos com relação ao léxico, seja no que se refere à pronúncia, ao sentido ou à sintaxe das expressões. A literatura esteve freqüentemente levantando a bandeira dos equívocos, a fim de se apontar uma linguagem diferenciada para o brasileiro, questão tratada em discussões, polêmicas, ensaios lingüísticos. Quando e de que maneira essa discussão é introduzida com respeito aos dicionários monolíngües? Veremos, através da análise de vocabulários de José de Alencar, que, na segunda metade do século XIX, a figura do literato emerge

como legitimadora de um saber lexicográfico. Ainda na formação da língua nacional, os equívocos se manifestam no entrecruzamento entre o universal, o nacional e o regional, o que observaremos através do estudo das formas de definição.

2.3.2. O interdiscurso: uma memória lexicográfica

O interdiscurso, ou seja, a memória do dizer, constituída pelo complexo contraditório das formações discursivas, foi tratado por Pêcheux em *Semântica e Discurso* (1988) considerando-se o fato de que há *separação, distância ou discrepância* entre o que é dito "antes, em outro lugar e independentemente" e o que é formulado pelo sujeito, discrepância essa que funciona por contradição. Pêcheux aponta dois tipos dessa discrepância no funcionamento do discurso, que são os efeitos de *pré-construído* e de *articulação*:

"Diremos, então, que o 'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-ai' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas'), ao passo que a 'articulação' constitui o *sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*" (Pêcheux 1988: 164)

Considerando estas duas formas de discrepância, analisaremos a formação de um *espaço de memória* do discurso lexicográfico no Brasil. A memória é vista aqui não como um ajuntamento de conteúdos homogêneos, mas como um espaço polêmico e móvel de divisões, disjunções, retomadas, conflitos (Pêcheux, 1985). O estabelecimento de uma memória lexicográfica passou por várias fases. Logo de início, divisão entre uma memória européia e uma memória brasileira que se constituía. Ao mesmo tempo, um discurso se erigindo no confronto com uma memória indígena de tradição oral. Depois, o trabalho da construção de uma memória nacional, com retomadas e apagamentos.

Para mostrar a configuração dessa(s) memória(s), vamos analisar o funcionamento intradiscursivo nos relatos e dicionários. Segundo Pêcheux, o *intradiscurso*, que tem relação direta com a *articulação* ou linearização do *discurso-transverso*, é "o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de 'co-referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso', enquanto discurso de um sujeito)" (Pêcheux 1988:166). Ressaltamos que o sujeito do discurso, isto é, a "forma-sujeito", *simula* o interdiscurso no intradiscurso, e, deste modo, os traços de memória, sob a forma de *pré-construídos*, aparecem como o "já-dito", ou o

"já-ouvido" do intradiscurso. Examinaremos alguns fenômenos de co-referência, nos quais os traços interdiscursivos são *articulados*, para compreender a formação de um corpo social de memória. O que está em jogo, então, é a relação entre enunciados no corpus e a maneira como as seqüências são reunidas ou dissociadas:

"O que faz com que textos e seqüências orais venham, em tal momento preciso, entrecruzar-se, reunir-se ou dissociar-se? Como reconstruir, através desses entrecruzamentos, conjunções e dissociações, o *espaço de memória* de um corpo sócio-histórico de traços discursivos, atravessado de divisões heterogêneas, de rupturas e de contradições? Como tal *corpo interdiscursivo de traços* se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela mas também nela?" (Pêcheux 1990:316).

A análise será efetuada considerando-se os seguintes itens:

a) Dêixis

Em termos linguísticos, de modo amplo, a dêixis "determina a estrutura e a interpretação dos enunciados em relação à hora e ao lugar de sua ocorrência, à identidade do falante e do interlocutor, aos objetos e eventos, na situação real de enunciação" (Lyons 1987: 163). Realizaremos uma análise do funcionamento de dêiticos, a saber, pronomes demonstrativos, artigos, advérbios temporais e locativos. Para isso, articularemos essas *marcas* linguísticas, questionando-as em vista de uma teorização no discurso. Tomaremos como ponto de partida a noção de "dêixis discursiva" de Maingueneau (1989): "Na língua, a dêixis define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo EU ↔ TU — AQUI — AGORA. O que chamamos de dêixis discursiva possui a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. Em geral, as três instâncias da dêixis discursiva não correspondem a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. Distinguir-se-á nesta dêixis o *locutor* e o *destinatário discursivos*, a *cronografia* e a *topografia*." (Maingueneau 1989: 41). Em que circunstâncias as formas dêiticas aparecem ou são excluídas no corpo dos dicionários e como elas formam diferentes cenas enunciativas?

b) Pronomes relativos

Os pronomes relativos nos interessam na medida em que articulam, por co-referência, elementos construídos anteriormente no fio do discurso, e, ao fazê-lo, organizam os traços enunciativos de modo específico conforme o caso. Por exemplo, os pronomes relativos podem introduzir (planta *que* os índios utilizam para...) ou não (planta *que* serve para...) o agente de uma prática. Os enunciados definidores serão examinados em vista do funcionamento das frases relativas que os pronomes introduzem.

c) Formas sintáticas

Abordaremos algumas formas sintáticas que nos permitam compreender o funcionamento do discurso lexicográfico, tais como complementos verbais e nominais, adjuntos adverbiais, entre outras. Remarquemos que nosso procedimento, em relação aos fatos lingüísticos, pressupõe uma passagem da *função* sintática ao *funcionamento* sintático no discurso. Analisaremos sobretudo as formas do enunciado definidor, mostrando que a variação sintática produz sentidos no discurso lexicográfico.

d) Formas de alteridade

Examinaremos as formas de *discurso-outro*. Os textos de viajantes, por exemplo, contêm citações de autores clássicos e estudiosos da época. Nos primeiros dicionários dos jesuítas, por outro lado, poucas menções são feitas a outros autores, quase só o dizer dos índios é representado; no entanto, neste caso, a não-coincidência entre palavras e coisas é bastante tematizada. Em outros momentos, as citações de autores voltam à cena para ilustrar o corpo dos verbetes: os viajantes são fonte para atualização de muitos dicionários. Em oposição aos discursos plenos de citações e de questionamentos sobre a adequação das palavras, o dos naturalistas aparece como sem falhas, de acordo com um procedimento classificatório objetivante. Incluímos entre essas formas de *discurso-outro* as formas de "heterogeneidade mostrada" estudadas por Jacqueline Authier-Revuz. E também, como sugere Pêcheux (1990: 316), "a insistência de um 'além' interdiscursivo, aquém de todo autocontrole do 'ego-eu'". Estaremos tratando, em ambos os casos, da questão da heterogeneidade das formações discursivas.

e) Formações discursivas

Consideramos como *formação discursiva* aquilo que determina *o que pode e deve ser dito* a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada (Cf. Pêcheux 1988: 160). Salientamos que a noção de *formação discursiva* com que operamos aqui não remete a um conjunto estrutural fechado, mas sim a espaços abertos sempre suscetíveis de desestruturações e reestruturações, espaços que não são dados a priori, mas que se constituem à medida que a análise se desenrola e que identificamos filiações sócio-históricas nos discursos.

3. Material de análise e formação do corpus

Consideraremos dois níveis de partição do corpus, através dos conceitos de "campo" e "espaço discursivo", propostos por Maingueneau:

"O 'campo discursivo' é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região (...). O 'espaço discursivo',

enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados" (Maingueneau 1989: 116).

Para a formação do corpus, tomamos como referência o discurso sobre o léxico. Este constitui o nosso campo discursivo, em que estão presentes diferentes discursos: de viajantes, de colonos, de missionários jesuítas, de intelectuais do império, de naturalistas. E também diferentes domínios de saber: geografia, etnologia, gramática, história etc. Uma primeira partição do corpus foi efetuada em vista da textualidade do material. Chegamos a três conjuntos de textos: 1) relatos com listas temáticas de palavras, 2) gramáticas e comentários gramaticais e 3) dicionários.

Evocaremos também uma distinção com critério institucional: a) materiais lexicográficos produzidos por viajantes e colonos b) dicionários produzidos por missionários da Companhia de Jesus, c) dicionários elaborados por membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Os espaços discursivos serão definidos na medida em que formos realizando recortes nesse corpus, no decorrer da análise.

Os relatos, mais que os dicionários, são numerosos e foram bastante publicados desde o século XVI, na Europa. Procuramos selecionar material diversificado, a fim de abordar diferentes aspectos do discurso lexicográfico no Brasil, visto que são poucos os estudos histórico-discursivos nesse domínio. Assim, os textos são de autores de diferentes nacionalidades e posições sociais, e referem-se a várias localidades do Brasil. Selecionamos algumas obras e alguns momentos significativos na história da lexicografia brasileira.

Sempre que possível, utilizamos as primeiras edições para a análise. Indicamos em cada seção as edições empregadas. Quanto aos dicionários, somente no final do século XVIII e início do XIX eles começam a ser impressos. Há vários manuscritos dispersos pelo mundo, o que dificulta consideravelmente o acesso para o pesquisador. Neste trabalho vamos adotar, para o *VLB*, o *DPB* e o *DBP*, as edições de 1934 e 1938, de Plínio Ayrosa, que foram elaboradas com o cuidado de se reproduzirem identicamente os manuscritos. A confrontação de algumas edições de dicionários com os manuscritos correspondentes foi realizada em parte por alguns estudiosos, o que será mencionado no decorrer da análise. No entanto, um trabalho mais abrangente, relacionando manuscritos e edições, ainda resta ser efetuado. Com relação à ortografia dos textos antigos, realizamos uma atualização dos termos, quando julgamos que isso não comprometeria a análise.

Tanto para os dicionários bilíngües como para os monolíngües analisaremos os verbetes da letra P. Explicitemos as razões metodológicas dessa escolha. Primeiro sobre

o fato de escolhermos os verbetes de uma letra, e não outros recortes possíveis, como domínios temáticos ou repetições de verbetes para uma mesma entrada. Escolhendo os verbetes de uma letra, qualquer domínio temático do dicionário pode estar nela incluído (por exemplo: animais, profissões, instrumentos, lugares etc.). Isso permite que se analise a distribuição das formas discursivas - narrativas, descritivas, definidoras, etc - nesse conjunto, observando-se como cada domínio temático significa em relação aos outros. O que está em jogo não é tanto o conteúdo dos verbetes, mas sim o modo de enunciar no interior deles, através dos mecanismos discursivos. Os recortes serão constituídos na medida em que forem identificadas variantes desses mecanismos ou dessas formas no corpus. Quanto a se tratar da letra P, a escolha se deve a julgarmos que, nas letras intermediárias dos dicionários, os critérios do lexicógrafo apresentam uma certa estabilidade, o que muitas vezes não acontece com as primeiras letras, onde o trabalho ainda é um pouco experimental. Há casos em que, empolgado com a letra A, o lexicógrafo não mantém o ritmo na continuidade. Sabe-se que muitos dicionários só foram até a letra A ou até um grupo das primeiras letras. Escolhemos assim uma letra de uma região mais ou menos média do dicionário e que geralmente apresenta um número razoável de verbetes, o que é aconselhável para o caso de pequenos dicionários. As letras X e Z, por exemplo, no mais das vezes contêm poucos verbetes.

Vamos expor em seguida os principais textos do corpus.

3.1. Relatos com listas temáticas de palavras

Incluimos na categoria de relatos: cartas, diálogos, informações, histórias, tratados, notícias, crônicas, memórias. Os textos analisados estão no quadro abaixo:

Quadro 1. Títulos de relatos com autores e datas

DATA	TÍTULO	AUTOR
1500	<i>A Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	Pero Vaz de Caminha
1555	<i>Duas viagens ao Brasil</i>	Hans Staden
1560	<i>Carta Latina - Quamplurimarum rerum naturalium, quae S. Vicentii (nunc S. Pauli) provinciam incolunt, sistens descriptionem</i>	José de Anchieta
1576	<i>História da Provincia Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil</i>	Pero de Magalhães de Gândavo
1578	<i>Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil autrement dite Amerique</i>	Jean de Léry
1583	<i>Tratados da terra e gente do Brasil</i>	Fernão Cardim
1587	<i>Tratado Descritivo do Brasil</i>	Gabriel Soares de Sousa
1618	<i>Diálogos da grandeza do Brasil</i>	Ambrósio Fernandes Brandão

1648	<i>Historia Rerum Naturalium Brasiliae</i>	Jorge Marcgrave
1663	<i>Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil</i>	Simão de Vasconcelos

O corpus abre com a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, logo em 1500. Seleccionamos textos, na maioria, dos séculos XVI e XVII, que apontam uma prática que precede a dos jesuítas, coexiste com esta e intervém em práticas posteriores. Trata-se de um material diversificado. Os autores são de origens diversas: portugueses, franceses, alemães, holandeses. Os locais de atuação no Brasil colônia são vários, compreendendo sobretudo as regiões dos atuais estados da Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe e Maranhão. Os autores ocupam diferentes posições nos discursos: viajantes (Léry, Thevet, Gândavo), colonos (Soares de Sousa, Brandão), missionários (Anchieta, Vasconcelos, Cardim), naturalistas (Marcgrave).

3.2. Gramáticas

Os textos de gramática incluem observações gramaticais e gramáticas reconhecidas como tais. Até o século XVIII, publicaram-se, além de observações gramaticais em obras francesas, duas gramáticas do tupi e uma do kariri. O "Colóquio" de Léry é o primeiro texto mais significativo, que apresenta, além de traduções de palavras e enunciados, uma descrição de pronomes e apelativos, assim como uma conjugação de verbos do tupinambá. Seguem duas gramáticas, também do tupi, dos missionários jesuítas Anchieta (1595) e Figueira (1621). Por fim, uma gramática do kariri, do jesuíta Mamiani (1699).

Quadro 2. Títulos de textos gramaticais com autores e datas

DATA	TÍTULO	AUTOR
1585	"Colóquio de entrada ou chegada ao Brasil (...)"	Jean de Léry
1595	<i>Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil</i>	José de Anchieta
1621	<i>Arte da língua brasilica</i>	Luis Figueira

Ressaltamos que as gramáticas só serão analisadas em vista da constituição de um discurso lexicográfico. Nosso objetivo é explicitar, portanto, o modo como o conhecimento gramatical incide sobre os dicionários.

3.3. Dicionários

Visto que temos como objetivo o estudo dos instrumentos lexicográficos, focalizamos os dicionários como discurso de referência, no qual incidem elementos discursivos de outros domínios. Eis a lista dos dicionários, começando pelos bilíngües (quadro 3) e em seguida os monolíngües (quadro 4):

Quadro 3. Títulos de dicionários bilíngües com autores e datas

DATA	TÍTULO	AUTOR
séc. XVI-XVII	<i>Vocabulário na língua brasilica (VLB)</i>	manuscrito anônimo
1639	<i>Tesoro de la lengua guarani (TLG)</i>	Antonio Ruiz de Montoya
16??	<i>Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil</i>	Pero de Castilho
1751	<i>Manuscrito do Dicionário português-brasiliano</i>	manuscrito anônimo
1795	<i>Dicionário português-brasiliano (DPB)</i>	1ª edição, anônimo
1826	<i>Diconário da língua geral do Brasil (Poranduba Maranhense)</i>	Frei Prazeres do Maranhão
1852	<i>Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas</i>	Gonçalves Dias
1858	<i>Dicionário da Língua tupi chamada língua geral dos indigenas do Brasil</i>	Gonçalves Dias
1859	<i>Chrestomathia da Lingua Brazilica</i>	Ernesto Ferreira França
1863	<i>Glossaria linguarum Brasiliensium.</i>	Karl Friedrich Philipp von Martius
1867	<i>O Selvagem</i>	General Couto de Magalhães
1872	<i>Vocabulário da língua geral Amazônica</i>	Charles Frederik Hartt
1879	<i>Vocabulário da Conquista Espiritual</i>	Batista Caetano
1887	<i>Poranduba Amazonense</i>	Barbosa Rodrigues
1934	<i>Diccionario Portuguez-Brasiliano e Brasiliano-Portuguez (DPB-BP)</i>	1ª edição, anônimo Plínio Ayrosa (Ed.)
1938	<i>Vocabulário na Língua Brasilica (VLG)</i>	1ª edição, anônimo Plínio Ayrosa (Ed.)
1952	<i>Vocabulário na Língua Brasilica (VLG)</i>	2ª edição, anônimo Carlos Drumond (Ed.)

Quadro 4. Títulos de dicionários monolíngües com autores e datas

DATA	TÍTULO	AUTOR
1712	<i>Vocabulário Português e Latino</i>	Rafael Bluteau
1789	<i>Dicionário da Língua Portuguesa (DLP)</i>	Antônio de Moraes Silva
1852	<i>Coleção de Vocábulo e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul</i>	Antônio Coruja
1853	<i>Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa</i>	Braz da Costa Rubim
1865	<i>Vocabulário pós-escrito de Diva</i>	José de Alencar
1888	<i>Vocabulário dos termos técnicos de construção naval</i>	Antônio Alves Câmara
1888	<i>Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</i>	Antônio Joaquim de Macedo Soares
1889	<i>Dicionário de Vocábulo Brasileiros</i>	Visconde de Beaurepaire-Rohan

Distinguimos os seguintes tipos de dicionário, conforme o número de línguas e a ordem delas: a) dicionários português-tupi (LP-LI), b) dicionários tupi-português (LI-LP), c) dicionário português-tupi e tupi-português (LP-LI/LI-LP), d) dicionário monolíngüe. Vejamos quando surge cada um desses tipos:

Quadro 5. Aparecimento de diferentes tipos de dicionários no Brasil

DATA	TÍTULO	TIPO
séc. XVI-XVII	<i>VLB</i>	Primeiro dicionário bilingüe português-tupi (manuscrito)
1795	<i>DBP</i>	Primeiro dicionário bilingüe tupi-português (manuscrito)
1789	<i>DLP</i>	Primeiro dicionário monolíngüe do português
1938	<i>DPB-DBP</i>	Primeiro dicionário bilingüe português-tupi e tupi-português (publicação conjunta do <i>DPB</i> e do <i>DBP</i>)

Na época colonial, salientam-se os dicionários bilingües *VLB*, *DPB* e *DBP*, manuscritos de missionários anônimos. Inclui-se neste período um dicionário do lado hispano-americano: o *Tesoro de la Lengua Guarani*, de Montoya (1639), que posteriormente foi utilizado para uma compilação de Ferreira França (a *Chrestomathia da Língua Brasileira*, 1859). Da época imperial, selecionamos os dicionários mencionados de Frei Prazeres do Maranhão, Gonçalves Dias, Ferreira França, Martius, Couto de Magalhães, Frederico Hartt, Barbosa Rodrigues. Incluímos esses dicionários no corpus porque eles têm uma relação intertextual significativa com os manuscritos da

época colonial. Um terceiro grupo de textos reúne publicações da década de 30 deste século pela Universidade de São Paulo. Essas edições merecem uma atenção especial, pois pela primeira vez os antigos manuscritos de missionários são publicados integralmente, com prefácios, comentários e críticas.

No quadro da página seguinte apresentamos, para o acompanhamento da leitura, alguns dicionários do corpus, com a indicação de relações intertextuais entre manuscritos e edições.

Uma parte da análise será dedicada ao estudo dos dicionários monolíngües. Incluímos neste recorte um dicionário bilíngüe português-latim, de Rafael Bluteau, pois é ele que dá origem ao *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes Silva. Seguem dicionários monolíngües produzidos no Brasil: de regionalismo (Coruja), de complemento aos dicionários de língua portuguesa (Rubim), de obras literárias (Alencar) de termos técnicos (Câmara), de brasileirismos (Soares, Rohan).

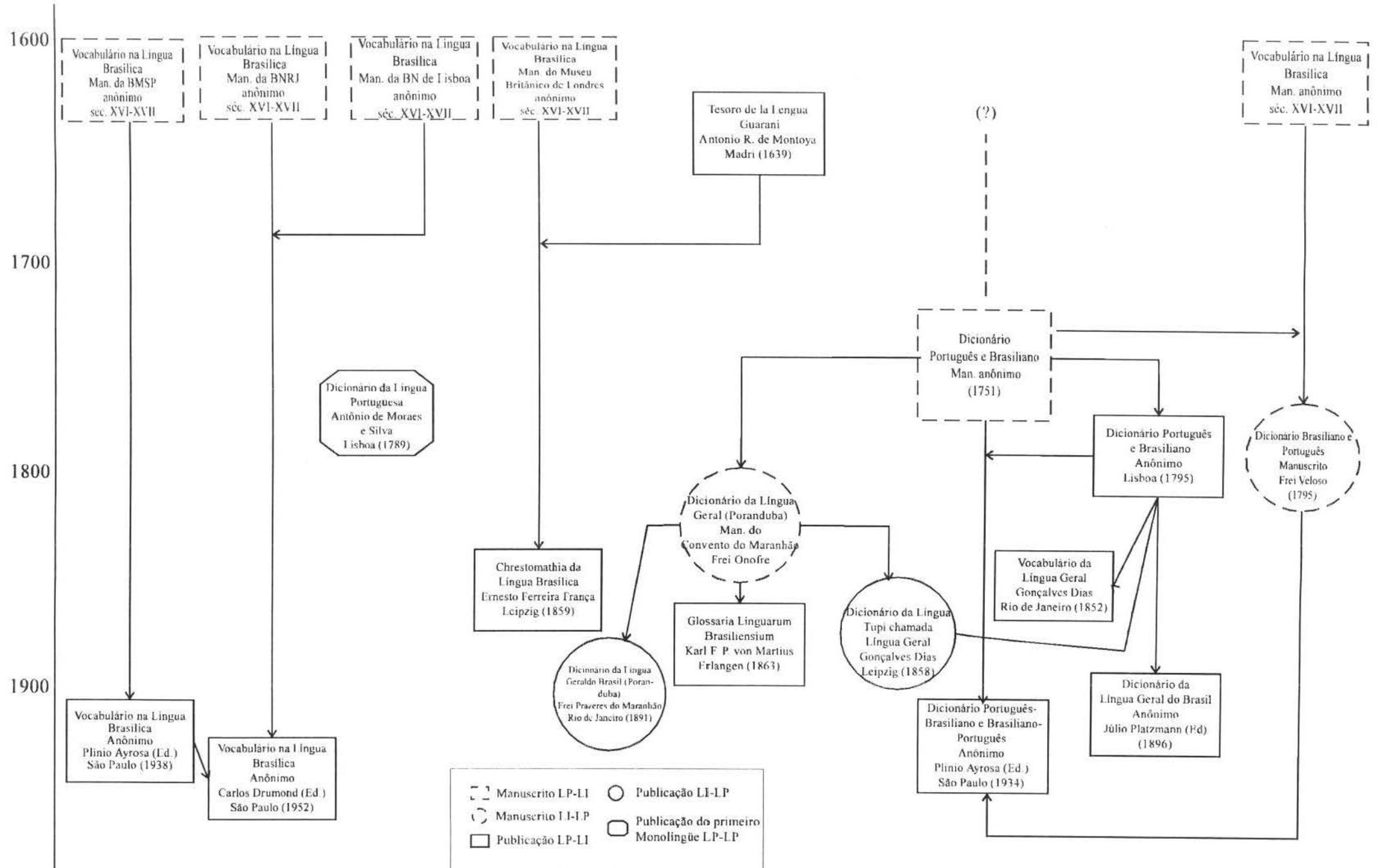
4. Para uma história da lexicografia brasileira

Este trabalho traz subsídios para a elaboração de uma história da lexicografia brasileira, a partir de uma perspectiva discursiva. A emergência da lexicografia no Brasil é associada geralmente aos momentos em que os dicionários do português passam a incorporar termos brasileiros. Nessa categoria de "termos brasileiros" incluiriam-se principalmente termos indígenas, africanos e portugueses modificados no Brasil. Nesse sentido, a lexicografia brasileira teria se iniciado com o dicionário de Moraes e Silva. Teria se desenvolvido com a crescente introdução desses termos em dicionários posteriores do português, assim como em dicionários de regionalismos e brasileirismos.

Essa visão nos remete a alguns implícitos que convém examinarmos. O primeiro deles é que a prática lexicográfica toma por objeto apenas a língua empírica. Teríamos assim o português como língua de base, à qual foram se agregando formas lingüísticas de outras línguas: do tupi, das línguas africanas etc. Nesse caso, o período de três séculos em que predominou no Brasil a lexicografia bilíngüe estaria quase que descartado dessa história, pois o léxico do português só se tornou objeto de estudo no Brasil no século XIX. Os instrumentos lexicográficos bilíngües serviriam, então, somente para atestar a origem dos termos indígenas no português, favorecendo, deste modo, o desenvolvimento de estudos etimológicos.

Em segundo lugar, supõe-se que o Brasil seja um país monolíngüe, onde só se fala o português, ponto de vista que se fixou no discurso nacionalista oficial. Estariam excluídas então as línguas indígenas e as línguas de imigrantes. Bem, é certo que a formação das línguas nacionais estabelecem inevitavelmente um processo homogeneizante em um espaço sócio-lingüístico. No entanto, sabe-se também que a gramatização do

Quadro 1. Lista de dicionários bilíngües manuscritos e impressos com relações intertextuais



português do Brasil se deu como movimento oposto ao da gramatização na Europa (Guimarães 1994: 17). A história da colonização levou à reivindicação de uma distinção entre a língua da ex-colônia e a da ex-metrópole. Um dos argumentos decisivos nesse momento foi o de que o português do Brasil não poderia ter resultado exclusivamente de um processo latino-português. Em contrapartida, defendeu-se que, para que se obtivesse a unidade lingüística nacional, dever-se-ia aceitar o fato de que esta se constituiu no contato do português com outras línguas. Logo, a formação da unidade de língua suporia o multilingüismo.

A nossa proposta de uma história da lexicografia brasileira se apóia nesta visão da língua nacional como formada dentro do multilingüismo. Assim, não visamos mostrar a prática lexicográfica brasileira como produtora de "uma língua": o português do Brasil. Mas como realizadora de *divisões entre as línguas*. Nesse sentido, ela se inicia logo no século XVI, com a descrição de línguas indígenas e com os dicionários bilíngües. Isso permite também que incluamos nessa história diferentes tendências, que umas vezes estiveram aliadas, outras vezes separadas, tais como, de um lado, os estudos de línguas indígenas e línguas gerais, e de outro, os estudos do português.

Como orientação para a formulação dessa história, vamos levantar três pontos básicos. Primeiramente, a noção temporal envolvida nesse projeto; segundo, a consideração de instituições, teorias e acontecimentos relacionados com a produção de saber lexicográfico; terceiro, a constituição de políticas lingüísticas nesse setor.

A temporalidade no discurso não coincide com a temporalidade cronológica. O que está em jogo para o analista é a temporalidade dos processos discursivos, que compreende um trabalho de direcionamento dos sentidos, envolvendo a relação entre real, simbólico, imaginário. Assim, por exemplo, na época imperial configurou-se um discurso lexicográfico com uma temporalidade específica. Ele se constituiu por meio de um enunciado dividido que separava dois domínios: um que se referia a um tempo passado, primitivo, originário, passivo de descrição no corpo dos dicionários, descrição de uma língua extinta ou em extinção; outro, o tempo presente, em que a língua falada realmente não é aquela descrita pelo lexicógrafo. Mostraremos, desse modo, como os discursos instituem uma temporalidade própria para a lexicografia que constroem.

Em nossa exposição, mencionamos a preocupação com o estudo de instituições, teorias (noções, conceitos) e acontecimentos relacionados com o saber lexicográfico. Estes são itens considerados para o desenvolvimento de uma História das Idéias Lingüísticas (Auroux 1989, 1992), e serão trabalhados aqui em vista de uma história da lexicografia brasileira. Mais especificamente, eles serão tratados em relação à teoria do discurso com a qual estamos operando.

O último ponto que gostaríamos de levantar diz respeito à política lingüística. O interesse pela lexicografia no Brasil, como temos visto até aqui, varia conforme a

conjuntura. O que faz com que se tenha interesse em uma descrição lexicográfica? De um lado, podemos notar as práticas que produzem um saber lingüístico "espontâneo", como em grande parte dos viajantes, sem uma vinculação institucional estável, sem o objetivo orientado para o estudo lingüístico. Este é, no entanto, um discurso instituidor, de estabelecimento, determinante de práticas ulteriores. Nele pode-se notar, entre outras coisas, a relação com a etnografia em formação, a economia e a geografia. De outro lado, práticas institucionalizadas, que concebem às línguas indígenas um lugar determinado em meio à produção de conhecimentos, seja em aliança com a religião (Companhia de Jesus), seja com a História (IHGB). Colonizar, catequisar, elaborar uma História do Brasil, descrever as línguas do mundo, interpretar um passado lingüístico. Tais atividades, para se realizarem, envolvem interesses e decisões políticas, material humano, investimentos, formação especializada, meios técnicos. E o discurso, enquanto *instrumento da política* (Pêcheux 1988), ocupa um lugar organizador nesse contexto.

CAPÍTULO II - VIAJANTES E COLONOS NOS INÍCIOS DE UM DISCURSO LEXICOGRÁFICO

Nos primeiros relatos de viajantes do século XVI percebe-se logo que a noção de "mundo" passa por uma transformação. O Brasil, ao ser falado, interpretado, avaliado, desloca sentidos de *mundo*. As partes desconhecidas do planeta, lugares até então míticos, depositários da obscuridade, das monstruosidades e dos mistérios tornam-se visíveis, legíveis, mensuráveis, de modo que as fronteiras mundiais, ao se reconfigurarem, deixam de ser rondadas por seres fantasmagóricos e passam a representar um valor real importante.

É isso talvez o que contribua mais significativamente para a formação de um discurso lexicográfico nesse cenário de dimensões tão amplas: o fato de que a ininterrupta descoberta (descrição, narração, nomeação) de coisas desconhecidas conduza a uma atualização da memória do mundo.

Consideramos esses inúmeros pontos de encontro, esses pontos de emergência do real nos relatos, como fatos de linguagem a partir dos quais vai tomando corpo um discurso lexicográfico. O conjunto desses *fatos lexicais*, ressaltamos, não se apresenta como um domínio nitidamente demarcado. Os nós discursivos que eles constituem formam como que uma constelação de enunciados lexicais, pequenas centelhas discursivas, que não se amarram a uma unidade de língua, como acontece nos dicionários de línguas nacionais, mas antes compõem um certo discurso cosmológico no contexto da colônia.

As primeiras manifestações importantes para a constituição de um léxico brasileiro não são difíceis de apontar, considerando-se os vários documentos que atestam a descoberta e os primeiros contatos de europeus com o Novo Mundo.

A carta de Caminha, "certidão de nascimento" do Brasil, pode ser considerada como inauguradora de um discurso lexicográfico. Talvez por não apresentar neologismos nem palavras indígenas, a Carta seja pouco citada para marcar os inícios de um léxico brasileiro. No entanto, surgem nela as primeiras operações de constituição do léxico. O "Monte Pascoal" aparece então inaugurando os toponímios brasileiros. Além disso, elabora-se uma breve descrição da flora e fauna, descrição cuja imagem enunciativa nos remete ao universo prodigioso da natureza e ao desleixo dos habitantes, modo como muitos depois pintaram o país.

Aceitando este ponto de origem, estamos admitindo ao mesmo tempo um critério referencial - no sentido de que há um real do Novo Mundo que reclama sentidos - para marcar os inícios da produção lexical no Brasil. Assim, tão logo na Carta começam a aparecer as narrações, descrições e comentários sobre a terra e os habitantes do país, supomos que se inicia um processo que vai ter seu momento legitimador somente no

século XIX, quando se reivindica uma língua nacional, com um léxico distinto do português.

Consideramos então o acontecimento da descoberta, enquanto atualização referencial, como irradiador de um discurso lexicográfico brasileiro.

A dimensão empírica da "palavra nova" tem sido o critério usual para marcar a origem de um léxico brasileiro. Desse modo, é em Pigafetta, cronista da expedição de Fernão de Magalhães, que Arthur Neiva (1940) vê as primeiras manifestações de "brasileirismos". Esse viajante elaborou um vocabulário contendo doze palavras recolhidas no Brasil por volta de 1519, entre as quais se encontram os termos tupi "pindá" (anzol, gancho) e "ui" (farinha).

Se levamos em conta os saberes anteriores à descoberta, notamos que há um discurso que precede o dos cronistas e faz circular determinadas imagens do país. Assim, os antigos consideravam as terras desconhecidas como inóspitas ou povoadas de monstruosidades. As regiões abaixo do equador eram tidas como "zona tórrida", de terra infértil. É com esse imaginário que o encontro do Novo Mundo veio se confrontar, de modo que a constituição do léxico ao mesmo tempo é determinada e se opõe a ele. Por outro lado, circulava também o imaginário edênico dos conquistadores, a "visão do paraíso", para retomar a expressão de Sérgio B. de Holanda (1977). A esse respeito, o próprio nome do país: "Brasil", posteriormente adotado, admite, além da etimologia referente à árvore do "pau-brasil", a interpretação de "Ilha Brasil", lugar paradisíaco⁷. Ademais, essas vozes vão estruturando domínios lexicais através do próprio funcionamento discursivo. Orlandi (1990) mostra como o enunciado "terra à vista" vai tomando sentidos no Brasil desde os viajantes, passando pelos missionários, pelas lideranças indígenas, até os latifundiários.

Segue do que temos dito que, antes de uma diferença ou uma adaptação *entre línguas*, a constituição do léxico no Brasil esteve ligada nesse momento a uma diferença produzida no encontro *com o real*. Os comentários sobre o léxico, que em seguida resultarão em unidades ordenadas tematicamente, produziram-se através de uma descrição do real, sobretudo do real natural. Convém notar a especificidade desse discurso, relacionando-o com a formação de léxicos europeus. Na Idade Média, muitos léxicos surgiram a partir da leitura de textos religiosos, tomando forma no comentário da significação dos termos. Outros, já no período clássico, resultaram de traduções, incluindo-se aí os dicionários bilíngües latim-vernáculos elaborados a partir de dicionários monolíngües latinos. No caso brasileiro, com os viajantes, os léxicos serviam não como auxílio à leitura de textos ou à formação de uma unidade de língua (o léxico, o

⁷ Eduardo Guimarães mostra como as primeiras denominações do Brasil - Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra do Brasil - instauram lugares enunciativos através da voz da Igreja e do extrativismo, configurando uma memória brasileira pelos processos de denominação ("Terra de Vera Cruz, Brasil", *Cultura Vozes*, n. 4, 1992).

"tesouro" de uma língua), mas como meio para o conhecimento das "coisas brasileiras". Encerravam, pois, um saber de tipo enciclopédico. É de se salientar a caracterização de novidade desse saber. Novo Mundo, novo léxico. As descrições se debruçam sobre as novidades, sobre as "singularidades". O léxico não seria assim o depositário de um passado, pelo contrário, ele se estabelece como atestação do novo.

Para esses primeiros viajantes, a questão da língua, de que mais tarde se ocupariam os missionários, não despertava grande interesse, com raras exceções que comentaremos a seguir. No entanto, os relatos constituem um lugar privilegiado de formação de unidades lexicais encabeçadas por termos indígenas e também por termos portugueses. Evidencia-se um interesse pelas nomeações, inseridas e comentadas nos textos. Algumas traduções de termos e expressões também se esboçavam. Além disso, com a transcrição de termos indígenas, deu-se um grande impulso rumo à gramatização do tupi.

Como afirma Auroux, a "alfabetização", ou seja, a transcrição de uma língua, é um pressuposto para a gramatização. Os viajantes realizaram em grande parte esse trabalho com relação ao tupi, língua de tradição oral. Resultou disso uma imagem peculiar do léxico. Sendo os falantes de procedências diversas: portugueses, franceses, alemães, holandeses, e portanto produtores de transcrições fonéticas distintas, os termos obtidos variam bastante quanto à forma escrita. Esta marca da ortografia tupi pode ser observada hoje na grafia dos termos de origem tupi do português do Brasil.

Muitas vezes, tem-se privilegiado apenas um dos produtos dessa prática dos colonizadores, a saber, as nomeações de elementos naturais com termos indígenas, como a principal contribuição lexicográfica do período colonial. Consideramos, de uma perspectiva discursiva, que os gestos de descrição, definição, avaliação e legitimação, bem como a construção de imagens enunciativas do léxico, importam mais do que apenas a formação de um estoque de palavras, de uma coleção de termos indígenas que ilustrariam uma natureza brasileira. Isto é, interessa mais o processo de constituição das unidades lexicais do que o seu produto.

Portanto, o que nos parece importante para os inícios de uma produção lexicográfica nesse período é o processo de formação de artigos, que vão ganhando autonomia a partir de rupturas na sintaxe discursiva. Com as descrições encabeçadas por termos indígenas, começa a haver uma separação dessas unidades no corpo dos relatos. Inicia-se a passagem de uma configuração dispersa dos comentários para uma configuração localizada, de uma textualidade narrativa para uma textualidade descritiva e definitiva. A unidade do artigo se assenta com a marcação das entradas, que se destacam do corpo descritivo, mais ou menos extenso, e com sua disposição em seqüência, conforme uma divisão temática: plantas, animais, insetos, localidades etc.

A observação da formação dos artigos nos será útil posteriormente para avaliar a constituição de verbetes nos dicionários de língua, para explicitar as retomadas, os

deslocamentos, os esquecimentos na relação entre os domínios discursivos. Os relatos serviram de base, a partir do século XIX, para a elaboração de dicionários, tanto bilíngües tupi-português, como monolíngües português, além dos chamados "vocabulários de brasileirismos". Eles participam, portanto, do movimento de gramatização que reúne as línguas indígenas e o português do Brasil, sendo que as fronteiras entre essas línguas ora se confundem ora se impõem, como veremos no decorrer da análise.

Para o momento, interessa-nos examinar as rupturas no fio do discurso que levam à fragmentação dos comentários lexicais. Estão em jogo nesse processo de composição dos artigos as narrações, descrições, definições, traduções e os comentários explicativos. E, na conformação das entradas, nos limites da noção de palavra, as seqüências que podem corresponder a frases, sintagmas, termos. Isso nos permitirá observar a ligação entre os artigos, tomados enquanto segmentação textual, e sua constituição na progressão do discurso.

Ainda uma palavra a respeito dos viajantes. As descrições dos relatos muitas vezes são reputadas enganosas, inexatas, infundadas. Mais ainda, por vezes são contempladas como fantasiosas e exageradas. Cremos que de fato as fronteiras entre realidade e ficção por vezes se tornam indistintas no discurso. Não trataremos aqui, no entanto, de trabalhar essa distinção. Se as descrições de um quati, de uma preguiça ou de um peixe-boi são apreendidas na época colonial como fantasiosas, hoje não o são; por outro lado, algumas narrações dos viajantes, tomadas por verdadeiras na época, soam hoje como histórias de pescador. Importa mais, parece-nos, no que concerne à constituição do léxico, o fato de que se formou uma imagem de exotismo nas descrições lexicais, seja quanto ao aspecto de novidade, de exuberância ou de excentricidade. E que os "erros", as "confusões" e a falta de método imputados aos primeiros exploradores não devem encobrir a eficácia de seu discurso no que diz respeito aos aspectos informativo, comparativo e econômico.

Com efeito, os viajantes são freqüentemente denunciados por falta de cientificidade. Considera-se que somente a partir do século XIX, com as expedições científicas patrocinadas pelo Império, houve de fato um subsídio válido para a definição dos elementos naturais do Brasil, única exceção feita, quanto à época colonial, a Marcgraf. A ênfase no aspecto científico pode encobrir a especificidade dos viajantes, sobretudo quanto aos aspectos econômicos, sociais e geopolíticos.

Mesmo quando respondem a interesses dos reinos e das instituições religiosas, os relatos mostram nesse período uma certa distância com relação às autoridades institucionais. Isso é possível graças ao valor do testemunho pessoal de aventureiros e colonizadores. Assim, os fatos lexicais se legitimam pelo peso do depoimento do enunciador, antes do que por injunções institucionais ou critérios científicos. E o

testemunho do viajante, por outro lado, ganha um poder instituidor, através das imagens enunciativas que passa a produzir e fazer circular.

1. Uma prática textual

Quando podemos dizer que um texto constitui uma unidade discursiva do léxico ou pertence ao domínio da lexicografia? Essa questão remete por um lado ao surgimento dos primeiros trabalhos lexicográficos, que listavam, comentavam ou explicavam itens lexicais; por outro, aos inícios da lexicografia enquanto prática autônoma.

Os dicionários atuais apresentam uma complexidade textual considerável. Eles foram ao longo dos tempos acumulando funções e desenvolvendo técnicas de espacialização da linguagem. Hoje, em um mesmo verbete de um dicionário de língua, podemos encontrar: etimologia, definição, sinônimo, exemplo, divisão da significação, além de um grande número de indicações, incluindo ramo científico, situação geográfica, dialeção etc.

Para compreender as diferentes formas de organização do texto lexicográfico, faz-se necessário levar em conta a historicidade das práticas textuais nesse domínio. Vamos traçar um breve percurso através da história do saber lingüístico para em seguida retornarmos ao caso brasileiro.

1.1. Antecedentes

A lexicografia, juntamente com a filologia, é uma das mais antigas atividades lingüísticas de que se tem notícia⁸. O aparecimento de itens lexicais se confunde com os inícios da escrita. Assim, antes da reflexão sobre a linguagem, antes das normas, vem a escrita. E o que aparece primeiro são as listas de palavras. Entre os babilônios, os egípcios, os gregos, os chineses, encontramos manifestações desse gênero. A escrita faz com que o homem se separe da linguagem e esta lhe seja alheia. Segundo Aurox, o que causa a irrupção da reflexão lingüística é a *alteridade* na escrita:

"O que aparece em primeiro lugar são listas de palavras (ou de caracteres para os chineses). Sua utilidade não é muito clara no início; elas têm talvez um papel mnemotécnico e, no caso dos silabários, serviram provavelmente ao aprendizado da escrita. Mas o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão lingüística é a

⁸ Para a redação desta sessão, realizamos uma leitura de Telmo dos Santos Verdelho (*As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Universidade de Aveiro, 1988) e de Sylvain Aurox (*Histoire des Idées Linguistiques*, t. 2, Pierre Maretega, Paris, 1989), de onde utilizamos algumas informações.

alteridade, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita." (Auroux 1992: 22)

É desse modo que, conforme Auroux, os egípcios se ressentem das palavras não autóctones e os escribas utilizam diferentes convenções para indicar o uso fonético. Os chineses têm dificuldade de ler textos antigos e, no primeiro século antes de nossa era, o desenvolvimento do budismo leva à transliteração de textos sânscritos, aparecendo as primeiras considerações fonéticas.

Nos babilônios, encontramos listas de palavras desde três milênios antes de nossa era. Protágoras de Abdere, no quinto século antes de nossa era, compila um léxico de palavras difíceis encontradas em Homero.

Interessa-nos notar nessa pré-história da lexicografia os modos como ela vai se desenvolvendo enquanto uma prática textual. A alteridade lingüística se apresenta então de diversas maneiras e isso vai levantando diferentes questões a trabalhar. Os textos se tornam antigos e se acumulam, é preciso traduzir palavras estrangeiras, transcrever textos, decifrá-los. O estudo do léxico e da significação logo se fazem necessários.

Na Idade Média, com a ascensão dos vernáculos e o investimento no latim como língua de cultura, ganha fôlego a produção de enciclopédias, glossários e dicionários.

Nos séculos VI-VII, Isidoro de Sevilha compõe suas *Etimologias*, texto obrigatório em quase todas as bibliotecas européias, a partir do período carolíngio. Composto de vinte livros, contemplava desde as artes liberais, com destaque para o trivium (lógica, retórica e gramática), até as artes utilitárias: saber jurídico, teológico, ciências da guerra e do mar, tempo e espaço cotidiano. As *Etimologias* se situam num lugar intermediário entre o dicionário e a enciclopédia, tomando as palavras por tema. Foi bastante retomada e reordenada em antologias escolares e dicionários.

Os glossários, que se multiplicam a partir do século VI, se desenvolvem com a prática de decodificação e interpretação de textos gregos e latinos na escola. Numa primeira fase, eram editados à margem ou no meio do texto. Numa segunda fase, organizavam-se em ordem alfabética ou por domínios temáticos. A lexicografia então estava ligada a textos, que se comentavam e interpretavam. Esse processo, levado adiante, resultará na autonomia do glossário. Este se desprenderá do texto e passará a ser usado no ensino de línguas. Os glossários serão a base para a produção dos dicionários.

Com estes últimos, a lexicografia se estabelece como disciplina autônoma. A partir do século XI, um conjunto de dicionários medievais circula pelos centros escolarizados da Europa. Ordenados em ordem alfabética, eram no entanto de consulta difícil⁹ e

⁹ Os dicionários dessa época consistiam em textos de difícil manipulação, por vezes de grandes dimensões. Só mais tarde, com a imprensa e a escolarização, os textos circularam mais facilmente. As

direcionavam-se a mestres e estudiosos. Dentre esses dicionários, podemos destacar dois: o *Papias*, que inclui unidades lexicais descontextualizadas e entradas com enunciados teóricos, formando uma unidade de língua, e o *Catholicon*, de João Balbo de Gênova, o primeiro a ser impresso pelo próprio Gutenberg no século XV.

Em síntese, utilizando a ordenação de Auroux (1992), podemos conceber a constituição da lexicografia segundo os seguintes eixos:

- "a. Listas temáticas de vocabulário (que passam de língua a língua; cf. Sidarus, 1990, sobre listas egípcias), que podem ser reduzidas a uma profissão (medicina) ou a um setor só da realidade (as plantas, as armas etc.). Esses tipos de listas constituem sem dúvida os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Elas podem existir antes da escrita e, se não têm originariamente uma vocação lingüística, adquirem-na facilmente. As *nominalia*, como as chamamos na Idade Média, foram o suporte onomasiológico da aprendizagem medieval do latim. É assim a *Elementarium doctrinae erudimentum* do italiano Papias (século XI). Mas elas podem também servir para os vernáculos (o tratado de Walter de Bibbesworth, composto entre 1180 e 1190, tem por finalidade a aprendizagem do francês). A classificação onomasiológica será freqüente até o século XVI. Podemos relacionar a estas obras os modelos de diálogos, cartas etc. que tocam sempre um assunto específico;
- b. Em uma língua dada, listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor etc. Os gregos dispunham já desses instrumentos. Na Idade Média são as glosas interlineares agrupadas que, pouco a pouco, dão origem a *glossários* (Buridant 1986:19). Eles introduzem notadamente o fato de explicar uma palavra mais difícil por palavras mais fáceis ou palavras do vernáculo;
- c. Glossários independentes alfabéticos mono-, bi- ou n-lingües. Os glossários monolingües medievais do latim são necessariamente instrumentos destinados a aprender o latim como segunda língua. Os glossários bilingües se multiplicam geralmente entre o fim do século XIV e o do XV." (Auroux 1992: 71)

1.2. A lexicografia no Renascimento

O período renascentista reúne vários fatores que condicionaram o desenvolvimento da lexicografia: a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e a relação com a língua nacional (*uma nação, uma língua*), a imprensa, a expansão colonial,

viagens, comércio, contato entre povos com diferentes línguas. O núcleo de seu desenvolvimento formou-se com os dicionários. Tracemos um breve panorama da produção europeia da época.

De acordo com a tipologia de Verdelho (1988), o Renascimento apresentava, em grandes linhas, os seguintes dicionários:

- a) Grandes dicionários do latim. Destaca-se o *Dictionarium seu Linguae Latinae Thesaurus* (1531), de Robert Estienne.
- b) Dicionários bilíngües latim-vernáculo e vice-versa. Salientam-se o *Lexicon Latino-hispânico* (1492) e o *Vocabulário Hispano-latino* (1495), ambos de Nebrija.
- c) dicionários plurilíngües tendo como base de referência as línguas clássicas. Distingue-se aqui o Calepinus (*Lexicon Latinum, Variarum Linguarum interpretatione adjecta*)
- d) Dicionários especiais de âmbito escolar, dicionários poéticos e pequenos dicionários organizados por temas.
- e) Vocabulários práticos plurilíngües, intervernáculos, ao serviço da comunicação nas relações comerciais e políticas, alheios a qualquer preocupação literária.

Além dessa tipologia, costuma-se levar em conta a distinção entre os "dicionários de língua" e os "dicionários de coisas" ou referentes. Esta distinção dificilmente se aplica rigidamente e as fronteiras entre esses tipos com frequência se misturam. Mesmo assim, ela teve a partir do século XVI uma importância crescente, com consequências práticas e metodológicas, delineando até mesmo uma divisão do trabalho lexicográfico. No artigo "Dictionnaire" da *Enciclopédia*, D'Alembert efetua uma distinção triádica entre dicionários de línguas, dicionários históricos e dicionários das ciências e das artes, ou seja, entre dicionários de palavras, dicionários de fatos e dicionários de coisas (cf. Verdelho 1988).

1.3. Lexicografia portuguesa

A lexicografia portuguesa é relativamente tardia. Na Idade Média conhece-se apenas um dicionário de verbos latim-português, o único dicionário português antes do de Jerônimo Cardoso (*Dicionário latim-português*). Além disso, encontram-se somente textos contendo algumas definições. A partir do século XVI o processo de gramatização das línguas, sob a base de gramáticas e dicionários, se acentua (Auroux 1992) e esse movimento progride através de transferências tecnológicas. Na lexicografia europeia, e particularmente na portuguesa, os dicionários de Estienne, Nebrija e Calepino tiveram um papel disseminador. Intensificam-se então as práticas de compilação e despontam questões como a atualização e o ideal de exaustividade. Isso traz à tona discussões sobre as distorções, a reivindicação da autoria, as desatualizações, a utilidade dos vocabulários.

A obra de Jerônimo Cardoso é considerada fundadora da lexicografia portuguesa (Teyssier 1983). Resume-se em três volumes: um vocabulário latim-português, organizado tematicamente; um dicionário alfabético português-latim (1562-1563) e um latim-português (1569-1570). Depois dos dicionários de Cardoso, seguiram-se os de Agostinho Barbosa, o *Dictionarium lusitano-latinum* (1611), e o de Bento Pereira, o *Thesouro da Língua Portuguesa*, reeditados até o século XVIII. O *Vocabulario portuguez e latino* de Rafael Bluteau, dez volumes publicados entre 1712 e 1728, também é um marco da lexicografia portuguesa, tendo servido de base para Moraes Silva elaborar o primeiro dicionário monolíngüe do português, o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789).

Os portugueses não restringiram sua produção do Renascimento ao âmbito nacional. Com o expansionismo, elaboraram gramáticas e vocabulários de importância na África e na Ásia, além de no Brasil. Salientam-se, no que toca ao léxico, o *Vocabulário da Língua Canari* (final do séc. XVI) e o *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Iaponicum* (1595), este último tendo sido fonte para todos os dicionários japoneses até o século XIX (Buescu 1992).

1.4. A situação brasileira

A produção lexicográfica brasileira deve ser considerada a partir das práticas textuais que a foram constituindo desde os inícios da colonização. Nesse sentido, ela apresenta uma certa descontinuidade com relação à produção europeia. Diremos que ela se constitui em uma outra formação discursiva. Isso significa que seus objetos, temas, enunciados, organizam-se segundo outras regularidades. É certo que falar em uma ruptura total, que apague os desenvolvimentos anteriores e que faça irromper a realidade local a partir do nada, seria encobrir o movimento dessa massa de discursos que invade a cena brasileira com os relatos. Esta não é nossa posição. Há muitas filiações possíveis: por exemplo, entre as narrações dos viajantes e as de historiadores gregos. Ou entre as listas de elementos da fauna e flora e as listas temáticas de vocabulário que circulam desde a Antiguidade. No entanto, notam-se algumas condições que distinguem a situação brasileira do conjunto das produções da época. Consideremos algumas delas.

Em primeiro lugar, os textos de base do saber lexicográfico são outros. Enquanto a lexicografia europeia se desenvolve a partir do estudo de textos antigos, de onde surgem os glossários e mais tarde os dicionários bilíngües latim-vernáculos, no Brasil essa prática não se realiza. Não é um texto antigo que serve de fonte para as compilações e as interpretações lexicais. É o próprio texto do relato o provedor de itens lexicais, de descrições, definições e comentários. Do próprio corpo do relato destacam-se as formulações lexicográficas, as quais mais tarde serão reaproveitadas, transformadas,

sintetizadas, ajuntadas, nos dicionários bilíngües e monolíngües dos séculos XVIII e XIX. Não é tampouco a literatura, nesses inícios, a provedora da materialidade lexicográfica, como foi para os italianos e espanhóis. Camões irá se tornar um estandarte da união do léxico do Brasil com o de Portugal, sobretudo na visão dos "puristas" que colocavam o ramo português como originário, mas não se conjuga com a produção do Brasil colonial. Esta foi adiante por meio desses textos quase sem fronteiras que são os relatos, misto de narração épica, ciência natural, documento oficial, saber enciclopédico, literatura fantástica, retórica, informação, propaganda.

Em segundo lugar, o caso brasileiro supõe uma outra relação com a alteridade linguística. Não é uma língua "morta", originária, que fornece, na sua genealogia, os novos elementos do léxico. É a língua indígena, tomada sincronicamente, que, de par com o português (ou o alemão, o francês, o latim, conforme a língua de cultura do viajante), estabelece a conjunção de língua que servirá de base a uma lexicografia local. Singular conjunção essa que impediu uma ligação mais forte com a tradição ocidental. Os elementos de línguas indígenas, principalmente do tupi da costa, se inseriram pontualmente nos relatos, formando uma constelação de nomeações, comentadas e explicadas. Um bilingüismo orientado para o comentário na língua de origem do viajante. Se imaginamos as possibilidades lexicográficas nessa conjuntura, com a presença de centenas de línguas indígenas no território brasileiro, fica sem fundamento a afirmação de que nada de novo poderia ser produzido no país devido a seu "estado primitivo". De fato, o grande número de neologismos (mais tarde brasileirismos) do que ulteriormente se legitimou como o português do Brasil teve suas condições de aparecimento nos relatos. Eles apareceram na descrição não somente dos elementos naturais como na dos aspectos sócio-culturais dos povos indígenas. E se analisamos o processo de constituição do léxico brasileiro, devemos aceitar que foi ocorrendo não um acréscimo de itens, não um aumento progressivo da contribuição indígena, mas sim um controle da alteridade, uma restrição dos domínios lexicais que privilegiou o aspecto naturalista, uma contenção da mistura de línguas, da dialeção e da extensão das nomenclaturas.

Uma outra particularidade da conjuntura brasileira concerne ao modo de circulação dos textos. Com a ausência, até o início do século XIX, da imprensa, os relatos só foram publicados na Europa, sendo pouco difundidos no Brasil. Isso, aliado à censura religiosa aos livros pagãos, explica porque a produção missionária se erigiu de modo tão independente com relação aos viajantes. Como bem mostra Antônio Cândido (1981), ao abordar o caso da literatura, o modo de circulação dos textos dos primeiros viajantes não permite que haja no Brasil um sistema que reúna autores, obras e leitores. Daí as lacunas, os espaços vazios, as trilhas batidas e abandonadas da lexicografia brasileira. Compõe-se um espaço fragmentado, que dificilmente se amolda a uma sistematicidade unificadora, nem no aspecto de língua, nem no de domínios de saber.

Porém, tomados esses textos em seu conjunto, eles se relacionam de algum modo específico. Percebe-se uma sobreposição dos itens lexicais, uma acumulação das variantes linguísticas que abrange: a) diferenciação nas formas ortográficas (para a mesma palavra, diferentes formas escritas); conforme a procedência e a sensibilidade fonética do viajante, os termos indígenas resultam em transcrições diferenciadas; b) amontoamento de nomeações para os elementos naturais (para a mesma referência, diferentes palavras); c) repetição das formas narrativas e descritivas: o acontecimento discursivo chamado de "descoberta", "conquista", "invasão" etc. consta de uma série de formulações repercutidas incessantemente, de onde podemos detectar uma regularidade enunciativa. Igualmente, as formas descritivas vão fixando enunciados explicativos e classificatórios. Observaremos essas formas discursivas um pouco mais adiante.

Mencionemos ainda outro domínio precursor da tipologia lexicográfica brasileira. Trata-se do gênero do diálogo. Conforme Buridant, com o desenvolvimento do poliglotismo no século XVI, os dicionários, e particularmente os métodos práticos de aprendizado de línguas, utilizam agrupamentos onomasiológicos por vezes inseridos em modelos de diálogos e conversação. Esses dicionários se expandem nesse período, servindo de *vademecum* aos viajantes. Mas eles se desenvolveram desde a Idade Média, aliando lexicografia e retórica. Os *Colloquia*, nos mosteiros, se destinavam a que os noviços aprendessem o latim falando inicialmente em sua língua vernácula. Nas escolas eclesiásticas, imaginavam-se conversações entre mestres e aprendizes, como mais tarde fará Erasmo, no século XVI (cf. Buridant 1986). Os relatos brasileiros muitas vezes representam situações dialogais. Some-se a isso a retórica dos missionários que, através dos dicionários, cartilhas, catecismos e diálogos, organizam domínios lexicais com base dialógica.

A situação brasileira, em resumo, nesses preâmbulos da lexicografia, pode ser apreciada de acordo com as seguintes filiações quanto à textualidade: as listas temáticas sempre presentes desde a Antiguidade; os textos enciclopédicos, os dicionários de contato com diálogos. Além disso, a produção dos viajantes prenuncia diversas formas de conhecimento, que a partir dali delimitarão domínios lexicais. Podemos incluir aí a etnografia, as ciências naturais, a antropologia, e a própria lexicografia. Nesse momento inicial o interesse pela língua é bastante restrito. Ele só se estabelecerá com o avanço dos missionários, quando aparecem os primeiros dicionários de língua - os bilíngües português-tupi e vice-versa.

A produção monolíngüe brasileira se bifurcará em dois ramos. O primeiro, confundindo-se com a tradição portuguesa, inclui os dicionários de língua portuguesa, desde o Moraes e Silva (1789). O segundo engloba os dicionários de *brasileirismos*, que desde o século XIX servem de "complemento" aos dicionários do português. Acrescente-se a estes dois ramos um terceiro reunindo os diversos dicionários que nesse

mesmo século aparecem: de regionalismos, de termos técnicos e científicos, de sinônimos, entre outros.

1.5. Discurso e tipologia: narração, descrição, diálogo

As tipologias em Análise de Discurso podem servir de ponto de partida para a análise, mas não constituem em si uma unidade no discurso. Assim, as grandes tipologias em lexicografia devem ser tomadas com cautela. Como trabalhamos com a particularidade, cada instância discursiva, cada fato de discurso apresenta uma maneira própria de relacionar os enunciados, de organizar as formas sintáticas, assim como de trabalhar a relação real-simbólico-imaginário. Por isso, as tipologias, que servem de ponto de partida para a análise, serão aqui trabalhadas em vista das regularidades discursivas, lembrando que a unidade nesse caso é definida em termos de formações discursivas. É preciso compreender o modo de aparecimento das tipologias, sua constituição histórica, seus efeitos nos domínios de saber. A distinção, por exemplo, entre *dicionário de coisa* e *dicionário de língua*, que se acentua a partir do século XVI, aponta uma divisão do trabalho lexicográfico, com a especialização dos estudiosos de língua, que se separam dos filósofos, cientistas naturais, teólogos etc., ganhando um lugar específico no campo do conhecimento.

A análise do corpus de viajantes realizou-se sobre as formas discursivas dos relatos; por conseguinte, as tipologias serão trabalhadas em vista dessas formas. Como dissemos mais acima, ainda não há nesses textos uma segmentação demarcada dos comentários lexicográficos, os quais se exibem pontualmente em meio à narração. Com a sucessão dos discursos, eles vão ganhando corpo e se envolvendo mais com as formas descritivas. Do mesmo modo, há formas de diálogo que estruturam configurações lexicográficas. Essa tipologia narração-descrição-diálogo será analisada em vista da formação de um domínio lexicográfico.

Ao avaliar o papel das tipologias na AD, Eni Orlandi distingue duas funções que elas desempenham. Primeiramente, elas podem ajudar a esclarecer o funcionamento institucional do discurso. É o caso da distinção tipológica entre discurso político, religioso, jurídico, pedagógico etc., que deriva da distinção de lugares institucionais tais como escola, igreja, direito, com suas normas. Por outro lado, a tipologia tem uma função heurística, fazendo intervir critérios para a consideração dos discursos em suas diferenças (Orlandi 1994). Examinando a tipologia que distingue narração-descrição-dissertação, a autora mostra que no século XIX há uma passagem da narração para a descrição, que é também uma passagem do discurso de colonização para o naturalista, da inscrição do Novo Mundo na história, ainda que do colonizador, para o efeito da cientificidade da observação. Em relatos de naturalistas da época, por exemplo, Orlandi

nota que "as narrativas, quando aparecem, têm a estrutura de narrativa e o efeito de descrição; espera-se um acontecimento e se tem uma paisagem, uma fisionomia de relevo". Deste modo, a tipologia narração-descrição-dissertação fica situada em suas formas históricas de aparecimento. Nesse movimento, em que esses tipos jogam de modo específico, vai se constituindo uma divisão do trabalho da leitura, que distingue o literário do científico:

"Podemos distinguir, na descrição, seu movimento ambíguo, entre literatura e ciência. Enquanto forma retórica do texto ela se particulariza em seu estatuto literário; enquanto método, ela se especializa em seu caráter científico. Mais do que o "tipo" de discurso, então, o que faz os efeitos da descrição é a divisão do trabalho da leitura (cf. Pêcheux 1981): o sujeito à interpretação (o literário) e o logicamente estabilizado (o científico). Estes dois gestos de leitura, absolutamente distintos, se conjugam nos relatos naturalistas. De um lado, a descrição tem uma leitura literária articulando-se à narração e à dissertação, de outro, se apresenta como método, ou melhor, como procedimento científico da abordagem do objeto. Essa ambigüidade, esse equívoco, constitui os sentidos da descrição nesses discursos, nos séculos XVIII e XIX." (Orlandi 1994: 56)

Tais considerações nos serão úteis para a análise da relação entre os tipos narração-descrição-diálogo, concentrando-nos em nosso caso na época colonial. Notemos ainda que o que nos interessa na análise é o funcionamento de mecanismos enunciativos que eles colocam em jogo. Desta forma, não efetuamos através desses tipos uma distinção categórica, mas explicitamos o seu modo de enunciação, cujo processo compreende uma atualização temporal e espacial do sujeito em seu discurso (cf. Orlandi 1989: 114). Passemos então aos viajantes.

2. Caminha: a narrativa oficial

Enviada ao rei de Portugal, a carta de Pero Vaz de Caminha relata a chegada ao país, o contato com os índios, o estado da terra e as primeiras atividades dos portugueses. As formas narrativas nessas primeiras formulações se misturam com as descritivas e alguns itens lexicais são pontualmente comentados. As primeiras impressões sobre o país são esboçadas e logo aparece a primeira nomeação, a do "Monte Pascoal", que representará um marco na cena da descoberta e na toponímia brasileira:

"E à quarta-feira seguinte pela manhã topamos aves a que chamam fura buchos e neste dia a horas de véspera houvemos vista de terra .s. primeiramente dum grande

monte muito alto e redondo e de outras serras mais baixas ao sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal." (Caminha, 1968: 6)

O discurso de Caminha, pode-se dizer, carrega um tom oficial. Sua narrativa se estrutura pelo caráter ritualístico da posse. O narrador Caminha na verdade pouco se demora em suas próprias ações, ele se concentra nas dos outros, sobretudo naquelas dirigidas pelo capitão da frota. Ele ainda não mostra aquela individualidade de que outros viajantes e aventureiros se gabarão, aquele cunho épico das narrativas de aventuras. Reserva-se diante do lugar que as autoridades ocupam. Narra as ações do "capitão das naus" dirigindo-se para o rei ("vossa alteza"). Do mesmo modo, registra as atividades das autoridades religiosas e dos principais agentes de reconhecimento. As instituições (o reino, a marinha, a igreja) falam por ele. É com esse lugar enunciativo que emerge o sujeito da nomeação: o capitão, autoridade da descoberta e da posse, é quem coloca os nomes na cena do achamento ("o capitão pôs nome o monte pascoal"), assim como os marinheiros, autoridades do mar, colocam nomes nas coisas de seu ofício ("eram muitas quantidades de ervas compridas a que os mareantes chamam botelho e assim outras aves a que chamam fura buchos").

As nomeações, via de regra, giram em torno de categorizações gerais como *aves*, *plantas*, *terra*. O sujeito lexicográfico, quando não tomado pela voz das autoridades, se mostra ainda vacilante, as palavras faltam e as nomeações são moduladas por verbos como "parecer", como se o escrivão, tomado pelo espanto e pela dúvida, ainda não distinguisse bem as coisas que vê: "nos parecia mui longa terra", "algumas pombas seixas e pareceram-me maiores em boa quantidade que as de Portugal". Não há descrições pormenorizadas. O imaginário edênico e a esperança de encontrar ouro e prata detêm a atenção do conquistador, mais do que o desejo de conhecer as coisas em detalhes. Ainda não é o momento de guardar as palavras, mas sim de decifrá-las como enigmas, de tomá-las como *sinais*, a fim de descobrir o caminho das riquezas. Algumas plantas ("ervas compridas", "botelho", "rabo d'asno") e aves ("fura buchos"), primeiros seres mencionados próximo à costa, são vistos como "sinais de terra"; a presença de animais e plantas é sinal de que a terra é rica e abundante; os gestos e acenos dos índios, ao observarem um colar e um castiçal dos europeus, indicam que na região existe ouro e prata. O léxico aqui ainda não adquiriu uma função representativa, mas sim uma *função indicativa*.

Não encontramos nenhuma palavra indígena em Caminha. A língua dos autóctones, incompreensível para os recém-chegados, permanece intocada. O diálogo não é representado linguisticamente, já que a conversação se realiza através de gestos. Mas já nesse momento desponta uma orientação metodológica para o conhecimento da

língua. Caminha sugere que, ao invés de se enviarem à Europa índios cuja fala ninguém entende, se deixem no país dois degredados, a fim de conhecerem a língua e poderem posteriormente fornecer melhores informações sobre o país. É o início da formação de intérpretes e do estabelecimento de uma prática lingüística bilíngüe que marcará a lexicografia colonial. A importância do "diálogo", portanto, logo trará consequências práticas para o estudo das línguas.

Também se depreende do relato um aspecto temporal específico. Há como que um batimento na narrativa alternando o momento do encontro, a constatação da posse, da existência dos seres, das trocas efetuadas, e um tempo a chegar, tempo da fartura, da riqueza, dos benefícios. De um lado, as primeiras observações empíricas; de outro, o esboço de conjecturas a respeito do futuro da colônia. A dimensão realista e a utópica se alternam.

O discurso da Carta se assentou de modo específico na história. Orlandi (1994), ao realizar uma análise da formulação "nessa terra em se plantando tudo dá", mostra que ele não corresponde exatamente ao texto original ("Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo..."). No entanto, é aquele enunciado que se firma. O que funciona então no discurso são mais as imagens enunciativas do que os enunciados empíricos. Isso nos leva a considerar, que, apesar de em Caminha não encontrarmos empiricamente novos elementos lexicais, nele se erige uma imagem enunciativa fundadora de um léxico brasileiro no seu nível de constituição. Uma imagem que fixa a cena do contato, permeada pelo cunho oficial e pela função indicativa, e que evoca a possibilidade de um léxico rico e abundante.

3. O testemunho de Hans Staden e a formação de artigos

O discurso de Staden mostra o início da formação dos artigos, sua segmentação no texto, a configuração de uma nomenclatura organizada tematicamente e o desenvolvimento de uma prática descritiva, ainda intermitentemente atravessada pelas formas narrativas. Descrição e testemunho se justapõem no mesmo enunciado, produzindo um efeito de autenticidade: o léxico se legitima pelo testemunho pessoal e não pelo peso intitucional. É um modo de enunciação que põe em relevo a prática de observação. Esta posteriormente será elaborada em diversos domínios: etnografia, ciências naturais, lingüística, alcançando estatuto metodológico e científico.

Hans Staden expõe em *Dois viagens ao Brasil* os acontecimentos durante sua estada no país entre 1547 e 1555. Queremos indicar em seu discurso alguns processos que vão em direção à organização de uma prática lexicográfica. Salientemos que não havia até então uma preocupação significativa com a língua, mas sim com a produção de um saber de tipo enciclopédico, onde podemos localizar: 1. a emergência de um modo de

enunciação baseado no testemunho pessoal, que desencadeia um processo identitário; 2. a delimitação de domínios temáticos (viagens, animais, plantas, costumes dos índios); 3. a formação de artigos, isto é, de unidades textuais encabeçadas por uma palavra (que se confunde com a coisa), a qual é descrita, comentada, explicada.

3.1. Gentílicos

Enquanto Caminha se oculta atrás das vozes oficiais, o aventureiro alemão assume o lugar do narrador pessoal. As vozes institucionais perdem força diante do arcabuzeiro capturado pelos indígenas: o homem comum ganha notoriedade com as notícias do Novo Mundo. Staden conviveu como prisioneiro durante nove meses entre os índios tupinambás. A individualização do locutor levanta uma questão de identidade, que os mecanismos enunciativos evidenciam. O "eu" do locutor se defronta, por um lado, com a diversidade de povos indígenas; por outro, com a transnacionalidade. A situação de contato faz com que esses dois fatores se relacionem:

"Os portugueses que aí moram são amigos de uma tribo de selvagens brasileiros, os tupiniquins, cuja região se estende em oitenta milhas para o interior da terra e quarenta ao longo da costa. Ao norte e ao sul desta região habitam inimigos desta tribo. Os inimigos ao sul são os carijós, os do norte chamam-se tupinambás. Estes são também denominados pelos seus contrários tabajaras, o que significa simplesmente "inimigo". Causaram aos portugueses muitos danos e por isso, ainda nos dias presentes, devem acautelarem-se deles" (Staden 1942: 73).

Nesse entroncamento de povos e nações, formulam-se no discurso as nomeações dos gentílicos. Estes, juntamente com os antropônimos e topônimos, serão amplamente disseminados nos textos e por vezes incluídos em listas separadas do texto narrativo. Mas o que nos importa por enquanto é o modo de acumulação e diferenciação desses itens. O discurso de Staden nos deixa perceber uma certa discrepância enunciativa, a partir da qual os gentílicos se entrecruzam. Representando as relações entre as nações, a indicação deles compõe um panorama geopolítico do território. Os *tupinambás* são denominados pelos *carijós* como *tabajaras*, ou inimigos; há superposição dos nomes e diferenciação política. Os portugueses são amigos dos tupiniquins, os franceses dos tupinambás, e o locutor fica interpelado por essas relações. Qual a imagem desse alemão para os tupinambás: aspecto físico de francês (amigo) mas de língua diferente, confundido então com português (inimigo)¹⁰. Ocorre o que poderíamos chamar de "erro

¹⁰ O filme *Como era gostoso meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos, mostra bem o conflito identitário desse aventureiro prestes a ser devorado pelos índios.

de pessoa", que é o gatilho de um processo identitário que afeta a questão da nacionalidade.

Consideramos a identidade como um movimento, que tem historicidade: "Ela mesma se faz como um movimento (relação identidade/alteridade) e, além disso, ela se faz como um movimento na história. Isto é, ela tem historicidade" (Orlandi 1990: 171). Como mostra a autora, na história do contato a relação entre brasileiro e índio está permanentemente em movimento, não havendo delimitações nítidas nessa zona cambiante. Com relação aos gentílicos, que nos concerne aqui, o movimento identitário em Staden vai em direção a uma zona de nacionalidade bastante complexa. Lembremos que no século XVI, como afirma Holanda (1989), não se sabia se o Brasil seria português ou francês, sem falar na ulterior presença holandesa. O alemão, olhando essas relações como estrangeiro, nos fornece um quadro das disputas e dos deslizamentos identitários em jogo.

Os gentílicos indígenas posteriormente serão utilizados para o estabelecimento de famílias étnicas e lingüísticas, de modo que o contexto político se encobrirá, ou antes, será substituído pela distinção tupi-português durante o Império, ou seja, entre o "índio primitivo" e o "colonizador". Em Staden, essas fronteiras não estão fixadas e o jogo de especulação identitária se mostra em pleno andamento.

A dêixis enunciativa é também um procedimento interessante para se observar os processos identitários. Ela cria uma diferenciação espacial característica desse momento da constituição do léxico. Os relatos, via de regra, eram escritos após as viagens, no país de origem dos locutores. Com isso, o lugar de enunciação fica referido como outro que não o Brasil: "Os morcegos são maiores do que *aqui na Alemanha*" (grifo nosso). É uma das marcas que mostram o entrecruzamento de nacionalidades, lugares enunciativos, pontos de referência. Será preciso esperar a reivindicação nacionalista para trabalhar essa discrepância, essa ilusão referencial, e para defender que "aqui é aqui". Na lexicografia, isso terá lugar com o estudo dos "brasileirismos", no movimento de consolidação de uma língua nacional no século XIX.

3.2. Descrição e testemunho

Visto que no discurso se constrói um "eu" que, em seu movimento de identidade, vai se situando em meio às disputas entre povos e nações, voltemos ao problema da tipologia. O texto do aventureiro apresenta uma divisão em que, na primeira parte, expõem-se "as viagens"; na segunda, "a terra e seus habitantes". A princípio, pode-se imaginar uma distinção entre narrativa e descrição. Até certo ponto, com efeito, isso se confirma. De início, é explorado o tema das viagens e do cativo, com os acontecimentos e ações correspondentes; depois, é descrita a fauna e a flora. Essas

diferenças, a grosso modo, podem ser explicitadas considerando-se a predominância dos verbos de ação, por um lado, e dos verbos de existência (*há, encontra-se, existem*), por outro. É já uma separação que começa a se esboçar. Com isso, vão-se delineando divisões textuais encabeçadas por termos, ora em língua indígena ora em língua nativa do viajante.

Ao examinarmos a seqüencialidade de discursos de viajantes, mostramos, em um outro trabalho (Nunes 1994), uma passagem da narração dos atos à descrição das coisas. Ela se resume no seguinte esquema: (Y [descobrir] X) → (Em X [há] Z) → (ZP), onde Y representa o sujeito viajante, X representa um conjunto de complementos dos verbos de ação ("descobrir", "conquistar", "encontrar", "invadir", etc.), que indicam geralmente um lugar ou um grupo de elementos naturais; Z reúne os objetos descritos e P compreende um conjunto de extensões e determinações de Z, que emergem com as descrições. O que acontece então nesse percurso temático é que P se desliga textualmente e passa a compor unidades autônomas. Porém, embora esses domínios textualmente se separem, eles permanecem discursivamente ligados por fenômenos de co-referência, de modo que nas descrições fica simulada a posição do narrador-viajante. Vejamos como se realiza esse processo nas descrições de Staden.

Tomemos o exemplo seguinte:

"Há ainda uma espécie de caça, chamada saruê. O animal tem o tamanho de um gato, tem pelo cinzento escuro ou claro, e uma cauda também como um gato. Quando dá cria, tem seis filhotes mais ou menos. No ventre há uma fenda de cerca de meio palmo, e no interior da fenda uma outra pele, pois o ventre não é aberto. Dentro desta bolsa estão também as tetas. Para onde vai, leva consigo os filhotes na bolsa, entre as duas peles. Ajudei muitas vezes a caçar saruês e retirei os filhotes de dentro da bolsa" (Staden 1942: 191).

Esta seqüência é uma das que compõem o conjunto de descrições de elementos da fauna. A introdução já aponta uma certa organização textual. Os nomes que encabeçam a descrição ("espécie de caça", "saruê") estão posicionados no início do texto, separando-se da descrição, que vem em seguida. Note-se que a formulação introdutória ainda é marcada pelo discurso narrativo ("há ainda"), em que se enumeram as coisas existentes no país desbravado. Do mesmo modo, o gesto de nomeação está representado ("chamado saruê") pelas enunciações indígenas, portuguesas, européias etc. A nomeação ainda não é uma evidência e ela não se destaca totalmente do corpo narrativo.

A descrição se desdobra em dois modos enunciativos distintos, sendo que em um deles retorna a cena narrativa. Em um primeiro momento, há predominância da descrição propriamente dita, com a objetivação dos aspectos naturais: aparência, dimensão, modo

de reprodução dos seres. Ele corresponde no exemplo acima à seqüência que vai de "O animal..." até "...peles". Esta seqüência é dominada pelo tempo no presente. Há como que uma suspensão da temporalidade narrativa em favor da temporalidade da descrição. Em um segundo momento, é retomado o fio narrativo. O sujeito volta à cena e o tempo é marcado no passado. O fragmento que vai de "Ajudei..." até o final apresenta um testemunho, em forma narrativa, feito pelo enunciador da descrição. Testemunho esse que reafirma e valida o enunciado descritivo. Esses testemunhos recorrem freqüentemente, irrompendo logo após as descrições e encerrando-as. Assim, por exemplo, depois de descrever o tatu, Staden termina com: "Comi dela muitas vezes", testemunhando que experimentara a carne do animal; depois de descrever os morcegos, declara: "Quando estava entre os índios, arrancavam-me muitas vezes um pedaço dos artelhos", comprovando sua presença entre os índios e a experiência com o objeto da descrição.

3.3. Descrição do processo e descrição da coisa

É interessante notar que a delimitação do léxico se concentra nos aspectos naturais. Ou seja, é nesse domínio que começa a haver uma sistematização da descrição com base na palavra e será esse o domínio privilegiado posteriormente na lexicografia brasileira. Em Staden, no entanto, os elementos naturais, ainda que já mereçam destaque à parte, ocupam pouco de seu relato. No espaço reservado à fauna e flora contamos apenas dezesseis itens (animais: veado, porco-do-mato, macaco, tatu, saruê, tigre, leopardo, tunga, morcego, abelha, guará-piranga; árvores: genipapo, algodão, pimenta, raízes)¹¹. Prevaecem no viajante alemão, mais do que as descrições dos elementos naturais, as observações etnográficas - uma outra fonte de novos itens lexicais.

Nestas, os comentários não constituem um domínio isolado, eles permanecem inseridos na narração, não havendo uma suspensão desta para a descrição das coisas. Percebe-se que os pontos de introdução de novas unidades lexicais acompanham o fio narrativo. Só que não se trata mais então da narrativa épica, isto é, da exposição dos feitos do viajante, de seus desbravamentos e conquistas. Trata-se da narração enquanto descrição de um processo. O narrador se volta para a descrição dos povos indígenas e do modo de produção de seus objetos culturais. É a distinção história/cultura que se assenta. Tomemos um exemplo. Em um dos capítulos ("o que os selvagens comem como

¹¹ Francisco Franco (Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil*, 1942, p. 192) nota que no Brasil não existiam tigres, leopardos nem leões. O tigre seria a onça pintada ou "jaguar". O leopardo, a onça parda ou "suaçu-arana". Esta discrepância entre palavras e coisas, no confronto entre o léxico europeu e o brasileiro, será uma marca desse período da lexicografia, trabalhada mais tarde no momento da atualização dos textos por diversos especialistas.

pão e como plantam e preparam as raízes de mandioca"), Staden fala sobre a plantação da mandioca e o preparo de alimentos com ela:

"Preparam a mandioca de três modos. Primeiro: trituram sobre uma pedra as raízes totalmente, em pequenos grumos, extraíndo o suco com uma cana, feita de casca de palmas e chamada tipiti. Deste modo se torna seca a massa, que depois passam numa peneira (...)" (Staden 1942: 162).

Seguem logo após os dois outros modos de preparo da mandioca. A enumeração dos processos mostra uma certa organização metodológica, uma incipiente disciplina do olhar. No decorrer da descrição, Staden vai soltando aqui e ali um e outro termo conforme à nomeação indígena. Além do *tipiti* da seqüência acima, temos: "Chamam a estas raízes secas *carimã*"; "Com ela fazem bolos que se chamam *beijus*"; "Obtêm assim, torrando, uma farinha que se conserva perfeitamente um ano. É boa também para comer. Chamam-na *uitán*"; "vasilhas queimadas para tal fim a que chamam *inhêpoã*" (grifos nossos). Observe-se que os itens lexicais aparecem após a descrição e não antes, como ocorre nas descrições dos elementos naturais. Eles ainda não encabeçam, portanto, os enunciados descritivos. São pontos de irrupção dispersos no corpo narrativo.

A distinção entre a descrição da coisa e a descrição do processo se materializa como a separação entre o domínio dos elementos naturais e o dos costumes dos povos indígenas. O primeiro domínio servirá predominantemente aos dicionários de língua, enquanto o segundo aos dicionários de tipo especializado (etnografia, antropologia, folclore). Voltaremos a essa separação, que indica um determinado modo de leitura dos relatos, nos capítulos posteriores.

4. Jean de Léry

Com Jean de Léry, a força do testemunho aumenta ainda mais. O protestante francês, distanciando-se da retórica e da literatura, promete descrever na sua *Viagem à terra do Brasil* apenas o que "vê, ouve e observa". Essa triade corresponde, com efeito, a uma divisão no modo de enunciação. Diferentemente do que ocorre em Staden, onde o testemunho é palavra isolada, desbravadora, e as outras vozes são silenciadas, em Léry o testemunho fica passível de confirmação, de refutação, de avaliação. Não basta ver, é preciso ver e confirmar, "ver e observar". Além disso, há o "ouvir", o "ouvir falar", as inúmeras vozes (dos antigos, dos humanistas, dos aventureiros, dos intérpretes), que incidem sobre os temas e devem ser avaliadas. A discrepância entre palavras e coisas é colocada em pauta, questionando-se a veracidade dos enunciados. Os testemunhos e as opiniões ficam submetidos à averiguação:

"Além desses animais, que constituem a alimentação habitual dos americanos, comem eles crocodilos, chamados *jacarés*, os quais têm a grossura da coxa de um homem e comprimento proporcional; não são perigosos pois, como me foi dado ver muitas vezes, os selvagens os trazem vivos para as suas casas e as crianças brincam em redor deles sem mal algum. Entretanto, ouvi contar aos velhos das aldeias que, nas matas, são às vezes assaltados e encontram dificuldades em se defender a flechadas contra uma espécie de *jacarés* monstruosos que, ao pressentir gente, deixam os caniçais aquáticos, onde fazem o seu covil. A esse respeito, além do que Plínio e outros referem dos crocodilos do Nilo, no Egito, diz o autor da "História Geral das Índias" que matou crocodilos perto da cidade de Panamá, com mais de cem pés de comprimento, o que é coisa quase incrível. Observei os jacarés medianos e vi que têm a boca muito rasgada, as pernas altas, a cauda chata e aguda na extremidade. Confesso que não verifiquei se esses anfíbios conservam imóvel a mandíbula superior, como geralmente se acredita" (Léry 1980: 139).

Percebe-se na descrição do jacaré o jogo das vozes conflitantes com a observação do viajante, o embate entre o que ele vê, o que ouve contar e o que lê nos autores. A refutação é constante em Léry, que se opõe aos dizeres que considera enganosos. É assim que, no exemplo acima, contesta a afirmação de que os jacarés sejam perigosos. Sabe-se da disputa entre Léry e seu compatriota Thevet a propósito da veracidade das afirmações de um e outro¹². Tudo fica sujeito à observação, à crítica, à verificação e à falsificação. A construção da evidência, ao se acentuar, faz emergir a noção de erro, de engano, falsidade. Isso ocorre quando se confronta o narrar, o ouvir dizer, com o ver, com o verificar. Separação entre o verdadeiro e o falso, entre realidade e fantasia: a distinção entre o científico e o literário já vai se esboçando.

4.1. O interesse pela língua: tradução, etimologia, diálogo

O relato de Léry é de grande importância para a história da lexicografia devido ao interesse que nele se demonstra pelo conhecimento da língua. O "Colóquio" anexo ao texto, que o autor afirma ter escrito com a ajuda de um intérprete, contém as primeiras reflexões gramaticais sobre o tupi. Ademais, encerra um vocabulário estruturado a partir de uma forma dialogal. Esse vocabulário filia-se historicamente aos dicionários bilíngües de viajantes e comerciantes, elaborados sob um esquema de conversação, conforme nos

¹² Ver introdução de Frank Lestraingaint a André Thevet, *Les singularités de la France Antarctique*, Paris, La Decouverte/Maspero, 1983.

referimos mais acima (1.4.). É interessante observar como a forma dialogal organiza os domínios temáticos através de perguntas e respostas:

T - Mará mbaé soó erejuséi?	Que animal desejas comer?
F- Nasepiák kybonguára.	Não conheço os que aqui vivem?
T - Asenói ndéve	Eu tos nomeio.
F -Neín	Pois sim.
T - Tapirusú.	Tapir grande. (Animal semi-asno, semivaca, assim chamado por eles).
Suasú	Veado.
Tajasú.	Porco, caetetú.
Agutí.	Cotia. (Animal avermelhado, do tamanho de um bacorinho de 3 semanas).
Pág.	Paca. (É um animal do tamanho de um leitão de mês, raiado de branco e preto).
Tapiití.	Tapiti. (Espécie de lebre).

(Léry 1980: 278)

O vocabulário, que é ao mesmo tempo dicionário de coisa e de língua, compreende diálogo em tupi (primeira coluna) e tradução (segunda coluna). Note-se que a tradução por vezes vem acompanhada de definição (entre parênteses). A situação do diálogo é aquela do europeu, o francês (F), em contato com o autóctone, o tupinambá (T), o primeiro perguntando e o segundo respondendo, numa conversação idealizada em que se põe na boca dos índios o modo de resposta conforme o desejo do europeu.

Nos relatos, em geral, a forma dialogal pode ser localizada em diversas instâncias. Primeiramente, apresenta-se enquanto um rumor público. As pessoas se perguntam sobre o Novo Mundo, sobre os costumes dos autóctones, a fertilidade da terra, as vantagens para o colono, as dificuldades. Questões que os viajantes buscam responder. A separação temática muitas vezes corresponde a esse campo de perguntas, que faz emergir domínios de descrição do léxico. Depois, há as situações de contato representadas nos discursos: desde Caminha, com seu "diálogo de sinais", passando por Nóbrega, com o *Diálogo da Conversão dos Gentios*, e por Staden, onde surgem algumas formas dialogais acompanhadas de tradução.

O Colóquio de Léry é de outra natureza. É o lugar onde, como nunca até então, os elementos do léxico são dispostos completamente isolados do texto narrativo. As definições tornam-se concisas. Elas se desprendem dos comentários narrativos, dos testemunhos, e rumam em direção à objetividade descritiva. As respostas encaixam-se perfeitamente nas perguntas ao modo de uma conversação sem falhas. São os primeiros

passos na instituição de um espaço de estabilidade lexical. Léry é precursor no Brasil, com as poucas páginas desse texto, dos vocabulários termo a termo, temáticos, gramaticais, de partes do corpo, assim como dos dicionários de definição.

Digno de nota é a elaboração de um vocabulário gramatical no interior do Colóquio. Isso mostra que, antes de se apresentarem anexos ou intercalados nas gramáticas, os vocabulários, assim como as primeiras reflexões gramaticais, se originaram em grande medida dos diálogos. Tal filiação será uma marca igualmente dos dicionários de missionários. O diálogo, representado em um confronto entre a oralidade e a escrita, determina as formas lexicográficas. Seja sob o modelo do contato ou, mais tarde, da doutrinação, da retórica, da didática, a forma dialogal, ao lado da forma narrativa, consiste em um fator estruturante do léxico.

As observações gramaticais no Colóquio se concentram nos pronomes pessoais, na conjugação dos verbos e nos apelativos. O relato revela ainda outros pontos de reflexão lingüística. Aí incluem-se as observações fonéticas: "Os selvagens chamam a água doce *uh-ete* e a água salgada *uh-een*; esta dicção obtêm-na com a garganta, como os hebreus fazem com as guturais e por isso era para nós a mais penosa de reproduzir entre todas as do idioma indígena" (idem: 133). Este exemplo aponta o problema do chamado "i gutural". A dificuldade de pronúncia desse som, entre outros do tupi, causou grande variação na escrita, como depois vai notar Anchieta em sua *Arte*. As palavras começam a se desdobrar: "O *pag* ou *pague* (não pudemos distinguir a pronúncia) é um animal do porte do cão perdigueiro médio (...)". O léxico passa a acumular grafias diferentes para a mesma palavra - grande problema para os etimologistas do século XIX e XX -, o que até hoje se observa nos termos tupi do português do Brasil. A ausência de imprensa e de uma unidade de língua nacional favoreceram a proliferação desses dublês lexicais, e com isso, sobreveio uma imagem do léxico como "confuso".

Sucedem também, além das traduções, considerações de ordem morfológica (composição das palavras) e etimológica, sobretudo com relação às nomeações indígenas:

"Quanto ao nome, o pai da criança que eu vi nascer o denominou *oropacan*, isto é, 'arco e corda', pois a palavra se compõe de *oropá* (arco) e *can* (corda). Tal como fazemos com os nossos cachorros e outros animais, dão eles às crianças nomes de coisas ou bichos; assim *sarigiüé* quer dizer quadrúpede, *arinhan*, galinha, *arabutan*, pau-brasil, *pindôba*, certa árvore grande etc." (Léry 1980: 225).

O conjunto destas observações esparsas, que se ajunta às de outros viajantes, compõe um material representativo do tupi colonial, provendo as condições para que posteriormente este seja eleito como língua dos antepassados brasileiros. Mas somente

com os missionários a língua se tornará objeto de uma produção regulada institucionalmente, e a lexicografia ganhará lugar de destaque.

5. Os colonos

Consolidada a colonização portuguesa, surge um grupo de relatos que têm em comum a apresentação de um certo modo de enunciação da história do Brasil. Isto traz conseqüências consideráveis para a contituição de um léxico brasileiro, pois há uma passagem da dimensão internacional para a dimensão mais decididamente colonial. Esse grupo de relatos não se caracteriza mais pelo testemunho pessoal, como no caso de Staden e Léry, viajantes temporários que descrevem uma região determinada (Staden: litoral de São Paulo; Léry: Rio de Janeiro). Eles se propõem a descrever o país já com uma unidade geopolítica de colônia, formada pelo conjunto de capitanias. Tomando distância do narrador pessoal, a enunciação se constrói no domínio de uma história do Brasil, apoiada na descrição da terra e dos habitantes. O estatuto dessa história é bastante questionável, devido à ênfase que é dada aos aspectos naturais, discussão que exploraremos a seguir. Em todo caso, objetiva-se aí a posição do colono através da voz da história e, paralelamente, constituem-se domínios lexicais próprios da colonização portuguesa. Isso acontece tanto com a produção de artigos encabeçados por termos indígenas, como com a delimitação de espaços que descrevem o uso da língua portuguesa no Brasil, inclusive com a elaboração de artigos encabeçados por termos portugueses. Estes últimos são então discursivamente lexicalizados como brasileiros.

Podemos delimitar três instâncias de emergência desse modo de enunciação. Uma delas se refere aos intelectuais portugueses que, de par com a produção de conhecimentos sobre o Novo Mundo, escrevem uma história do país, com fins de divulgação. Incluímos nessa posição o relato de Pêro de Magalhães de Gândavo, humanista, latinista, gramático, viajante. Sua *História da Província de Santa Cruz* é de 1576. Outra instância compreende os colonizadores que já se encontram estabelecidos no país: proprietários de terra, bandeirantes, povoadores. É o caso de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho, proprietário de roças e fazendas na Bahia, vereador, cujo *Tratado Descritivo do Brasil* data de 1587. Uma terceira instância reporta-se à historiografia missionária. Os jesuítas, no final do século XVI e primeira metade do XVII, começam a produzir textos de história do Brasil. Reunimos nesse espaço dois missionários jesuítas: Fernão Cardim, Reitor do Colégio de São Sebastião, procurador e provincial, autor, por volta de 1583, de *Do clima e terra do Brasil* e *Do princípio e origem dos índios do Brasil*, e Simão de Vasconcelos, que escreveu a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663).

Com relação às duas primeiras instâncias, o saber que então se configura será considerado por alguns historiadores, entre os quais Capistrano de Abreu, como "antes natural do que civil". Parece-nos que essa distinção, até certo ponto justificada, deve ser questionada para que possamos compreender o discurso colonial. No momento em que tal diferença se manifesta, a história do Brasil passa a fazer parte de uma história da "civilização". Com isso, os discursos dos primeiros viajantes e historiadores são então incluídos numa espécie de pré-história brasileira. Em nossa análise, colocaremos em suspenso a noção de "natural" na consideração desse discurso. Pois, ao realizarmos uma leitura das descrições de elementos naturais, percebemos que estas são "informadas" por um discurso social. Elas se organizam conforme o ponto de vista do conquistador ou do colono em situação de estabelecimento. E para compreender o naturalismo que nesse momento avulta, é preciso relacioná-lo com o mercantilismo, o expansionismo e o colonialismo em pleno vigor.

A terceira instância, por sua vez, faz coincidir a história do Brasil com a história da Companhia de Jesus. Detentores de vasto material acumulado, os jesuítas desde a época colonial se preocuparam com a organização de uma história da Companhia. Em Simão de Vasconcelos (1663), a descrição das coisas do Brasil ganha um outro estatuto, não mais o de curiosidade ou exotismo, mas o de História: "suposto que andam já algumas destas mesmas notícias em outro escritos, é acaso, ou por curiosidade: aqui vem por obrigação da História" (Vasconcelos 1663: 2). A obra de Serafim Leite, na primeira metade de nosso século, indica a continuidade dessa tradição no Brasil. Saliente-se, a propósito da lexicografia, que foram os jesuítas os primeiros a realizar uma história do saber lingüístico brasileiro, voltando a atenção para a produção dos próprios missionários.

Essas três instâncias colocam em cena na descrição dos objetos os moradores do país (proprietários, índios, escravos). Elas participam também da formação de um domínio geográfico: a costa do Brasil, onde predominam os colonizadores, fazendo fronteira com os autóctones rumo ao oeste:

"Esta costa do Brasil está para a parte do ocidente, corre-se de Norte e Sul. Da primeira povoação até derradeira há trezentas e cinquenta léguas. São oito Capitánias, todas têm portos mui seguros onde podem entrar quaisquer naos por grandes que sejam. Não há pela terra dentro povoações de portugueses por causa dos índios que não no consentem, e também pelo socorro e tratos do Reino lhes é necessário estarem junto ao mar pera terem comunicação de mercadorias. E por este respeito vivem todos junto da Costa" (Gândavo 1984: 23).

A delimitação geográfica se acompanha de uma homogeneização lingüística, que confere uma unidade para a "língua falada na costa", ou língua brasílica (hoje tupi colonial). Mais do que isso, no que se refere à constituição do léxico, aparecem domínios de descrição que *atualizam* a significação das palavras tanto indígenas como portuguesas no contexto brasileiro.

Além da uniformidade da região costeira, distingue-se igualmente uma regionalização. Isso tanto a nível geográfico - Souza, por exemplo, se detém na capitania da Bahia - quanto a nível sócio-econômico: focaliza-se o fazendeiro em fase de estabelecimento.

Queremos sublinhar a transformação que essa escrita da história, distribuída nas formas descritivas, narrativas e dialogais, causa nos objetos da lexicografia. As coisas descritas não fazem mais parte apenas da riqueza das nações, patrimônio mundial a ser explorado. Não consistem mais somente em exotismos, singularidades, estranhezas, interesses de uma economia externa. Elas participam agora de uma economia interna, que encerra temas como a propriedade de terras, o trabalho (escravatura), a produção rural e o comércio local. Tomemos esta passagem de Gândavo:

"Os moradores desta Costa do Brasil todos têm terras de Sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães da terra, e a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e grangear suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra: e uma das coisas porque o Brasil não floresce muito mais é pelos escravos que se alevantaram e fugiram para suas terras e fogem cada dia: e se estes índios não foram tão fugitivos e mutáveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil. As fazendas donde se consegue mais proveito são assúcares, algodões e pau do Brasil, com isto fazem pagamento aos mercadores que deste Reino lhes levam fazenda porque o dinheiro é pouco na terra, e assim vendem e trocam uma mercadoria por outra em seu justo preço" (idem: 42).

Como se vê, é o contexto da propriedade rural que toma a cena do discurso. Assim, a descrição dos objetos gira em torno das fazendas, centro rodeado por casas de colonos, de escravos e por aldeias de índios. Os domínios se formam através de categorizações temáticas como "mantimentos", "mercadoria", "criação", "animais domésticos / selvagens", "caça", "plantação". A posição de Gândavo, que privilegia a relação metrópole-colônia, com um distanciamento de observador, se explicita por uma visão de conjunto das fazendas gerenciadas pelo Reino: "fazendas donde se consegue mais proveito".

O núcleo das descrições permanece voltado para as características físicas do animal, porém as determinações caminham em direção à conjuntura econômica e social

dos colonos. Visa-se avaliar os benefícios e prejuízos que os elementos da fauna e flora trazem aos moradores: "outros animais há nesta província mui feros e prejudiciais a toda esta caça, e ao gado dos moradores." (ibid.: 104). Neste sentido, Sousa aponta os malefícios que a "jaguapitanga" causa ao fazendeiro:

"Jaguapitanga é uma alimária do tamanho de um cachorro, de cor preta, e tem o rosto de cordeiro; tem pouca carne, as unhas agudas, e é tão ligeira que se mantém no mato de aves que andam pelo chão, toma a cosso, e em povoado faz officio de raposa, despovoa uma fazenda de galinha que furta" (Sousa 1987: 247).

Se por um lado as onças causam dano, por outro trazem benefícios. No artigo "Iagoáretê", Cardim comenta: "Das cabeças delas usam por trombetas, e as mulheres portuguesas usam das peles para alcatifas, maxime das pintadas" (Cardim, 1980: 26). Os objetos ganham distintos valores de uso na ótica do colono: para os índios, para os moradores ("portugueses", "caçadores", "fazendeiros", "mulheres"), para o Reino, para os escravos. Há uma distribuição da significação lexical regulada pela organização da sociedade rural escravocrata. Podemos observar essa distribuição dos valores de uso nestas seqüências:

"Dá-se outro mantimento em todo o Brasil, natural da mesma terra, a que os índios chamam ubatim, que é o milho de Guiné, que em Portugal chamam Zaburro. As espigas que este milho dá são de mais de palmo, cuja árvore é mais alta que um homem, e da grossura das canas da roça, com nós e vãs por dentro; e dá três, quatro e mais espigas destas em cada vara. Este milho se planta por entre a mandioca e por entre as canas novas de açúcar, e colhe-se a novidade aos três meses, uma em agosto e outra em janeiro. Este milho come o gentio assado por fruto, e fazem seus vinhos com ele cozido, com o qual se embebedam, e os portugueses que comunicam com o gentio, e os mestiços não se desprezam dele, e bebem-no mui valentemente. Costuma este gentio dar suadouros com este milho cozido aos doentes de boubas, os quais tomam com o bafo dele, com o que se acham bem; dos quais suadouros se acham sãos alguns homens brancos e mestiços que se valem deles; o que parece mistério porque este milho por natureza é frio. Plantam os portugueses este milho para manutenção dos cavalos e criação das galinhas e cabras, ovelhas e porcos; e aos negros da Guiné o dão por fruta, os quais o não querem por mantimento, sendo o melhor da sua terra; a cor geral deste milho é branca; há outro almecegado, outro preto, outro vermelho e todo se planta a mão, e têm uma mesma qualidade.

Há outra casta de milho que sempre é mole, do qual fazem os portugueses muito bom pão e bolos com ovos e açúcar" (idem: 182).

"Uçá - Uçá é um gênero de caranguejos que se achão na lama, e são infinitos, e o sustentamento de toda esta terra, maxime dos escravos da Guiné, e índios da terra (...)" (Cardim 1980: 51).

Notem-se as categorizações sociais que aparecem com a descrição do milho. A própria nomeação, logo de início, se divide em três: "ubatim" para os índios, que coincide com o "milho de Guiné" ou "zaburro" para os portugueses. Depois da descrição natural, seguem-se comentários sobre o modo de plantio e a utilidade, onde se indicam valores para: o "gentio", os "índios", os "portugueses", os "mestiços", os "homens brancos", os "negros da Guiné". E ainda, em Cardim: "escravos da Guiné", "índios da terra". Não se trata mais aqui do viajante aventureiro que, solitário, testemunha e avalia o que vê. Sob a égide da narrativa histórica, desenham-se as relações sociais de maneira que os elementos lexicais ganham diferentes valores, simulados nas descrições das coisas e dos processos.

Como vemos no exemplo *uçá*, alguns verbetes - já podemos chamá-los assim, para tomar a terminologia dos dicionários - avançam mais em direção a uma separação textual e à formulação de um enunciado de definição. A palavra-entrada (o termo introdutor dos verbetes) por vezes já aparece sem a introdução discursiva. Ela se apresentam ora em língua indígena, ora em português com a indicação do nome indígena correspondente: "*Veado* - Na língua brasilica se chama *Sugoaçú*". Ocorre também de a palavra-entrada se apresentar somente em português. Este último caso constitui um lugar interessante para observar a lexicalização do português do Brasil.

Assim como acontece com os termos indígenas, alguns termos portugueses também começam a ser comentados no fio da narração:

"As éguas foram à Bahia de Cabo Verde, das quais se inçou a terra, de modo que, custando em princípio a sessenta mil réis e mais, pelo que levaram lá muitas todos os anos e cavalos, multiplicaram de uma tal maneira, que valem agora a dez e a doze mil réis e há homens que têm em suas granjearias quarenta e cinquenta, as quais parem cada ano; e esperam o cavalo poldras de um ano, como as vacas, e algumas vezes parem duas crianças juntas. São tão formosas as éguas da Bahia como as melhores da Espanha, das quais nascem formosos cavalos e grandes corredores, os quais, até a idade de cinco anos, são bem acondicionados, e pela maior parte como passam daqui criam malícia e fazem-se mui desassossegados, mal arrendados e ciosos; assim eles como as éguas andam desferrados, mas não

faltam por isso em nada por serem mui duros de cascos. Da Bahia levam os cavalos a Pernambuco por mercadoria, onde valem duzentos e trezentos cruzados e mais" (Sousa 1987: 164).

Destacando-se do fio narrativo, os comentários passam a constituir artigos isolados. Observemos este grupo de verbetes, tirados de Cardim (1980), que formam como que um pequeno dicionário colonial do português do Brasil (os grifos são nossos):

"Cavalos - Nesta provincia se dá bem a criação dos cavalos e há muita abundância deles, e formosos ginetes de grande preço que valem duzentos e trezentos cruzados e mais, e já há correr de patos, de argolinhas, canas, e outros torneos, e escaramuças, e daqui começam prover Angola de cavalos, de que lá tem.

Vacas - Ainda que esta terra tem os pastos fracos; e em Porto Seguro há uma erva que mata as vacas em a comendo, todavia há já grande quantidade delas e todo o Brasil está cheio de grandes currais, e há homem que tem quinhentas ou mil cabeças; e principalmente nos campos de Piratininga, por ter bons pastos, e que se parecem com os de Portugal, é uma formosura ver a grande criação que há.

Ovelhas - Até o Rio de Janeiro se acham já muitas ovelhas, e carneiros, e engordam tanto que muitos arrebetam de gordos, nem é cá tão boa carne como em Portugal.

Cabras - As cabras ainda são poucas, porém dão-se bem na terra e vão multiplicando muito, e cedo haverá grande multidão.

Galinhas - As galinhas são infinitas, e maiores que no Reino, e pela terra ser temperada se criam bem, e os índios as estimam, e as criam por dentro do sertão trezentas e quatrocentas léguas; não é cá a carne delas tão gostosa como no Reino." (Cardim 1980: 57)

Este painel dos "animais de criação" mostra a adaptação da fauna européia no Brasil, transformação que leva a uma diferenciação discursiva do léxico: para as mesmas palavras, discursos diferentes. A diferenciação lexical não se faz pela palavra em sua dimensão empírica mas pela reformulação descritiva no discurso. Não se tratam de neologismos nem de coisas diferentes para a mesma palavra. É a referência que se constrói de modo específico na conjuntura brasileira. Esse trabalho significa, portanto, uma grande agitação nos processos de referenciação na língua em funcionamento no Brasil. Processo que envolve operações de: comparação, atualização dêitica (observe-se os termos grifados), redimensionamento da relação palavra/coisa, tudo isso relacionado com a representação dos sujeitos no contexto social da colônia.

Os relatos dos colonos mostram a constituição de um léxico regional e rural no Brasil, levada adiante a partir da figura do senhor do engenho enquanto organizador da

significação lexical. A obra de Antonil (1982), *Cultura e opulência do Brasil*, publicada em 1711 em Lisboa, representa um desdobramento nesse sentido. Nela, as indústrias do açúcar e da mineração, além da criação de gado e de tabaco, são minuciosamente descritas, inclusive com a introdução de cifras matemáticas na avaliação econômica. A ponto de Leonardo Arroyo, na reedição de 1982, ter integrado um dicionário de 225 "expressões, termos técnicos e inusitados" utilizados pelo autor. Desse modo, bem antes dos dicionários de regionalismos e dos dicionários de termos técnicos, que se multiplicaram no século XIX, houve no período colonial a organização de um espaço lexical nesses domínios.

5.1. Diálogos das Grandezas do Brasil

Os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, compostos por volta de 1618, constituem um dos inúmeros textos da época colonial que reúnem informação, divulgação e elogio do Brasil. Escritos por um senhor de engenho, provavelmente Ambrósio Fernandes Brandão, os diálogos abordam as capitanias brasileiras, sobretudo as de Pernambuco e Paraíba ao norte, discutindo a qualidade da terra, o clima, os animais, as riquezas, a população. Os *Diálogos* podem ser tratados tanto do ponto de vista de uma macro-história (diálogo entre a metrópole e a colônia, o acontecimento da descoberta, da conquista, da colonização), como no de uma micro-história (diálogo entre dois habitantes no cotidiano de uma colônia). Consideremos as práticas dialogais em jogo.

Brandônio é um senhor de engenho já estabelecido no país. Alviano é um colono recém-chegado de Portugal. Os personagens se encontram em uma casa de fazenda. É a partir dessa micro-cena que o diálogo se desenrola. Mas daí em diante o cenário torna-se mais amplo: o contexto é o Brasil, colônia de Portugal composta de diversas capitanias, cada uma com suas riquezas e grande extensão de terras a conquistar e cultivar. Essas duas representações espaciais, que impulsionam o diálogo do micro para o macro, aparecem no modo de introduzir as questões iniciais. Como em um diálogo cotidiano, Alviano pergunta a Brandônio o que ele traz na mão envolto num papel, esperando serem diamantes ou rubis. Brandônio desiludindo o interlocutor, declara que é apenas a lanugem de uma árvore. Essa desilusão é sintomática do que segue no diálogo. O colono estabelecido investe contra o imaginário de eldorado do colonizador recém-chegado. Ao invés do ouro, o senhor de engenho elogia a terra do Brasil, exaltando sua abundância e capacidade de produção.

Depois dessa polêmica inicial, o diálogo passa a ter um caráter de demonstração. Fica estabelecida uma dissimetria: Alviano é aquele que pergunta, que tem dúvidas, que ignora. Brandônio é o que responde, esclarece, tira as dúvidas, elimina os equívocos. Apresenta-se então uma disputa retórica, em que o primeiro locutor, Brandônio, vai

persuadir o segundo, Alviano, que, menos polemista e mais ouvinte curioso, terminará completamente convencido do relato do primeiro.

As perguntas de Alviano se filiam a um espaço de opiniões comuns, que compreende aquilo que se "ouve falar", seja a partir da opinião de autores antigos, seja a partir de uma fala coletiva. Deste modo, o colono formula suas interrogações desde a fala dos outros, que aparecem como causa das indagações: "Alembra-me haver lido em Aristóteles", "desejo ouvir falar pela fama que tem". Os antigos, os homens de experiência, os estereótipos sobre o Novo Mundo, são indicados como origem do dizer, formadores de opinião. O "eu" fica submetido a essas vozes ou a uma impressão nebulosa das coisas, advinda da falta de experiência. Já Brandônio refuta as opiniões gerais e as dos antigos, autorizado pela experiência no país. As vozes que coloca em cena são as dos habitantes do lugar, colonos e nativos: "(...) pelo que tenho ouvido contar a um Peruleiro, homem nobre e rico, e não menos ciente", "os naturais da terra querem que o [grande rio] tenha de uma alagoa, que dizem estar no meio do sertão, de onde afirmam nascerem os demais rios reais e caudalosos (...)".

Assim, os *Diálogos* mostram a filiação que a constituição do léxico tem com respeito à retórica. Forma-se um campo de questões e um conjunto de respostas onde o léxico vai se fixando. Como no colóquio de Léry, há uma tendência à homogeneização de um espaço dialogal estruturante, que estabiliza as descrições lexicais, desta vez na idealização de uma conversa informal entre colonos, quase uma "conversa de compadres". As perguntas se referem às possibilidades de criação e plantação, aos tipos de animais e plantas, à produtividade da terra, ao modo de caça, ao clima. Notemos este recorte de diálogo:

"Alviano: E esses animais tomam-se de modo que se costuma de caçar em Portugal?

Brandônio: Não; porque somente se matam à espingarda e à flecha, com os irem esperar aos postos aonde costumam de continuar, e também com armadilhas e fojos; e desta maneira se tomam grande quantidade deles, com ser carne muito boa para se comer, semelhante à de Portugal. Os porcos são de diferentes castas, como é uma a que chamam *teaçu*, e outra *tahitetê*, que são os nomes por que são conhecidos os tais porcos, por serem uns maiores, e outros mais pequenos; e todos os de semelhante casta têm os embigos nas costas, diferente dos que vieram de Espanha, porque parece que assim os quis criar a natureza" (Brandão 1930: 242).

O discurso de informação, de Brandônio, e o de divulgação, que Alviano vai assumindo, se aliam, de modo que a relação pergunta/resposta vai passando da justaposição ao encaixe, da tensão ao enlace. Esse percurso brota na dúvida (a terra é

fertil?), passa pela condição (se houver trabalho) e deságua na adesão eufórica ("apregoarei, do Brasil e de suas grandezas, os louvores que elas merecem."). Respostas prontas para as perguntas mais freqüentes na conjuntura da colonização: sobre a abundância e fertilidade da terra brasileira e sobre as condições de estabelecimento dos colonos.

O grupo de relatos reunidos nesta seção, enfim, estabelece uma regularidade de temas e objetos na prática de descrição do léxico. Fica estabelecida a posição do colono na cena enunciativa que compreende a propriedade rural, os moradores (colonos, escravos, índios), bem como o modo de produção e consumo. Isso tem conseqüências importantes para a constituição do português do Brasil. A história do país fica assim acompanhada da descrição dos usos das palavras no território. Assim como há uma economia interna com base nos estabelecimentos rurais, o léxico ganha uma dimensão, pode-se dizer, nacional/colonial, e toma valores dentro da representação discursiva desse contexto.

6. O naturalismo em Marcgraf

Enquanto os primeiros viajantes e colonos, ao descreverem a natureza, introduzem aspectos sócio-econômicos, aqueles de uma economia externa, estes de uma economia interna, com Marcgraf a natureza se despe das finalidades mercantilistas e culturais. O domínio das ciências naturais começa a restringir suas fronteiras, excluindo do espaço da fauna e da flora os comentários sobre o homem, os costumes e o comércio.

O naturalista, trazido por Maurício de Nassau durante a ocupação holandesa, é considerado o iniciador de uma prática científica de observação da natureza no Brasil. Affonso Taunay o aponta como o primeiro astrônomo do Novo Mundo e o primeiro naturalista que fez "ciência pura". A *História Natural do Brasil* é composta de oito livros: três tratam das plantas, um dos peixes, um das aves, um dos quadrúpedes e serpentes, um dos insetos e um da região e dos habitantes. O texto foi organizado por Laet, médico¹³, que ordenou as notas dispersas do colega.

Certamente, há no discurso de Marcgraf um avanço da forma descritiva. Os comentários presentes nos 837 itens da obra se aprofundam em detalhes na descrição dos aspectos naturais. O ponto de vista não é mais aquele do viajante apressado, de passagem, que vai recolhendo suas impressões. O tempo da descrição se amolda ao

¹³ Laet, assim como Marcgrav, é considerado um iniciador de práticas científicas no Brasil, desta vez no campo das ciências médicas. O vocabulário de medicina é um dos mais representativos da lexicografia brasileira, sobretudo no que se refere às plantas medicinais e a obra desse médico representa um momento importante de sua constituição.

tempo do cenário natural. Nesse sentido, Laet aponta os períodos limitados de tempo como um obstáculo para a descrição das frutas e flores, pois para a observação destas em seu ciclo natural, e de acordo com as estações do ano, seria necessário acompanhá-las por longo tempo. Do mesmo modo, os aspectos espaciais na exposição das plantas e animais tornam-se mais visíveis, como se os seres fossem se destacando do espaço geográfico e se amoldando no espaço recortado das espécies naturais. Logo, o modo de enunciação que aí emerge integra, podemos dizer, uma dêixis naturalista, que coloca o sujeito observador no quadro das dimensões e das temporalidades dos processos naturais.

As descrições, assim, vão se homogeneizando no terreno naturalista. No entanto, elas não se desfazem totalmente do modo narrativo. Com regularidade, aparecem no corpo dos verbetes, logo após as descrições propriamente ditas, uma narração marcada com tempo passado. É a voz do cientista natural em pleno ofício, relatando os métodos e processos da observação natural. Observemos este artigo, juntamente com a nota que o acompanha em pé de página:

"Ai (termo indígena), Priguiza (termo português), Lupaert em nossa língua. Animal do tamanho de uma de nossas raposas medíocres, tendo o comprimento de um pé ou um pouco mais, do pescoço até a cauda, e grossura uniforme. O pescoço é curto, do comprimento de dois ou três dedos, (...). Cortei uma fêmea viva, que trazia em si um feto inteiramente perfeito e observei o seguinte: o coração conservava, depois de separado do corpo, um movimento fortíssimo por meia hora, a placenta uterina constava de muitas partículas carnosas, como substâncias de rins, rubicundas, de variado tamanho, como favas; aquelas partículas carnosas (eram ligadas entre si por tênues membranas) traziam anexos, por muitas ramificações, vasos umbilicais. (...)

Nota. Vi este animal vivo trazido do Brasil, bem parecia com a imagem, somente não tinha o pescoço tão longo, como dei na descrição da América, pág. 618, com o nome de Unau. Da mesma maneira também fiz uma descrição com o nome de Hay, lib. XV, cap. V, mas julgo conveniente avisar que a última figura vinda de Thevet não se acha conforme, embora Gesner a tenha apresentado, porque o ventre não é tão pendente; as unhas são mais curvas; a cauda, mais curta. (...) Erradamente Gesner lhe dá o nome de Artopiteco, porque nada tem que ver com os macacos" (Marcgraf 1942: 221).

Podemos notar três domínios em que se divide a enunciação. Primeiramente o da descrição com a dêixis naturalista. Depois, a partir de "Cortei uma fêmea...", surge o testemunho do naturalista em ação. Isso recorre na maioria dos artigos. Por exemplo,

após descrever o "Carigueya", o locutor inicia a fala do cientista natural: "Fiz sua dissecação e conservei sua pele recheada de algodão (...)" (idem: 222). Finalmente, com a nota de rodapé, emerge a contextualização histórica e a confrontação diante dos conhecimentos em circulação. Assim, o enunciado naturalista é ao mesmo tempo descrição das espécies, afirmação de uma prática científica e atualização no campo da história e do saber (bem como Léry, Marcgraf se aplica na refutação de outros autores). Lembremos que o título dado à obra de Marcgraf é *História Natural do Brasil*. A descrição natural, assim como acontece com os relatos dos colonos, fica compreendida dentro de uma perspectiva histórica. E desta vez é a ciência natural que se conjuga com a história. Esse binômio ordenará em grande medida o modo de distribuição dos enunciados lexicográficos, como veremos no capítulo relativo aos dicionários da época imperial. Nesse espaço discursivo, a história se erige como apêndice da descrição natural. Ao rejeitar no corpo descritivo os enunciados sócio-culturais, o léxico se delimita em uma textualidade em que as formas narrativas são excluídas. No entanto, estas se reorganizam em outro lugar: no domínio de uma história construída às margens dos comentários naturalistas.

Consta também da *História*, em anexo, um dicionário de nomes e verbos na língua brasileira, de Emanuel de Moraes, e um vocabulário da língua chilena. Reproduz-se, além disso, um trecho da gramática de José de Anchieta. A maneira de se considerar a língua em Marcgraf merece alguns comentários. De início, nota-se uma orientação no sentido de delimitar os limites de uma terminologia. Esta fica aparente com a organização de um índice. Além disso, nas entradas as nomeações são marcadas como "termos". Não se representa o gesto de nomeação (os índios chamam *x*, os portugueses chamam *y*). O que se indica é o termo, é um elemento de língua, como no exemplo acima ("termo indígena", "termo português"). Note-se que os parênteses são um recurso gráfico que, ao realizarem a marcação, recortam um domínio de significação, objetivando os espaços do artigo. Eles serão adotados posteriormente nos dicionários de língua. A demarcação da terminologia implica também um trabalho sobre a noção de "palavra". Como veremos nos dicionários de missionários, a noção de palavra se aplicava dificilmente à língua indígena e os dicionários traziam como entradas frases inteiras. A terminologia dos naturalistas foi um dos modos de cercar a lexicalização nos domínios da palavra, de fixar uma nomenclatura compatível com as línguas européias. Isso trouxe condições, ademais, para o desenvolvimento de estudos baseados na comparação de vocabulários de diversas línguas do mundo. O interesse pela diversidade se mostra nas inúmeras línguas que Marcgraf aponta em sua terminologia, como neste verbete: "Tamandua Guacu (termo indígena), Umbulu (termo dos habitantes do Congo, onde ele existe em abundância). De Groote Mierenettea (em flamengo). Animal do tamanho de (...)" (ibid.: 225).

Nesse ponto, chegamos a outra característica do procedimento dos naturalistas: a coleta de material lingüístico. Assim como recolhiam espécimes para pesquisas, os estudiosos da natureza, tratando as línguas como objetos naturais, coligiam palavras (seja diretamente dos falantes, seja de outros autores), que reuniam em vocabulários. O dicionário de Emanuel de Moraes contém 286 verbetes com "nomes e verbos da língua dos brasileiros, principalmente comuns". Some-se a isto o vocabulário de palavras chilenas, incluído na *História*, que conta com 308 termos.

A ligação dos naturalistas com o estudo das línguas estava patente na época em autores como Konrad Gesner, naturalista que Marcgraf cita com assiduidade. Gesner, poliglota, é autor do *Mithridates* (1555), onde faz uma apresentação das línguas conhecidas no mundo até a metade do século XVI. Essa inclinação para a compilação prenuncia o modo como no século XIX Martius abordará as línguas indígenas, apoiando-se então no evolucionismo e comparatismo em voga.

7. Anchieta: o natural estruturado na língua

Anchieta ocupa um lugar privilegiado na história da lexicografia brasileira. Além de autor de uma gramática do tupi e um dos prováveis autores do *Vocabulário na Língua Brasileira*, este jesuíta, assim como muitos viajantes, colonos e naturalistas, realizou descrições da fauna e flora brasileiras. Abordaremos a produção jesuítica no próximo capítulo. Efetuaremos por enquanto alguns apontamentos quanto a esse viés "naturalista" do missionário, a partir da análise da *Carta de São Vicente*, escrita originalmente em latim.

A separação entre o observador da natureza e o lingüista, em Anchieta, não acontece, de fato, sem deixar marcas. As descrições do missionário não se apartam do conhecimento que ele mostra da língua indígena. Ele não resolve, como Marcgraf, o problema da terminologia, fazendo corresponder a noção de palavra das línguas européias à das línguas indígenas. As categorizações por meio dos termos indígenas não funcionam tão transparentemente. Com efeito, a descrição da natureza é também um lugar de reflexão sobre a língua, sobre o léxico. É o que mostra essa descrição das formigas saúvas (iça), em que se discute a distinção nome próprio/nome comum no tupi:

"Seria muito difícil representar por palavras as diversas espécies de formigas, das quais há várias naturezas e nomes; o que, di-lo-ei de passagem, é muito usual na língua brasileira, por isso que dão diversos nomes às diversas espécies e raras vezes os gêneros são conhecidos por uma denominação própria; assim, não há nome genérico da formiga, do caranguejo, do rato e de muitos outros animais; das espécies, porém, que são quase infinitas, nenhuma deixa de ter o seu nome próprio,

de maneira que com razão te admirarias de tão grande cópia e variedade de palavras. No entanto, das formigas só parecem dignas de comemoração as que destroem as árvores; estas são chamadas *içã*; são um tanto ruivas, trituradas cheiram a limão; cavam para si grandes casas debaixo da terra" (Anchieta 1975: 132).

Ao lado da variedade das espécies aparece a "variedade de palavras". Mundo e língua(s) se debatem na atividade de categorização, com o cruzamento de diferentes redes de significação. A língua explica a natureza, seja no modo de estruturar as categorias, seja através da origem da significação. Esta segunda diretiva, etimológica, não se confunde com a etimologia praticada no século XIX, que buscará na comparação das línguas a história da significação, com uma origem e um desenvolvimento. Ela faz corresponder, isto sim, o mundo, ou a ação no mundo, com a língua. A *capivara*, por exemplo, tem esse nome porque este carrega sua significação no mundo, ele é um sinal do seu modo de estar na natureza:

"Há também outros animais do gênero anfíbio, chamados *capiyúara*, isto é, 'que pastam ervas', pouco diferentes dos porcos, de cor um tanto ruiva, com dentes como os da lebre, exceto os molares, dos quais alguns estão fixos nas mandíbulas e outros no meio do céu da boca; não têm cauda; comem ervas, donde lhes provém o nome; são próprios para se comer; domesticam-se e criam-se em casa como os cães: saem para pastar e voltam para casa por si mesmos" (Anchieta 1975: 122).

Observe-se que o sujeito da descrição ocupa uma posição interna a seu enunciado. A palavra significa tal coisa porque a língua constitui o sentido. Não é o sujeito da nacionalidade que diz a significação, nem o colono, nem os moradores em campos setorializados, mas sim a interpretação pela língua, pelas categorias de nomeação, pela etimologia. Não há lugar para a arbitrariedade do signo, as palavras estão coladas ao universo. De modo que as paráfrases ("capivara, isto é, 'que pastam ervas'") explicam a relação palavra-mundo, como se esta estivesse manifesta no signo e pudesse ser decifrada.

O encontro das línguas desconhecidas no século XVI trouxe um grande entrave para esse tipo de interpretação. Obstáculo que Anchieta, poliglota (latim, português, espanhol, tupi), contornou sem enfrentá-lo. Se há tantas línguas e com elas tantas explicações para a significação, como pode haver uma interpretação que satisfaça? Começa a haver uma marginalização da concepção antiga de etimologia. Conforme Aurox, "desde que uma massa considerável de vernáculos se encontram gramaticalizados e confrontados entre si, não tem mais sentido procurar uma 'origem' na

interpretação de uma forma que pertence a uma só língua. A *bifurcação* que se segue na história das ciências da linguagem distancia lenta, mas inelutavelmente, a velha etimologia do corpo de pesquisas intelectuais e sociologicamente aceitáveis nessas disciplinas" (Auroux 1992: 92). Veremos mais adiante o modo como a etimologia retorna no momento da reivindicação de uma língua nacional no Brasil.

8. O enunciado lexicográfico

Analisamos os relatos a partir da relação entre narração, descrição e diálogo enquanto tipos discursivos. São nessas grandes segmentações e na relação entre elas que explicitamos as regularidades enunciativas no dizer o léxico. São elas que possibilitam, assim, a formação de uma *enunciação lexicográfica*.

Ressaltemos que o enunciado, tal como o consideramos, não corresponde a uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Pode-se entender melhor isso quando pensamos na formulação "o léxico de uma língua" enquanto um enunciado. Ele pode corresponder a um sem número de frases, palavras, períodos, organizados de diversas maneiras. Então, definimos o enunciado, de acordo com Foucault (1969: 115) como "uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer".

Na análise, chegamos à função enunciativa a partir da observação da materialidade discursiva, em um batimento entre a descrição das seqüências lingüísticas e a das regularidades discursivas. Ao nível da formulação, ou seja, ao nível da horizontalidade do discurso, consideramos seqüências lingüísticas de grande extensão. O texto lexicográfico ainda não é, salvo algumas exceções, aquele que define a palavra em uma frase, como acontecerá mais tarde com os dicionários de língua, quando se desenvolverá o enunciado definidor. O enunciado lexicográfico nos viajantes, ainda que mostre já o início de uma regionalização dos artigos e de uma prática de definição, é constituído na acumulação de formas narrativas, descritivas e dialogais. Juntando-se a isso o nível da verticalidade, surgem a partir dessas formas os elementos que vão compondo domínios discursivos específicos: conjuntos de narradores, de objetos de descrição, de configurações dêiticas (relação espaço-temporal), de categorizações.

Feitas estas considerações, podemos falar agora da configuração de uma formação discursiva, isto é, da conformação de um conjunto de regularidades enunciativas próprias ao discurso lexicográfico nos viajantes.

O primeiro ponto que julgamos relevante ressaltar nesse discurso sobre o léxico é o *primado da referência*. Essa propriedade enunciativa regula tanto os temas como os objetos discursivos. Ele confere à lexicografia brasileira, em seus inícios, uma produtividade a nível de terminologia e de constituição de domínios lexicais. É a partir

desse primado que se desenvolvem temas como o da novidade, do exotismo, das singularidades, que ocorre uma produção de caráter enciclopédico, informativo, erudito. É a partir dele também que ganha espaço o discurso geográfico e geopolítico, com a referência espacial marcada nos topônimos e gentílicos dentro dos interesses expansionistas. Ele assinala também o fato de que a diferenciação no léxico, nessa conjuntura, seja estabelecida mais no real e menos em uma unidade de língua nacional.

Em segundo lugar, saliente-se o aparecimento de posições de narrador. O léxico não é falado pela exegese, pela interpretação de textos, pela filologia antiga. Ele é dito pela voz de um narrador, um comentarista das coisas, um nomeador e legitimador que se multiplica em diversas vozes: a do testemunhador pessoal, a do narrador histórico, a do colono proprietário, a do naturalista. Trata-se de um lugar de normatividade para o léxico. Essas vozes avaliam, comprovam, refutam, estabelecem domínios de legitimidade. Elas invadem as descrições, como se estas não pudessem ainda sustentar um discurso legitimador. As formas narrativas, pode-se dizer, dominam as descritivas, que se destacam delas. Conformam um campo de irradiação para as descrições lexicais, marcando historicamente a prática lexicográfica brasileira.

As descrições, por sua vez, tendem a apagar as vozes do narrador, embora, como vimos, elas sejam dominadas por estas, que aparecem "simuladas" no discurso. Assim, o dizer o léxico inclina-se para a universalização da posição do lexicógrafo, estando ausente a voz do narrador legitimador. Esse é um processo que se acentuará posteriormente. Importa no momento que as formas descritivas participam mais decisivamente na formação dos objetos lexicográficos que são os artigos. O primado da referência funciona aqui de modo a evidenciar o aspecto existencialista dos enunciados (há, existe, encontra-se tal coisa). Importa também que a descrição produz um discurso social: o sujeito descritor coloca em cena outros sujeitos: portugueses, índios, escravos, moradores, de modo que ocorre uma setorialização da significação.

Podemos conceber que a descrição progride no discurso segundo duas regularidades: primeiro, o princípio da similitude; segundo, o da categorização cosmológica.

O percurso das descrições obedece com bastante regularidade ao que Foucault (1966) chama "similitude". Segundo esse princípio, "procurar o sentido é atualizar aquilo que se assemelha". As coisas guardam semelhança entre si, estabelecem-se relações de parentesco, de vizinhança, de conjunção, reúnem-se domínios díspares, aproxima-se o que está longe, misturam-se os objetos. Nos relatos, descrever um fruto é relacioná-lo ao domínio dos frutos. Verificar se ele se parece com uma maçã, uma pera, uma cereja. É também associar sua proximidade com outros objetos: ele pode ser redondo como uma moeda, grosso como a coxa de um homem, ter a forma de um punho. Da mesma forma, a descrição dos animais traça um percurso de similitude. O quati, para Léry, se parece

com uma lebre grande, é redondo como um bastão, em sua boca cabe apenas a ponta do dedo mínimo, o focinho é semelhante a um canudo de gaita de foles. Na decifração do sentido, há uma passagem do microcosmo ao macrocosmo. O animal é parte do mundo, se mistura com ele, ganhando sentido descritivo (dimensão, proporção, aparência, consistência etc.) nessa relação.

Além da similitude sem freios, que avizinha domínios tão díspares, as descrições respeitam uma categorização das coisas do mundo. De início, uma categorização cosmológica conforme a tradição antiga. Os elementos da natureza: água, fogo, ar e terra constituem espaços de descrição: "Até aqui tenho falado dos animais que vivem na água; tratarei agora dos terrestres" (Anchieta 1975: 123). Depois, uma categorização do ponto de vista do colonizador em estabelecimento, com critérios econômicos: animais domésticos/animais selvagens, comestíveis, prejudiciais, que se podem caçar, que servem de mantimentos, riquezas, mercadorias. Aparecem ainda duas outras tendências: a naturalista e a lingüística. No primeiro caso, a categorização obedece critérios da ciência natural: classificação das espécies conforme propriedades naturais (por exemplo, quadrúpedes, ovíparos) e conforme a nomenclatura científica específica. No segundo, ela se constitui seja a partir da nomeação, com seu desdobramento etimológico, seja no confronto entre línguas, com o aparecimento das diferentes estruturações (nomenclatura, divisões, hierarquias) e com uma certa incompatibilidade quanto à noção de palavra.

Outra regularidade dessa formação discursiva consiste na natureza dialogal dos enunciados. Há uma dissimetria na relação dialógica. O sujeito lexicográfico se situa num lugar de resposta com relação a um campo de questões: do conquistador, do colono novato, da história, da religião. Daí a ligação com a retórica clássica. Daí também a temática da curiosidade, da informação, da erudição, sem falar na posterior catequese dos jesuitas, com a produção de diálogos, catecismos, peças teatrais. O diálogo duplica o lexicógrafo no interrogador da significação e no estruturador da resposta.

Nesse discurso, a língua ainda não é decisivamente um objeto de descrição. Exceção feita a Léry e Anchieta, a questão lingüística só aparece espontaneamente, sem uma reflexão mais sistematizada. Mesmo assim, a temática da língua aparece na forma de questões filosóficas e geopolíticas. A questão filosófica emerge enquanto reflexão sobre a origem das línguas indígenas e causa de sua diversidade. As explicações se pautam, de um lado, na visão religiosa, de outro, na analogia com a formação das línguas nacionais européias. As línguas indígenas resultariam de um ramo "perdido" desde a confusão de Babel. Vasconcelos, em 1663, aponta a existência de mais de cem línguas indígenas no Brasil. Elas teriam descendido de uma única língua e, assim como as línguas românicas, teriam se "corrompido" até chegarem na diversidade de então. Para Léry, ainda, o tupi se filia ao grego, do qual traz algumas palavras. Quanto ao aspecto geopolítico, o tema da língua surge na forma de unidades estratégicas na situação de contato. Estabelece-se a

noção de uma língua comum falada na costa do Brasil, denominada "língua geral" ou "língua brasílica", em oposição às outras línguas indígenas. Noção que será trabalhada pelos missionários dentro de uma política lingüística colonialista.

Para finalizar este capítulo, diremos que o discurso dos relatos, analisado na sua instância específica, constitui um saber sobre o léxico que envolve desenvolvimentos de modos de enunciação, temas, objetos, conceitos, ou seja, de uma formação discursiva, explicitada aqui pela análise da prática narrativa, descritiva e dialogal. Portanto, ele não deve ser considerado desse ponto de vista como um domínio pré-científico ou como um grande depositário de unidades lexicais posteriormente aproveitadas nos dicionários. É um espaço de memória que se estabelece e que será no decorrer do tempo atualizado, esquecido, transformado, reivindicado, conforme as alianças travadas na história das práticas lexicais.

CAPÍTULO III - MISSIONÁRIOS JESUÍTAS: O LÉXICO E A LÍNGUA

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, e o seu estabelecimento em diversas capitanias, há uma transformação no modo de conceber a língua. Esta não é mais um objeto fracionado, conjunto de nomeações, de etiquetas para os nomes da fauna e flora; nem um saber individualizado na figura de aventureiros, colonos e intérpretes em situação de contato. A língua indígena ganha um estatuto importante na cena da colônia. Torna-se um objeto de conhecimento para fins de aprendizado e doutrinação. Destaca-se enquanto lugar de interpretação da cultura. Sofre um trabalho de redução e instrumentação. Antes intocada, desprestigiada, tida como sinal de barbárie, ela passa agora mais decididamente a produzir sentidos: religiosos, etnográficos, gramaticais, culturais, políticos. Passa a ser considerada instrumento de catequese e colonização, meio de acesso às culturas desconhecidas, fonte de reflexão gramatical, objeto de estudo sistematizado.

Os vocabulários produzidos nesse contexto dizem respeito ao que os missionários chamaram *lingua brasílica* ou *lingua da costa*, falada por tribos tupi. Matoso (1977) considera o trabalho lingüístico missionário uma disciplinarização da língua indígena a partir do modelo latino. Uma sistematização simplificada que produz uma homogeneização para fins de propaganda religiosa, fazendo uma distinção pela escrita entre a língua dos civilizados e a língua primitiva. Compreende-se a fala de Matoso no momento da implantação da lingüística enquanto disciplina autônoma no Brasil, quando se proclamava a independência quanto a interesses religiosos, históricos e naturalistas nos estudos de língua, e estamos de acordo com ele com respeito à redução da língua indígena ao que ele denominou *tupi jesuítico*¹⁴. Parece-nos ainda que, para se estimar o lugar dos missionários de um ponto de vista da história do saber lingüístico, é preciso considerar alguns fatores. O primeiro deles é que com os jesuítas implanta-se no Brasil pela primeira vez uma política lingüística, ligada aos interesses de colonização. O segundo é que, dentro dessa política, língua e instituição (A Companhia de Jesus) fazem uma conjunção monopolizadora do saber lingüístico. O terceiro é que a produção missionária consiste em um conhecimento sincrônico sobre a língua, antecipador nesse sentido de estudos lingüísticos mais recentes, mas que ao mesmo tempo trabalha com a situação de enunciação. Por fim, a obra dos missionários deve ser considerada dentro da série de estudos para os quais ela aponta, ou seja, na sua retomada por estudiosos de

¹⁴ E. Orlandi e T. de Souza fazem uma distinção entre a *lingua imaginária* e a *lingua fluida*. A língua imaginária concerne a produção de artefatos, objetos-ficção. São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas instituição, a-históricas. A língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas e que pode ser observada nos processos discursivos. O tupi dos missionários, com os artefatos de gramáticas e vocabulários, é uma dessas línguas imaginárias produzidas no Brasil, que acabou tendo mais realidade do que o real. ("A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem", in *Política lingüística na América Latina*, Pontes, Campinas, 1988.)

teorias gerais, comparatistas, e, no Brasil, por intelectuais do Império e estudiosos da língua nacional.

1. Uma política lingüística

A instalação dos jesuítas implica uma mudança estratégica do processo de colonização. Com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, chegam ao Brasil, em 1549, os jesuítas, dirigidos por Manuel da Nóbrega. Trazia Tomé de Souza os Regimentos aprovados por D. João VI em que se recomendava expressamente a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução (Holanda 1989). Os autóctones não são mais vistos apenas como representação imutável da barbárie. Imputa-se-lhes o germe da civilização. Recebem eles alma, escrita e política. Se nos viajantes a fauna e flora, assim como os índios, se mesclam com as coisas do mundo, compondo um quadro de similitudes, umas vezes maravilhoso outras grotesco, coisas de admirar ou espantar, agora a alteridade é tomada como algo *a transformar*. Precusores da forma burguesa de assimilação-transformação do outro¹⁵, os missionários concebem, com a catequese, o léxico como instrumento de transformação da sociedade. Desse modo, a imagem deste não é mais aquela de um estoque de unidades simuladoras do mundo, de um quadro das espécies naturais, a ser admirado, cobiçado, acumulado como um tesouro. Por mais que os jesuítas tivessem "prestigiado" a língua indígena, colocando-a ao lado do latim, o léxico não se tornou um "tesouro", algo a preservar e defender, como para as línguas nacionais européias em fase de legitimação. Ele consistiu, isto sim, num lugar de transição entre culturas, marcado por um bilingüismo orientado. E ele alcança então, com esse interesse na transformação do outro, uma dimensão política.

Em que sentido se direciona essa transformação do "outro" no contexto brasileiro? Temos pistas suficientes para apontar três tendências, por vezes conflitantes, que se entrelaçam: a militarista, a escravocrata e a religiosa. No primeiro caso, trata-se de transformar o autóctone de inimigo a amigo, ou antes, de inimigo a aliado no combate contra as tribos adversas e os estrangeiros. No segundo, a mudança vai do selvagem improdutivo ao produtivo, através do trabalho escravo. E no terceiro, do pagão ao cristão. Neste último caso, há uma filiação às práticas languageiras do tempo das cruzadas, a saber, aquelas que derivam do "targum" ("tradução ou paráfrase das sagradas

¹⁵ "La politique bourgeoise transforme la fixité des ordres en terrain d'affrontement des différences. Ce qui avait commencé avec les entreprises de christianisation de l'église médiévale, et s'était poursuivi avec les débuts du colonialisme (en particulier, grammaires des missionnaires), prit, avec la constitution des Etats nationaux, la forme d'un projet politique mettant à l'ordre du jour des révolutions bourgeoises la 'question linguistique': constitution de la langue nationale à travers l'alphabétisation, apprentissage et utilisation légale de cette langue nationale." (Pêcheux, Michel, *La langue introuvable*, François Maspero, Paris, 1981)".

escrituras, desde os primeiros séculos da era cristã, para uso, e transmissão oral, dos povos que as mantinham") e as que visavam o estudo e sistematização das línguas dos povos em contato, com fins de pregação do Evangelho (Castro 1986: 261).

Não é por acaso, pois, que os vocabulários abarcam em sua nomenclatura termos de guerra, de manufatura indígena e de religião. Ora, os jesuítas durante a catequese privilegiavam ao mesmo tempo esses três modos de conceber o outro. Detinham eles, portanto, um poder político bastante considerável. Influenciavam e às vezes até participavam das guerras. Utilizavam-se dos índios como escravos nas fazendas e colégios, através de direitos outorgados pelo Reino. Concediam aos índios catequizados posições sociais, religiosas e políticas.

A influência dos missionários pode ser avaliada considerando-se a administração das aldeias. Veja-se a historicização de Serafim Leite: "Segundo a legislação e fim próprio de cada Aldeia, distinguíam-se três espécies: as do serviço do Colégio, as do serviço Real e as de repartição. As do serviço dos Colégios eram para utilidade exclusiva deles (complemento da dotação régia dos mesmos Colégios para sustento dos missionários); as do serviço real para atividades de caráter público (salinas e pesqueiros); as da repartição, para serviço dos moradores" (Leite 1938: 98). Vê-se que junto ao trabalho lingüístico corriam paralelamente interesses conflitantes: dos moradores, do Reino, dos religiosos, reunidos pela administração missionária.

A primeira tentativa de catequese se deu com o emprego do latim. Como não obtivessem por essa via resultados satisfatórios, passou-se a empregar a língua indígena, considerada então indispensável. Recomendou-se que os missionários aprendessem necessariamente o tupi da costa. Em 1560, o padre Luís da Grã torna a gramática de Anchieta, ainda manuscrita, obrigatória nos Colégios (Abreu 1975: 25). Os vocabulários servem então como auxílio no aprendizado dos missionários. Formam-se os mestres na língua indígena, que a ensinam ao lado do latim. Relata Serafim Leite (1938) que o tupi praticamente substituiu o grego nas escolas jesuítas e era mesmo chamado o "grego da terra".

Desse modo, durante quase dois séculos, o tupi foi estudado e ensinado nos Colégios jesuítas. E como a Companhia de Jesus dominava a cena intelectual da época, foi essa a orientação predominante nos estudos de língua. Os estudos do português não receberam maior atenção, e o latim era ensinado como de costume, sendo que a gramática do Padre Manuel Alvarez era bastante difundida. Enquanto isso, as crianças indígenas e mestiças eram as mais visadas no ensino catequista. Escolhiam-se também os filhos dos chefes indígenas, detentores de prestígio junto aos demais. É de se presumir que os vocabulários serviam mais aos missionários do que ao ensino público. Neste último caso, os catecismos eram mais úteis.

A posição a favor do ensino da língua indígena teve desdobramentos diversos e um tanto imprevisíveis. Formou-se o que se convencionou chamar uma *língua geral*, língua falada por bandeirantes, índios, missionários (Rodrigues 1986). O estatuto dessa língua ficou de certo modo indefinido nas práticas oficiais. Constatava-se a existência dela, seja nos vocabulários, através de expressões híbridas, misturas de tupi e português, seja em relatos e cartas. Mas essa espécie de língua franca nunca chegou a ser reconhecida nas políticas lingüísticas; pelo contrário, a um certo momento elas começaram a ser repelidas, em favor do purismo do português, por um lado, e do purismo da língua indígena, por outro.

Com o avanço da colonização, a situação privilegiada dos jesuítas será combatida por proprietários de terra, interessados pelo trabalho indígena ou por seu extermínio. É representativo desse momento os conflitos entre jesuítas e fazendeiros no Maranhão durante a segunda metade do século XVII, acontecimentos com que se envolveu o padre Vieira (ver Bettendorff 1990). Este passou a se opor ao uso do trabalho do gentio, conseguindo em 1680 a abolição da escravatura indígena. Ficaram os indígenas, assim, restritos à administração missionária. Vieira foi expulso do Maranhão, tendo retornado outras vezes, em luta contínua contra seus opositores. Os antagonismos aos jesuítas crescem com os simpatizantes do movimento de Ilustração, entre os quais podemos citar o marquês de Pombal, promotor da expulsão daqueles no Brasil.

2. Companhia de Jesus: língua e instituição

Ao lançar, em 1969, alguns fundamentos para a Análise de Discurso, Pêcheux distingue a *função* aparente de uma instituição e o seu *funcionamento* implícito (Pêcheux 1990: 76). Em Orlandi, tal distinção foi trabalhada tendo em vista a passagem da função ao funcionamento da linguagem (Orlandi 1987). Este funcionamento só pode ser apreendido fazendo-se referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, isto é, analisando-se as condições de produção do discurso. Esse modo de conceber a relação função-funcionamento na instituição e no discurso nos permite agora um retorno para a análise da instituição em vista de uma história da lexicografia. Assim, a instituição será considerada não fechada sobre si mesma, analisada dentro dos objetivos a que ela mesmo se propõe (por exemplo, a catequese, para a Companhia de Jesus), mas no seu funcionamento dentro do contexto mais amplo das formações sociais.

O peso da instituição que é a Companhia de Jesus na época colonial é de se ressaltar. Língua e instituição, talvez como nunca, ligavam-se fortemente aos interesses de formação e administração do Brasil. As conseqüências desse poder dos jesuítas em administrar línguas e sociedades ainda estão em grande medida por avaliar. É preciso

para isso levar em conta, relacionando-as, as diferentes instâncias históricas e geográficas da atuação missionária. Pode-se apontar na época colonial três pontos de distribuição da prática missionária que deixaram traços da atividade lingüística. Primeiramente, a partir de meados do século XVI, o estabelecimento de jesuítas nas principais capitâneas brasileiras. Fundaram-se colégios em Salvador (1549), São Vicente (1550), Piratininga (hoje São Paulo - 1554) e Rio de Janeiro (1573). Referem-se a essa região a gramática de Anchieta e o Vocabulário na Língua Brasileira. Depois, em finais do século XVI e inícios do XVII, a ação no norte do país, isto é, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará. Destacam-se aí a gramática de Luís Figueira e o catecismo de Bettendorff. Finalmente, com as entradas pelo interior, desde a segunda metade do século XVII, a colonização pelas margens dos rios amazônicos (ver Bettendorff 1990).

De acordo com Edelweiss, havia no Brasil três tipos de ensino jesuíta: as escolas de ler, escrever e contar, os colégios e os seminários. Nos colégios e seminários estudavam-se retórica e humanidades (gramática grega e latina). Nas escolas de ler escrever e contar, o tupi, ao lado do português, era ensinado às crianças, índios e filhos de colonos (Edelweiss 1969). O ensino jesuíta no Brasil não seguiu à risca as orientações gerais da Companhia. Não se utilizou de modo rígido o *Ratio Studiorum*, mas sim, a partir do século XVII, uma legislação anterior, e mesmo assim ela não foi rigidamente observada. O método utilizado é mais o de introduzir o aprendiz numa rede de textos (orações, perguntas e respostas, canções) e cerimônias (Martins 1978: 355). Daí a importância das traduções de textos bíblicos em tupi, amplamente realizadas em catecismos e textos literários e teatrais.

Os dicionários consistem nesse caso num instrumento marcadamente institucional. A instituição os informa e fala através dele. Observe-se a esse propósito que a autoria se liga diretamente ao discurso da instituição. Os manuscritos geralmente circulavam anônimos pelas missões, obras coletivas de finalidade catequética. Esta seqüência do título do catecismo de Araújo mostra a indicação da autoria coletiva: "composto por Padres Doctos e bons línguas da Companhia de Jesus". Enquanto na Europa o lema era "um Estado, uma língua", no Brasil, com a Companhia de Jesus, pode-se dizer que ele era "uma instituição, uma língua", levando-se em conta que se trata do tupi enquanto língua de catequese. Note-se que as academias de letras, instituições que na Europa produziram dicionários de língua nacional, como o da Academia da Crusca (1612), na Itália, o da Academia Francesa (1694) e o da Real Academia Espanhola (1726), não tiveram a mesma sorte no Brasil colonial. As academias surgidas durante o século XVIII (Academia dos Seletos, dos Renascidos etc.) não chegaram a conceber dicionários. Ficou assim ao encargo das instituições religiosas a produção lexicográfica nesse período.

3. A produção jesuíta

Os materiais deixados pelos missionários encontram-se dispersos em bibliotecas brasileiras e européias. Convém atentar para o fato de que grande quantidade de textos se perdeu, seja devido à campanha contra os jesuítas, de que resultou sua expulsão, seja devido à deterioração dos manuscritos. Algumas obras indicadas em cartas e outros documentos jamais foram encontradas. É o que acontece por exemplo com Vieira, que, como consta em Leite, teria composto vários catecismos: "Compus, diz ele próprio [Vieira], no mesmo tempo com excessiva diligência e trabalho, seis catecismos que continham, em suma, todos os mistérios da fé, e a doutrina cristã, em seis línguas diferentes: um na língua geral da costa do mar, outro na dos Nheengaibas, outro na dos Bócas, outro na dos jurunas, e dois na dos Tapajós" (Leite 1938). Consta também que Anchieta teria escrito uma arte e um vocabulário da língua dos Maromomins (Caxa e Rodrigues 1988). Portanto, há muitas lacunas que a análise não pode suprir.

A produção missionária pode ser resumida na conhecida tríade gramática, vocabulário e catecismo. Acrescentem-se a isso textos literários tais como canções, peças teatrais e diálogos. Para nós imputam mais diretamente os vocabulários. E, a par destes, as gramáticas, pois, como veremos, esses textos formam um conjunto quase indissociável.

No período colonial, salientam-se as gramáticas de Anchieta (*Arte da língua mais usada na costa do Brasil*, 1595) e Luís Figueira (*Arte da Língua Brasilica*, 1621), assim como os catecismos de Araújo (*Catecismo na Língua Brasilica*, 1618) e de Bettendorff (*Compêndio da Doutrina Cristã*, 1678). Quanto aos vocabulários, além de *Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil* (séc. XVII), de Pero de Castilho e *O caderno da lingua ou vocabulário português-tupi* de Frei João de Arronches (1739), dois dicionários podem ser apontados como principais representantes da produção jesuítica. São eles o *Vocabulário na lingua brasilica* e o *Dicionário Português-Brasiliano*, ambos anônimos¹⁶ português-tupi. O primeiro, ao que tudo indica, circulou entre os missionários desde meados do século XVI. É considerado o mais importante dicionário colonial, muito copiado posteriormente. O segundo, anterior a 1751, representa igualmente um produto da lexicografia jesuítica, marcada pela autoria coletiva e pela circulação de cópias manuscritas.

Segundo Serafim Leite, "os vocabulários tupis, organizados pelos jesuítas no Brasil, deveriam ser, a princípio, simples listas de nomes, listas que iam passando de uns Padres a outros, ampliando-se ou aperfeiçoando-se sucessivamente." (Leite 1978: 553). Conhecem-se muitos manuscritos do *VLB* e do *DPB*, sem que se saiba ao certo qual

¹⁶ A autoria desses vocabulários foi amplamente discutida em trabalhos anteriores. Trataremos dessa discussão no anexo relativo aos estudos do tupi-guarani na Universidade de São Paulo.

deles deu origem aos outros. Muitos deles são compilações parciais, outros somente apresentam pequenas diferenciações regionais.

Os missionários são predecessores de um "trabalho de campo" com as línguas, conjugado com a prática especulativa. Sua produção é marcada pela urgência do trabalho de catequese e doutrinação em situação de contato. Estes dois domínios - o da descrição *in loco* e o da teorização - separar-se-ão posteriormente, durante o Império, com a divisão entre os especialistas de arquivo ou de compilação e os linguistas de campo (missionários, naturalistas, etnólogos etc.), até que, no final do século XIX, com os estudos da linguagem popular e do folclore, e, no século XX, com a linguística moderna e o incentivo dos estudos sincrônicos, os especialistas de língua retornarão a campo.

4. Tipologia e importância teórica

O *VLB* e o *DPB* dificilmente se enquadram na tipologia dos dicionários europeus da mesma época. Juntamente com outros vocabulários advindos com a colonização da América, como o do quechua (*Vocabulario de la Lengua General del Perú*, 1560), de Domingo de Santo Tomás, e o do guarani (*Tesoro de la lengua guarani*, 1639), de Montoya, eles podem ser considerados como dicionários fraseológicos, ou seja, as entradas correspondem a frases ou fragmentos de frases: palavras, sintagmas. Como a noção europeia de palavra só muito forçosamente se adaptava às expressões tupi, os missionários utilizavam frases inteiras como entrada, ou, por outro lado, faziam corresponder frases ou estruturas complexas, em tupi, a simples palavras em português.

Pode-se afirmar que os vocabulários jesuítas são vocabulários de língua. Isto por várias razões. Eles trazem muitas marcações gramaticais: de classes de palavras, de formas de conjugação. A ordenação dos verbetes segue freqüentemente, ao lado do critério alfabético, um critério gramatical. As entradas incluem discussões sobre a significação e o modo de enunciação. Ocorrem diversas observações fonéticas, gráficas, morfológicas e sintáticas.

Salientemos, quanto à questão da significação, que a língua não se resume aí a um conjunto de significados autônomos com relação à referência. O vocabulário não fornece, via de regra, apenas um grupo de significados correspondendo aos termos-entrada. A significação é trabalhada no confronto entre o significante, a referência e o modo de enunciação. Como acontece com os viajantes, a questão da referência possui um peso decisivo no enunciado lexical. Só que, nos vocabulários jesuítas, ela é trabalhada em relação à significação na língua, enquanto, para os viajantes e colonos, o dizer a coisa é que interessa.

Na história do saber lingüístico, esse trabalho nas fronteiras entre a referência, o modo de enunciação e as categorias lingüísticas trará uma série de questionamentos, tanto a nível morfológico e sintático, como a nível semântico. As incompatibilidades teóricas suscitadas com a descrição das línguas indígenas, com a instrumentação delas em vocabulários, apesar de muitas vezes serem tomadas como defeitos ou erros, constituem a nosso ver os mais significativos pontos de valor heurístico da obra missionária. Pois foi a partir dessas incongruências, desses pontos de resistência teórica, mais ou menos evidenciados nas descrições das línguas desconhecidas, que os estudos lingüísticos conheceram desenvolvimentos em diversos domínios: nas teorias gerais da linguagem (gramática geral, evolucionismo), na classificação das línguas do mundo (comparatismo genético), nas teorias sintáticas (Port Royal) e na lingüística moderna.

Outra característica da lexicografia jesuíta é o desenvolvimento de um conhecimento sincrônico. Descrevia-se nos verbetes o funcionamento da língua em uso. Isto tende a parecer corriqueiro nos dias de hoje, mas não o era na época e pode ser considerado até mesmo uma inovação. Nos dicionários monolíngües, somente temos notícia da descrição do uso sincrônico com o *Dicionário da Academia*, do francês, em 1694, como afirma Mazière:

"Au contraire des Académiciens de la Crusca et de Covarrubias, leurs prédécesseurs italiens et espagnol dans la constitution des premiers monolingues, les Académiciens français ne construisent pas des définitions philologiques, ils ne prennent pas appui sur les 'Autorités' littéraires, ils ne décrivent pas des emplois préjustifiés par de grands noms. Le fait qu'ils ne citent pas interdit qu'ils définissent à partir d'un corpus d'écrits forcément datés: ils débattent du sens à partir de leur propre usage (cf. la séance sur *amitié*, en présence de Colbert, rappelée dans la Préface), et 'dans la vie civile et dans le commerce ordinaire du monde' (Vaugelas, *Remarques*, p. 19), 'dans le commerce ordinaire des honnêtes gens, des orateurs [c'est-à-dire des hommes politiques] et des poètes' (idem, Préface)" (Mazière 1995: 14)

Os jesuítas, nas condições específicas do Brasil, ao descreverem uma língua sem tradição de escrita, não citam, não compilam textos antigos nem se apóiam em autoridades. Objetiva-se o uso entre os falantes. Tal como acontece na gramática de Anchieta, nesses primeiros vocabulários vale a regra sempre lembrada de que o uso ensina ("usus docebit"). Daí os fatos lexicais serem trabalhados através de uma metalinguagem da enunciação, isto é, da descrição do modo de dizer na situação de uso. Voltaremos a este ponto na análise do *VLB*.

Fica claro, portanto, que a reflexão sobre a língua entre os missionários é o lugar privilegiado da interpretação lexical. Desenvolve-se uma prática propriamente lexicográfica, ou seja, voltada para o estudo e descrição da língua, antes do que para um saber informativo ou enciclopédico.

5. Inserção do dicionário na conjuntura brasileira

Ver o dicionário como um instrumento lingüístico implica considerar o seu funcionamento dentro de uma conjuntura sócio-histórica. De um lado, ele insere uma técnica que pode ser repetida, ensinada, divulgada. De outro, essa técnica vem sempre acompanhada de um discurso sobre a língua, de modo que o técnico e o simbólico coexistem em uma dada circunstância. Essas duas facetas da prática lexicográfica nem sempre estão fixamente associadas. Isto se percebe no momento das reedições dos vocabulários, quando as condições simbólicas mudam o compasso em relação à técnica. A rigor, o funcionamento desses instrumentos, seja na prática didática, seja na consulta individual, se dá numa tensão entre as condições técnicas e simbólicas que envolvem a situação de uso. É nesse intervalo que avaliaremos as conseqüências práticas da inserção dos dicionários no Brasil.

Estamos concebendo o funcionamento técnico a partir da reflexão que Auroux faz sobre a "gramatização". O fenômeno da gramatização maciça das línguas é relativamente recente e teve sua virada decisiva durante o Renascimento, a partir do século XVI. Os espaços lingüísticos, que antes conheciam uma variação de línguas e dialetos bem mais acentuada, passam a se homogeneizar: "Sobretudo, é preciso certamente considerar as línguas, elas próprias no sentido dessas entidades que consideramos - pois estamos habituados às línguas gramatizadas - como homogêneas e isótopas, sempre idênticas a elas mesmas, porque independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, como uma conseqüência da gramatização" (Auroux 1992: 70). A homogeneização dos idiomas, assim, é em grande medida determinada pela produção e circulação dos instrumentos lingüísticos. Como exemplo dessa homogeneização idiomática, temos, além da constituição das línguas nacionais, a formação de línguas nos espaços coloniais: o quéchua se torna a língua geral do Peru, bem para além do que se supunha a dominação inca, ou ainda o guarani na época da República Jesuíta do Paraguai (1610-1767). Portanto, ainda conforme Auroux, gramática e dicionário são como instrumentos que "prolongam" a fala natural:

"A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento lingüístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala

natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras)" (Auroux 1992: 69).

Introduzidos no contexto brasileiro, gramática e dicionário vão produzir uma modificação da situação lingüística do país: ampliando e homogeneizando o uso do tupi (jesuítico), reduzindo o uso de línguas indígenas (exterminio, aculturação), modificando-as (os ricos sistemas de parentesco de algumas línguas, por exemplo, ficarão bastante reduzidos com o contato), alterando o português do Brasil, dando origem a línguas francas ou línguas gerais.

Ao analisar o surgimento das gramáticas enquanto um saber metalingüístico, Auroux indica três domínios determinados por esse saber: "a. o domínio da enunciação que entendemos como a capacidade de um locutor tornar sua fala adequada a uma finalidade dada, convencer, representar o real etc.; b. o domínio das línguas: falar e/ou compreender uma língua, quer se trate da língua materna ou de outras; c. o domínio da escrita" (Auroux 1992: 17). Começemos pelo último domínio.

A introdução da escrita em um contexto de línguas de tradição oral teve conseqüências enormes na época colonial, dificilmente ponderáveis devido ao grande número de línguas existentes na época, assim como às diversas formas de contato que se sucederam. A conseqüência mais evidente, e a pior delas, consistiu no chamado *lingüicídio*, que é também um genocídio¹⁷. A eleição de uma língua de contato, o tupi, e com ela a distinção tupi (habitantes da costa)/tapuia (habitantes do sertão), veio encobrir uma grande quantidade de línguas e dialetos existentes no país. O preconceito contra as línguas de tradição oral era, e continua sendo, um grande entrave para a sobrevivência das línguas e dos povos indígenas.

A gramatização do tupi, além de promover uma literalização¹⁸ da língua indígena, foi acompanhada também de uma produção escrita baseada na tradução de textos religiosos e na sua adaptação à situação de catequese. Constituiu-se uma literatura

¹⁷ Estima-se que a população indígena passou de cerca de cinco milhões no momento da descoberta para entre 500 e 800 mil em 1820. Hoje ela é calculada em aproximadamente 230 mil índios (Mércio P. Gomes, *Os índios e o Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1988).

¹⁸ "Chamamos *processo de literalização* de uma língua o conjunto de procedimentos colocados em funcionamento nesses três momentos da passagem do oral ao escrito, a saber: transcrição alfabética, conceituação da letra e normalização ortográfica" (José H. Nunes, "Processus de littéralisation dans l'Arte de José de Anchieta". *Histoire Epistemologie Langage*, 15/II. Paris)

jesuítica em tupi, pode-se dizer, ainda que restrita aos autores não autóctones¹⁹. Acarretou também a acumulação de material empírico para a reivindicação posterior de uma grafia do português do Brasil.

Quanto ao domínio enunciativo, os vocabulários serviram de instrumento à retórica da catequese, distribuindo por essa via um léxico religioso que fazia uma transição da cultura indígena à cultura cristã. Ademais, como vimos acima, a questão da enunciação é trabalhada para se conhecer o funcionamento da língua. Visava-se menos a representação do mundo do que a maneira de dizê-lo através da língua.

Como temos visto, alcançou-se a gramatização de uma língua em detrimento de centenas de outras. Além disso, por vezes ficam as gramáticas, perdem-se os povos: segundo Rodrigues (1986), os tupinambás de São Vicente, cuja língua Anchieta descreve na *Arte*, foram extintos ainda na época colonial. Obteve-se certamente uma homogeneização do tupi em algumas regiões, correspondendo ao que vários autores denominam língua geral, incluindo-se localidades de São Paulo e do Maranhão, na época colonial, e a do Amazonas, até nossos dias. O *VLB* e o *DPB* explicitam um pouco o que pode ter sido a língua geral respectivamente em São Paulo e no Nordeste-Norte do país, em diferentes momentos da história.

A normatização do tupi ou das línguas gerais nunca chegou a adquirir a força de uma língua nacional. No âmbito da catequese, o caráter fixador da norma se mostrou menos importante do que em estudos posteriores que pretenderam restabelecer um tupi originário. Durante a permanência dos jesuítas, como interessava mais a passagem de uma cultura a outra, a norma funcionou de modo bastante distinto. Não interessava dignificar um corpo literário pré-existente, nem determinar o bom-uso já atestado. Tratava-se de se fazer entender, pela oralidade ou pela escrita, para melhor doutrinar. E doutrinar supunha uma mudança considerável no léxico. É preciso, pois, considerar o funcionamento da norma nesse processo de transformação da língua. A norma não funciona de modo a aplicar à realidade lingüística um corpo estável de regras, porque estas se constituem em última instância na observação da prática lingüística. Ela funciona trabalhando a situação de uso, num processo ao mesmo tempo de descoberta, descrição, comparação e eleição de regras.

Vários fatores contribuíram para que as línguas gerais e o tupi gramatizado pelos jesuítas não se expandissem e se assentassem. De início, a falta de interesse em promover essas línguas enquanto valores culturais. Eram vistas somente como um meio para a catequese. Depois, a ausência de tipografias no período colonial. A circulação dos manuscritos era dificultosa e as publicações portuguesas foram bastante restritas. O

¹⁹ Nesse sentido, as reduções paraguaias foram mais adiante, com a manifestação também de autores índios. E com a instalação de uma imprensa em 1726, essa produção literária pôde se fixar mais decididamente antes de os jesuítas serem expulsos (cf. Bartolomeu Meliá, *La lengua guarani del Paraguay*, Editorial Mapfre, Madrid, 1992).

primeiro vocabulário a ser publicado em Lisboa, o *DPB*, só apareceu em 1795. Some-se a isto a grande extensão territorial do país e a dificuldade de transportes e comunicação. E, talvez o fator mais decisivo, a política lingüística a favor do português e contra o uso e ensino da língua geral a partir do século XVIII.

Uma outra consequência do aparecimento das gramáticas e dicionários tupi consiste na formação de um imaginário de língua que foi incorporado e adaptado tanto nas políticas colonialistas quanto nas ideologias lingüísticas do Império e da República (incluindo-se aí desde a exaltação de um tupi primitivo até a reivindicação de uma língua nacional). Isto sem falar em movimentos literários de cunho nacionalista. Na época colonial, o tupi funcionou como língua de contato na estratégia de colonização. No Império, serviu à construção de uma história das línguas "primitivas" brasileiras, como estandarte para as concepções românticas do índio. Com o Modernismo, o tupi reavivou seu poder simbólico e continua até hoje tendo grande influência no imaginário nacional.

6. O Vocabulário na Língua Brasilica

O *Vocabulário na Língua Brasilica (VLB)* é um manuscrito português-tupi. Foi elaborado tendo em vista falantes de língua portuguesa, para que eles "aprendessem" o tupi no contexto da catequese. Mais especificamente, para que os missionários jesuítas pudessem pregar em tupi. Segundo Ayrosa (1938), existem cerca de vinte manuscritos do *VLB*, com pequenas alterações de um para outro. Dentre estes, distinguem-se alguns posteriormente utilizados em publicações, como se pode notar no quadro 1 (Cap. I). São eles:

1. Manuscrito da Biblioteca Municipal de São Paulo (MBMSP);
2. Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (MBNRJ);
3. Manuscrito Biblioteca Nacional de Lisboa (MBNL);
4. Manuscrito Museu Britânico de Londres (MMBL).

As diferenças mais visíveis entre esses manuscritos incluem: variações regionais, modificações ortográficas, acréscimos ou supressões de verbetes, tudo levando a crer que foram efetuadas muitas cópias de um primeiro vocabulário, havendo mais ou menos modificações em cada uma delas (ver Ayrosa 1938 e Barbosa 1948). Um dos manuscritos traz na folha de rosto a data de 1621, mas acredita-se, pelo que se lê nos historiadores da Companhia de Jesus, que já no século XVI alguns desses vocabulários circulavam nos colégios e nas missões. Há indícios de que foram compostos no século XVI e XVII nas capitâneas da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Os primeiros colégios jesuítas aí levantados tornaram-se pontos de disseminação dos vocabulários.

Em 1795, ocorre a primeira tentativa de inversão do *VLB*, efetuada pelo Frei José Mariano da Conceição Velloso, de que resultou o manuscrito do *Dicionário Brasileiro-Português*. Este foi publicado em 1934 como a segunda parte do *Dicionário Português-Brasileiro*²⁰. Somente em 1938 o *VLB* foi publicado integralmente, com a edição de Plínio Ayrosa²¹, e depois em 1952, com a de Carlos Drummond²². Antes disso, havia sido editado apenas parcialmente, tendo servido como fonte para algumas compilações, dentre as quais a *Chrestomathia* de Ernesto F. França, em 1859²³. Voltaremos às compilações e edições nos capítulos seguintes.

Os manuscritos não apresentam prefácios, e nem há notícias que esclareçam melhor o modo como foram elaborados. Há, pois, ausência de marcas de historicização do saber lexicográfico, de filiações assumidas, de citações de autores e obras. A autoridade do saber ficava a cargo dos intérpretes ou *linguas*. Pode-se incluir na categoria de intérprete: 1. aventureiros europeus que se tornavam falantes de línguas indígenas, 2. índios que se tornavam falantes de línguas européias, 3. meninos órfãos trazidos de Portugal especialmente para conviverem entre os índios, 4. missionários que aprendiam e estudavam línguas indígenas. De certa forma, o missionário se erige nesse figura do intérprete para legitimar o saber que produz.

Escolhemos o conjunto dos verbetes da letra P para realizar o recorte que segue. Primeiramente, exporemos uma análise da macro-estrutura do vocabulário: disposição e estrutura dos verbetes, nomenclatura, marcação, ordenamento, categorização. Em seguida, passaremos à micro-estrutura dos verbetes: modo de enunciação, determinação, normatização, definição.

6.1. Macro-estrutura

O *VLB* é um dicionário alfabético. Contém aproximadamente 8 mil verbetes. A letra P, que examinamos aqui, abrange 687. Ainda que por vezes a categorização seja duvidosa, contamos nesse conjunto 374 substantivos, 168 verbos, 85 adjetivos e 60 verbetes incluindo advérbios, preposições e numerais. A ordem de língua é português-tupi; há também alguns termos e entradas em latim. Não existe uma ordem rígida na formulação dos verbetes. Ocorrem variações nos sintagmas de entrada, na estruturação, no modo de marcação etc. O que nos interessa observar aqui é que, apesar de não haver

²⁰ Plínio Ayrosa. *Diccionario Portuguez-Brasileiro e Brasileiro-Portuguez*, Revista do Museu Paulista, t. XVIII, São Paulo, 1934.

²¹ Plínio Ayrosa, *Vocabulário na língua brasilica*, Coleção Departamento de Cultura, vol. XX, São Paulo, 1938.

²² Carlos Drummond, "Vocabulário na Língua Brasilica", *Etnografia e língua tupi-guarani*, n° 23 e 26, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1952.

²³ Ernesto Ferreira França, *Chrestomathia da Língua Brasilica pelo Dr. Ernesto Ferreira França*, F. A. Brockhaus, Leipzig, 1959.

uma sistematicidade, de não se objetivar uma homogeneidade formal, há algumas regularidades discursivas.

6.1.1. Nomenclatura

Observemos antes de mais nada os modos de aparecimento dos verbetes. Eles se apresentam, em resumo, de três maneiras:

1. palavra portuguesa relacionada a palavra em tupi:

Palavra. - Nheenga

2. enunciado em português relacionado a palavra indígena:

Paga na mesma moeda, se dando uma coisa por outra da mesma espécie, ora seja ouro por ouro, punhada por punhada, a carta em resposta da outra que se mandou, etc. - Poepigcaba.

3. enunciado ou palavra portuguesa relacionada a palavra indígena e comentário em português:

Por mto. tempo em fazer o q. faz. - Aeigmuãni, I, Daeigmuãni. porque o mesmo significa negativo que afirmativo, constrói-se com supino, ut, Eiigmuãni ahe ymonhanga.
i. por mto. em o fazer, etc.

Lembremos que a noção de palavra está sendo empregada aqui levando-se em conta apenas o critério de segmentação gráfica, já que uma palavra indígena pode bem corresponder a uma seqüência em português, como veremos mais adiante. Vamos por enquanto nos concentrar nas seqüências-entrada. Destas distinguimos os seguintes tipos: a. com núcleo de sintagma (*paciência, pay, pedir, polvora, prata*); b. com sintagma (*pancada dar, papear muito, pano de algodão, partir com faca, por isto, presumir o duvidoso*) c. com sintagma que incluem frases (*Pelouros que fazem da mandioca cortida com que depois dão cor à farinha de guerra, pescaria, onde se pesca com rede, pretejar estando como dizemos da fruta de que a árvore está carregada*). As seqüências-entrada causam um certo estranhamento ao leitor de hoje. Isto se explica em parte por se tratar do português do século XVI; por vezes, ocorre, além disso, a inserção de termos latinos: (*por, pono, nis, por, prepos., propter per ob*). Mas em parte decorre de configurações sintáticas inusitadas, como se o missionário, manipulando o português para fins didático-explicativos, forjasse expressões conformes à sintaxe tupi. Um exemplo disso está na ordem dos componentes sintagmáticos. Enquanto no português a ordem usual seria [verbo-complemento verbal], muitas vezes aparece a ordem [complemento verbal-verbo]: *palmada dar, parvo ser, pazes fazer assi, pena ter interior por alguma coisa, perto estar dalguém, preguissa ter*.

Percebe-se que já nas entradas surge uma explicação ou uma determinação do léxico. Com frequência elas se desdobram através de conjunções coordenativas (ou, e, por) e adverbiais (como): *paixão ou agastamento de ira; parecer-se ou enxergar-se; pé da pessoa e qualquer animal; pedra mármore e toda a semelhante; peleja por guerra; peito, por aquela parte mais funda entre ambas as tetas; pegar-se como a cera a alguma cousa, ou pegado estar; para seu, como dizem; pelejar alguém como com espada etc.; podre ser ou estar tudo o que tem sangue, ou sumo, como carne, peixe, laranjas, etc.; pejado ir, ou estar com diversas cousas como o que levasse uma trouxa às costas, e outro piguilho dependurado do hombro, ou debaixo do braço, nas mãos etc.. Essas conjunções funcionam como mecanismos de paráfrase, de modo que o significado a explicar se especifica, se determina, a cada desdobramento do dizer. Voltaremos à questão da paráfrase e da determinação mais adiante. Passemos agora aos domínios semânticos.*

O conjunto das seqüências-entrada forma a nomenclatura do vocabulário, que pode ser dividida em domínios semânticos. As unidades de classificação dos domínios (religião, plantas, animais etc.) nos servem como ponto de partida para a análise. Deste modo, elas não valem enquanto universais lingüísticos, mas sim como categorias a serem trabalhadas na medida em que a análise progride. Levando em conta a noção de movimento, observamos a articulação entre os domínios, as transformações, as passagens de um a outro, os deslocamentos de sentido. Isto é feito relacionando-se a produção dos domínios com as práticas discursivas em jogo, isto é, lendo-se a nomenclatura como um discurso de formação de domínios.

De um primeiro exame das entradas resultou a seguinte série: religião, agricultura, pecuária, comércio, parentesco, ofícios, plantas, vestuário, itinerário, guerra, alimentos, língua, cores, números, animais, costumes, caça, lugares. Após um segundo momento, discernimos quatro domínios principais, a saber: religião, guerra, viagem e atividades de colonização. Vamos a eles.

As entradas do domínio religioso podem ser distinguidas em vista da prática missionária. Por um lado, objetiva-se um conjunto de noções religiosas tais como caráter, virtudes, vícios, estados espirituais: *paciência; paixão assi ter ou tomar; pena ter interior por alguma coisa; perdão; preguissa, o vicio; pertinácia; piedade; pródigo ser*. É de se esperar que vários neologismos e adaptações em língua indígena tenham sido forjados para introduzir o universo cristão, tais como a série referente ao pecado:

Pecado.- angaipapaba. Tecoangaipaba. Tecomemoã.

Pecado, ou pecador contra a natura. s. o patiens.- Tebira.

Pecador como quer. - angaipaba.

Além dos nomes e adjetivos introdutórios das noções religiosas, aparecem também sintagmas verbais referentes à prática catequética: *pacificar*, *perdoar*, *perfeiçãoar*, *prática propor*, *pregar o pregador*, *prometer como de dar alguma coisa*, *padecer*, *perseverar em fazer alguma coisa*. Além disso, há um grande número de entradas que se referem à "fala", seja a fala missionária, do pregador, do doutrinador, seja a do índio ou a dos opositores à fala missionária. Acompanhem alguns verbetes que incluem no corpo a forma tupi [nheeng]:

Palavra. - Nheenga.

Papeador, q. muito fala. - Nheenguixuera.

Papeador ser assi. - Xenheenguixuer.

Papear muito. - Xenheenguixuerguitecobo.

Parola. - Nheenguixuera.

Prática propor, ou fazer. - Anheeng. abs. Aimoin. s. nheenga. ut. Aimoin xenheenga çupe.

Pregar o pregador. - Anheennheeng.

Prudente ser em falar. - Xenheengtecocuguacatû.

O sentido de [nheeng] gira em torno da noção de "palavra", "fala". Nota-se que a seleção lexical é direcionada para a prática verbal do missionário, em que falar é pregar. O missionário propõe as práticas discursivas, prega, observa a "prudência" no falar. Por outro lado, há os que falam demais e os que falam besteira (*parvoices de palavras*, *parvoices falar*, *patranhas dizer*). Enquanto instrumento de catequese, a fala tem um lugar privilegiado. Assim, o domínio da língua, encarado no aspecto retórico, fica determinado pela religião enquanto prática de doutrinação pela palavra.

O espaço religioso se apresenta ainda nos termos relativos a ofícios: *prelado eclesiástico*, *padre*. Os missionários participaram da formação de aldeias de missão, muitas delas depois transformadas em cidades. Assim, os índios catequizados passavam a desempenhar, ao lado dos colonizadores, ofícios públicos. Nota-se no vocabulário a indicação de alguns deles: *pagem*, *parteira*, *parceiro no mesmo ofício*, *pedreiro*, *porteiro*, *pregoeiro*, *preseiro*.

O domínio de termos e expressões de lutas e guerra é bastante significativo: *peleja por guerra*, *pazes, como entre os que eram contrários, e tinham guerra*, *presa na caça, ou guerra*, *preso*, *prender*, *prover-se*, *poderoso ser em forças*. Encontram-se ainda instrumentos de guerra: *pau feitiço para matar*, *pólvora*, *punhal ou adaga*. E tipos de golpe: *pancada*, *pedrada dar*, *porrada ou sinal dela*, *porrada dar a alguém*, *punhada dar em alguém*, *pescoçada dar em alguém*.

Além dos termos de religião e de guerra, salientam-se os de viagem. Incluem-se aí termos de navegação: *popa de qualquer embarcação; proa; postilhas de qualquer embarcação; precinta do barco ou navio*. Expressões de itinerário, com ênfase para verbos como passar, parar, partir: *parar com o cavalo o que corre ou nele anda; parar ou parar-se o que há andando; partir ou partir-se o caminhante; passada; passo; passar; passar de passada, sem entrar, ou pousar; passar por diante deixando o companheiro, ou enquanto elle descança; passeadouro; passear; pegada; perder-se ou perdido andar o caminhante; peregrinar; peregrino, ou estrangeiro; peregrino ou caminhante*. Termos de lugares: *pousada; praça ou terreiro; prado ou campo; praia; povoação ou lugar*.

Outro domínio que julgamos pertinente se refere a atividades do colono: criação de gado, caça e pesca, agricultura, extrativismo, comércio. Incluímos aqui os termos de plantas e animais, pois eles se mostram determinados por essas atividades. Plantas e agricultura: *palha; parreira; penca como da palma; pevides ou qualquer sementes; pimenta; pinhão; podar; planta; plantar roça*. Animais: *passarinho; pata, ou pato; perdiz; preguiça; piolho; pomba; porco manço; porco do mato*. Caça: *perdigueiro, os que as toma ora seja o caçador, ora o cão; pinguelo; presa na caça ou guerra; pescar; pescar com linha; picar o peixe o anzol*. Criação: *pacer o animal; pastar o gado, ter cargo dele; pastar, dar-lhe de comer, ou trazê-lo a passar; pasto de gado; pastorear*. Comércio e tributos: *paga na mesma moeda; preço dar; preço, ou troco de alguma coisa; preciosa cousa; pareas ou tributo a pagar; partir com alguém do que tenho*.

O domínio dos costumes abrange por um lado os dos colonos, por outro os dos índios, e neste caso marca os inícios de uma etnografia. Esses domínios muitas vezes são indistintos no discurso. Eis algumas entradas: *pentear; pelar; perfumar; pintar por galantaria como fazem os índios; pintura; prato; pucaro, e todo o vaso manual que serve para beber água*. Podemos incluir aqui o domínio dos vestuários: *palmilha das meias; pano*. E o dos alimentos: *pão; papas; pelouros fazer a farinha*.

Por fim, alguns outros domínios. O das doenças e tratamentos: *peste; purga dar; purga tomar*. O das cores: *parda cor; preta cousa; pretejar*. O dos números e quantidades: *pares em numero ser; parte, pollo quinhão; pedaço do inteiro; pouco em quantidade; poucos; primeiro*. O de elementos de língua, entre os quais, preposições e expressões interrogativas: *para, dativo; por, preposição, nesta significação; porque, ou porque causa? quare?; por onde?*. O de partes do corpo: *papada; peito; perna; pescoço; partes secretas; pé da pessoa e qualquer animal; postura dos rostos das mulheres*. O de nomes de parentesco: *pai; parceiro no nome; parente ou de nação; parente consanguíneo; primogênito da mulher; primogênito do homem*.

A nomenclatura do VLB, quando relacionada à dos relatos, apresenta algumas diferenças. Ela inclui mais variações de categorias de língua: não só substantivos, como é

a predominância nos relatos, mas também verbos, adjetivos, preposições e advérbios. Note-se que a situação de contato é representada na nomenclatura, com a coexistência das culturas europeia e indígena. Diremos que há a predominância da cultura europeia a partir da posição do missionário, através da prática doutrinária; do conquistador, através das práticas de guerra; e do colono, através das atividades de estabelecimento.

6.1.2. Ordenamento

O *VLB* é o primeiro vocabulário alfabético feito no Brasil e apresenta o ordenamento das entradas em português. O que chama a atenção na seqüencialidade da leitura é o arranjo das entradas conforme a significação. De início, considera-se uma distinção entre a significação geral (às vezes marcada) e as outras (não-marcadas). Observemos as entradas *peixe* e *pano*:

Peixe. gnlr. - Pirã.

Peixe Boi. - Ygoaragoa.

Peixe serra. - Igbira.

Peixe espada. - Aragoagoa.

Peixe enxada. - Parû.

Peixe avoador. - Mijuipira.

Pano. gnlr. - Aoba.

Pano de cor, ou qualquer. - Çooraguera.

Pano de linho. - Igbiraoba.

Pano de algodão. - Amignijuaoba, et sic de
coeteris

Pode ocorrer também de aparecer somente a significação específica e não a geral. Aparece, assim, "pisca o olho - Anhemoeçabic. (çupe)", mas não "pisca". Note-se que a ordem alfabética não respeita os segundos termos. Há uma repetição que subordina as entradas a uma antecedente. Com isso formam-se grupos de verbetes com proximidades de significação. Com o desenvolvimento dos dicionários, as diferenças de significação são ordenadas dentro de um mesmo verbete, onde se inserem variações de significado, locuções, exemplos. No *VLB* isso não ocorre; para cada um desses itens abre-se uma nova entrada. Veja-se, por exemplo, a série de *parvo*:

Parvo. - Abatecocuguabeigma.

Parvo ser. - Naxetecocuguabeigma.

Parvoeirão. - Abatecocuguabeigmucû.

Parvoice. - Tecocuguabeigma.

Parvoices de palavras. - Maraetenhea.

Parvoices falar. - Maraaetenhetenhe, I. Aetenhetenhemaraguijabo, I, maraguijabaupa.

As duas primeiras entradas mostram um arranjo bastante recorrente no *Vocabulário*, com a disposição do adjetivo na primeira entrada seguido de locução verbal na segunda. Essa disposição corresponde a uma distinção gramatical entre o adjetivo e a conjugação dele com prefixo, como veremos mais adiante. Seguem três entradas de mesmo radical que *parvo*, uma com nome, uma com sintagma nominal e uma com sintagma verbal. Como se vê, a estruturação se estabelece, para além da ordem alfabética, de acordo com o modo de determinação do termo conseqüente. Tal determinação pode seguir critérios gramaticais (derivação, formas ativas e passivas, classes de palavras) ou segmentais (palavra, locução, frase, período).

Por vezes, como recurso de leitura, temos as remissões, que quebram a ordem alfabética e indicam um percurso pelo dicionário: "Palpar - vide Apalpar.", "Poderoso ser em forças - vide Força ter"; "Pilar - o mesmo que Coluna."

6.1.3. Marcação

As marcações não se manifestam necessariamente em todos os verbetes. Mesmo assim, podemos indicar as mais utilizadas. Para que se compreenda melhor a escrita dos verbetes, atente-se primeiramente, neste exemplo, às abreviações:

Pancada, pelo sinal dela que fica na carne ou lugar aonde se deu. - Bora, l, Pora, ou com a particula guera que faz pretérito. ut. Itapora, ou, Itaporuera, i. pancada, ou sinal onde me firou a pedra, et sic de coeteris: e se foi dada por mão de alguém, ora seja pancada ora pedrada. Moaçabora.

As mais utilizadas são as que seguem:

i. = isto é

l = ou

q. = que

ut. = por exemplo

gnlr. = geral

Algumas expressões em latim também intervêm na escrita: *sic de coeteris*, *simpliciter*, *maxime*, *propter*, etc.

No que se refere às marcas gramaticais, elas concernem sobretudo as formas verbais, com a indicação das formas "ativo", "neutro" e "absoluto", conforme a tradição da gramática latina:

act. = ativo	(Papas fazer da farinha, ou a farinha nelas. - Aicaû. act.)
neut. = neutro	(Palpadelas. - Pomobigbîca: andar às palpadelas. Apomobigbigc. neut.)
abs. = absoluto	(Prática propor, ou fazer. - Anheeng. abs. Aimoin. s. nheenga. ut. Aimoin Aimoin xenheenga çupe.)

Outra marcação bem recorrente concerne à regência das preposições. De início, estas são marcadas com relação aos casos latinos "Para, dativo. - Çupê. (...)". Depois, assinala-se a regência dos verbos quanto à preposição. As preposições mais marcadas são: *rece*, *pe*, *çupê*, *pupê*, *çui*. Elas são anotadas logo em seguida à forma verbal ou após a indicação do tipo de verbo:

Pancada dar. - Ainupã. act. Apoar. rece.

Perguntar. - Aporådub, çupe.

Partir com alguém do q. tenho. - Aiopoi. act. pupe. Aimojaoc. Çupe. Exemplo do 1o. Ajopoi ahe çoô pupê. i. parti com N. da carne, porque comumente se entende de cousas de comer, posto que não sempre. Do 2o. Aimojaoc xe itajuba ahe pe, l, çupe: parti com N. do meu dinheiro ou de qualquer outra cousa.

Por fim, tem-se ainda a marcação das "partes da oração" (substantivo, adjetivo, advérbio, etc.): "**Pintada cousa**, adiect. - Ycoatiaripigrã."

6.1.4. Conceituação: léxico e gramática

O *VLB* se constitui como um instrumento muito próximo da gramática. Assim como esta, ele apresenta: a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados, itens que compõem a base de uma gramática (Auroux 1992: 66). Deste modo, as fronteiras entre léxico e gramática são dificilmente dissociáveis no *VLB*. Grande parte dos verbetes incluem comentários gramaticais: fonéticos, gráficos, morfológicos, sintáticos. Ainda que não sejam citados autores e fontes, há uma intertextualidade entre o *VLB* e a gramática de Anchieta, já observada por Lemos Barbosa (1948). Para situar historicamente esse saber, façamos um trajeto por algumas noções gramaticais herdadas da gramática latina e trabalhadas na *Arte* de Anchieta e no *VLB*.

6.1.4.1. Composição, construção, mudança

A noção de composição deriva do discurso cosmológico dos antigos, em que o mundo era descrito através de sua "formação" ou "composição". Assim, os seres são compostos por elementos constituintes (terra, fogo, ar, água), elementos que se combinam, se excluem ou se transformam na produção das coisas. Através da combinação das "partes", chega-se ao "todo", havendo a distinção entre as substâncias "simples" e as "compostas".

No âmbito gramatical a conceituação se passa de modo análogo. A *composição* compreende a formação das "partes do discurso" e se efetua por meio da combinação entre os elementos lingüísticos. Ela consiste então em regras morfológicas de formação das palavras. Na gramática de Anchieta, há observações a propósito da composição em tupi. O encontro de uma língua não indo-européia trouxe problemas ao missionário, que nota particularidades da língua indígena, entre as quais a de que todas as partes podem ser conjugadas, através de acréscimos denominados *crementos*: "cremento há não somente nos verbos, mas também noutras partes da oração porque todas se podem conjugar, como verbos" (Anchieta 1990).

Por seu lado, a noção de *construção* se reporta mais aos aspectos sintáticos, à formação das orações. Por volta dos séculos XVI-XVII houve nos estudos de gramática latina um interesse crescente com relação à construção, ou seja, à sintaxe²⁴, que se verificou, também, com o desenvolvimento da lógica e da gramática de Port Royal. Nesse contexto, o encontro das línguas desconhecidas impulsionou grandemente a teorização sobre a sintaxe, trazendo fatos de linguagem que se contrapunham aos modelos europeus.

A noção de *mudança* pode igualmente ser relacionada à cosmologia antiga. Os seres se transformam e passam de um estado a outro da natureza. Os segmentos lingüísticos passam por transformações: "acrescem", "perdem", "ganham", "mudam", "contraem" elementos, decorrendo mudanças de forma, função e categoria.

6.1.4.2. As partes do discurso

Como nota Colombat (1988), há uma certa ambigüidade e circularidade quanto às partes do discurso nas gramáticas dos séculos XV e XVI. A parte do discurso ou parte da oração ("pars orationis") não é definida. Admitiam-se via de regra oito partes do discurso, a saber: "nome", "pronome", "verbo", "advérbio", "partícula", "conjunção",

²⁴ Ver Bernard Colombat. "Les 'parties du discours' (*partes orationis*) et la reconstruction d'une syntaxe latine au XVI^e siècle", *Langages* 92. 51-64, Larousse, Paris. 1988.

"preposição", "interjeição". O número de partes e a terminologia variam de acordo com a gramática.

Também na gramática de Anchieta, as partes do discurso não são definidas; porém, elas são apresentadas e discutidas. E no *VLB* elas são indicadas e trabalhadas esparsamente, de modo bastante similar em muitos pontos ao texto de Anchieta. No que se refere às entradas, a maioria delas concerne os substantivos e verbos. Há comentários sobre os advérbios, adjetivos, numerais e pronomes. Durante a análise, fizemos uma leitura associando o vocabulário à gramática de Anchieta. Lembramos que o que visamos é mostrar alguns gestos interpretativos no espaço que conjuga léxico e gramática.

6.1.4.3. Letras

Sendo um dos primeiros textos a transcrever termos do tupi, ainda não aparece no *Vocabulário* uma homogeneidade na escrita. Trata-se de um primeiro estágio de normatização da ortografia; não aquele das regras, que a gramática de Anchieta vai esboçar, mas o da transcrição, que já apresenta um caráter normativo, regulador. Sabe-se que, entre os viajantes, muitas transcrições de termos tupi foram efetuadas com uma variação considerável, já que os falantes (ouvintes) eram de nacionalidades diversas. Para se ter uma idéia, basta ver como Léry anotou o nome dos tupinambás: *Tououpinambaoultis*. Com a produção dos jesuítas, fixaram-se as transcrições baseadas no alfabeto e na pronúncia portuguesa e, com a gramática de Anchieta e depois a de Figueira, desenvolveu-se uma teorização sobre a letra²⁵ no tupi.

O *VLB*, além da transcrição dos termos, apresenta alguns comentários sobre a pronúncia e a escrita, como neste verbete:

Perna. - Tetimã, l, Cetimã, se não é de pessoa o mesmo é Cupig e deste se usa comumente, pa. dizer ao que luta arma-lhe a perna, ou toma-o pela perna com esse laço. ut. Aicupigiurar, l, Apygcujurar: viradas as letras, posto que comumente se diz pucû. ut. Aipucujurar. act.

O comentário incide sobre a questão do chamado "i gutural"²⁶ ou "i áspero" do tupi. Na gramática de Anchieta coloca-se: "Este i. aspero, ainda que se ache escrito e., vel, u é o mesmo" (1990: 25). Esta afirmação vai de par com a observação do exemplo acima. Outras variações do i gutural no *VLB* são o "ig", o "i" e o "y".

²⁵ Sobre a noção de letra em Anchieta ver José H. Nunes, "Processus de littéralisation dans l'Arte de José de Anchieta", em *Histoire Epistemologie Langage*, 15/II, Paris, pp. 69-95.

²⁶ Este fone é identificado hoje como uma vogal alta, centralizada, não-arredondada.

A escrita ainda não é fixada no *Vocabulário*. Por isso, os comentários de escrita e pronúncia admitem uma certa variabilidade na ortografia. Importava mais nesse momento a finalidade de aprendizado, com o reconhecimento das diferenças para dominar a língua, do que a fixação de um padrão ortográfico unificado.

6.1.4.4. Nome

Como vimos, as entradas do *VLB* tanto podem consistir em palavras, como em sintagmas e frases. Assim, no caso dos nomes substantivos, ou eles aparecem isolados, como nos dois primeiros exemplos abaixo (o primeiro marcado com categorização), ou dentro de um sintagma verbal, como no terceiro exemplo:

Pintura, substantive. - Coatiara, l, Ycoatiara

Paciência. - Toçanga

Pacia ter, ou paciente ser. - Xeroçang.

Não encontramos nestes exemplos comentários gramaticais, mas uma passagem por Anchieta pode nos trazer elementos para uma leitura. Note-se que no terceiro exemplo a construção com nome substantivo (paciência) e a com nome adjetivo (paciente) aparecem como equivalentes. Encontram-se em Anchieta dois pontos de interpretação gramatical para a forma "xeroçang". A primeira considerando o morfema "xe" como um adjetivo (pronomo adjetivo) e a segunda como elemento formador de uma predicação verbal, ou seja, no primeiro caso forma-se um sintagma nominal e no segundo um sintagma verbal. Este segundo caso é o que se encaixa aqui, mas vamos mostrar também a regra do primeiro, pois ela explica a mudança de letras (de t para r). A terceira regra toca a significação do verbo "ter" e explica a perda do a final em *xeroçang*. Eis as regras:

"Os nomes começados por, t. tem por relativo, ç. com zeura, & praeposito o adjetivo, ou genitivo o mudam em, r. & com o reciproco se perde, ut.

Tetê corpus, absolute.

Cetê, eius, eorum, vel earum corpus.

Xéretê, meum corpus.

Pedro retê, Petri corpus." (idem: 46)

"Os nomes conjugados como verbos incluem em si o verbo sum, es fui, em duas significações, s, ser, & ter. Para a significação destas há verbos particulares e próprios, estar sentado, deitado, andando" (ibid.:113)

"Nesta significação [ter] se conjugam todos nomes assim adjetivos, como substantivos com seus supostos, como os verbos que não têm supostos, tirando sempre a última vogal aos que tem o acento na penúltima, ut, *pindâ*, anzol. *xepindâ*, tenho anzol, *yxê xepindâ*, *xêpindâixê*. *Naxêpindâi*, não tenho anzol. *Aóba*, roupa, *xeàòb*, tenha roupa, *naxeaóbi*, não tenho roupa" (ibid.: 116).

A primeira regra considera "xe" como adjetivo e explica a mudança de letras de *toçanga* para *xeroçanga* como de *tetê* (corpo) para *xéretê* (meu corpo). Ela admitiria uma tradução para *xeroçanga* como "minha paciência". A segunda apresenta a formação de uma predicação através da "conjugação de um nome como verbo". Anchieta nota no tupi a ausência do verbo *ser* e indica construções como a do exemplo acima em que esse verbo, ou igualmente o verbo *ter*, estaria subentendido ("subintelecto"). Podemos incluir várias entradas que seguem essa forma de apresentação, seja com adjetivos seja com substantivos:

Papeador, q. muito fala. - Nheenguixuera.

Papeador ser assi. - Xenheenguixuer.

Paruo. - Abatecocuguabeigma.

Paruo ser. - Naxetecocuguabi.

Peleijão. - Abamaramotara. Abaporojucaiba.

Peleijão ser . - Xemaramotar. Xeporojucaib. Xecagoaib.

Piquena cousa. - Mirim. Tairim. Ciciim.

Piquena ser. - Xerairim. Xericiim.

Preta cousa. - Una. ut. Aobuna. Roupa, ou uestido preto.

Preta cousa ser. - Xerun. etc. in 3.ª pa. Çun.

Vemos assim que os verbetes são produzidos através de um discurso gramatical, numa intertextualidade que se pode explicitar pela análise.

A conjugação do nome aparece também na construção com as diferentes pessoas. Veja-se o verbete abaixo e em seguida a regra de Anchieta para a construção de substantivos e adjetivos com pronomes:

Parceiro no nome, feição alguma natural, off.. - Apixara. ut Xerapixara, Derapixara, et in 3.ª pa. Çapixara.

"Na construção (exceto o nominativo e dativo, que se põem indifferenter) sempre se prepõem o pronome, siue substantiuo, siue adiectiuo, ut *xéjuca*, a mim matão. *ore*,

yandê, ndê, pè, jucâ, xèjára, meus dominus, *xérecê*, me propter & sic de caeteris, ut *yjucá*, eum occidere, *yjára*, eius dominus" (ibid.: 46).

A seqüência Xerapixara, Derapixara, Çapixara é, então, um paradigma gramatical que apresenta a construção com pronomes de primeira (*xe*), segunda (*nde* ou *de*) e terceira (*ç*) pessoas. O dicionário funciona aí como instrumento de aprendizado dos paradigmas de conjugação.

Outra particularidade quanto aos nomes está na formação do tempo (passado e futuro) através da justaposição de "partículas". Vejamos uma entrada do vocabulário e a regra de Anchieta:

Pancada, pelo sinal dela que fica na carne ou lugar aonde se deu. - Bora, l, Pora, ou com a partícula guera que faz pretérito. ut. Itapora, ou, Itaporuera, i. pancada, ou sinal onde me firou a pedra, et sic de coeteris: e se foi dada por mão de alguém, ora seja pancada ora pedrada. Moaçabora.

"Em todos os nomes há pretérito, que é *oera* ou *uera*, e futuro *âma*, como em *mbaê*, coisa, *mbaêpoera* coisa que foi, *mbaêráma*, coisa que há de ser" (ibid. 1990).

Há ainda verbetes que encerram comentários sobre categorias e modo de composição. O primeiro exemplo abaixo discute uma variação na construção que acarreta uma mudança na categorização, nas fronteiras entre nome e advérbio. O segundo mostra a construção com "relativo", o terceiro com acusativo e o quarto com a partícula *ete*:

Palmito de qualquer palma. - Çuã. O *c* é relatiuo e, se se nomeia o próprio nome da palmeira, perde o *c* ut. Pindouã. Patiruã. Jeïçaruã, etc.

Pescoço. - Jura, l, Ajura. Trazer ao pescoço, os mesmos mudado o *a*. em. *i.*, ut Xejuri areco. i. trago ao pescoço, e assim ficam estes nomes feitos advérbios, como também se faz no nome Cuã, que quer dizer cinta, ou cingido.

Ponta fazer. - Anharigbobörung: além dos comuns, mas põe-se aqui este por ser dos que se não acham senão compostos, com seu acusativo, e mui raramente, em tendo do verbo Rung como para dizer limpo terra para plantar milho. Atuparung. s. abati. Lanço mandioca n'água a curtir. Amandiorung. etc.

Porco do mato. - Tayaçute, pela partícula *ete* não se diferem dos mansos somente, mas também doutros do mato de casta pequena a que chamam Taigtetu, e doutros que pela grandeza e fereza, e dentes, dizem ser os mesmos de Europa a que chamam Japurutere.

Percebe-se por esses verbetes que o discurso sobre os nomes envolve uma teorização na morfologia e na sintaxe, com a elaboração através das noções de composição e construção. A explicação do sentido passa pela explicação gramatical.

6.1.4.5. Verbo

Depois das observações gramaticais de Léry (1565) e da gramática de Anchieta, o *VLB* surge como um espaço privilegiado de teorização sobre os verbos tupi. Bem como ocorre com os nomes, a reflexão sobre os verbos abarca as operações de composição, construção e mudança, de modo que os comentários tratam também de outras partes do discurso. Vamos percorrer alguns exemplos.

Os verbetes podem compreender uma relação termo a termo ("Pestanejar. - Açapumipumi") ou exibir entradas com sintagmas ("Pacer o animal. - Acarû") ou saturadas até o nível frasal ("Picar o peixe o anzol. - Aimotigc. Aimotigmotig. act."). A marcação mais freqüente é a que distingue os tipos ativo, neutro e absoluto como nos exemplos abaixo:

Parir. - Xembêrar. neut. Aimoar. act.

Pescar com linha. - Apindaitigc. abs.

Pescar com rede. - Aieporacar. neut. se é com rede grande. Apigçaeitigc.

Pilar taipas. - Aixoc. I. Aigbigçoc. O 1º he actiuo, o 2º absol.: e inclui em si o acusativo porque está composto com ele: este 2º é o que comumente se usa.

Anchieta elabora uma série de regras de construção dos verbos ativos neutros e absolutos, assim como das mudanças de um a outro:

"Os verbos ativos se fazem neutros de maneira que depois se podem tornar a fazer ativos com mo, ro, & depois tornar a fazer neutros, & outra vez ativos, ut, Aimonhâng, Ayemonhâng, Aimo yemonhâng, Ayemonhe monhâng, &c. quanto o uso do falar o sofrer, fazem-se de três maneiras" (ibid.: 120).

"A construção dos neutros é ao tom dos advérbios e preposições em todas as pessoas, como *Anheêng*, Pedro *çupê*, loquor Petro, *Aiür òca çuí*, venho de casa, *Açôócupé*, vou a casa, e por isso se porão logo difusamente, porque nelas está muita parte do bom desta língua" (ibid.: 101).

Não vamos nos estender nessas regras, notando apenas que elas envolvem pontos teóricos como o dos casos latinos, o das conjugações, o da construção sintática e

morfológica na relação com outras categorias gramaticais, o do uso de morfemas específicos do tupi.

Tanto a noção de "palavra", quanto a de "frase" ficam em suspenso nas descrições dos verbos. Vamos nos concentrar em uma questão específica que é a da "incorporação", visto que ela teve um desenrolar importante na história do saber lingüístico. Os gramáticos das línguas ameríndias, durante os séculos XVI e XVII, trataram de diversos fatos de linguagem que fugiam aos modelos europeus (Santo Thomas, 1560, quechua; Anchieta, 1595, tupi; Montoya, 1640, guarani; Breton, 1667, caraíba). Particularidades dos verbos foram então apontadas e teorizadas a partir da gramática latina e às vezes em contraste com ela. Posteriormente, no início do século XIX, alguns autores (Schlegel, Duponceau, Humboldt, Pott) iniciaram uma classificação das línguas do mundo em vista de propriedades comuns. Uma dessas propriedades foi justamente a da "incorporação", indicada como peculiar das línguas ameríndias e de algumas outras línguas não indo-européias, como o basco. Na verdade, uma série de termos foram suscitados para explicar essas propriedades, entre os quais os de "polissintetismo", "aglutinação", "incorporação", e eles só tomam valor dentro da estrutura classificatória de cada autor²⁷. Discutiremos mais adiante (cap. 4) a questão da classificação das línguas. Para o momento, interessa-nos a distinção entre a descrição dos fatos, realizada pelos primeiros gramáticos, e a prática classificatória que se seguiu depois.

Freqüentemente se consideram os autores acima, do século XIX, como introdutores das noções de aglutinação e incorporação. No entanto, nas gramáticas de línguas ameríndias já se realizara um trabalho nocional-conceptual. Assim, para se compreender historicamente o aparecimento de tais noções, é preciso levar em conta dois momentos: a. o da teorização dispersa dos fatos; b. o da generalização das noções. Trataremos agora do item (a) e no próximo capítulo do item (b).

Não é nosso objetivo nos deter nos diversos modos de composição indicados no *Vocabulário* e na *Arte* de Anchieta. Visamos apenas mostrar que houve um trabalho teórico considerável, que teve como consequência, tomando o conjunto das descrições efetuadas, uma mexida nas teorias sobre palavra e frase. Alguns termos utilizados por gramáticos de línguas ameríndias indicam já uma mudança na terminologia. Assim, Montoya fala em sua *Arte* do guarani em "acusativo incorporado" e Santo Thomas, na *Gramática da língua geral dos Índios dos Reinos do Peru*, em "palavras incomplexas":

²⁷ Para uma história da noção de incorporação no século XIX ver os artigos de Joan Leopold ("Duponceau Humboldt et Pott: la place structurale des concepts de polysynthèse et d'incorporation") e Jean Rousseau ("Wilhelm von Humboldt et les langues à incorporation: genèse d'un concept. 1801-1824"), em *Ameríndia*, número especial 6, A.E.A., Paris.

"El primer modo de composicion es de los verbos actiuos, que se componem con acusatiuo incorporado entre la nota, y el verbo, ut *Atupa pici, comulgar. Atupa raihu, amar à Dios.*

Lo mismo se haze con uerbos neutros aunque no sean hechos actiuos, ut *Ambaeri yeruré, pido cosas. Lo mismo es con pronombres, ut Chembaeapó guitecôbo, I. Cheporabiqui guitecôbo, ando trabajando*" (Montoya 1993: 53).

"Es de notar, cerca de la conjugación de todos los verbos en esta lengua, que generalmente en ella ay ciertas y particulares maneras de hablar, allende y fuera de las generales, conviene a saber: por verbos y palabras incomplexas, lo qual no se halla en la lengua latina ni española, o muy raramente" (Santo Thomas 1994: 77).

Em Anchieta não aparece o termo "incorporação" nem "aglutinação". Como vimos, utilizam-se as noções de "composição" e "construção" das "partes do discurso". Nessa instância, a categorização e a mudança de função gramatical são tratadas através da junção, separação, mistura das partes e de suas funções na composição das "dicções". Assim, para o caso dos verbos, vários modos de composição são indicados: de verbos com verbos, com nomes, com adjetivos, com advérbios. Eles envolvem arranjos muitas vezes divergentes dos padrões da gramática latina, incluindo-se questões de ordem dos constituintes, conjugação de formas compostas, significação frástica. Vejamos alguns exemplos na gramática e em seguida no vocabulário:

"Os verbos além das maneiras de composição sobreditas se compõem com algumas partes da oração & na conjugação não se faz caso senão da última terminação, ut, Com advérbios, *aicuâb. sey, catû, bem, etê, aicuâcatû, aicuâbetê.* Com outros verbos, *açô, vou, aipotâr, quero, açôpotâr, ir quero, araçô, levo, aipouçûb, arreceo, Araçôpouçûb, arreceo de leuar.*" (Anchieta 1990: 125)

"Os verbais compostos por si mesmos com outros no mesmo guardam a regra da composição dos que têm o acento na penúltima, mas têm diferente significação, da que têm quando são feitos verbos compostos porque nestes serve o nome de advérbio & com essa significação se fica, ut, *areco, tenho catû, bem, arecocatû, tenho bem, & sic in reliquis verbalibus.* Mas compondo o mesmo verbal, o *catû, é nome, & significa, bom, & com esta significação ficção, ut, morabucâra morabucacatu, bõ trabalhador, i, trabalhador que é bom homem ou homem honrado morabucâroéra, morabucâroecatû, morabucûârama, morabucûârangatu, morabûcurâboéra, morabûcurâbaegatû, o mesmo é em morabûcuçâba, verbal em ira, do verbo composto ynupãgatûpira o bem castigado, composto do verbal, ynupâpira ynupâpicatû, o castigado que era bom, ynupâpicatûpoera, ynupâpiroecatû, unupâpicatûrâma, ynupâpirãgatu, ynupâpicatûrâboéra" (idem: 125)*

Palpar o vau do Rio. - Atigpigaang, composto de Açaang, que é palpar, ou puar., ou intentar. E Ygpig que é o fundo do Rio.

Passar vau. - Açacab. s. ig. i. água ou aigaçab composto, o verbo com ig que é água, ou rio etc.. E isto quer seja a pé, quer a nado, ou em barco. A diferença que podem ter é ser o 1º actiuo e o 2º absol.

Picar com ele, ou lavrar a pedra. - Aimombipic. act. l. Aitamombipic. composto.

Nos três últimos exemplos percebe-se como o vocabulário introduz as formas compostas. A princípio, o que se nota é uma diferença na representação escrita: as entradas em português apresentam duas ou mais palavras, considerando-se aí a segmentação escrita, enquanto para o tupi aparece somente uma. De onde se pode pensar que uma palavra em tupi corresponde a uma frase ou locução em português. Tratar-se-ia de uma mera junção de palavras na escrita, sem um critério definido, ou de uma unidade categórica? A lingüística moderna mostra que foneticamente a fala se apresenta como um continuum, o que pode ser representado por uma notação fonética distinta da ortografia tradicional. De modo que as segmentações na escrita, que geralmente coincidem com a categorização das palavras, obedecem a critérios históricos (da história da escrita) e morfológicos, que ultrapassam o escopo de uma escuta fonética. Ou seja, na segmentação há interpretação. Ora, na gramatização de uma língua sem tradição de escrita o critério histórico fica anulado, ou antes, em nosso caso, submetido à tradição da gramática latina e das línguas nacionais européias. Com isso, cria-se uma série de problemas para a descrição morfológica. Além disso, morfologia e sintaxe se aproximam através da idéia de que a uma "palavra" corresponde uma "frase". Desenvolvem-se a partir daí algumas colocações teóricas. Uma delas é a de que se pode predicar com um nome conjugado, como vimos mais acima. Outra é que os verbos incluem em si outras partes do discurso, como nomes, advérbios e preposições. Bem, todas essas teorizações só são possíveis a partir do momento em que se questionam, pontualmente, dois pilares da gramática, que são a lógica e a categorização das partes do discurso.

Um dos pontos em que o problema da lógica emerge é quando se visa estabelecer um valor para o verbo "ser", apesar de se considerar que ele não existe na língua. Pois aí não se trata de um verbo qualquer, mas aquele sobre o qual os filósofos antigos se apoiaram para definir uma ontologia da linguagem e uma lógica da predicação. No caso da conjugação do nome, Anchieta não faz mais do que retomar uma solução semelhante àquela proposta por Aristóteles diante das restrições dos sofistas à idéia de que a linguagem fala do *ser*:

"Le langage parle de l'être. Cela paraît immédiatement dans les énoncés prédicatifs, où la copule *esti* (*est*) figure explicitement. Le schéma prédicatif peut être généralisé à l'ensemble du langage. Aux sophistes qui s'appuyaient sur les énoncés comportant un verbe transitif (*Socrate se promène*) pour soutenir que le langage ne parle pas toujours de l'être, Aristote a rétorqué en proposant une paraphrase canonique décomposant tout verbe par la formule [est+participe présent] (*Socrate est se promenant*), ce qui suppose, dans le cas des verbes transitifs, l'intégration du complément au prédicat" (Auroux 1996:127).

No caso de Anchieta a paráfrase se apresenta da seguinte forma. O exemplo empírico (*xecatu*) é constituído de [pronome ou prefixo + adjetivo ou substantivo] (*xecatu, eu-bom*). A tradução introduz o verbo ser, conduzindo à forma [pronome ou prefixo + ser + adjetivo ou substantivo] (*eu sou bom*). Esse recurso, portanto, é um modo de garantir o enunciado predicativo no tupi, dentro da tradição lógica que sustentava a gramática latina e que depois veio a ser reelaborada na Gramática de Port Royal, onde as categorias se ligam a estruturas cognitivas consideradas universais.

No que respeita à construção com os verbos, ocorre uma representação compactada, como no verbete "picar com ele, ou lavar a pedra", que traz em tupi a forma *Aitamombipic* [prefixo verbal (A-eu) + nome (ita-pedra) + verbo (mombipic-picar ou lavar)]. Nada indica, no entanto, que haja uma hierarquia morfológica entre os constituintes. A noção de incorporação só se explicitará nos estudos posteriores quando as formas lógicas da predicação serão teorizadas, havendo a subordinação de uma categoria a outra - por exemplo, do nome ao verbo - na morfologia.

6.1.4.6. Outras categorias

As categorias *nome* (incluindo-se aí nome substantivo e nome adjetivo e numerais) e *verbo* são as mais trabalhadas no vocabulário, assim como na gramática de Anchieta. Além delas, mencionem-se ainda as entradas que incidem sobre *pronomes*, *advérbios* e *preposições*. Note-se que nem o *Vocabulário* nem a *Arte* se detêm nas categorias *interjeição* e *conjunção*.

Os advérbios algumas vezes são marcados nas entradas ("Perfeitamente, aduverb.. - Catû. Catucatû. Angaturam."), outras vezes não ("Prolixamente. - Mucû. Mucueté, l, Mucuetecatû. Mucutecatunhe."). Eles aparecem também formando sintagmas verbais ("Perfeitamente estar. - Aujecatû. Aujecatutenhe. Aeboe."). Há algumas observações sobre o modo de construção:

Presto, aduerb.. - uide Asinha.

Asinha. - Çapigã, eçapigã. Nunca se usa só por si senão junto com o verbo no fim ut Eraçoeçapegã, levam asinha.

As preposições, além de aparecerem marcando a regência dos verbos, como vimos mais acima, são consideradas em seu contexto de formação de frases e expressões. Anchieta, na *Arte*, fornece uma lista delas, explicando a significação e o uso. Note-se que por vezes preposição e advérbio se confundem, mas ambos são indicados como especialmente produtivos para a formulação do discurso em tupi:

Por, prepos., propter per ob. - Ri, l, Rece. ut. Deri, l, Derece, por amor de ti, ou por tua causa.

Para, datiuo. - Çupê. e serve só na 3ª pa., ut, Pô çupê, pa. Pô ou a Pô. Verdade é que se um grande principal dizer Yxe çupê, não será erro mas sim em nós outros, nem mais nem menos que as licenças poéticas. Na pra. pa. dizemos. Yxebo, l, Xejoupe, quando é reciproco. Na 2ª Dedo l, Endebo. Dejoupe. i. sibi ipsi.

"A construção dos neutros é ao tom dos advérbios e preposições em todas as pessoas, ut, *Anheêng*, Pedro çupê, loquor Petro, *Aiûr òca çuî*, venho de casa, *Açôocupé*, vou a casa, & por isso se porão logo diffusamente, porque nelas está muita parte do bom esta língua" (ibid.: 101)

O que vimos sobre as partes do discurso, enfim, mostra que o *VLB* é um lugar de elaboração gramatical, que funciona paralelamente à *Arte* de Anchieta. Salientemos que os comentários no corpo dos verbetes fazem delssse dicionário uma obra singular com relação às do mesmo gênero na época. Uma verificação dos dicionários de Montoya e de Santo Thomas nos faz ver a diferença. Nenhum dos dois apresenta comentários, mas tão somente traduções e equivalências constituídas de termos e expressões. Observemos uma seqüência parafrástica com o termo *perdigueiro*:

Perdiguero _____ vutop hapic (Santo Thomas)

Perdiguero perro. Yagua mbae rupia. Yaguaçoo momohehára. (Tesoro de Montoya)

Perdigueiro, os que as toma ora seja o caçador, ora o cão. - Çupiara, e serve a tudo, ut. Pacarupiara, etc. O mesmo quase é Cuguapara. (*VLB*)

Isso mostra que o *VLB* é um lugar privilegiado para se observar o discurso lexicográfico nas circunstâncias dos países de colonização, particularmente com relação à representação da enunciação.

6.2. Micro-estrutura

Exporemos agora uma análise das formas discursivas que constituem os verbetes, seja nas entradas, seja nos comentários internos. O que chama a atenção numa leitura discursiva do *VLB* é a representação que nele se constrói da situação de enunciação, um procedimento raro para os dicionários da época. Isso traz à tona a questão da relação da língua com a exterioridade: enunciação, referenciação, determinação. Trata-se sobretudo de dizer o que é a significação em tupi dentro de um contexto enunciativo.

6.2.1. Modo de enunciação

Vimos até aqui que o *VLB* entretém uma relação interdiscursiva com o espaço gramatical, que determina em grande medida seu domínio nocional-conceitual. Mas o dicionário dificilmente se restringe apenas à categorização gramatical e o *VLB* não foge a essa regra. Além da significação gramatical - como acontece em comentários do tipo: "No fim de cada hum destes se pode acrescentar Tigba, a qual particula junta a semelhantes uerbais, denota aquelle costume, ou continuação de tal acto no tal lugar", "A particula etê do cabo a qual lhe dá a significação de superlatiuo onde quer q. se poem" - ocorre também uma elaboração da significação em diversos contextos de uso. O modo de enunciação deve ser considerado, para além do domínio gramatical, em relação ao domínio da tradução e da conversação, enquanto práticas em situação de bilingüismo.

Deste modo, a questão semântico-pragmática é de importância fundamental. Ela não se restringe à equivalência de significação na tradução termo a termo, mas concerne igualmente à tradução de fatos discursivos, de contextos de fala, de situações de conversação. Logo, mais do que a significação da palavra, interessa a significação da enunciação, na relação sujeito-língua-referência. Coloca-se em cena um sujeito da significação, que coexiste com os sujeitos-falantes em uma situação de uso mediada pela língua.

6.2.2. Tradução

Um dos objetivos dos missionários era a escrita e tradução de textos religiosos em e para o tupi. O *VLB* reflete as dificuldades advindas em um contexto bilíngüe, constituindo-se em um instrumento para a tradução. Vemos esta como uma relação de paráfrase, que pode seguir diversos percursos, entre eles, para o nosso caso, o gramatical, o enunciativo, o sinonímico. Ela pode ser considerada no *VLB* nas seguintes instâncias:

a) do português para o português. A indicação do termo ou expressão a ser traduzida muitas vezes não era suficiente; fornecia-se então uma tradução e/ou uma especificação. Assim, a palavra "pescoço" não basta em uma das entradas; introduz-se então uma paráfrase: "Pescoço pela parte trazeira dele a que chamam cerviz". Tais paráfrases se inserem através de partículas ou glosas: "por" ("Pa, por certo osso do animal. - Gigbapecanga.) "ou" ("Pobre estar, ou necessitado de alguma coisa. - Aicotebe. rece"), "isto é".

b) do tupi para o português. Apesar de se tratar de um dicionário português-tupi, os comentários dos verbetes são efetuados em português, havendo conseqüentemente um trabalho de tradução nesse sentido. No verbete abaixo, por exemplo, primeiro se coloca o termo tupi para traduzir a seqüência-entrada, depois há uma tradução-comentário que vai do tupi ao português. :

Padecer, ou sofrer dor, etc. - Aiporará. act., o qual algumas vezes se toma por gozar, que é o contrário e isto em cousa de grande gosto comumente.

Aqui também, as traduções muitas vezes são introduzidas por termos como "isto é", "quer dizer", "o que é", "isto é o mesmo que", "isto se entende por", "se toma por" etc.

c) do tupi para o tupi. Geralmente o que ocorre é a colocação em série de termos, que aparecem como equivalentes. Às vezes se interpõe a letra "l" ou "vel" com o sentido de "ou": "Pacífico. - Nherâneigma, l, Abanherâneigma. Aiconhote.". Ocorre também, no interior dos comentários, a indicação de exemplos ("ut") e a marcação de equivalência de sentido ("o mesmo é"):

Para bem ser. - Monemo. Temonemo. ut. Aheranhetemonoçomo. i. para bem N. houvera de ir pro. O mesmo é Beimomã ut. Aimboebeimomã. i. devera eu pa. bem de o ensinar.

6.2.3. Formas do dizer

O dicionário, visto como um discurso, estabelece um campo enunciativo, que abordaremos aqui em vista de algumas formas do dizer, formas que aparecem como traços, nos enunciados, da inscrição do sujeito enunciadador. Remetemos neste ponto aos estudos de Jacqueline Authier-Revuz sobre os desdobramentos da cadeia enunciativa, as retomadas reflexivas ("boucles réflexives") no fio do discurso, através de formas autonímicas:

"Forme de l' énonciation - une modalité énonciative spécifique, réflexive et opacifiante, ayant la particularité de comporter un discours sur l'énonciation, sur la langue, le sens, la nomination, l'interlocution,... - la modalité autonymique, pour laquelle le dire d'un élément X de la chaîne se double de son auto-représentation, relève doublement, si l'on peut dire, de ce champ, foncièrement hétérogène, où se rencontrent la langue et la parole/le discours, le sujet..." (Authier-Revuz 1995: 47)

O *VLB* consiste bem em um discurso sobre a enunciação, sobre a língua, o sentido, a nomeação, a interlocução. Contentar-nos-emos aqui com a análise de algumas formas que explicitam um funcionamento discursivo no dizer a significação.

A análise nos levou a distinguir dois lugares enunciativos que se estabelecem nesse dizer. O primeiro deles diz respeito aos locutores índios. Estes são colocados em posição de "dizer" e "nomear" em tupi (*os índios dizem X, X como dizem, chamar-lhe-ão X*). Essa posição às vezes aparece especificada em um lugar social: ("A mulher diz x", "se um grande principal dizer X"). O segundo refere-se a um locutor virtual da significação, uma espécie de doublê do locutor índio, que diz em português a significação dos termos e expressões tupi. Essa posição, que corresponde bem a uma prática de tradutor-intérprete, se explicita nas formas de tradução: "*X quer dizer Y*", "*X isto é Y*", "*X para dizer Y*", "*X que diz Y*", onde X encerra um termo ou expressão tupi e Y uma tradução e/ou um comentário sobre X. Tal posição se desdobra ainda em três figuras. A de um locutor possível em terceira pessoa, introduzida por pronome relativo (como quem diz X), a de um locutor em primeira pessoa do singular (que como digo é X), e a de um locutor em primeira pessoa do plural (dizemos em seu lugar X, como dizemos de X). No exemplo abaixo, podemos notar a conformação desses dois lugares, a saber, o do locutor índio e o do locutor intérprete:

Parecer o que não é. - Beramei. Aberamei, l, Rameibê. Obebeberamei. i. parece que avoava: quase o mesmo é Rana, senão que os primeiros são advérbios. Este é nome adjetivo como se uma árvore, ou pedra vista de longe parecesse estando para chamar-lhe-ão Abarana. i. semelhança de pessoa, etc. e daqui se faz um verbo neutro que diz Xeran, l, Xerãxeran, l, Xerãnuçû, pa. dizer que uma cousa é achamboada e mal feita, como quem diz não tem mais que. a semelhança de tal cousa. E outro Aimorãmoran. i. finjo, ou dou-lhe essa cor nas palavras como quem diz dou a entender o que não é.

O locutor índio nomeia ("chamar-lhe-iam Abarana") e diz em tupi ("que diz Xeran, l, Xerãxeran, l, Xerãnuçû"). O intérprete, por sua vez, formula um discurso sobre os enunciados tupis ("isto é, parece que avoava"; "quase o mesmo é Rana"; "isto é, semelhança de pessoa", "para dizer que uma coisa é achamboada e mal feita", "como

quem diz não tem mais que a semelhança de tal coisa", "como quem diz dou a entender o que não é"). Note-se que, por vezes, a paráfrase vai em direção à significação da língua (tal palavra ou expressão quer dizer tal coisa); outras vezes em direção à significação da enunciação (diz-se isso para dizer ou como quem diz tal coisa).

Orlandi e Guimarães (1988: 53) trabalham a afirmação de que "o texto é uma dispersão do sujeito", ele é atravessado por várias posições de sujeito. A enunciação instaura uma polifonia, desdobrando o sujeito em várias figuras: do enunciador, do locutor, do autor, do destinatário, entre outras. Vemos que o *VLB* apresenta uma dispersão do sujeito que pode ser esquematizada do seguinte modo. Há um enunciador E1, que coloca em cena dois locutores: o locutor índio (L1) e o locutor intérprete (L2), conforme o quadro abaixo:

1	E1		
2	L2	L1 → L2	
3	L2 → L2	L1 → L1	L2 → L2
	Entrada E1(a)	Corpo do verbete E1(b)	

O conjunto dos enunciados, assim, é dominado por um sujeito enunciador E1 (linha 1). Os enunciados-entrada [E1(a)] aparecem através do locutor (L2). Já é uma posição de intérprete em português, que às vezes mostra desdobramentos parafrásticos (linha 3-entrada). Os enunciados do corpo do verbete [E1(b)] se constituem em uma situação de paráfrase de L1 (locutor índio) em direção a L2 (locutor intérprete), sendo que, conforme a linha 3-verbete, podem haver desdobramentos de L1 a L1 e de L2 a L2. Percebe-se então que a estrutura enunciativa é mais complexa do que uma relação biunívoca entre L1 e L2 ($L1 \leftrightarrow L2$), como se poderia imaginar. Os lugares dos locutores, portanto, tomam valor nessas relações enunciativas. E a língua vai sendo legitimada por esse modo de colocar em cena os locutores na situação de uso. Vemos que a constituição dos verbetes do *VLB* apresentam uma heterogeneidade de posições e lugares de enunciação.

6.2.4. Determinação pela referência

Conforme temos visto, o *VLB* apresenta traduções e comentários que estamos considerando como operações de paráfrase discursiva. Bem, tais paráfrases podem se desenvolver em várias direções. Já vimos que ocorre uma delimitação de domínios discursivos: religião, guerra, viagem e atividades de colonização, assim como de um

espaço de conceituação gramatical. Atentaremos agora para a determinação enquanto resultado de um processo de referenciação.

No item anterior, chegamos a um esquema da enunciação em que os locutores ocupam determinadas posições no discurso, com a presença de um locutor índio e de um locutor tradutor-intérprete da significação. Convém notar que a significação, na situação de enunciação do *VLB*, não é algo que se determine de forma evidente. Pelo contrário, a todo momento se busca trabalhá-la, contorná-la, precisá-la. Produz-se um espaço diferencial, um campo de virtualidades, um conjunto de condições, opções e justificações para os sentidos. As palavras e expressões falham, há uma mexida nos gestos de atribuição de significações. Essa agitação do discurso, é preciso salientar, vem a tona como efeito de uma instabilidade referencial: a referência faz problema. Por isso as nomeações muitas vezes não são bem-sucedidas, os dizeres não são compreendidos. É certo que isso faz parte do funcionamento da linguagem, de modo mais geral. A particularidade do *VLB* é a de representar essa discrepância enunciativa, formulando-a, realizando um balizamento em torno da relação enunciado-referência, registrando pontos de saída, na língua e no discurso, resultantes do embate sujeito-mundo.

Ressaltemos de início que o funcionamento referencial das palavras e expressões não é, na maioria das vezes, claro ou manifesto. O enunciador não se contenta em fornecer, por exemplo, uma entrada com "pescar", como se o sentido desse verbo fosse muito vago, como se não houvesse saturação referencial. Ele determina a significação, então, através de extensões do sintagma: "pescar com rede", "pescar com linha". Formam-se conjuntos de entrada na medida em que as determinações são atribuídas: (*Preso na cadeia; Preso em ferros; Preso estar com ferros; Presos estarem dois em um grilhão*), (*Paixão ou agastamento de ira; paixão assim ter ou tomar; paixão de tristeza*). Como vimos mais acima (item x), há uma distinção, às vezes marcada, entre a significação geral e a significação específica (*Porco, gnrl.; Porco manso; Porco do mato*). As especificações determinativas, como se percebe, podem consistir em complementos verbais e nominais, advérbios, entre outros, nas diversas formas de saturação sintagmática.

Examinemos agora o seguinte verbete, em que a nomeação de uma árvore, a "palmeira", é trabalhada com relação à referência, que transita entre a "árvore", o "fruto" e a "folha":

Palma ou palmeira não tem gnro.. - As espécies são muitas, mas nenhuma se nomeia senão pela fruta, salvo a principal delas com que se cobrem as casas que se chama Pindoba, o fruto dela Ynajâ. As mais como são Jaraigbâ, cujo fruto arremeda às tâmaras. Marajaigbâ. Airig, que tem espinhos etc. havendo-lhe de nomear a folha ou ramos, há de ser por seu próprio nome que é Çoba. i. folha comum a toda a folha, posto que

comumente o nome da fruta serve para tudo maxime porque a cousa, ou propósito para que se nomeiam distingue uma cousa e outra. Porque se eu digo que tenho uma linha de tucum, claro está que não é da fruta pois não tem estopa etc.

A instabilidade referencial aparece logo de início quando se observa na entrada que "palma ou palmeira não tem gênero". Assim, a nomeação ganha um obstáculo no entroncamento de línguas, com a inadequação referencial. Para explicar o modo de nomeação, o locutor intérprete nota que "as espécies são muitas, mas nenhuma se nomeia senão pla. fruta". Surge uma série de nomeações de árvores, frutas e folhas que têm relação com a palmeira (*Pindoba, Ynaja, Jaraigbá, Marajaigbá, Airig, Çoba*). Ajuntam-se aos nomes especificações referenciais com orações relativas ("a principal delas com que se cobrem as casas", "cujo fruto arremeda às tâmaras", "que tem espinhos"). Sucede então uma espécie de sintonização da referência, de modo que se verifica uma oscilação entre a determinação no discurso e a nomeação. Deste modo, quando, em outro verbete, se comenta a nomeação de "penca", afirma-se que o termo indígena (*Çuubapê*) " não nomeia todo o ramo senão aquela parte donde a folha começa até a mesma palmeira".

Ocorre também, além da nomeação, a indicação referencial através de pronomes demonstrativos. Estes retomam quer uma unidade de língua, um termo ou uma seqüência ("quase o mesmo é Rana, senão que os primeiros são advérbios. Este é nome adjetivo como se uma árvore...", grifo nosso), quer um lugar ou objeto no mundo ("estes pelouros", "estes vestidos"). Nos exemplo abaixo dão-se esses dois casos:

Penca como da palma. - Çuubapê. mas isto não nomeia todo o ramo senão aquela parte donde a folha começa até a mesma palmeira. s. o pé do ramo sem folha; e o mesmo se diz daquela casca grossa que cobre os pés dos mesmos ramos e toma toda a palmeira à roda, senão que para diferença lhe acrescentam guaçu, ut. Çuubapêguaçu. Também se diz Çuubape, ao pé da folha da couve com a mesma declaração que arriba etc."

"Pertencente. alr - Ndoara. Penduara, l, Pupenduara. Recenduara, como se armando alguma cousa de muitas pessoas dissesse de algumas delas: Yquendoaranico, i. esta pertence a este lugar, ou é daqui por que ambas as linguagens tem, ut. Çobapendoara. i. a do rosto, ou a que tem pelo rosto, como ferida, sinal, etc. o mesmo é Çoara.

As fronteiras entre a retomada da língua e a retomada da coisa nem sempre são nítidas. Importa que esses indicadores enunciativos, formas dêiticas, conferem ao *VLB* uma representação referencial que ancora as interpretações discursivas.

Outros formas emergem, ora como condições ora como causas das diferenças de significação na situação enunciativa. Contamos nesse grupo os seguintes itens (os grifos são sempre nossos):

1. Termos diferenciadores. Incluem-se aqui as diversas maneiras de dizer a diferença: além da distinção da significação geral e da específica, seqüências como "também quer dizer", "falando em particular", "o segundo modo de X é Y", "se usa destes verbos metaforice", "não se diferem dos mansos somente, mas também doutros do mato (*porco do mato*)", "Diferem nisto, que o 2.o é dos que andam às punhadas, ou aos cabelos, e não dos que andam às cutiladas, ou flechadas para os quais serve o 1.o (*peleja qualquer e não guerra*)".
2. Condicionais. A especificação da significação se realiza por meio de uma condição estabelecida no contexto enunciativo, geralmente introduzida pela conjunção "se": "Porradas dar a alguém. - Ainupã. act. Apoar. rece. e se for na cabeça. Ajapurupã, act. ..", "Prender dois pelos pescoços. - Ojoaiuri. s. aimoin. e se forem muitos repetido como o de cima. Ojoaiuri aimoin. (...)", "Pescar com rede. - Aieporacar. neut. se é com rede grande. Apigçaetigc.".
3. Optativos. Com os ajustes referenciais e as balizagens da significação que daí decorrem, surgem termos que, ao demarcarem uma diferença, não a eliminam, de sorte que se estabelece um campo de virtualidades: "E isto quer seja a pé, quer a nado ou em barco (passar vao)", "ora seja com arco, ora com a mão (picar com cousa sem ponta)", "Tanto para X como para Y". "No fim de cada um destes se pode acrescentar Tigba", "Cua, que quer dizer cinta, ou cingido."
4. Justificadores. Estes se introduzem para justificar um uso ou uma significação, através de uma explicação que incide sobre a língua ou sobre o mundo: "Dizemos, Oromaramonhang Perô rece, l, Perô di. i. pelejamos Po e eu, ou pelejei com Po., porque os dois advérbios rece e ndi significam com.", "Pescoço pela parte trazeira dele a que chamam cerviz. - Aigpig. Ajurupi. Atoa. este último não é tão próprio, por ser algum tanto fora do pescoço. s. do começo dele até junto do toutiço."

Esses quatro itens podem ser observados conjuntamente no exemplo abaixo, em que há reconhecimento de uma diferença ("também quer dizer"), indicação de uma opção ("quer seja com pedra, quer com outra cousa"), estabelecimento de uma condição ("se não for de ponta") e justificação da significação ("porque..."):

Pedrada dar. - Ajapi. act. Também quer dizer acertar a cousa a que atirava quer seja com pedra, quer com outra cousa como não for de ponta e que passe, porque ainda que seja flechada, se por já cansada não fez mais que dar e recuar sem passar também se diz dela. Xeapi. i. acertou e deu-me, mas não entrou.

Enfim, o conjunto das formas de determinação analisadas mostra que o *VLB* encerra uma elaboração discursiva sobre a referência no contexto de enunciação, procedimento que será deixado de lado em dicionários tupis posteriores, como veremos mais adiante.

6.2.5. Normatização

A lingüística moderna estabeleceu uma distinção entre a descrição e a normatização das línguas. Caberia aos estudos lingüísticos, não mais fixar um conjunto de normas sobre as línguas, mas descrevê-las. Ou seja, a Lingüística seria descritiva e não normativa. Com isso, a questão da norma, ainda que continuasse a vigorar nas políticas lingüísticas, nas instituições, nos manuais, nas gramáticas etc., deixava de interessar a uma discussão "científica" sobre a linguagem. Mais recentemente, voltou-se a considerar o problema da norma, não só com o projeto gerativista de "descrever as regras" de formação das frases, mas também, e é o que nos interessa aqui, com o desenvolvimento de estudos históricos que tratam do seu modo de aparecimento no saber lingüístico (Pêcheux 1981 e Auroux 1991, 1996).

Temos em vista, para analisar o *VLB*, a norma sob alguns aspectos, a saber: a. a norma enquanto fato simbólico; b. a construção do enunciado normativo; c. as conseqüências da normatização.

1. A norma enquanto fato simbólico

As gramáticas e dicionários participam, sobretudo desde o século XVI, das políticas languageiras que envolvem a formação dos Estados nacionais. Assim, são instrumentos que funcionam simbolicamente para a configuração de identidades nacionais através da unidade de língua. O caráter normatizador se evidencia, nesse contexto, com a necessidade de homogeneizar e fixar um certo padrão de linguagem. Ora, no Brasil colônia as condições eram bem outras. Havia sim um interesse pela homogeneização de uma língua: o tupi da costa. O *VLB* funcionou para divulgar essa unidade imaginária. Porém, não se visou, como nos países europeus, fixar a língua como um objeto de valor social, histórico, cultural. Como se sabe, o *VLB* era um instrumento de aprendizado para a conversão. E, apesar da formulação de enunciados normativos, simbolicamente o dicionário teve um papel não-fixador da linguagem, pois a conversão implicava mudança da referência de língua no aspecto sócio-cultural. Instrumento de conquista e desbravamento, a gramatização aqui funcionava às avessas na situação paradoxal de contato, transformando aquilo que instrumentava: a escrita, a gramática e o dicionário funcionavam então não para fixar mas para transformar. Isso no século XIX se

acentuará ainda mais, a ponto de Couto de Magalhães, autor de *O Selvagem*, afirmar que seu método de ensino do tupi servia para fazer os índios falarem português (sic).

2. A construção do enunciado normativo

A norma lingüística pode ser considerada em sua analogia com o direito e a moral. Assim, os enunciados normativos apresentam formas tais como *deve-se dizer assim, é preciso escrever de tal modo, pode-se ou não dizer tal coisa*. Tais formas podem também ter um caráter mais descritivo: *o sujeito concorda com o verbo em número e pessoa*. Uma análise da gramática de Anchieta nos levou a distinguir nela os seguintes tipos de enunciados normativos: os Moraes, os pragmáticos, os técnicos ou paradigmáticos, os descritivos. Os enunciados Moraes se constroem por meio das formas: "deve ser X", "o melhor uso é X", "o mais certo é X", "pode ser X", "não pode ser X". Os pragmáticos introduzem as expressões "conforme o uso", "o uso ensina", "como melhor parecer". A afirmação de Anchieta mostra bem esse pragmatismo: "mas a matéria que se trata e o tom da fala ensinará isto com o uso". Os técnicos ou paradigmáticos resultam de classificações com listas, tabelas, paradigmas, modelos - elaborar uma lista de verbos, por exemplo, já é uma prática normativa. Os descritivos são como "escreve-se (x)", "usa-se (x)", "o mais universal uso é (x)", "o mais comum é (x)".

Esses tipos normativos podem se estender também ao *VLB*. Notemos algumas ocorrências:

Prima se assi. - Xeaete, mas não se deve usar na pra. pa. assim como está porque se encontra com outro verbo das mesmas letras, é mui diverso sentido, mas usar-se-á do mesmo nome feito verbo, como se gabando alguma obra de prima ou ao oficial porque a tudo serve, responde a outra por si diria Yxetene yiaete, mais prima obra, ou mais primo oficial sou eu. E nota que tanto se diz da obra natural como da artificial, e, que também se pode usar em má parte como se se dissesse de alguém que é mau, ou mui grande ladrão dissesse outro Cotene yiaete, I, Angaipabijaete. i. estoutro vos digo eu que fino, ou chefe da ruindade.

Partes secretas, utrisq. sexus. - Mimborara, vocábulo honesto e conforme ao modo português. O mesmo é Mienoti. Os naturais ficam no verbo. Membrum.

A normatização técnica já está presente quando se constrói o vocabulário em ordem alfabética, e se organizam os verbetes em uma macro-estrutura, como vimos anteriormente. Os exemplos acima privilegiam as regras Moraes, o que se objetiva com a presença das formas "dever" e "poder", bem como, no segundo exemplo, com expressões como "vocábulo honesto".

Alguns comentários explicitam a noção de "erro" ao lado da de "licença poética" ou "metaforice": "Verdade é que se um grande principal dizer Yxe çupê, não será erro

mas sim em nós outros, nem mais nem menos que as licenças poéticas". Outros encerram enunciados descritivos gramaticais e/ou pragmáticos: "Pilar taipas. - Aixçoçoc. I. Aigbigçoçoc. O 1º é ativo, o 2º absol. e inclui em si o acusativo porque está composto com ele: este 2.o é o que comumente se usa".

É preciso ter em conta que o *VLB*, ao trabalhar a situação de enunciação, coloca as regras em um lugar de elaboração junto ao acontecimento de linguagem. A norma não se limita à regra gramatical; delinea-se concomitantemente com as condições de significação, a determinação, as diferenças e virtualidades apontadas pelas formas enunciativas. Produz-se assim uma incompletude normativa, de modo que a remissão ao uso, e as teorizações que daí decorrem, constituem o próprio espaço em que a norma se estabelece.

3. As conseqüências da normatização

A instrumentação do tupi certamente trouxe condições para a formação de um imaginário de língua no Brasil, cujos desdobramentos atingiram a época imperial e se prolongaram até o século XX. Nesse sentido, o *VLB* sempre serviu de apoio interpretativo, seja para as práticas lingüísticas, seja para os movimentos literários e filosóficos. Por conseguinte, no aspecto simbólico, a dicionarização foi bem-sucedida, se é que se pode dizer, ao circunscrever o tupi como língua de colonização e posteriormente como símbolo de identidade nacional.

Mas esse sucesso trouxe outras conseqüências. Nunca é demais lembrar que vários povos e línguas foram extintos com o avanço da colonização, inclusive os tupinambás descritos por Anchieta. O imaginário religioso e romântico do tupi é sempre pego no contrapé pela realidade brasileira. A gramatização raramente é bem-sucedida no contexto indígena, onde a questão da escrita não se coloca sem confrontos culturais freqüentemente negligenciados pelos ocidentais. A produção escrita em tupi, na Colônia, só se desenvolveu por intermédio de falantes não-autóctones. Assim, a normatização nesse terreno deve ser tomada com bastante cautela, envolvendo decisões de ordem de ética e política lingüísticas.

A ordem português-tupi do *VLB*, assim como as entradas fraseológicas, só foram adotadas na fase colonial: outro aspecto normativo que não vingou. A significação no contexto atuante de enunciação foi abandonada em dicionários ulteriores, como se o uso efetivo da língua não interessasse, de modo que as regras pragmáticas caíram em desuso.

Quanto às regras Moraes e ao modelo latino, foram praticamente substituídos, no século XIX, por teorias gerais de linguagem, salientando-se aí o desenvolvimento de "leis" gerais ou históricas de evolução da linguagem.

Observe-se, por fim, a seleção dos espaços discursivos na nomenclatura do *VLB*. Os domínios da religião, guerra, viagem e atividades de colonização explicitam as relações discursivas na época colonial, nas situações de contato. De um lado, essa

regularidade persistiu com o prolongamento do contato séculos afora. De outro, os dicionários, privilegiando a formação do "português do Brasil", caminharam em direção a uma seleção lexical que elegeu termos naturais e geográficos em detrimento de outros. Do mesmo modo, a escolha recaiu mais sobre os substantivos do que sobre outras categorias. Tais transformações devem ser consideradas decorrentes das políticas de formação de uma língua nacional, como veremos nos capítulos posteriores..

6.3. Estudos do VLB na Universidade de São Paulo

A história da lexicografia brasileira toma forma com os trabalhos de arquivo que se sucedem em várias conjunturas. Gostaríamos de apontar aqui um desses momentos, pois foi em decorrência dele que pudemos efetuar nosso percurso de análise do *VLB*. Trata-se da introdução dos estudos de língua indígena na universidade brasileira, mais particularmente da criação da cadeira de tupi-guarani na Universidade de São Paulo, em 1934. Seguiram-se a esse fato uma série de acontecimentos editoriais que trouxeram condições para a pesquisa na área que então se constituía. Ressalte-se a publicação de obras jesuítas que antes só se encontravam manuscritas ou publicadas parcialmente. É o caso do *VLB*, editado em 1938. Pela primeira vez, os dicionários jesuítas são prefaciados e comentados e os autores avaliados enquanto produtores de saber lingüístico. Plínio Ayrosa, primeiro professor de tupi da Universidade de São Paulo, publicou uma série de obras dos jesuítas, prefaciou-as e comparou-as, desconstruindo os gestos de leitura que até então haviam incidido sobre elas.

Pode-se ver aí uma prática arquivística voltada para o estudo do tupi no contexto universitário. Na chamada "tupinologia", o tupi antigo é colocado ao lado dos estudos de etnografia brasileira. Esse posicionamento será questionado no decorrer do século XX por alguns estudiosos de línguas. Câmara Júnior (1979), clamando pela autonomia da lingüística descritiva e defendendo os trabalhos de campo, faz uma crítica tanto aos estudos etimológicos do tupi antigo quanto aos ligados à etnografia. Lemos Barbosa (1956), por sua vez, critica o tecnicismo pouco didático dos lingüistas e sugere que o ensino do tupi esteja localizado junto aos cursos de Letras, como auxílio ao conhecimento do português do Brasil. São diferentes alianças que se concretizam nos estudos de língua. O que nos interessa aqui é mostrar como na Universidade de São Paulo se constitui um discurso sobre a história do saber lingüístico no Brasil.

Depois dos jesuítas, na época colonial, e da dispersão de suas obras, os Institutos Históricos iniciaram uma prática de identificação e de acumulação de material bibliográfico. Alguns vocabulários jesuítas foram utilizados para compilações e para atestação do tupi antigo. Porém, não se formulou um discurso sobre o saber produzido pelos jesuítas. Isso só ocorreu quando, já no último quartel do século, alguns autores,

como Batista Caetano, se interessaram pela interpretação dos textos antigos. E também quando foi iniciado um levantamento bibliográfico dos documentos relativos ao tupi. Em 1880, Vale Cabral publica sua *Bibliografia das obras tanto impressas como manuscritas relativas à língua tupi ou guarani também chamada Língua Geral do Brasil*. Nela, o autor, que diz apenas complementar o trabalho de Batista Caetano, lista e comenta várias obras, trazendo elementos para se avaliar a produção jesuíta. É este trabalho que Plínio Ayrosa retomará ao iniciar sua docência na Universidade de São Paulo. Em 1943, Ayrosa publica os *Apontamentos para a Bibliografia da língua tupi-guarani*, onde, além das indicações já apresentadas por Vale Cabral, acrescenta outras coletadas em diversos centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Forma-se então um arquivo que permite o estudo das obras e dos autores relacionados com o tupi.

Um dos resultados dessa iniciativa foi a discussão sobre a elaboração dos vocabulários jesuítas. Devolve-se a estes a autoria do saber lingüístico. Muitos manuscritos são analisados e comparados, procurando-se identificar os autores e avaliá-los. O *VLB* é um exemplo. Na discussão sobre sua autoria, que se estende pelas décadas de 30 e 40, envolveram-se, além de Plínio Ayrosa e outros estudiosos do tupi, o padre Serafim Leite, que então escrevia sua *História da Companhia de Jesus* no Brasil e tinha acesso aos arquivos da Companhia. Buscava-se indicar entre os primeiros jesuítas que estudaram o tupi os que teriam composto os manuscritos. Depois de se cogitar o nome de Pero de Castilho, Leite (1944, 1946) aponta Leonardo do Vale como autor do *VLB*. Enquanto isso, Maria de L. de P. Martins, analisando manuscritos do *VLB*, do *DPB* e do *DBP*, tende para a autoria de Anchieta. A questão não ficou resolvida, mas o que importa é sublinhar o trabalho com a historicidade dos textos, que ultrapassava o interesse biográfico e se estendia à análise de fatos de linguagem. As cópias, as supressões e os acréscimos nos vocabulários passaram a ser observados como gestos de autoria e os missionários foram reconhecidos, não simplesmente como divulgadores da gramática latina, mas como autores de um saber sobre o tupi. Deste modo, esse trabalho de arquivo possibilitou, além das leituras etimológicas para os estudos do português brasileiro, um conhecimento sobre a história dos gestos de interpretação do saber lingüístico no Brasil.

7. O Dicionário Português-Brasiliiano

O *Dicionário Português-Brasiliiano (DPB)* forma, ao lado do *VLB*, um conjunto articulado e representativo da produção jesuítica no Brasil colonial. Possui cerca de 3.600 entradas. Enquanto o *VLB* se refere ao sudeste do País (Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo), o *DPB* está relacionado com a colonização do Nordeste-Norte (Maranhão, Pará), durante o século XVII, região onde deve ter sido composto e

utilizado. Uma confrontação com o *VLB* revela ao mesmo tempo uma continuidade e uma diferenciação. Continuidade na medida em que se repetem muitos termos presentes no *VLB*, seja com relação à entrada ou ao corpo dos verbetes. Diferenciação pois o *DPB* contém termos ausentes no *VLB* e vice-versa. Além disso, para os mesmos termos-entrada há desenvolvimentos distintos. Observemos estes dois conjuntos de verbetes²⁸:

VOCABULÁRIO NA LÍNGUA BRASÍLICA	DICIONÁRIO PORTUGUÊS- BRASILIANO
<p>Pa, por certo osso do animal. - Gigbapecanga. Pacer o animal. - Acarû. Paciência. - Toçanga. Pacia ter, ou paciente ser. - Xeroçang. Pacificar. - Anhonôgatu. Aimonhirô. Aimojerecoab. act. Pacífico. - Nherâneigma, I, Abanherâneigma. Aiconhote. Pacigo, ou pasto. - Caruaba. Padar, ou o céu da boca. - Aceôpigâya. Padecer, ou sofrer dor, etc. - Aiporará. act., o qual algumas vezes se toma por gozar, que é o contrário e isto em cousa de grande gosto comumte.. Padrasto. - Cigmena. Padre por ordens, ou hábito. - Abarê. Paje. Padrinho da pia. - Tuba, I Morerocaruera. Paga ou troco de alguma cousa. - Cepig. Paga na mesma moeda. s. dando uma cousa por outra da mesma espécie, ora seja ouro per ouro, punhada por punhada, a carta em resposta da outra que se mandou. etc. - Poepigcaba. Paga, ou retorno dar assi pagando na mesma moeda. - Aipoepigc. act. Pagam, ou pagão. - Ceroquipegreigma. Ymôgaraibigpigreigma.</p>	<p>Paciência - Çocánga. Paciente - Çocanga oaê. Pacificamente - Catû rupi nhôte. Pacificar - Mopyâ catû. Pacífico - Pyâ catû. Padecente - Pororaçára. Padecer - Porará. - (fazer) - Moporará. Padre - Pay. - da companhia - Pay abúna. - de Santo Antônio - Pay tucúra - leigo - Pay apína. - de Missa - Pay missa monhangára. Padrinho de homem e mulher - Páya angába. - de afilhada - Tajyra angába. - de afilhado - Tayra angába. Pagão - Cerayma.</p>

Nota-se que algumas entradas estão presentes em um como em outro (*Paciência, Pacificar, Pacífico, Padecer, Padre*). O corpo dos verbetes pode diferir mais ou menos em cada caso: na ortografia, na extensão da seqüência entrada, na estruturação do corpo do verbete, na segmentação da palavra. A nomenclatura continua percorrendo os domínios religioso, de guerra, de viagem e de atividades de colonização. Porém, no *DPB* não há marcação (gramatical, semântica) como no *VLB*.

É de se ressaltar que o *DPB* não apresenta, como o *VLB*, comentários sobre a situação de enunciação. De modo análogo aos vocabulários de Montoya e de Santo

²⁸ Tomamos para a análise a edição de 1934, de Plínio Ayrosa: *Diccionario Portuguez-Brasiliiano e Brasiliiano-Portuguez*, In Revista do Museu Paulista, t. XVIII, São Paulo, 1934.

Thomás, fornecem-se apenas os termos e expressões equivalentes. O dicionário começa a se separar tanto da gramática quanto do contexto de uso. A referência parece já não apresentar tanto problema e as palavras tornam-se mais transparentes.

O *DPB* foi o primeiro dicionário brasileiro (português-tupi) a ser publicado, em 1795. Queremos mostrar que, no percurso entre o manuscrito e essa publicação, ocorre um gesto intepretativo que desloca o estatuto da língua de um a outro ponto. Toma vulto uma contenção da mistura de línguas, uma reprovação da língua geral que então se alastrava, em direção a um purismo tanto do português como da língua indígena. Mas antes de abordarmos essa edição do *DPB*, trataremos da expulsão dos jesuítas e da mudança de orientação da política lingüística que se seguiu, pois só assim se pode compreender o deslocamento a que nos referimos.

8. O Iluminismo: assepsia das línguas

O espírito iluminista que rondava pela Europa não chegou a Portugal e ao Brasil sem resistências, sobretudo devido à forte tradição religiosa. Mesmo assim, as transformações que se seguiram tiveram um grande impacto nas políticas lingüísticas, tanto no reino português como nas colônias. Trataremos aqui brevemente das mudanças concernentes à questão do ensino de línguas.

8.1. O Iluminismo português

Os jesuítas foram o principal alvo dos iluministas portugueses. Como se infiltravam consideravelmente no sistema escolar e universitário, foram culpados pelo atraso do país, quanto ao que se passava no mundo em matéria de conhecimento. Verney se levanta contra o fato de "não saber-se nas escolas maiores ou menores que coisa era a filosofia, infensos aos mestres, grandemente ignorantes dos ensinamentos de Galileu, Descartes e Newton, tidos por hereges". Os jesuítas foram expulsos em 1759. O conjunto de medidas que se seguiram, conhecidas por *reformas pombalinas* ou *Pombalismo*, já que impulsionadas pelo Marquês de Pombal, incidiram de modo intenso sobre as atividades intelectuais do país, principalmente através da reforma da instrução pública. Esta tinha nos jesuítas um dos principais agentes. Algumas personalidades e obras levaram adiante as idéias iluministas em Portugal, entre as quais, salientam-se, além do próprio Pombal, Luís Antônio Verney, com o seu *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República, e à Igreja* (1747) e o Padre Antônio Pereira de Figueiredo, autor do *Novo Método da Gramática Latina*.

Tanto Pombal quanto Verney se posicionaram como árdus críticos dos jesuítas. Com o afastamento destes das atividades de ensino, a política lingüística passou a

depende menos de uma ordem religiosa e voltou-se mais para o poder do Estado, que se modificava com as medidas econômicas de Pombal. Segundo Carvalho, "o programa pedagógico do pombalismo traduziu, nos seus fins, o imperativo do regalismo doutrinário do tempo. As escolas de latim e humanidades deveriam servir, antes de tudo, aos interesses seculares, econômicos, políticos e ideológicos do Estado." (Carvalho 1952: 110). Considere-se que, apesar de haver uma oposição aos jesuítas, isto não implicava em um ataque contra a Igreja. No mesmo alvará de D José I, que suprimia o ensino dos jesuítas, invocou-se, como razão de Estado, a necessidade de se "conservarem a união cristã e a sociedade civil".

No que se refere aos estudos de línguas, há de início uma questão de método: como e por que ensinar o latim? Com o Iluminismo, divulga-se um imaginário de língua "perfeita", através das noções de simplicidade, clareza e brevidade. "As línguas têm índole própria e vão se purgando até a perfeição", coloca Verney. Cresce a importância dos vernaculares como línguas de Estado e de relações econômicas. No Colégio dos Nobres, estudam-se as línguas estrangeiras (francesa, italiana e inglesa). Com isso, ganham força as teorias gerais de linguagem, que através de princípios universais colocam os vernaculares em igualdade com o latim. Verney, a partir da influência de gramáticos do século XVII, expõe três ordens de preceitos: "1. que todas as línguas têm a mesma ordem natural de sintaxe; 2. que a diversidade das línguas na sintaxe é acidental, e consiste em ocultar algumas palavras por elipse, ou em transpô-las por hipérbato, ou em aumentá-las por pleonasma, e, algumas vezes em suprir com uma só voz várias idéias, ou inventar novas partículas para reger diversos casos; 3. que todas as línguas se podem reduzir às mesmas regras gerais e essenciais, especialmente, às mesmas regras da latina" (Verney apud Carvalho 1952: 50).

Os métodos de ensino do latim são tachados de complicados e inapropriados ao aprendizado. A gramática de Manuel Álvarez, a mais utilizada pelos jesuítas, com suas 247 regras de sintaxe, é a mais visada pelos ataques dos pombalistas. Argumenta-se a favor de uma simplificação das gramáticas. Além disso, Verney apregoa "a necessidade do estudo do latim por intermédio da língua vernácula". A *Arte* de Manuel Álvarez era toda escrita em latim; passa-se no *Novo Método*, de Pereira de Figueiredo, a utilizar o português como metalinguagem. Exalta-se ainda a utilidade do estudo da gramática portuguesa.

A situação pode ser considerada através das disputas entre os jesuítas e os oratorianos. Do lado dos jesuítas, a gramática de Manuel Álvarez, de finais do século XVI, e uma versão dela pelo Padre Antonio Vellez no século seguinte, circulavam não somente nas escolas jesuítas mas também nas demais escolas portuguesas, servindo ao ensino básico do latim. Do lado dos oratorianos, o *Novo Método de Gramática Latina*, de Pereira de Figueiredo, inspirada pelos gramáticos de Port Royal. Os congregados de

São Felipe Nery, com suas escolas em Portugal, produziram, além da gramática de Pereira de Figueiredo, outras obras que abalaram o prestígio dos jesuítas, como a *Instrução sobre a Lógica, ou Diálogo sobre a Filosofia Racional*, do oratoriano Manuel Alvarez e a *Recreação Filosófica*, do Padre Teodoro de Almeida. O alvará de 1759 recomenda as gramáticas de Antônio Pereira de Figueiredo e de Antônio Felix Mendes e proíbe a *Arte* de Manuel Álvarez.

Essas mudanças traduzem um novo sentido conferido à "latinidade". O que interessa não é tanto aprender a língua latina, mas sim ter acesso à antiguidade greco-latina. Dá-se menos importância ao latim e mais à latinidade enquanto forma de humanismo pedagógico. Deste modo, utilizando-se o português como língua de acesso, recomenda-se também, como disciplinas auxiliares ao estudo do latim, a geografia, a história e as antiguidades grega e romana.

Entre as reformas adotadas em Portugal, em síntese, podem-se citar: a criação de aulas régias de latim; o estabelecimento do Colégio dos Nobres, que passou a formar as elites burguesas; a instituição dos estudos relacionados com a arte militar e com o comércio; e a reforma da universidade em 1772.

No que respeita à lexicografia, é de se destacar a orientação de Verney no sentido de elaborar um dicionário que simplificasse o de Rafael Bluteau: "Verney orienta as suas críticas no sentido de um plano ortográfico, de uma gramática portuguesa 'curta e clara', de um dicionário resumido do *Vocabulário* do Padre Rafael Bluteau, e que, particularmente, insista sobre os problemas da literatura epistolar e da eloquência sacra". É justamente do que se orgulha o autor do primeiro monolíngüe português, Antônio de Moraes e Silva, em 1789, afirmando ter resumido o dicionário de Bluteau a dois volumes (ver cap. V).

8.2. Como se passou no Brasil

As reformas pombalinas se fizeram sentir intensamente também no Brasil. Em 1759, com o Regimento de Pombal, os jesuítas são expulsos. Mais de quinhentos religiosos se retiram do Brasil: do Pará 115, Pernambuco 119, Bahia 133, Espírito Santo 17, Campos 4, Rio de Janeiro 17, Santos 11, São Paulo 23, Paranaguá 5 (Holanda 1989: 43).

A primeira consequência para a política lingüística preconizada pelo Regimento foi a proibição do tupi nas escolas e a obrigatoriedade do ensino do português. Foi um golpe duro contra as línguas indígenas e as línguas gerais que se expandiam em certas regiões, como São Paulo, Maranhão e Amazonas.

No mesmo ano de 1759 instalaram-se as *aulas régias*, com a abertura de concursos na Bahia para professores das cadeiras de latim e retórica. As reformas educacionais

enfrentaram muitas resistências no Brasil, seja por falta de recursos humanos, seja por filiação à tradição religiosa. Afirma Carvalho (1952) que o estudo do latim com o *Novo Método* esbarrou no apego à *Arte* de Manuel Álvarez. Além disso, houve abandono dos professores régios e crescimento dos professores nativos. A situação muda um pouco quando se impulsionam as aulas régias com o subsídio literário. Os professores régios foram propulsores dos sentimentos liberais e incentivadores das idéias filosóficas, formando alguns dos que posteriormente levaram adiante os ideais da Independência.

Lembre-se que o ensino jesuíta se restringia quase que totalmente às elites coloniais. Rizzini coloca que foram poucos, fora desse grupo, os que estudaram nas escolas jesuítas. A maioria dos brasileiros estudou alhures: nos conventos, estudos particulares de leigos e padres seculares (Rizzini 1945). Com as reformas, continuaram ainda os estudos em outras ordens religiosas e no âmbito particular. Os membros das elites, por sua vez, passaram a freqüentar a Universidade de Coimbra.

Entre as figuras de destaque que levaram adiante as idéias iluministas no Brasil, podemos incluir: José Bonifácio, ligado à Universidade de Coimbra, Monte Alverne, Feijó, Martim Francisco e Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Vamos salientar, entretanto, dois personagens que cruzaram os caminhos da lexicografia, que são os naturalistas Alexandre Ferreira e Frei Veloso.

Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), natural de Salvador, realizava seu doutorado em filosofia na Universidade de Lisboa, quando foi escolhido por Domingos Vandelli, catedrático em História Natural, para mandar investigar as riquezas naturais da colônia. Partiu em 1783 rumo ao Brasil e iniciou uma peregrinação pelos rios da Amazônia. Durante quase quatro anos, percorreu seus principais afluentes, descendo em seguida os rios Madeira, Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Coletou e estudou elementos de etnografia, zoologia, botânica e mineralogia. Grande parte do material coletado, assim como dos manuscritos, foi deteriorado. Outra parte foi arrebatada por Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire, do Museu de História Natural de Paris, durante a invasão napoleônica. Os manuscritos foram recuperados em 1842, mas, com raras exceções, permanecem inéditos até hoje (Holanda 1989: 171).

Evocamos a figura desse naturalista para apontar o interesse que então se evidenciava pelas riquezas naturais do Brasil e, por conseguinte, pelo estudo e descrição da natureza. Essa prática passa a exercer uma influência crescente sobre a lexicografia. Com a saída dos jesuítas e o incentivo ao português como língua do Império, as descrições naturalistas começam a representar um valor lexical para o "enriquecimento" do português. Tais descrições a princípio permanecem ligadas à disciplina naturalista, porém mais tarde elas são aproveitadas nos dicionários de língua, tanto do tupi quanto do português. Veremos mais adiante que, ao elaborar o seu *Dicionário da Língua tupi*

(1858), a partir de fontes diversas, Gonçalves Dias introduz em muitos pontos citações de Rodrigues Ferreira, ressaltando elementos naturais nomeados por termos tupi.

Enquanto Rodrigues Ferreira vê seus manuscritos privados de publicação, o frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso também tem as chapas que preparara para edição de sua obra botânica *Flora Fluminensis* levadas, como presa de guerra, ao Museu de Paris. Natural de Tiradentes, em sua permanência em Lisboa o religioso botânico, autor também de uma pequena obra sobre aves indígenas (*Aviário brasileiro*, Lisboa, 1800), ocupou-se da edição de obras importantes sobre o Brasil, enquanto diretor da Tipografia do Arco do Cego. Entre elas está uma que nos interessa bem de perto, a saber, o *Dicionário Português-Brasílico* (*DPB*), de que nos ocupamos mais acima. Abordaremos em seguida tal edição, que é de 1795.

9. Do manuscrito à edição do *DPB*

O *DPB* é um manuscrito anônimo que Frei Veloso utilizou para a publicação de 1795. Já analisamos mais acima a estrutura desse dicionário, importa agora sua publicação. Tal acontecimento editorial é acompanhado de um gesto interpretativo no sentido de "purificar" tanto o tupi quanto o português descritos no manuscrito - uma reação contra as línguas gerais em expansão. Trata-se de uma assepsia das línguas que lembra bem os ideais iluministas mencionados mais acima. Inaugura-se um trabalho editorial e de leitura de arquivos que predominará no século XIX, ao lado das expedições científicas, determinando as práticas lexicográficas concernidas com línguas indígenas.

9.1. O manuscrito

O manuscrito original do *DPB* está localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Há uma cópia dele, que pertenceu a Frei Veloso, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Poucas informações há sobre a origem e a circulação desse manuscrito e elas só aparecem tardiamente, quando o vocabulário é reeditado. É de 1795 sua primeira publicação, efetuada por Frei Veloso. Conforme Martins, "Frei Veloso reproduziu como 'Dicionário Português e Brasílico, ou da língua geral do Brasil', um vocabulário sem título contido num caderno de 17 × 12 cms., com 90 folhas das quais ocupa as de 2 a 71, terminando por três verbetes, na 72" (Martins, sd: 122). Segundo a autora, esse vocabulário, datado de 1751, deve pertencer aos primeiros tempos da colonização. Em 1891, Prazeres do Maranhão publica em sua *Poranduba* uma versão invertida do *DPB*. Afirma Frei Maranhão que o vocabulário "foi composto por frei Onofre... (nada mais sei do seu nome), antigo missionário dos índios, entre cujas obras manuscritas eu o descobri na livraria do convento de Santo Antônio do Maranhão" (Prazeres do Maranhão 1891:

187). Seriam o autor do *DPB* e o do vocabulário da *Poranduba* o mesmo Frei Onofre? Martins questiona tal hipótese. Ela supõe que deva existir um outro manuscrito, a partir do qual Frei Onofre organizara uma inversão para tupi-português. Esta inversão, por sua vez, teria sido utilizada por Frei Maranhão, com algumas alterações, para elaborar o vocabulário da *Poranduba*. Em síntese, 1. há um manuscrito do *DPB*, anterior a 1751, na Biblioteca Nacional de Lisboa, e uma cópia dele, que pertenceu a Frei Veloso, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; 2. Esses manuscritos serviram à publicação de Frei Veloso (1795) e à elaboração da *Poranduba*, de Prazeres do Maranhão (1891).

O *DPB*, em suas diversas versões, foi o mais copiado dos vocabulários tupis. Pelo quadro 1 (Cap. I), podemos notar que, a partir de 1795 e durante a época imperial, houve muito interesse por esse vocabulário. O mesmo não aconteceu em relação ao *VLB*. Desconhecimento do *VLB*? O fato é que as publicações do *DPB* estão inscritas em certos gestos interpretativos que privilegiam o recorte da palavra ao invés do recorte fraseológico. Diferentemente do *VLB*, o *DPB* não contém definições nem comentários gramaticais ou etnográficos. Caminha-se rumo a uma equivalência entre termos. Junte-se a isso o fato de ter sido o primeiro vocabulário tupi a ser totalmente editado, em 1795, enquanto o *VLB* só o foi em 1938.

9.2. Seleção lexical e silenciamento

A publicação do *DPB* por Frei Veloso, em Lisboa, inaugurou uma série de edições de vocabulários tupi, justamente quando no Brasil o enfoque com relação às línguas indígenas passava por modificações profundas. Esta publicação constituiu a primeira parte de um projeto anunciado de publicação de dois vocabulários: o *Dicionário Português-Brasiliano*, efetivamente publicado em 1795, e o *Dicionário Brasileiro-Português*, elaborado parcialmente, mas deixado apenas na forma manuscrita. Como se pode observar pela denominação das obras, nesse projeto visou-se efetuar uma oposição, até então não manifestada em vocabulários, entre a "língua portuguesa" e a "língua geral". O lado português-brasiliano, com a transcrição-elaboração dos verbetes, perdeu elementos do português presentes em formas híbridas. O lado brasileiro-português, em compensação, ganhou acréscimos em português, sobretudo na nomenclatura de fauna e flora. A segunda parte do *DPB*, o *DBP*, como alguns autores já mostraram, não constitui uma mera inversão do *DPB*, mas sim a elaboração de um vocabulário tupi-português a partir de diversas fontes, inclusive do *VLB* e do *DPB* (Martins, sd), e com acréscimos de Frei Veloso na letra A.

No percurso entre o manuscrito do *DPB* de 1751 (referido mais acima) e a edição de Veloso de 1795, várias modificações foram realizadas no sentido de obliterar a presença de termos portugueses e de expressões mistas tupi-português nos verbetes. De

acordo com Martins (sd), aparecem no *DPB* lacunas, reduções, transcrições alteradas, supressões de palavras portuguesas adotadas ou adaptadas pelos nativos, substituição de formas tupis por expressões portuguesas.

Transcreveremos em seguida algumas dessas alterações apontadas por Martins.

1. Verbetes presentes no manuscrito e suprimidos no *DPB*:

MANUSCRITO
Almoçar - <i>aramoçára</i>
Camiza - <i>camixá</i>
Justiça - <i>jurtiça</i>
Martelo - <i>martêra</i>
Sabado - <i>sabarû</i>
Tambor - <i>tambôre</i>
Enganar - <i>enganâne</i>
Fechar com chave - <i>moxavi</i>
Gavar - <i>jegavár</i>
Tomara - <i>tomarámo</i>
Reconciliar, fazer amizade - <i>rojerôjerôn</i> , ou <i>jemocamarár jebyr</i>

2. Supressão de termos portugueses em expressões mistas:

MANUSCRITO	EDIÇÃO
Vella de cera - <i>yraitym canêa</i>	Vela de cera - <i>Yratim</i>
Pano de algodão - <i>pána amanejû çui goára</i>	Panno de algodão - <i>Amanejû çuiçoára.</i>
Não presta para nada - <i>nitio mbaê ráma oservir</i>	Não presta para nada - <i>Nitio mbaê ráma.</i>

3. Substituição de expressões portuguesas por formas tupi:

MANUSCRITO	EDIÇÃO
Servir - <i>servir</i>	Servir - <i>Meauçub</i>
Navalha - <i>naváya</i>	Navalha - <i>Quecé</i>
Saya de molher - <i>cunhám pána</i> , ou <i>sáya</i>	Saia de mulher - <i>Cunhá óba</i>

Essas modificações apontam para um trabalho interpretativo que se mostra às voltas com a censura. Consideramos esta, de acordo com Orlandi, como um "fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito" (Orlandi 1992: 97). A edição de Frei Veloso, ao inaugurar uma dimensão pública para os dicionários brasileiros, produz uma divisão de sentidos avessa a qualquer tipo de mistura lingüística. Operou-se como que uma "purificação" das línguas, separando-se as "impurezas" e obtendo-se artificialmente uma certa homogeneidade para a "língua brasileira", distinta então do português. Tal transformação pode ser pensada no âmbito de uma historicização da censura. Com os iluministas, a censura muda de lugar. Não é mais aquela do Santo Ofício, que proibia livros e autores adversos à religião. Agora ela se estabelece em nome da clareza e da simplicidade

9.3. O Dicionário Brasiliano-Português e a investida naturalista

Passemos ao *DBP* e seu modo de elaboração. Dentre os textos que serviram como fonte para essa segunda parte do *DPB*, devemos salientar, além do *VLB* e do próprio *DPB*, relatos de viajantes, naturalistas e historiadores. Encontram-se também muitas citações da gramática de Luís Figueira. Deste modo, ocorre nessa inversão o encontro de dois domínios descritivos que até então haviam se excluído: o da descrição de coisas pelos viajantes e o da descrição de língua pelos jesuítas. Frei Veloso era conhecido pela sua atuação na área de botânica. A inserção de informações de viajantes e naturalistas nos verbetes do *DBP* contribuíram para a configuração de uma visão naturalista no vocabulário, com a descrição e classificação das espécies naturais:

Acará-pinima - acará pintado. Outra espécie larga e longa de sete dedos, da figura de uma pequena pêra. Tem a boca pequena, os dentes agudos, os olhos muito grandes contorneados de um vermelho escuro, e branco. Marcg. liv. IV, cap. 4, Ruisch, pag. 127 e Ray, 97, dizem que também se pesca na Jamaica e que os ingleses o chamam "The gray brant" (Ayrosa 1934:164).

As inserções de informações naturalistas limitaram-se a uma parte dos verbetes da letra A. Tudo indica que Frei Veloso não pôde dar seqüência a seu projeto de inversão, que iria aumentar sobremaneira o número e a extensão dos verbetes. De qualquer modo, observa-se no seu gesto interpretativo uma orientação no sentido de promover uma visão portuguesa sobre a língua indígena brasileira, com a definição dos termos tupi no espaço do naturalismo e do discurso informativo da colonização. Isto se deu graças a um

trabalho de leitura realizado sobre vasta documentação então à disposição sobre os países recém-explorados. Enquanto brasilianista, Veloso incentivou a publicação de textos inéditos sobre o Brasil. Diretor da Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, publicou obras visando dar uma maior formação profissional aos brasileiros (Rodrigues 1979: 406). Tal investimento no sentido da especialização se mostra no campo da lexicografia quando Veloso acentua o enfoque classificatório e de codificação do saber.

Note-se que a ordem adotada pelo *DBP* (tupi-português) é a mesma que será introduzida nos dicionários e glossários de brasileirismos e do português. Estamos tocando, aqui, na questão da unidade de língua. A situação de enunciação então, não será mais aquela do contexto indígena e do contato, como ocorre no *VLB*, mas a dos viajantes e exploradores, com um distanciamento naturalista.

A publicação do *DPB* e a elaboração de sua segunda parte são contemporâneas à edição do primeiro dicionário monolíngüe brasileiro: o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes e Silva, cuja primeira edição é de 1789. Não seria fora de propósito considerar então estes dois eventos editoriais no mesmo gesto de constituição do português como língua do Império de Portugal e em seguida do Império do Brasil, em oposição à língua geral, brasilica ou brasileira, enquadrada então como puramente indígena. Esta identificação da língua geral como puramente indígena levou à adoção do termo "tupi" para caracterizá-la, deixando margem para o estabelecimento do português como a "língua do Brasil".

CAPÍTULO IV - DICIONÁRIOS BILÍNGÜES NO BRASIL IMPERIAL

Com a expulsão dos jesuítas, o panorama institucional brasileiro se modifica sensivelmente, e também a prática lexicográfica. Ausentes os principais produtores de vocabulários, visualizam-se duas decorrências para as práticas posteriores. Em primeiro lugar, grande parte dos manuscritos se espalham por arquivos e bibliotecas, sobretudo de instituições religiosas. Note-se que isso fez parte de um movimento mais amplo. Jesuítas provenientes de diversas partes do mundo depositaram material lingüístico em arquivos europeus, entre os quais, salientam-se os construídos pela Congregação para a Propagação da Fé (Roma, 1622). Esse fato beneficiou o estudo comparativo das línguas, que ganhou impulso na Europa (Auroux & Queixalos 1984: 4). O jesuíta Hervas, por exemplo, teve contato, na Itália, com vários missionários, antes de publicar o seu *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas...* (Madrid, 1800-1805). Houve assim no final do século XVIII e durante o XIX um grande interesse pela publicação de gramáticas e vocabulários de línguas ameríndias, o que favoreceu o desenvolvimento de teorias gerais e a elaboração de classificações das línguas do mundo.

Em segundo lugar, com a vinda da família real portuguesa e a conseqüente formação do Império do Brasil, estabelecem-se instituições promotoras de um certo ponto de vista histórico. Estamos nos referindo aos institutos históricos e a arquivos como os da Biblioteca Nacional e os das instituições religiosas. Na História do Brasil que então se visava constituir, as línguas indígenas receberam um sentido especial. Promoveu-se a coleta e publicação de documentos relativos especialmente ao tupi. Gonçalves Dias, intelectual membro do IHGB, foi encarregado de elaborar uma história das línguas indígenas e elegeu o tupi como língua dos antepassados brasileiros.

Deste modo, houve uma guinada em direção ao trabalho arquivístico, com a organização do material deixado por missionários e viajantes. Isso resultou em uma transformação no modo de elaborar vocabulários. Desenrolou-se uma atividade de compilação e reelaboração dos textos, com o aproveitamento de vocabulários antigos e a inserção de observações e acréscimos. Tal retomada teve como decorrência a organização de uma dimensão temporal para o discurso dos dicionários. Vimos que os jesuítas, ao se depararem com línguas sem escrita, desenvolveram um conhecimento sincrônico, descrevendo a língua em uso. Agora, com os intelectuais do Império, passa-se a descrever uma língua antiga: o tupi, "língua primitiva" de povos extintos ou em extinção. Há uma separação entre um tempo anterior, visto como um passado mítico, e um tempo atual, que carrega simultaneamente os sinais de uma língua corrompida e o anúncio de uma nova discursividade: a do português enriquecido com termos indígenas.

Essa passagem institucional, que vai dos conventos e das escolas religiosas aos institutos históricos, é bem visível na figura de Frei Francisco Prazeres do Maranhão.

Este capuchinho, que, em 1843, tornou-se membro do IHGB, encontra um vocabulário manuscrito no Convento de Santo Antônio do Maranhão, que segundo ele mesmo é de autoria de Frei Onofre, e o inclui em seu relato sobre a história do Maranhão, por volta de 1819, para ilustrar a "língua geral" ali falada anteriormente por muitos anos.

Enquanto Frei Maranhão permite a transição do arquivo regional para o nacional, os compiladores de dicionários fazem a ponte do nacional com o internacional. Gonçalves Dias, autor do *Dicionário da língua geral* (1858) e Ferreira França, da *Chrestomathia da Língua Brasilica* (1859), filiam-se a teorias comparatistas então em circulação na Europa; publicam dicionários em Leipzig, na Alemanha, e trabalham de modo específico a noção de evolucionismo no Brasil. Dias contribui para a fixação do termo *tupi*, que passa a predominar para a designação da "língua dos antepassados brasileiros" e França alia o tupi e o guarani, reunindo em seu dicionário o *VLB* e o *Tesouro* de Montoya. Além disso, estes homens do Império estão ligados às expedições científicas, de onde provêm observações que atualizam os termos tupis nos dicionários bilingües, sobretudo os relativos a aspectos naturais.

O naturalista alemão Martius, autor do *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1867) também está entre os membros do IHGB ligados às expedições. Compilou vocabulários e coletou palavras *in loco*. Desenvolve-se nesse momento um método de coleta de dados que vê nos radicais das palavras a base para a comparação das línguas do mundo. Os dicionários fraseológicos perdem terreno para os de tradução termo a termo. Na urgência de mapearem o território brasileiro, os expedicionários detêm-se na elaboração de listas concisas de palavras, que servem posteriormente à classificação das línguas indígenas.

Nestas circunstâncias, a situação de enunciação raramente é representada nos dicionários. Deixou-se, de certo modo, de se refletir sobre a não-coincidência entre palavras e coisas e de se representar a situação de fala nos verbetes, em favor de uma noção de língua centrada na unidade da palavra. Por outro lado, erigiu-se um vasto trabalho de constituição de imaginário de língua, com a formulação de uma história para as línguas indígenas, a indicação de uma origem e uma evolução. Tudo isso veio à tona juntamente com a construção de um lugar para o brasileiro, com uma identidade e uma história sustentadas pelo Império.

Mencionem-se ainda alguns estudiosos de línguas indígenas que tiveram seus trabalhos publicados pelo IHGB, entre os quais, Batista Caetano, que, reunindo diversas fontes escritas, e retomando mais decididamente a reflexão gramatical, elabora o *Vocabulário da Conquista Espiritual* (1879), do abanheenga.

Por fim, já na passagem do Império à República, retorna o interesse pela linguagem oral, pela situação de enunciação e pelas descrições sincrônicas. De um lado, aumenta o interesse pela diversidade de línguas, em descrições antropológicas, etnográficas e

lingüísticas. Salientamos o trabalho de Karl von den Steinen com vocabulários de indígenas do Brasil Central. De outro lado, continuam os estudos do tupi. Couto de Magalhães, com *O Selvagem* (1867), Frederike Hartt, com as *Notas sobre a língua geral ou tupi Moderno do Amazonas* (1872) e Barbosa Rodrigues, com a *Poranduba Amazonense* (1887), desbravadores da Amazônia e do Brasil Central, se propõem a descrever o chamado *tupi moderno*. Ressalte-se nesse momento o aparecimento e a publicação de textos como mitos e lendas, que, ao lado do valor lingüístico e etnográfico, recebem o estatuto de "folclore", defendido por autores como Sílvio Romero. Como veremos, a noção de história passa então por algumas transformações. Já não se trata da grande História do Brasil promovida pelo IHGB, mas das histórias contadas por meio de uma textualidade oral, referida a situações cotidianas de uma "língua popular". Isto traz modificações importantes para a constituição de domínios lexicais e para o desenvolvimento de práticas lexicográficas, tendo em vista desta vez a formação de uma língua nacional ou, de outro modo, nesse caso, uma "língua do povo".

1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Os institutos históricos têm um lugar de destaque na difusão de dicionários envolvendo línguas indígenas. Essas instituições organizaram um campo de questões relevantes para a prática lexicográfica que então se estabelecia. Podemos ver no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a promoção de três atividades relacionadas com a produção de dicionários tupi-português: 1. Um trabalho de formação e de leitura de arquivos. Os dicionários elaborados por jesuítas na época colonial, recolhidos em diversos arquivos de instituições brasileiras e estrangeiras, são retomados, lidos, compilados, modificados. 2. Fomento a expedições científicas. O IHGB promoveu expedições de naturalistas de que resultaram descrições lexicais aproveitadas nos dicionários. 3. Elaboração de uma história das línguas indígenas brasileiras e de um projeto lexicográfico compatível com essa história.

Segundo Schwarcz (1989), o IHGB do Rio de Janeiro serviu como modelo para as demais instituições desse gênero. Ao analisar os regimentos desse instituto, o autor aponta a orientação dispensada ao tratamento de documentos da História do Brasil:

"O grêmio carioca preocupou-se em trazer para a história do Brasil um rigor documental até então inusitado, intenção essa claramente explicitada já nos primeiros regulamentos do IHGB, cujo texto principiava com a declaração dos objetivos da instituição: '*colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil*'. Esse projeto foi implementado através de práticas agressivas de obtenção de material, que incluíam

não só a mera coleta como também a realização de concursos, promoção de congressos e a organização de expedições pelo interior do país ou pelo estrangeiro (especialmente aos arquivos espanhóis e portugueses)" (Schwarcz 1989: 18).

Esse trabalho arquivístico, assim, direcionou-se para a elaboração de uma História do Brasil. Também a nível regional, os institutos incentivaram a coleta de material e a escrita de obras que vieram compor esse bloco mais amplo de uma história oficial brasileira.

O investimento no viés histórico provocou um desligamento da tradição jesuíta de estudo de língua, predominantemente desenvolvida no eixo da sincronia. As línguas indígenas passaram a ser consideradas como provas de um passado lingüístico brasileiro. Despontaram então alguns modos de interpretar o lugar dos índios, e, paralelamente, o lugar das línguas indígenas na História do Brasil.

Instrumento fundamental para a irradiação desse saber sobre as línguas indígenas, a *Revista do IHGB*, que teve início em 1939, publicou vários dicionários tupi. Importamos mais de perto as edições e reedições dos vocabulários da época colonial (ver quadro 1, do cap. I). A *Revista* é composta de três partes: a primeira se ocupa de artigos e documentos; a segunda de biografias de brasileiros ilustres, frequentemente pessoas ligadas ao Instituto; a terceira de extratos das atas das sessões do IHGB (ibid.:19). Os vocabulários, publicados como documentos, quando não consistem em manuscritos antigos dos religiosos, eram resultado de compilações, com ou sem acréscimos, efetuadas por membros do Instituto. Estes, ora autores compiladores, ora simplesmente doadores de documentos raros, eram premiados com biografias e honrarias.

A preocupação com a questão indígena no Império serviu para a construção de uma identidade para o brasileiro, com uma história diferente daquela de Portugal. No entanto, faz-se necessário ressaltar que a política indigenista nesse período levantou o pensamento de que os índios estavam fadados ao extermínio, por inadaptabilidade a uma pretendida evolução humana. Essa política se exerceu através de legislações como a Lei das Terras, que oficializava os latifúndios; o Regimento das Missões, que unia "civilização e catequese"; e também a atribuição do estatuto de órfãos para os índios, sustentando o paternalismo oficial (cf. Gomes 1988: 79-82). A visão do índio como historicamente primitivo e inferior ao civilizado ajudou a justificar essa política.

2. Situação das línguas

Desde a segunda metade do século XVIII, com a intervenção de Pombal, e posteriormente com o Império, firmou-se mais decididamente uma política de

implantação do português e de marginalização, quando não extermínio, das línguas indígenas. Isso teve conseqüências também para as línguas gerais.

Como afirma Rodrigues (1993), as línguas gerais no Brasil devem ter sido muitas, a maioria de existência efêmera, e não documentadas. Devem ter passado por várias fases conforme o número de falantes nativos e europeus em dado momento. Deve também ter havido um número variável de bilíngües, fossem estes europeus que aprendiam a língua indígena, fossem mestiços que, além da indígena, que era sua língua materna, aprendiam também o português. Rodrigues salienta duas delas, que tiveram maior vitalidade e importância histórica: a língua geral paulista e a língua geral amazônica. A primeira foi a de mamelucos e paulistas, língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. A segunda, também chamada nheengatu, foi a língua dominante na penetração portuguesa na Amazônia, onde em várias partes tornou-se língua franca.

Na época imperial, a língua geral paulista estava praticamente desaparecida. No entanto, a língua geral amazônica persistia e só veio a ser seriamente abalada nos finais do século XIX e início do XX:

"As medidas legislativas e administrativas tomadas pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII para combater a língua geral e estimular o uso do Português contribuíram para acelerar o declínio da língua geral Paulista, mas tiveram pouco efeito sobre a língua geral Amazônica. Só o genocídio da população tapuia, com que as autoridades responderam à revolta de Cabanagem na década de 830 é que reduziu consideravelmente o número de falantes daquela língua (cf. Moreira Neto 1988). Entretanto, dez anos depois do fim da Cabanagem, foi assim descrita a situação da língua geral Amazônica: 'Nas cidades fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no Baixo Amazonas, é a única' (embora a portuguesa fosse compreendida) (Amazonas, 1852). A penetração maior da língua portuguesa em detrimento da língua geral Amazônica parece decorrer da maciça imigração nordestina, sobretudo no ciclo da borracha, no fim do século XIX e início do século XX" (Rodrigues 1993: 199)

O que nos importa observar nos dicionários é o modo como as línguas indígenas são representadas dentro de um passado lingüístico, enquanto o presente é conformado pela atualização dos termos tupi relevantes para a topografia, o naturalismo, a lingüística comparativa e a etnografia, de modo que há uma separação entre as línguas indígenas e gerais e o português acrescentado de termos indígenas.

O tupi foi a grande categoria que envolveu as línguas indígenas e consolidou a imagem romântica do indigenismo brasileiro, além de servir, na ligação com o português,

à formação de uma língua nacional brasileira. No entanto, o período imperial foi palco da distinção de outros grupos e subgrupos de línguas indígenas. Martius realizou a primeira classificação em que se distingue o tupi-guarani do grupo jê. Aumenta o interesse pelo conhecimento da diversidade lingüística, de modo que diferentes línguas antes englobadas pelo designativo "tapuia" passam a ser nomeadas e classificadas. Segundo Gomes, a situação da população indígena no Império era a seguinte: "dos cinco milhões de índios talvez restassem 600.000, se contarmos todos eles, de aldeados e ex-missionários aos livres e autônomos. Duzentos mil seriam os tapuios do Baixo Amazonas, uns 150.000 seriam os remanescentes aldeados pelo país, e 250.000 seriam os autônomos" (1988: 78). Muitas línguas foram extintas, muitas permaneceram e outras se formaram nas situações de contato.

3. A Poranduba Maranhense (*Dicionário da língua geral do Brasil*)

O manuscrito da *Poranduba Maranhense* foi oferecido ao IHGB por Varnhagen em 1843. Dele obteve cópia Gonçalves Dias, que o utilizou para a confecção de seu *Dicionário da língua tupi*. Esse manuscrito esteve por algum tempo desaparecido, tendo sido recuperado e devolvido ao Instituto por Cesar Augusto Marques. Foi publicado pela *Revista do IHGB* em 1891.

A publicação de Frei Prazeres do Maranhão contém uma *Relação Histórica da Província do Maranhão*, que vem acompanhada de um léxico português-tupi, o *Dicionário da língua geral do Brasil*. Segundo o próprio Prazeres do Maranhão, esse dicionário foi encontrado no Convento de Santo Antônio do Maranhão e pertencia a Frei Onofre. Para Frei Prazeres, um capuchinho que depois se tornou membro do IHGB, o *Dicionário* representava a língua que havia sido falada no Maranhão durante muitos anos, que ele chama de "língua geral", ou "língua da nação tupinambá, cultivada pela maior parte das nações brasilicas". Situando o contexto de uso dessa língua no passado ("foi a língua corrente (...) até o ano de 1755, em que entrou a correr a portuguesa"), Frei Prazeres considera o *Dicionário* como uma ilustração para a história do Maranhão que ele mesmo escrevera. Além disso, cita sua utilidade enquanto documento esclarecedor de termos toponímicos, de nomes de plantas, animais, e outros, ainda em uso naquela época no Maranhão. O *Dicionário* passa a servir para uma interpretação de termos tupis presentes no português:

"No Maranhão conservam nomes da língua geral a maior parte das plantas, animais, rios e sitios; correm também alguns vocábulos da mesma entre o vulgo. Por esta causa julguei do meu dever dar ao público alguma notícia desta língua, e não a podia eu dar melhor do que a que apresento no seguinte Dicionário: ele foi

composto por frei Onofre... (nada mais sei do seu nome) antigo missionario dos índios, entre cujas obras manuscritas eu o descobri na livraria do convento de Santo Antonio do Maranhão" (Prazeres do Maranhão 1891: 187)

É esse duplo interesse: documentação de uma língua primitiva e interpretação de termos tupi no português de então, que predomina em Frei Prazeres. As fronteiras entre o português e a língua geral se acentuam, quer se trate esta última de uma língua predominantemente indígena com influência do português, quer do português com influência da língua indígena. Tal oposição é efetuada com base em um critério de instrução, que privilegia os falantes de língua portuguesa frente aos das línguas gerais. Uma visão purista que exclui a "mistura" de línguas:

"Presentemente a língua corrente no país é a portuguesa; os instruídos a falam muito bem; porém entre os rústicos ainda corre um certo dialecto, que, enquanto a mim, é o resultado da mistura das línguas das diversas nações, que têm habitado no Maranhão: eles a falam com um certo metal de voz, que o faz muito agradável ao ouvido" (idem: 140).

Frei Prazeres transcreve uma carta que exemplifica esse "dialecto" constituído do português com língua africana e indígena:

"Meu Fio: Estimarei que tu já esteja mió das tua cezão: eu e tua comade Quitaja não pasâmo tão má. Ahi ti mándo um côfo, e deu delle duas garrafas d'agoa arden bai d'ellas vão duas faca e treis cuié di prata, embriuidas núas fôia.

Não te remeto agora o moléque Cazuzá; por que o vejo ainda muito columim: elle cá nos vai servindo para i ó má pescá com o Tótó. O nosso Lulú esteve tão mà dos óio, que eu cuidei elle lhe spocavo: agora está tão gordo, que o Chichi não o póde abraçá. Tem cuidado no Feitô manda tirá o capim do lôlô, e tijuco terreiro. Meu Fio, eu ti dou a minha bençam, e Deus nosso Sinhô ti dê a sua por seu infinito amô. Asseita muitas lembrança do nhô Mão, e do Quimquim. Tua May Polúca" ²⁹ (ibid: 140).

²⁹ Prazeres Maranhão propõe a seguinte tradução para esse carta: "Meo filho: Estimarei, que tu já estejas melhor das tuas sezões; eu e tua comadre Quiteria já não passamos tão mal. Ahi te mando um côfo, e dentro delle duas garrafas d'agua ardente; debaixo dellas vão duas facas e trez colheres de prata, embrulhadas em umas folhas.

Não te remeto agora o moleque Jozé, por que o vejo ainda muito rapaz: elle ca nos vae servindo para ir ao mar pescar com o Antonio. Nosso Luiz esteve tão mal dos olhos, que eu cuidei, que elles lhe saltavão fora; agora está tão gordo que o Francisco não o póde abarcar. Tem cuidado no feitor, manda tirar a erva do arroz, e a lama do terreiro. Meo filho, eu te dou a minha benção, e Deos, nosso senhor, te dê a sua por seo infinito amor. Aceita muitas lembranças do sonhor Manoel e do Joaquim. Tua Mãi Apolonia."

Este exemplo parece confirmar o que diz Rodrigues sobre as línguas gerais, que devem ter sido várias, conforme a situação dos falantes nativos, europeus e, acrescentasse neste caso, africanos. Na *História*, Frei Prazeres aponta o grande número de negros que aportaram no Maranhão no século XVIII, vindo se juntar a índios e europeus, de onde mais uma causa da mistura de línguas. A propósito, o capuchinho considera essa vinda, ao lado do aumento das atividades comerciais e da "liberdade dos índios", como um dos fatores que contribuíram para a queda da língua geral:

"Com a liberdade dos índios, grande introdução de negros e criação da Companhia principiou a desterrar-se a língua geral ou tupinambá, e a correr a portuguesa." (ibid.: 106)

Curioso nessa citação o fato de que a liberdade dos índios tenha concorrido para a eliminação da língua geral. Ficam apagadas as medidas pombalinas e os ataques contra os índios. Ademais, a diversidade lingüística produzida com o contato entre brancos, negros e índios, é vista como uma dialeção referente aos não-instruídos. Percebe-se que as mudanças que impõem o português como língua obrigatória nas escolas determinam uma distinção instruído/não-instruído que passa a definir as posições com relação à diversidade lingüística. A diversidade concreta se opõe à homogeneidade pela instrução.

Passemos ao texto do vocabulário. De acordo com Martins (s.d.), e como pudemos verificar, o dicionário da *Poranduba* é uma inversão do *DPB* com muito poucas alterações:

PORANDUBA MARANHENSE	DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO (DPB)
<p>Pabóca - Partir do porto. Pác - Despertar; despertar do sono por si mesmo. Paé - Diz. Pagé - Feiticeiro. - remimoháng aíba moropiára - Feitiço Pána - Pano. - amanejú cui goara - Pano de algodão - aiba - Rodilha; trapo. - çobaigoára - Pano de linho.</p>	<p>Partir de perto - Pabóca. Despertar alguém do sono por si - Pác Diz - Paé, ex. ereçô ípyr paé Feiticeiro - Pajê. Feitiços - Pajê remimohangayba morojuára. Pano de algodão - Amanejú çuigoára. Rodilha, trapo - Pána ayba. Pano de linho - Pána çobaigoára. Tecelão - Pána monhangára.</p>

- monhangára - Tecelão; tecedeira. - pacoára - Peça ou rolo de pano. Pano pecangoéra - Retalho de pano. - peteca - Lavar roupa. - poaçú - Pano grosso. - poi - Pano fino. - rangába - Vara de medir. Panacú - Carro	Peça de pano - Pána pacoára. Retalho de pano - Pána piçangoéra. Lavadeira - Pána petéca. Pano grosso - Pána poaçû. Pano fino - Pána poi. Vara de medir - Pána rangába. Carro - Panacû.
--	---

A ordem tupi-português tem importância crescente, em detrimento da ordem português-tupi. Isso decorre da conveniência em atualizar termos indígenas em uso no país, sobretudo os relativos à toponímia e à fauna e flora. Assim, começa-se a incorporar a diferença no interior da língua portuguesa. Frei Prazeres, ao publicar o vocabulário de Frei Onofre, salienta sua importância para o conhecimento dos vocábulos em uso. Nesse sentido, ele se torna um dos primeiros a ressaltar o valor dos estudos etimológicos do tupi. Em 1845, vinte e três anos após ter deixado o Brasil, oferece como correspondente do Instituto uma "Coleção de Etimologias Brasileiras" (Prazeres Maranhão 1845), contendo sobretudo topônimos e nomes de plantas e animais provindos do tupi:

NOMES	RAÍZES	SIGNIFICAÇÃO
Paraybuna	Pira-ayba-úna	Peixe meu preto. Rios de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro
Parautinga	Pirá - yg - tinga	Rio do peixe branco. Rio e villa de S. Paulo.
Pororóca	Póre-óca	Residência ou sítio dos saltos ou galopes. Phenomeno produzido pela maré na foz do Mearim, no Guamá e Amazonas (e).

A divisão nome-raiz-significação corresponde a uma estruturação discursiva. O nome é o termo indígena incluído na língua em uso. A raiz é definida a partir de uma divisão morfológica da língua indígena. E a significação é uma atualização no português do Brasil, composta de uma tradução seguida da determinação geográfica no território brasileiro. Deste modo, a língua indígena, através da etimologia, passa a figurar dentro de uma unidade nacional através do discurso natural e geográfico. É um trabalho sobre o significante que divide a enunciação em dois domínios: o de um tempo passado, por meio da morfologia da raiz, e o de um tempo atual, com a tradução e determinação do sentido em direção à língua da nação brasileira.

4. Gramática comparada e gramática histórica

Para compreender as transformações sofridas no campo dos saberes lingüísticos no século XIX, é necessário considerar as mudanças nos estudos comparativos e históricos. No início do século aparece na Alemanha a chamada "ciência lingüística". Esse movimento corresponde ao desenvolvimento progressivo nas universidades de língua alemã, depois na Europa e Estados Unidos, da "gramática comparada" e da "gramática histórica". Schlegel (1808), estudando o sânscrito, levanta fatos para analisar a "genealogia da linguagem". Bopp (1816), com seus trabalhos sobre o sânscrito, e Grimm (1822), descrevendo as "leis fonéticas", são considerados fundadores da ciência lingüística. Schleicher, no meio do século, desenvolve a idéia de uma árvore genealógica das línguas e da reconstrução de protolínguas.

Estamos considerando essas transformações não como introdutoras dos estudos de lingüística comparativa e histórica, mas dentro de um processo mais amplo de produção do saber lingüístico. Conforme Auroux (1992), as grandes compilações surgiram revirando o movimento centrífugo produzido pela gramatização das línguas do universo. A diversidade crescente das línguas acabou com a representação de unidade da gramática latina. Cabia aos estudiosos juntar dados dispersos e compreender o fenômeno da linguagem. Aparecem então obras que reúnem grande número de dados. Elas compõem um panorama das línguas do mundo. Citemos alguns autores de vocabulários. Court de Gébelin, *Mundo primitivo analisado e comparado com o mundo moderno* (1773-1782); Vater e Adelung, *Mithridates* (1806-1817); Hervas e Panduro, *Catálogo das línguas das nações conhecidas, e numeração, divisão e classes destas segundo a diversidade de seus idiomas e dialetos* (1800-1805); Adrieno Balbi, *Atlas Etnográfico do Globo, ou classificação dos povos antigos e modernos conforme suas línguas* (1826). Tais compilações retomam de certo modo aquelas realizadas na Renascença, com ênfase para o *Mithridates* de Konrad Gesner, que já abordamos anteriormente (cap. 2).

Ainda de acordo com Auroux, nas comparações estavam em jogo, de início, os *vocábulos* e a *estrutura tipológica*. A produção de dicionários era acompanhada de classificações das línguas. A partir da segunda metade do século XIX, passa-se a considerar a *proximidade genética* e a *explicação histórica*: de um lado, as genealogias, de outro, as explicações e as etimologias. Há um movimento contra as genealogias religiosas, que têm, com a Bíblia, o hebreu como língua-mãe. Comparam-se as palavras ou formas gramaticais de uma mesma família, distinguindo-se as heranças e os empréstimos. Além disso, busca-se explicar as transformações dos estados lingüísticos através das mudanças de formas (há a forma X porque houve a forma Y). Note-se que a preocupação maior nesse momento é a de estudar as línguas em uso, os vernáculos.

Importa "não o passado da humanidade mas a razão do funcionamento presente das línguas" (Auroux 1992: 545).

Emergem nesse contexto alguns termos teóricos importantes. Além daqueles que viemos de explicitar (*genealogia, tipologia, explicação histórica, etimologia*), aparecem também os termos *raiz* e *derivação*. Nas comparações tomaram-se como elemento de base primeiramente as palavras, e através delas, as raízes. Na definição de Beauzée, distingue-se a *raiz geradora* (derivação) da *raiz elementar* (composição). Elas são obtidas separando-as das terminações. Deve-se ressaltar que a delimitação teórica da palavra e da raiz trouxe conseqüências metodológicas consideráveis para a produção de listas de palavras e dicionários, principalmente no caso das línguas desconhecidas. Desenvolveram-se, com base nessas noções, programas de coleta de material lingüístico para fins de comparação e estudo histórico. Mencionemos a esse respeito o plano de Gebelin de um Dicionário Comparativo das Línguas ("Mundo Primitivo") e, no Brasil, a orientação dada por Martius para a coleta de dados de línguas indígenas, como veremos mais abaixo.

As idéias comparatistas, históricas e evolucionistas se desenvolveram no Brasil em circunstâncias específicas. Era o momento de construção de uma identidade nacional, com a separação de Portugal. Momento também de elaboração de uma história oficial. A figura de Gonçalves Dias, ao mesmo tempo literato e historiador das línguas, é representativa para os estudos de constituição do léxico. Vamos nos restringir aqui ao seu lado lingüista, enquanto autor de dicionários tupi-português. É de se remarcar o contato de Dias com a escola alemã. Com efeito, tanto ele como Ferreira França, outro membro do IHGB, publicaram dicionários em Leipzig, grande centro de estudos comparatistas.

5. Gonçalves Dias e o tupi

Enquanto membro do IHGB, Gonçalves Dias foi encarregado de realizar uma "memória" sobre os indígenas brasileiros. Ocupou-se, então, "dos que habitavam o litoral do Brasil". Em *O Brasil e a Oceania*, Dias propõe-se a "descrever o estado físico, moral e intelectual dos indígenas do Brasil, no tempo em que pela primeira vez se acharam em contato com os seus descobridores". Reproduzindo a distinção tupi-tapuia da época colonial, o autor privilegia a descrição dos tupis, segundo ele "a última ou a única raça conquistadora", "os mais bem aquinhoados". É aos "tupis", assim, que Dias liga o brasileiro historicamente, exaltando uma tradição de povo conquistador, com sua "infância" primitiva.

Esse fato merece ser observado com atenção com respeito aos caminhos históricos que se traçam para as línguas. Primeiramente estabelece-se o "tupi antigo", língua

documentada pelos viajantes e missionários na época colonial. Atribui-se a essa língua originária, e morta, um caráter de perfeição, de pureza. Celebra-se uma língua idealizada, vista através de um romantismo lingüístico. A questão que se segue é de que modo essa língua antiga, idealizada, faz ligação com as línguas então em uso? Podemos distinguir dois percursos. O primeiro leva às línguas indígenas, no caso, às línguas próximas do tupi, ligadas a ela por parentesco, aí incluídas as línguas gerais que se desenvolveram a partir dele. O estatuto de todas elas é bastante negativo. São tidas como degeneradas, corrompidas, transformadas no contato com as línguas européias, tendo perdido sua pureza inicial. Retoma-se a noção de "corrupção" com que os gramáticos do século XVI explicaram a passagem do latim às línguas neolatinas. Só que, enquanto aqueles viam no ponto de chegada um estado a louvar, com a defesa das línguas nacionais, no caso brasileiro as línguas indígenas vivas ganham um lugar depreciativo e as línguas gerais, não reconhecidas oficialmente, são reprimidas como uma dialeção indesejável. A segunda ligação do tupi antigo é com o português do Brasil. Trata-se então da formação de uma língua nacional brasileira. Nesta circunstância não ocorre uma filiação genética, mas sim uma mistura de línguas, de modo que o português vai incorporando elementos do tupi. É uma visão positiva da interferência do tupi na língua portuguesa, que se enriqueceria com a introdução dos termos daquela língua mítica originária. Note-se que é neste segundo percurso que se desenvolvem os estudos etimológicos, ou seja, na passagem do tupi ao português.

Voltando ao nosso autor, Dias publicou em 1852 o *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas*, um vocabulário português-tupi, que segundo o próprio Dias pouco difere do *DPB*. Obra mais significativa, o *Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil* (1858), que abreviaremos com *DLT*, resulta de um trabalho de compilação e comentário a partir de várias fontes:

"Tomei por base o vocabulário que o autor da 'Poranduba Maranhense' acrescentou ao seu trabalho, valendo-me da Gramática do Padre Figueira, do Dicionário Brasileiro, publicado por um anônimo em Lisboa, no ano de 1795, de um Manuscrito com que me deparei na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, e cujo título me esquece agora, de outro Dicionário, também manuscrito, da Biblioteca da Academia Real de Ciências, de Lisboa, e de quatro dos cadernos que acompanharam as remessas do nosso distinto e infatigável naturalista - Alexandre Rodrigues Ferreira, durante sua comissão científica pelo Amazonas nos anos de 1785, 86 e 87" (Dias 1858).

Além dos dicionários jesuítas, vemos que Dias lança mão da leitura de naturalistas. Isso ilustra bem a prática de leitura efetuada pelos membros do IHGB. Não se visava ir

de encontro ao modo de significação no contexto indígena, tal como acontecia no *VLB* colonial, mas sim reunir, selecionar e organizar os textos, atualizando a significação com observações naturalistas e comentários sobre as línguas em uso. Constrói-se, portanto, um percurso histórico para as línguas. Reparemos que Dias conjuga dois espaços discursivos que antes se encontravam apartados, a saber, o dos relatos de viajantes e exploradores, por um lado, e o das gramáticas e dicionários, por outro.

Observemos algumas entradas iniciais da letra P do dicionário de Dias em relação com a *Poranduba* (inversão do *DPB*):

DICIONÁRIO DA LÍNGUA TUPI	PORANDUBA MARANHENSE
<p>PABE', I. todos; II. emprega-se também como preposição, significando junto de mim, isto é, a minha ilharga, e neste caso leva comumente o verbo ao plural. Ex. <i>T-i-aço xe pabe'</i>, vamos ambos, tu comigo.</p> <p>PABÓCA, partir, largar do porto.</p> <p>PÁC, despertar-se, despertar do sono por si mesmo. <i>Xe-Pac</i>, o meu acordar.</p> <p>PÁCA, animal conhecido.</p> <p>PACOÁRA, rolo de qualquer cousa.</p> <p>PACU, certo peixe, de que se contam as três espécies <i>tinga, piranga, pinima</i>.</p> <p>PACUAÃ, uma planta.</p> <p>PAÊ, diz.</p> <p>PÁJE, feiticeiro. Era o cantor, o médico, o augure e o sacerdote dos indígenas.</p> <p>PAJÊ REMIMONHÁNG AYBA MOROJUÁRA, feitiços.</p> <p>PAJURÁ, árvore, cujos fructos os índios e brancos comem: as sementes secas e raladas são empregadas para cura de desinteria. Nasce pelas margens dos Rios (no Pará) em partes úmidas.</p> <p>PÁNA, corrupção da palavra portuguesa pano.</p> <p>PÁNA AMANEJÚ ÇUI GOARA, pano de algodão.</p>	<p>Pabóca - Partir do porto.</p> <p>Pác - Despertar; despertar do sono por si mesmo.</p> <p>Paé - Diz.</p> <p>Pagé - Feiticeiro.</p> <p>- remimonháng aíba moropiára - Feitiço</p> <p>Pána - Pano.</p> <p>- amanejú çui goara - Pano de algodão</p>

Repare-se inicialmente que a ordem é tupi-português, aquela que possibilita a atualização dos termos tupis no português do Brasil. O objetivo não era aprender a língua indígena, mas sim estabelecer a trajetória das línguas a partir do tupi antigo. Nas seqüências acima do *DLT* percebe-se que além de entradas compiladas da *Poranduba* (*Pabóca, Pác, Paé, Pagé, Pagé remimonháng aíba moropiára, Pána, Pána amanejú çui goara*), encontram-se outras referentes a animais e plantas (*páca, pacu, pacuaã, pajurá*)

e a termos comentados gramaticalmente (*pabe'*). Já se nota nessas primeiras entradas um discurso próprio do dicionário. Em primeiro lugar, alguns termos da *Poranduba* são comentados, como *pagé* e *pána*. Há uma discrepância temporal entre esses termos: *pagé* pertence a um tempo passado ("Era o cantor, o médico, o augure e o sacerdote dos indígenas"), enquanto *pána* a um tempo presente, ainda que com uma ligação ao passado ("corrupção da palavra portuguesa pano"). De um lado, o tupi antigo, de outro, a língua geral em uso, desta vez como corrupção do português. Em segundo lugar, aparece um discurso de definição, composto por formas semelhantes às que aparecem nos dicionários de língua nacional (termo hiperonímico seguido de oração relativa) como em *pacú* ("certo peixe, de que se contam as três espécies *tinga*, *piranga*, *pinima*") e *pajurá* ("árvore, cujos fructos os índios e brancos comem: as sementes secas e raladas são empregadas para cura de desinteria. Nasce pelas margens dos Rios (no Pará) em partes úmidas").

Prossigamos com a análise de alguns recortes.

5.1. Dêixis temporal

Vimos que ocorre no *DLT* uma discrepância entre um tempo passado e um tempo presente. Examinemos outras entradas para explicitar as regularidades enunciativas desse discurso, começando pelas que apontam um tempo passado (os grifos são nossos):

PARICÁ, servia aos índios em vez de fumo. Nos Cachimbos, em que os Muras fumavão o Paricá, os tubos erão feitos de alguns caniços ou das hastes, que sustentão a fructificação das palmeiras. *Marajá* e outras, e também da *tabóca-merim*. As caçoletas onde punhão o paricá erão os gargaes do fructo da cabaceira. Os tubos erão reforçados com fio de algodão, ou com a casca dos talos da folha da palmeira - *gaxitára*.

PARACAÚBA, árvore da qual os Muras faziam os seus arcos.

PARINARY, árvore acerca da qual escreveu A. R. Ferreira. "A formiga ajunta a página exterior desta árvore para fazer seus ninhos; e os índios a recolhem, depois de ajuntada pela tal formiga. A isto chamam Taracué e lhes serve para isca, sobre que ferem fogo."

PAY'TUCÚRA, padre de S. Antonio. Achavam o capuz destes frades parecido a um gafanhoto, e por isso lhes chamavam - *tucura*.

Tem-se a impressão de que os termos carecem de atualidade, eles ficam em suspense quanto à significação atual. O "paricá", coisa do mundo, existiu e talvez ainda exista, mas sua significação só é comentada no passado. O que é o "paricá" hoje?, poderia perguntar um leitor da época. Os verbos grifados mostram a narração de um passado (*eram*, *serviam*, *faziam*, *achavam*, *chamavam*), aquele dos índios tupis antigos,

passado que só é interrompido com a introdução de uma citação do naturalista Ferreira, no verbete *parinary*, em que os verbos se apresentam no presente (*ajunta, recolhem, ferem, chamam*). Assim, com o discurso naturalista os termos ganham um sentido presente. Mesmo que o autor citado tenha escrito em um tempo anterior ("escreveu A. R. Ferreira"), sua formulação aparece em um tempo coincidente com o atual, de maneira que, ora representada e colocada entre parênteses, ora simplesmente compilada, ela confere uma suspensão da temporalidade histórica em favor de uma temporalidade descritiva do saber naturalista e etnográfico. A narração se desdobra sobre a língua e os costumes dos antigos habitantes tupis, configurando o domínio histórico, enquanto a descrição se sustenta na autoridade do saber sobre a natureza e o índio.

Vai tomando corpo com esse discurso a influência do tupi no português do Brasil, principalmente na denominação de espécies naturais e na toponímia. Assim, o autor distingue no corpo dos verbetes as nomeações dos antigos indígenas daquelas que então vigoram. O verbete "acajá", por exemplo, aponta a distinção entre o termo indígena *acajá*, de um tempo anterior, e o termo *cajazeiro*, que apresenta o sufixo português "eiro", de um tempo presente: "Acajá (hoje cajazeiro) árvore frutífera; os indígenas chamavam-na também Ybamétara; floresce no estio, dá frutos no inverno" (Dias 1858: 9). Note-se a mistura dos tempos e a divisão enunciativa: um domínio de nomeação no passado ("os indígenas chamavam-na também Ybamétara") e a descrição natural no presente ("floresce no estio, dá frutos no inverno").

Como relata o autor e como temos visto, foram utilizados, para a confecção dos verbetes, escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista brasileiro a que nos referimos no capítulo anterior, aquele que teve seus manuscritos levados por E. G. de Saint-Hilaire e depois em parte recuperados em 1842. Vejamos esta citação de Ferreira em mais um termo com sufixo português:

PUPUNHEIRA (eira - desinência portuguesa), palmeira, cujos frutos se comem cozidos. "Um dos sinais de haver povoações, quando se viaja, é em se avistando ao longe as ditas pupunheiras, por serem das primeiras plantas, que se costumam plantar nos estabelecimentos das povoações, e isto, tanto pela sua formosura e extraordinária altura, como pela essencial utilidade de lhe comerem os frutos."

A. R. Ferreira

Na retomada que Dias faz da citação de Ferreira, o discurso orienta-se para a formação de um enunciado definidor, com tempo presente. Essa definição se legitima pelo testemunho do naturalista citado. O comentário sobre a desinência portuguesa "eira" produz uma indeterminação quanto ao estatuto da língua: esta já não é o tupi antigo, nem o português "puro". O termo "pupunheira" é uma espécie de expressão

híbrida. Retorna o imaginário da língua dos bandeirantes, que misturando língua indígena e língua portuguesa, vai nomeando as coisas do país.

Além desse gesto do expedicionário nomeador, ocorre também a classificação das espécies naturais. Verifica-se nesse caso a identificação de radicais lingüísticos: a classificação das espécies tem sua estrutura firmada na palavra. Vimos que os jesuítas, no contexto de catequese, tomavam como unidade de análise o enunciado e a cena de enunciação. Em contraste com essa prática, Dias investe na palavra, e mais especificamente, nos radicais, apoiando-se novamente em Ferreira:

PIRÁ ou **PYRÁ**, peixe. Seria demasiadamente extenso darmos uma relação de todos os nomes de peixes que começam por este radical. Lembraremos apenas alguns de que faz menção A. R. Ferreira. P. - andyra, assim chamado por se parecer na cabeça com o focinho de morcego, - antan, apapá, arára, de cor vermelha, Catimbáo, pitinga, branco e chato, pucu chamado também curumará, catinga, rucu ou pirurucu, cuja língua serve de lixa, e parece, depois de seco, com o bacalhau.

Delimita-se na entrada, através da seleção da palavra como radical, o nome comum dos peixes (*pirá* ou *pyrá*), que engloba os nomes próprios contidos no corpo do verbete. Vimos anteriormente (cap. III), em Anchieta, a representação do modo de nomear a palmeira no contexto indígena, em um confronto entre o tupi e o português. Agora, esse contraste se desvanece, a classificação se desenrola no interior de uma estruturação do saber naturalista antes do que numa relação entre línguas, estruturação em que se identificam os nomes próprios e comuns, os indivíduos, os gêneros e as espécies. A língua é instrumento de classificação, a partir do qual se realizam as diferenciações e distinções dos seres.

Ao lado da noção de radical, há também a de derivado. Esta diz respeito tanto a uma ligação sincrônica ("PUÂ (derivado de Pyâ), tensão", "PUCUÇABA (veja-se *pecu* e derivados), extensão, comprimento.", quanto a uma ligação entre estados temporalmente distintos. Neste último caso, entra em cena uma prática etimológica que coloca em relação o tupi antigo com o português. Alguns verbetes realizam um percurso explicativo da significação, partindo do tupi antigo, passando pelo ajuste com os termos portugueses e chegando a uma inserção na língua:

PETECA, encontramos esta expressão em algumas frases, no sentido de bater. *Çoba-peteca*, bater no rosto, esbofetear, *pana peteca*, lavar roupa, mas lavar batendo e não somente esfregando. Daqui vem chamar-se peteca a espécie de *volante* ou *supapo* feito de folhas de milho, que as criança lançam ao ar com a palma da mão. Daqui, por fim, se originou a frase, hoje vulgar, fazer peteca de alguém

Percebe-se que há a demarcação de pontos de passagem entre estados de língua, através de expressões como "daqui vem", "daqui se originou", que relacionam pontos de origem e pontos de chegada. O primeiro estado no exemplo acima traz uma tradução, com sinonímia e explicação do uso em uma língua originária ("*Çoba-peteca*, bater no rosto, esbofetear, *pana peteca*, lavar roupa, mas lavar batendo e não somente esfregando"). O segundo mostra uma nomeação, pode-se dizer um neologismo, explicada em relação a termos do português: a determinação do nome *peteca* se realiza por uma relação de paráfrase ("peteca"/"espécie de *volante* ou *supapo* feito de folhas de milho, que as crianças lançam ao ar com a mão"). O terceiro estado, caracterizado como "vulgar", aponta uma frase ("fazer peteca de alguém") que engloba as significações anteriores em um tempo atual.

Os comentários etimológicos se concentram, como se nota, em regiões temporais específicas. Ora se discute a significação antiga, ora a atual e ora a passagem entre elas. Na entrada *póra*, por exemplo, apresenta-se em quatro páginas uma reflexão sobre a semelhança e a diferença de sentido entre os termos *póra* e *guara*. De início, objetiva-se o contexto indígena ("*Ipáke póra*, habitador do céu. *Yby' póra*, habitador da terra". *Goára* ou *guára*, deixamos atrás com a mesma significação e todavia não é possível confundir-los"), questionando-se as significações conforme o "modo de pensar dos índios". Busca-se aí delimitar os sentidos "latos" ou "próprios" e suas diferenciações. Em seguida, a diferença é explicada em outra conjuntura: "Depois da colonização portuguesa a palavra <guara> sofreu nova modificação (...) Parauára significa o que habita o Pará, designação com que os paraenses, ainda há pouco tempo, tão injustamente ofendiam". Por fim, mencionam-se as formas de chegada no português: "de que fizemos o vocábulo *catapora*", "de que fizemos o vocábulo *capivara*, indica este quadrúpede tem o costume de viver entre o capim". Não vamos nos estender na longa explanação de Dias. Queremos registrar apenas que esses comentários, cada vez mais alongados, exemplificados e explicados com argumentos lingüísticos, históricos, antropológicos e etnográficos estabelecem um campo de estudos etimológicos, realizando a passagem tupi-português. Posteriormente, os defensores da diferenciação entre o português do Brasil e o português de Portugal se sustentarão sobre estudos como esses.

Com relação aos termos provenientes do português, os comentários são escassos. Mesmo assim, efetua-se uma distinção entre o termo "próprio", indígena, e o termo originário do português: "PANERA do português - panela, com o mesmo significado. O termo próprio é *camboey*". Com efeito, a passagem português-língua geral é vista com reticências e é pouco trabalhada. Os comentários restringem-se à indicação circunstancial da origem portuguesa de alguns termos.

Outro ponto a se ressaltar no Dicionário de Dias é a elaboração da sinonímia. Os dicionários dos missionários não elencavam muitos sinônimos. Antes disso, explicavam a significação por paráfrases frasais e comentários. Já o *DLT* apresenta várias entradas onde se estendem os termos sinonímicos:

PIRÉRA, casca, pele, escama.

PITÉR, beijar, chupar, sorver, embeber o líquido. *Pitéra rupi*, pelo meio.

POTÁBA, dádiva, presente, mimo, oferta, parte, quinhão, ração. *Tupana potába*, dizimo, esmola. *Tupana potába ojururé*, pedir esmola. *Aba-etá okena tupi tupana potaba ojururé*, pedir de porta em porta. *Pindá potába*, isca do anzol. *Tatá potába*, isca de ferir fogo.

Isso mostra a importância da equivalência entre palavras, antes do que entre situações de enunciação. O português se firma com a acumulação dos sinônimos. Os sentidos vão se estabilizando e deixa-se de marcar os equívocos de situações de uso. Igualmente, com relação aos termos gramaticais, os comentários não são referidos ao modo de enunciação. Geralmente tomados da gramática de Figueira, eles aparecem confirmando resumidamente a significação:

PUPÊ, na, a, em. *Xeroça pupêl, em minha casa*. Vê-se deste exemplo que *pupê* é uma posposição de lugar onde.

PYRA, característico dos participios passivos, quando o verbo ativo acaba em vogal ou ditongo sem til. *Y-juca pyra* - a coisa morta, e também o que é, ou era morto.

PYRÁMA, nota do supino passivo. *Y-juca-pyrama*, para se matar, coisa que há de ser morta e que é digna de ser morta.³⁰

Queremos ressaltar, por fim, a emergência de enunciados definidores no *DLT*. Estes já apareciam de certo modo em relatos de viajantes, mas não nos dicionários jesuítas. Em Dias, eles se filiam à prática dos viajantes, com a descrição geográfica e econômica. Emergem, entretanto, de forma sintetizada em enunciados definidores, como vimos mais acima com os verbetes *paci* e *pajurá* e como neste exemplo abaixo:

PARACUTACA, árvore do Alto Amazonas, de que se sustentam as tartarugas. Da madeira fazem os índios os seus remos, e também algumas canoinhas, mas são de pouca duração. Nasce pelas margens dos rios com as raízes debaixo d'água.

³⁰ O exemplo deste verbete é o que Dias utilizou no título do poema *I-juca-pirama*. Os exemplos com o verbo *matar* nos estudos do tupi são bastante utilizados desde a gramática de Anchieta, chegando até os dicionários. Eles explicitam as relações de guerra que rondavam as situações de contato, relações que Dias retomou de modo romantizado no poema.

A formulação inicial deste verbete privilegia o ponto de vista naturalista. A que serviria ao leitor saber que tal árvore sustenta as tartarugas? Talvez ao estudioso da natureza. Vimos que nos viajantes anteriores o que sobretudo estava em jogo era a utilidade para os homens, para os comerciantes, para os reinos, para os conquistadores e colonos. Agora a natureza já apresenta uma certa autonomia e a utilidade para os homens se destaca do enunciado definidor e passa aos comentários ("Da madeira fazem os índios os seus remos (...)"). Deste modo, nota-se no *DLT* uma mescla de definições, umas ressaltando o aspecto natural ("certo peixe, de que se contam as três espécies *tinga, piranga, pinima*.", "árvore do Alto Amazonas, de que se sustentam as tartarugas"), outras o aspecto sócio-econômico ou etnográfico ("árvore, cujos fructos os índios e brancos comem"). De um lado a influência dos viajantes, do outro a dos naturalistas, duplo discurso que vem determinar a posição do lexicógrafo, configurando uma região de atualidade em oposição à narrativa histórica que coloca o tupi como origem perdida.

6. A *Chrestomathia* de Ferreira França

Publicada um ano após o *DLT*, de Gonçalves Dias, e pelos mesmos editores, em Leipzig, a *Chrestomathia na Lingua Brasilica*, de Ernesto Ferreira França (1859), pode ser considerada a contraparte português-tupi daquele dicionário. Ela foi elaborada com o mesmo intuito de apresentar a língua dos antepassados indígenas brasileiros e segue uma orientação bem próxima dos estudos comparatistas. França julga necessário elaborar uma "classificação dos nossos idiomas indígenas", através de critérios comparatistas. Como enfatiza o próprio autor, importava menos conhecer uma língua do que analisar a relação histórica entre elas:

"O estudo das línguas americanas é matéria de não diminuto interesse, menos na realidade em relação a elas próprias, por quanto importa pouco o conhecimento abstrato de uma, ou outra língua mais; do que na razão da sua importância como subsídio momentoso da ciência da história, cujo vulto se torna de dia em dia mais conspícuo na enciclopédia dos conhecimentos humanos, ao mesmo tempo que a sua influência na apreciação teórica e prática dos acontecimentos políticos cresce na mesma proporção, e se faz sentir cada vez mais vivamente sob o influxo da direção que tem imprimido aos estudos históricos e em geral à pesquisa do espírito humano, a filosofia moderna" (França 1859:IX).

A *Chrestomathia* resulta de uma compilação centrada em dois vocabulários: o *VLB* e o *Tesoro de la Lengua Guarani*, de Montoya. São colocadas em relação duas línguas próximas, o tupi e o guarani, de modo a explicitar o parentesco entre elas. Realiza-se, assim, um movimento de generalização que reúne a tradição portuguesa e a espanhola:

"Tive para a confecção deste mesmo opúsculo de me socorrer de fontes, cujos textos importavam o conhecimento de duas línguas até certo ponto diversas, sim; mas cuja afinidade é tal, que o leitor culto pode indiferentemente servir-se de uma e de outra: digo as línguas portuguesa e espanhola (...)

Foi-me a parte portuguesa ministrada por um manuscrito existente no Museu Britânico, cuja restituição procurei fosse tão exata quanto me era possível, e que na realidade havia mister de um a outro cabo, de minuciosa restauração.

A outra parte é extraída da excelente obra de Montoya - *Tesoro de la Lengua Guarani*, - à qual devo igualmente a - Introdução, - o texto mais frisante que sobre o gênio e indole da língua de que trato, tem até agora chegado ao meu conhecimento." (idem: X).

Ultrapassando o domínio do nacional, França coloca o problema das fronteiras lingüísticas em termos de parentesco das línguas do mundo. Como vemos, enquanto Dias se detém no tupi, o autor da *Chrestomathia* delimita uma unidade para o tupi-guarani. Além de elementos do *VLB* e de Montoya, são introduzidos também trechos de um catecismo e da gramática de Luís Figueira. Observemos algumas entradas da *Chrestomathia* em cotejo com o *VLB*:

CHRESTOMATHIA	VLB
PACIÊNCIA - toçanga, não se usa.	Paciência. - Toçanga.
PADAR - id. paladar, aleopiaia.	Padar, ou o céu da boca. - Aceõpigãya.
PADECER - aiporará.	Padecer, ou sofrer dor, etc. - Aiporará.
PADECER PENA INTERIOR POR ALGUMA COUSA - angekoáib.	act., o qual algumas vezes se toma por gozar, que é o contrário e isto em cousa de grande gosto comumte..
PADRASO DO VARÃO E DA FÊMEA - syména ou marido de minha mãe.	Padrasto. - Cigmena.
PADRE - pai, a qual palavra prop. significa pai, na língua perfeita tupinambá; e, por isso, Padre se devia dizer <i>Pai abaré</i> ; e assim o mostra o Cat. em vários lugares.	Padre por ordens, ou hábito. - Abarê. Paje.
	Padrinho da pia. - Tuba, l Morerocaruera.

<p>PADRINHO DA PIA. DE PAIS PARA PAIS - <i>atuasába</i>; de padrinho para afilhado diz o varão <i>che rayra angába</i>; e a madrinha diz <i>che menhýra angába</i>.</p> <p>PAGA - <i>purepý</i>, vg. <i>che purepý</i>, <i>nde purepý</i>, <i>sepy</i>, 3a. pes.</p> <p>PAGAR - <i>asepyméeng</i>.</p> <p>PAI - <i>túba</i>, vulg. <i>paia</i>.</p> <p>PALAVRA - <i>ñeénga</i></p>	<p>Paga ou troco de alguma cousa. - Cepig.</p> <p>Pagar o comprado, ou como quer. - Aimoepig. Acepigmeeng. act.</p> <p>Pay - Tuba.</p> <p>Palavra - Nheenga.</p>
---	--

Algumas entradas do *VLB* são retomadas e abreviadas, com algumas alterações na grafia e na estruturação do verbete. Atentemos para alguns comentários introduzidos por França. Em *paciência*, depois de fornecer o termo equivalente em tupi, tal como no *VLB*, o autor observa que tal expressão "não se usa". Isso indica que a língua descrita por vezes corresponde somente ao tupi antigo. Aqui, novamente, o tupi é visto como uma língua originária: a "língua perfeita tupinambá", como aparece no verbete *padre*, onde ela é atestada com a citação de um dos catecismos da época colonial. Também a gramática de Figueira é mencionada como uma das fontes de conhecimento da "boa linguagem": "Plantador, *tymbara*; o lugar aonde se planta, *tymbaba*: consulte-se a gramática; a mesma porém não é ela própria só por si suficientemente clara para que se aprenda a boa linguagem". E no verbete *pai* dispõe-se o termo antigo (*tuba*), coincidente com o do *VLB*, ao lado do termo "vulgar" (*paia*).

A *Chrestomathia*, portanto, é mais uma das compilações realizadas com o objetivo de atribuir um purismo ao tupi antigo, língua romanticamente exaltada em detrimento da diversidade concreta, estendendo ainda mais essa identidade até o guarani.

7. Martius (*Glossaria Linguarum Brasiliensium*)

Karl von Martius, naturalista, botânico, etnólogo, envolveu-se também com a produção de vocabulários de línguas indígenas. Durante as expedições científicas que realizou pelo Brasil, o estudioso alemão reuniu, ao lado do material naturalista, grande número de vocábulos de diversas línguas indígenas. Foi assim que pôde, em seguida, elaborar um conjunto de vocabulários que publicou com o título de *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Deste modo, ao lado dos estudos etnográficos sobre os índios brasileiros, *Ethnographie Amerika's zumal Brasiliens*, saía em Leipzig no mesmo ano de 1867 o seu *Glossaria*. Esta obra é de grande importância na história do saber lexicográfico no Brasil. Ela consolida o ponto de vista naturalista que toma como objeto as línguas. Vimos anteriormente (Cap. II) a emergência de um discurso sobre a natureza em relatos de viajantes. Em Marcgraf, o interesse pela natureza se concentra na descrição da flora e fauna. Mas, além de proporcionar a formação de uma nomenclatura

em língua indígena e a formulação de enunciados descritivos, o holandês demonstra interesse pelas línguas indígenas, publicando em anexo à sua obra um dos vocabulários jesuítas. O que em Marcgraf ainda era um desejo que ficava na curiosidade, toma em Martius uma dimensão prática efetiva. Parte da sistematicidade e metodologia que as ciências naturais desenvolveram passam através desse autor a ter como objeto a diversidade lingüística brasileira.

Lembremos que, antes de Martius, outros estudiosos já haviam introduzido o olhar naturalista. Orlandi, analisando textos de Francisco de Lacerda e Almeida, Saint Hilaire e Neuwied, mostra a emergência, no Brasil, no final do século XVIII e primeira metade do XIX, de um discurso disciplinar das ciências naturais, com base na pesquisa de campo e nas classificações, e com ele, de uma visão naturalista da língua. Dirigindo suas observações para o vocabulário, os naturalistas trabalham com a concepção segundo a qual "a língua são palavras", e põem-se a listá-las e compará-las, pensando unidade e variedade como patrimônio do mundo (cf. Orlandi 1994).

O impacto dos trabalhos de Martius sobre os estudiosos brasileiros, em continuação a essa tradição, não foi pequeno. Ele se sentiu primeiramente no modo de conceber a metodologia de trabalho, com a introdução da disciplina naturalista: ordenadora, comparatista, classificatória. Depois, através dos efeitos na política lingüística, com a hierarquia estabelecida entre as línguas "primitivas" e as "civilizadas", sendo que as primeiras foram julgadas fadadas ao extermínio.

Em Dias e França o que importava mais era a história do povo brasileiro, vista romanticamente através da ligação originária com o tupi. Este interessava enquanto monumento simbólico na história da nação. Com isso, retinha-se em grande medida a distinção tupi-tapuaia da época colonial. Bem, é justamente tal distinção que Martius vai colocar em cheque. Para o naturalista, a categoria de *tapuia* não tinha razão de ser para uma classificação dos povos indígenas brasileiros. Ela reduzia excessivamente o leque da diversidade concreta. De acordo com Câmara Júnior, Martius "teve o grande merecimento de depreender o grupo Jê, que era antes confundido naquele heterogêneo *melting-pot* do chamado grupo Tapuia. Martius é que mostrou primeiro, de maneira lúcida, que a denominação de *Tapuia* não tinha sentido numa classificação científica dos índios e línguas. É certo que cometeu o erro (compreensível num pioneiro) de destacar do grupo Jê outro Kren, ou Gerên, que no fundo é sempre Jê. É que partiu dos nomes tribais, alguns dos quais terminam em *-yé* (donde pelo destaque da partícula o nome tradicional Jê) enquanto outros terminam em *kren*. Martius deduziu que isso significava uma diferenciação étnica, quando tal não é o caso; trata-se de uma simples seleção de sufixos gentilícios, onde *-kren* é provavelmente o mesmo termo para 'cabeça' que aparece em todas as línguas Jê. Outra sua ilusão foi a das tribos 'Guck' ou 'Coco', em que reuniu

as mais variadas tribos não-tupi (umas Jê, outras Karib, outras Aruák, por exemplo, grupos estes dois últimos que Martius ignorou)" (Câmara Júnior 1979: 118).

Pode-se notar, portanto, uma variação no modo de lidar com a alteridade lingüística. De um lado, os nacionalistas românticos, que reivindicam uma história das línguas com base no tupi e na influência deste no português, e de outro os naturalistas e etnógrafos que vão mais adiante em direção à diversidade concreta, fazendo eclodir as diferenças no eixo da sincronia. O desejo de classificar e ordenar as línguas é mais forte do que a fixação de uma identidade nacional. Martius critica de modo um tanto irônico nos estudiosos brasileiros, incluindo-se aí Dias e França, o fato de se considerar o tupi como uma língua "perfeita". Não suporta os adjetivos "delicada", "fácil", "suave", "copiosa", "elegante" atribuídos a ele. O tupi ou a língua geral só são úteis para a catequese e civilização dos índios; o naturalista está longe de participar dos movimentos literários e de louvor à língua dos antigos habitantes do Brasil, como o faz Gonçalves Dias. O tupi é uma língua como outra qualquer. Sua importância vem de ela se tornar um "nome comum" englobando vários elementos dentro da estrutura classificatória das línguas indígenas americanas: o ramo tupi.

Assim, os vocabulários visam verificar a afinidade entre as línguas indígenas americanas. Eles resultam de coletas *in loco* e de leituras e compilações de textos de viajantes e missionários:

"A coleção de glossários aqui oferecidos, em grande parte consiste de palavras, que eu e o meu defunto companheiro de viagem, o Doutor Spix, notamos por escrito da boca dos índios; outros tenho extraído de diversos livros e manuscritos para facilitar a comparação das linguagens entre si. A mira principal, que tínhamos em vista durante a nossa viagem era etnográfica, julgando, que pela confrontação de materiais multiplicados se poderia formar um juízo sobre a afinidade de certas tribos, pois entre os muitos problemas, que a população primitiva da América oferece à Antropologia e Etnografia, um dos mais pesados é a inumerável multidão de idiomas e dialetos, e a redução deles a certas linguagens principais e fundamentais" (Martius 1867).

Martius divide no *Glossaria* os vocabulários de acordo com a afinidade lingüística. Primeiramente, fornece os do tupi e/ou da língua geral (*Dialectus Vulgaris ou lingua geral Brasilica*). Inclui nesse conjunto, além de um vocabulário tupi (*Dialetus vulgaris - Pará*) e de uma versão do *DPB* com tradução para o alemão (*Dicionário da língua geral português-alemão*), mais sete vocabulários das línguas apiacá, cayowá, Bororô, omágua, araquajú, mundrucû, mura. Há ainda o *Dicionário de Verbos: português tupi-austral e alemão*. Uma outra divisão abrange línguas e dialetos "de diversas regiões do Brasil".

Estão incluídos nesse grupo 76 pequenos vocabulários nomeados por gentílicos. Entre outros estão presentes: guaicurus, caiapós, cherentes, acroá mirim, terena, patachó, botocudo, tucano. Trata-se da terceira parte a que se refere Câmara Júnior, importante por dar visibilidade ao grupo jê. Seguem vocabulários de línguas e dialetos "do Brasil setentrional": kechua, yaguas, oregones, panos, cocamas, pebas, iquitos, zapara, aruac. Depois um *Vocabulário comparado da Guiana Britânica* e um *Dicionário Galibi* de uma coletânea francesa. Por fim, a parte ligada ao naturalismo: vocabulários de nomes de plantas, animais e lugares em tupi.

Para termos uma idéia da visibilidade que Martius confere às línguas indígenas, observemos alguns dos vocabulários, sempre nos limitando à letra P. Começemos pelo grupo que contém um vocabulário tupi e os de mais sete línguas afins, das quais mostraremos apenas duas, apiacás e cayowás:

DIALECTUS VULGARIS OU LÍNGUA GERAL BRASÍLICA	
pagus - tâba.pinguis - ickiéra.	pingo, ere - jacoatiára.
palma manus - popitera. panis - meapê.	piscis - pyra.
a parte antica - sobaixára.	piscari - pyra - ityc.
a parte ima - úrpe.	plejades - cejuçû.
a parte postica - sacaquéra.	pluma - urupépú, guira-pepú.
patella - serenepüá.	pluit - amana - okyr.
pater - paia.	pluvia - amana.
patera cucurbitina - cujã.	poples - jenepyám.
patruelis - mû.	profundus, a, um - tapy.
paucus, a, um - miraira.	propinque - çobakí.
pecter - kybába.	puella - cunhá-tem.
pectus, oris - putiá, potiá.	puer - curumim, columí.
pellis - pírrera	pulcher a, um - poranga.
percutere, ferire - motáca.	pulmo - pya-bubui
pes, edis - py. çeipii.	pulvis ignifer - moca (motac) çuî.

APIACÁS	CAYOWÁS
pagus - oga.	pagus - io-igue.
pectus - ai-joura.	pellis - iboolay.
pellis - matepi.	percutere, verberare - ipochien.
percutere, verberare - adiwana.	pro me (da mihi) - emeguto.
pes - arpia.	piscis - pira.

<p>piger, ra rum - ipara - élití. piscari - etoutamonbay. piscis - pira. plarare - adja-o plumae - aca-i-tara pluvia - amana prata - guoa pulcher, a, um - ijova.</p>	<p>plorare - idiai-o. pluvia - ok-eu. prata - gno-assu.</p>
--	--

A língua de origem é o latim, língua empregada nas ciências naturais. Estes vocabulários, que dão forma ao grupo tupi, permitem uma comparação com base na unidade da palavra. Já vimos anteriormente que a noção de palavra nas línguas indígenas não é tão evidente. Aqui a relação termo a termo aparece como se esse problema não existisse. Além disso, não há sistematicidade na seleção das palavras de um glossário a outro. De qualquer modo, o arranjo empírico fornece condições para uma classificação das línguas.

O *Dicionário da Língua Geral*, abaixo, corresponde ao *Dicionário português-Brasílico* publicado em 1795, com pequenas alterações e tradução para o alemão:

DICIONÁRIO DA LÍNGUA GERAL BRASÍLICA PORTUGUÊS- ALEMÃO	DICIONÁRIO PORTUGUÊS- BRASÍLIANO (DPB)
<p>pabé (propos.) - junto, com, neben, mit (Personen). pabóca - partir do porto, aus dem Hafen auslaufen.. pác - despertar; despertar do sono por si, aufwecken, von selbst aufwachen.. paé - diz, er sagt, nämlich. pagé - feiticeiro, Zauberer, Beschwörer, Arzt. - remimonháng ayba moropiára - feitiços, Zauberei. pána (port.) - pano, Tuch. - amanejú çuí goara - pano de algodão, Baumwollen-Zeug. - áyba - rodilha, trapo, Wischlappen, Lumpen. - çobaigoára - pano de linho, Leinen-Zeug. - monhangába - tear, weben. - monhangára - tecelão, tecedeira, Weber, Weberin.</p>	<p>Partir de perto - Pabóca. Despertar alguém do sono por si - Pác Diz - Paê, ex. ereçô ípyr paê Feiticeiro - Pajê. Feitiços - Pajê remimonhangayba morojuára. Pano de algodão - Amanejú çuigoára. Rodilha, trapo - Pána ayba. Pano de linho - Pána çobaigoára. Tecelão - Pána monhangára.</p>

<p>- pacoára - peça ou rolo de pano, ein Stück oder Rolle Zeug.</p> <p>pano pecangoéra - retalho de pano, Abschmitt vom Zeug.</p> <p>pána peteca - lavar roupa, Wäsche waschen.</p> <p>- poaçú - pano grosso, grobes Tuch.</p> <p>- poi - pano fino, feines Tuch.</p> <p>- rangába - vara de medir, Elle.</p> <p>panacú - carro, Wagen (korb).</p>	<p>Peça de pano - Pána pacoára.</p> <p>Retalho de pano - Pána piçangoéra.</p> <p>Lavadeira - Pána peteca.</p> <p>Pano grosso - Pána poaçû.</p> <p>Pano fino - Pána poi.</p> <p>Vara de medir - Pána rangába.</p> <p>Carro - Panacû.</p>
---	--

Martius vê como leitores virtuais, além dos europeus, os alemães que habitam as regiões do sul do Brasil. Mais uma vez, o *DPB* é publicado com uma orientação diferente, desta vez no cotejo com diversos vocabulários de línguas ameríndias.

Outro modo de organizar o léxico vem pela nomenclatura de plantas. Nesse caso, o autor recupera vários textos de viajantes e naturalistas, desde Léry, passando por Marcgraf e Piso até o próprio Martius, para compor o vocabulário de nomes de plantas em tupi, associando as denominações indígenas às denominações científicas em latim:

NOMES DE PLANTAS EM LÍNGUA TUPI
Pacaratepu herba Amaz.
Pacóba, Pacova Not. do Braz. c. 50 Pacoeira (pacobeira port.) Léry ed. 1586. 156.
Musa.
Pacoba catinga arbor Amaz.?
Pacobussú (P. assú) Piso II. 154. Musa paradisiaca L.
Pacocaatinga Costus (=Pacova catinga?)
Paco-seroca Marcgr. 21. Alpinia Paco-Seroca Jacq.
Pacuan herba Amaz.
Paída (galibi, Surinam) Brosimum Aubletti Pöpp (piratinera Aubl.)
Pajahú, Paxaú, Pachaú (Bahia, Minas) Triplaris Pachaú Mart.

Vocabulários como estes serviram à elaboração de dicionários do português e de brasileirismos, com as apreciadas nomenclaturas naturalistas. Já a conformação abaixo possui a estrutura da descrição com base primeiramente numa ordenação interna das plantas (árvore, raiz, ramo, folha, flor, fruto) e depois em seus nomes próprios (Ananassa, Bambusa, Batatas edulis, Manihot utilissima, Manihot aypiditos), tudo traduzido em diversas línguas. Essa configuração ilustra bem o que Foucault chama o "caráter" do enunciado naturalista, a saber, "a estrutura escolhida para ser o lugar das

identidades e das diferenças pertinentes" (Foucault 1966: 152). Observemos como aparece um dos itens da estrutura, o item "árvore":

NOMES DE PLANTAS COM SINÔNIMOS
Arbor - Baum - Arvore
yba, iva, üba, üva, ova, - ymirá, ymyrá, umirá, ybira, gorá, moirá, mora, bura, vura, mura, myra, mara, ura, urâova, uru, guará: tupi. In Zusammensetzungen wird yba besonders zur Bezeichnung der Pflanzten - Arten angewendet, ymirá und seine abgewandelten Formen insbesondere mit Beziehung auf das Holz; oba in Beziehung auf die insbesondere mit Beziehung auf die Frucht Vgl 409 Nota.
Üüehla: Omagua
ymyra: Araquajú.
iwira: Oyambí.
pangib: Mundrucú.
ti: Bororó.
moirá: Mura.
ticoti: Guanás
weeg-pai: Guachis.
wede: chavantes

Há 78 indicações de línguas na formação desse enunciado lexical. A taxinomia naturalista, além de construir a coincidência entre palavra e coisa, traça uma dispersão, uma espacialização, das línguas em torno da estrutura da natureza. Quadros, tabelas e listas tornam visíveis a diversidade lingüística, de maneira que o léxico, padrão de comparação e instrumento de ordenamento, não toma seu valor em apenas uma língua mas na relação com as línguas do mundo, que são como estoques de denominações dos elementos naturais.

A ânsia de classificação, se leva por um lado ao reconhecimento de diversas línguas e de grupos lingüísticos, esbarra por outro lado em situações que são julgadas inclassificáveis. A idéia de que a um povo ou nação corresponde uma língua - e daí sua "propriedade", o que a faz classificável - leva o naturalista a repudiar qualquer mistura de línguas:

"Para o comércio de troca ali estabelecido de passagem, muitas vezes só por sinais, não vale a pena ensinar aos índios nem o português, nem a língua geral, e até daria isto ocasião de se confundirem mais e mais os idiomas pela reunião de gente de tão diversa origem e linguagem. Um exemplo mui saliente deste fenômeno oferecem as ordas da nação Gês nas margens do Rio Tocantins, as quais, a alguns decênios, entrando em tráfico com os Brancos, já não usam um só puro dos dialetos da sua própria linguagem, antes sim falam uma geringonça corrompida, profundamente misturada de elementos muito diversos e sem regra alguma. Maior corrupção ainda

observa-se entre os difamados Canoeiros em Goiás, os Muras e outras hordas sem domicílio certo e errantes. Estas não são descendentes de uma só nação, mas uma mistura de diversos índios, com mulatos, cabras, negros e brancos, que foram banidos da comunidade dos Cristãos, desertores da lei e civilização. Estas sociedades ferozes, recrutando-se da escória da humanidade, vivendo sem matrimônio, sem lei e sem pejo algum, do roubo, da pilhagem e do homicídio, flagelo da população pacífica limítrofe aos seus esconderijos, tem formado uma gíria de ladrões, volúvel e sem fundamento gramatical, o que simboliza seu estado moral depravado. Não há dúvida, que estes inimigos da ordem já se vêem apertados pela expansão do domínio da lei, e em tempo não muito remoto hão de desaparecer, mas mesmo com a extinção deles os sertões hão de nutrir, como na América do Norte, uma barbária poliglota, e a qual o amigo filantropo do Brasil se sentirá instigado de traduzir nos domínios abençoados da civilização" (Martius 1867: prefácio).

A indignação de Martius e sua aversão pela alteridade lingüística, como se vê, resultam de um desejo de "pureza" das línguas. Diante dessa idealização, e em oposição a ela, o autor enumera uma série de rótulos pejorativos para certos estados das línguas: "geringonça corrompida", "gíria de ladrões", "barbária poliglota", para não ir além com a denominação dos povos. Renova-se deste modo aquele mesmo ponto de vista com relação aos "*tapuias*", contra o qual o próprio Martius aparentemente se opusera: o lugar da mistura e confusão de línguas, o sinal da barbárie. É um problema de ética lingüística que não deve ser menosprezado, pois atitudes como estas surtiram efeitos desastrosos para as nações indígenas, como se sabe. Convém examinar os fundamentos teóricos que sustentam tal posição.

Enquanto Martius realiza a classificação das línguas indígenas, elaborando vocabulários e tábuas comparativas, nada parece indicar o valor individual de uma língua: ainda estamos na diferença pela diferença, as línguas se estruturam em famílias e espécies e isso é tudo. A questão do valor desponta quando aparece a tipologia que distingue as línguas aglutinantes das flexionais, de modo que as segundas ganham valor maior que as primeiras:

"Sabe-se que as linguagens americanas em geral e assim também as da América meridional, tem o caráter polysynthetico, ou são linguagens d'aglutinação. As palavras radicais destes idiomas, muitas vezes mono ou dissilábicas, combinam-se para exprimir neste conexo um senso mais ou menos complicado. Faltam a estes idiomas aquelas flexões que reproduzem no espírito do ouvinte com facilidade a clareza do pensamento na sua sutileza e ordem lógica. Em lugar destas flexões

usam de certas partículas, que devem representar as categorias gramaticais e sintáticas (o que podem só imperfeitamente, e por este defeito aquelas linguagens não são suscetíveis daquela beleza e agudeza verídica, que admiramos nas das nações mais civilizadas. Se nestas línguas desenvolvidas as palavras, capazes de flexões graduadas, surgem quase do espírito como resultado de um processo orgânico ou de um incremento espontâneo, e se elas na sua combinação para uma fala deixam entrever as leis do pensamento, nada disso apresentam as línguas de aglutinação, que antes parecem-se na sua escassez infantil com uma conglomeração de concepções obtusas e ligeiramente combinadas" (idem: prefácio).

A atribuição de valor à língua é também uma apreciação do pensamento e do homem, através da lógica e da cultura, associados na noção de "espírito". As qualidades de facilidade, ordenamento e clareza, que o Iluminismo tanto ansiava ver nas línguas, são retomadas para se estabelecer as preferências tipológicas, indicando um estado superior das línguas, num desenvolvimento que parte de um estado inferior, "infantil", onde reina a confusão. Formam-se então *hierarquias* de valores. Segundo Aurox, o que se torna um problema não é a definição de tipologias, mas sua projeção em uma escala hierárquica:

"On peut toujours discuter d'une typologie, c'est-à-dire de son adéquation aux phénomènes décrits. Ce n'est pas cela qui fait problème, c'est la projection d'une typologie sur une échelle hiérarchique. Les linguistes romantiques allemands (par exemple, les frères Schlegel) remarquaient déjà le privilège des grandes langues culturelles de l'Occident, toutes flexionnelles, et valorisaient une filiation mythique *sanskrit* → *grec* → *allemand*. Mais le véritable principe hiérarchique surgit lorsque l'on projette la typologie sur l'axe temporel d'une évolution, c'est-à-dire d'un *développement unilinéaire*. Cette conception se fait jour dès les débuts de la typologie, mais elle devient dans la seconde moitié du XIXe siècle une construction intellectuelle cohérente, organisée sur le modèle de la théorie biologique de l'évolution (Schleicher). Les langues isolantes sont celles des débuts primitifs de l'humanité, pauvres en science et en culture; les langues agglutinantes manifestent un progrès, mais seules les langues flexionnelles sont aptes à permettre et exprimer le développement d'une pensée raffinée. Par conséquent, dans la lutte des langues entre elles, il est inéluctable que 'les langues inférieures' disparaissent, c'est même un bien pour le progrès de l'humanité" (Aurox 1996: 337).

Em Martius, a ciência é bem mais importante do que os povos. A alteridade é reconhecida mas desprezada em nome da "ciência do espírito". Um romantismo ainda mais ambicioso que aquele do nacionalismo de Gonçalves Dias, pois concerne toda a humanidade e vai mais adiante na depreciação das línguas "primitivas". E se continuamos com a visão do naturalista, percebemos que, mais do que as línguas, o que está em jogo é um ideal de sociedade, com os valores de "ordem", "trabalho", "obediência". Ao comentar sobre os diversos tipos indígenas que o acompanharam em suas viagens de barco pelo Amazonas, Martius nota diferenças no modo de eles remarem: uns são trabalhadores, remam incansavelmente, são obedientes; outros estão insatisfeitos, têm preguiça no remar, são revoltosos. Nos falantes de línguas gerais, que têm contato com os "civilizados", ele vê um povo valoroso: "Enquanto todos falavam a língua geral, o gozo, o contentamento e o trabalho reinavam entre eles". Nos outros, um risco para a "sociedade": "Mas, se por acaso nesta confraternidade entravam alguns índios do mato, logo se escurecia o elemento límpido de nossa sociedade".

Além de influenciar estudiosos brasileiros, como já dissemos, os trabalhos de Martius tiveram grande repercussão no exterior, reafirmando a tradição alemã, que, desde Hans Staden, abriu caminho para um olhar sobre as línguas brasileiras, tradição que terá seqüência mais tarde com Karl von den Steinen, Curt Nimuendaju e outros. Salientemos, a propósito, as publicações que se seguem na Alemanha através de Júlio Platzmann, entre as quais está o *O dicionário anônimo da língua geral do Brasil*, em 1896, que é uma reedição do *Dicionário Português-Brasileiro* (1795), além das reedições das gramáticas de Montoya (1898) e de Figueira (1899). Conta o biógrafo de Martius, Frederico Sommer (1953), que o artista plástico Júlio Platzmann, durante sua estadia no Brasil de 1858 a 1864, recebera de Martius um exemplar do *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, e que a partir desse contato lhe surgiu o interesse pelos idiomas indígenas americanos. Como temos visto, tal interesse vai bem além do que uma mera curiosidade.

8. Desdobramentos nos estudos de línguas indígenas

Na segunda metade do século XIX, que corresponde à fase final do Império e passagem à República, alguns fatores indicam alterações nos domínios da lexicografia. Vemos tais mudanças como um avanço de práticas que se desviam do interesse histórico, tal como este vinha predominando nas instituições imperiais, e caminham em direção a uma multiplicidade de saberes especializados. A História do Brasil desejada pelo Império já estava relativamente bem consolidada com a publicação da obra de Varnhagen (1854) e com todo o trabalho documental e editorial que se realizara. O nacionalismo romântico já havia fixado um passado mítico para o brasileiro, com base no indigenismo, atestado

na lexicografia pelos dicionários bilingües. O luto pelo tupi antigo, língua morta dos antepassados brasileiros, ia se desvanecendo e o sentimento de nacionalidade passava por uma transferência simbólica que ia do índio puro ao mestiço, do "homem primitivo" ao "homem americano" e da língua indígena ao português transformado, misturado, enriquecido. Nota-se que a preocupação com a diversidade concreta, em sua atualidade e em suas diversas formas de manifestação, cresce com a intensificação dos estudos setorializados: ciências naturais, etnografia, antropologia, estudos lingüísticos, literatura, que se desprendem do objetivo maior de uma grande história e se fragmentam produzindo vários pontos de deriva. Vamos indicar alguns desses pontos, a partir dos quais também se podem observar os deslocamentos na vinculação entre língua e nação.

De início, é preciso considerar a multiplicação das instituições concernidas com as práticas languageiras. Além dos institutos históricos, dos museus e bibliotecas, fazem-se sentir mais fortemente os efeitos dos jornais e revistas, das editoras, dos círculos literários, das escolas, das manifestações artísticas, além dos grupos com aspirações políticas anti-monarquistas. Para o que nos importa no momento, vamos nos ater a alguns estudos de línguas indígenas que começam a se desvencilhar dos estudos do português e das questões nacionalistas. De que maneira ocorre essa separação entre o português e as línguas indígenas diante da multiplicidade cultural que se avoluma e como se estabelecem as fronteiras entre tais domínios?

Essa clivagem corresponde igualmente à disjunção entre os dicionários bilingües (português-línguas indígenas) e os monolíngües (português). Os estudos do português como língua nacional se ancoram na produção dos monolíngües, sejam estes dicionários de "língua portuguesa" ou de "brasileirismos". Por outro lado, os estudos de línguas indígenas, e os dicionários bilingües daí resultantes, passam a ocupar um lugar mais à margem na cena lingüística estatal. Quando não voltados para a formação da língua nacional, esses estudos se isolam em especialidades científicas e em autores eruditos e humanistas. Por outro lado, propagam-se as abordagens sociológicas que vêm nas manifestações populares e no folclore um outro sentido de nacionalidade. É uma outra noção de "povo" que vai se conformando.

8.1. Estudos científicos

O primeiro conjunto de trabalhos que gostaríamos de ressaltar é aquele que engloba as ciências naturais, a etnografia e a antropologia e se caracteriza pela composição de vocabulários bilingües termo a termo. Além de Martius, outros estudiosos se dedicam ao estudo científico das línguas, envolvidos com as noções de "natureza", "homem" e "raça" e com as classificações ordenadoras e as comparações.

Com pretensões cosmopolitas, estes saberes se aprofundam na descrição e classificação das línguas indígenas vivas. Tomemos como exemplo a figura de Karl von den Steinen.

Este médico psiquiatra que se tornou etnólogo, alemão radicalizado brasileiro, realizou expedições pelo rio Xingu e descreveu tribos do Brasil Central. Segundo Câmara Júnior (1979: 120), devem-se a Steinen as primeiras observações lingüísticas sobre a língua bakairi, do grupo karib. No texto "Entre os aborígenes do Brasil Central", ao lado das observações antropológicas e etnográficas, marcadas pela introdução de dados numéricos, o autor reserva um espaço para o comentário sobre as línguas. Estando em jogo a classificação e as relações de parentesco, avalia-se a formação dos grupos e a dialeção:

"Língua. Posso ainda afirmar que a distinção de linguagem entre Parecis e Uaimarés é de natureza tão somente dialética.

Pai, P. *abá*, U. *bauá*; mãe, P. *amá*, U. *Mamá*; fogo, P. e U. *irigaté*; tio, P. *cucuré*, U. *cucú*; irmão, mais velho, P. e U. *azo*.

Meu vocabulário foi colhido, parte do chefe *Pareci* João Baptista, parte do *Uaimaré* Manuel Chico, e, conseqüentemente, se mesclam os termos.

A língua pertence à dos *Nu-Aruaks* com a característica do prefixo pronominal tipo *Nu* pertencente à primeira pessoa.

O parentesco do tesouro de palavras é sensivelmente maior do lado dos *Mehinacís* companheiros dos *Cabixis* do que da grande família *Nu-Aruak* dos *Moxos* da Bolívia, de que se acham separados pela superfície de origem do Guaporé Madeira.

Muito graciosa é a troca de pronúncia do *p* *Mehinacú* e do *h* *Pareci*, sendo também freqüente a do *t* e do *s*, em ambos os sentidos.

Peixe, Meh. *Cúpáti*, Par. *Cohasá*; coxa, Meh. *nuputi*, Par. *nuhise*; cará, Meh. *paca*, Par. *hacá*; ossos, Meh. *inapû*, Par. *enáhe*; casa, Meh. *pai*, Par. *hati*; tu, Meh. *ptisu*, Par. *hisó*; cuia, Meh., *ptisa*, Par. *hexicha*.

É digna de nota a correspondência entre a palavra machado *Jauáy* (Meh.) e machado de ferro *zauáti*, e sal-*echéu* (Meh) e *séwe* (Par.).

Por outro lado faltam as mais simples correspondências lexicais que se podiam esperar, tanto que não é possível pensar tenha havido em tempos mais remotos relações entre os grupos *Pareci* e *Mehinaku*" (Steinen 1939: 184).

A questão da língua nacional se restringe ao uso do português como metalíngua de tradução. As línguas descritas se afastam do grupo tupi, tomado pelos românticos como símbolo da nacionalidade. A geografia também é outra: não mais a costa, onde predominavam os tupis, mas a região central, que abriga diferentes povos, antes denominados tapuias. O léxico, visto como relação entre palavras, serve de apoio às

comparações, à classificação e ao mapeamento das línguas. Surgem configurações bilíngües ou plurilíngües na determinação das famílias e espécies lingüísticas. Essa produção de conhecimento, que se autoriza com o rótulo da cientificidade, mostra-se muitas vezes cega às políticas lingüísticas, assim como aos aspectos sociais implicados nas relações de contato. Se, por um lado, dá impulso ao levantamento de dados permitindo o cotejo das línguas, por outro, não revela cuidado maior com questões de história e ética lingüística, cujo escopo é localizado fora dos limites da cientificidade.

8.2. O léxico tupi-guarani: erudição e história

Enquanto alguns pesquisadores se envolvem com as línguas vivas do Amazonas e do Planalto Central, permanece ainda o interesse pelo tupi antigo e pelo tupi-guarani. Utilizando-se de arquivos, alguns estudiosos, que sustentam a reconstrução da família tupi-guarani, realizam um trabalho textual a partir do qual resultam produtos gramaticais e lexicográficos. Batista Caetano é um desses cultores do tupi antigo, mais especificamente do guarani, que se ocupou de traduções, trabalhos etimológicos, gramáticas e vocabulários. Sua obra traça um outro percurso para a produção lexicográfica, voltado para o entendimento de textos antigos. Não é mais o caso, como para os jesuítas, de aprender uma língua viva, nem de compreender, como os comparatistas evolucionistas, o funcionamento das línguas atuais pela história das antigas, mas de construir um espaço de interpretação para a produção escrita que se acumulou desde a época colonial. Segue que as reflexões gramaticais e os vocabulários se elaboram a partir dessa razão escrita, distinguindo-se tanto das gramáticas e vocabulários jesuítas, como das descrições das línguas vivas, incluindo-se as línguas gerais. É significativo a esse respeito o modo como esse autor procedeu com a tradução para o português, encomendada pelo IHGB, de um antigo manuscrito guarani. Fazendo acompanhar a tradução, Caetano achou necessário publicar um estudo gramatical, o *Esboço gramatical do Abañêê ou Língua Guarani*, e um volumoso vocabulário, o *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual do padre A. Ruiz de Montoya*. Assim, considerando insuficiente o *Tesouro* de Montoya e os vocabulários posteriores, o autor elaborou um especialmente voltado para a compreensão da tradução e que serviria também à leitura de textos antigos: "Em seguida à tradução, conforme o que concordamos, irá uma espécie de vocabulário das dicções que figuram no manuscrito. Era indispensável este vocabulário, porque o *Tesoro* pela sua forma não apresenta logo a dicção que se procura, e outros dicionários que sirvam não há; o tupi de Gonçalves Dias, um dos poucos que dão a dicção indígena primeiro e depois a tradução, de todo não serviria para quem quizesse traduzir este manuscrito." (Batista Caetano 1879: prefácio). O vocabulário publicado nos Anais da Biblioteca

Nacinal conta com seiscentas páginas, sendo que somente a letra P apresenta 1349 entradas e o total é de aproximadamente 11.400 entradas. É o mais extenso dicionário bilíngüe (tupi-guarani/português) com que nos deparamos. Vejamos as entradas iniciais da letra P:

VOCABULÁRIO DA CONQUISTA ESPIRITUAL

p seguido de a, e, i posp. interr. (22 e 110). A forma mais usada é *pa* em guarani, *pe* em tupi. Sempre pospostas à frase, contudo admitem pron. dem. em seguida: *paco*, *pico*, *panga*, etc. e pode-se interpretar em geral "que, como" *mbaê paco?* o que é isto? (coisa que é isto?) *mbaê pico?* o que é isto (que coisa é esta?) (vê *pa*, *pe*, *pi*).

pa suff. do ger. dos v. acabados em *b*, por ex: *hub* achar, *hupa* achando, *mondép* vestir, *mondépa* vestindo (48).

pa adv. interr. o *hó pa?* foi ele? *oré mboé pa ne?* ensinar-nos-hão? Se antecede voz nasal torna-se ma às vezes; o *guahê pa rae?* já chegaram?

pa adv. aff. sim, já, *pa oguahê* sim, chegou ou chegaram; *ndei pe áma range pa?* ainda não vos-levantais? *ro am ro ubo pã* já estamos nos-levantando.

pá v. intr. acabar; s. fim (vê *pab* adj. ou part. que em comp. vale por *apá* ou *opá* todo, de todo); *peico pá taba pe* estai vós todos na aldeia.

pã adj. onom. batido, tocado, espancado, sonante, soante; v. trans. bater, lavar; o *ñopã ibirá ahê* lavram madeira aqueles. Der. *mopã* = *ropã*: também *pan*. Na pág. 285 *ybirá ñopã*, *hae ao qiti hae y mbobibi quaapaba abe oyogua ychugui rano* de lavar madeira, e de cortar roupa e de cosê-la também a ciência receberam dele assim também. *paã* v. intr. engasgar-se, ficar expremido no meio entre, atolar-se, atorar-se (tomemos do esp. usado vulgarmente, mas que não vem nos dicc. com tal signif.); *a paã*, *re paã*, *o paã*, etc. *paãma* ger. e o part. corresp. ser engatado, intrometido, encaixado, engatado, ajustado dentro; deve ter derivação comum com *paũ*. Der. *mopaã*, *ropaã*, comp. *paândog*, etc. *Pay o hecháramo guendá paã hague* o padre em vendo que a sua cavalgada estava atolada.

pab v. intr. acabar, findar, terminar; chegar a cabo, a fim, a termo, ao completo; *a pab*, *re pab* o *pab*, etc. acabo, acabas, acaba, etc. Em comp. exprime "findo, completo, acabado, concluído, e daí *apá*, *opá*, tudo, todo.

Assim como os vocabulários dos jesuítas, este também está estreitamente relacionado com a reflexão gramatical. Quase todos os verbetes, com raras exceções, trazem a marca da categoria gramatical. Porém, enquanto os primeiros missionários tomavam o enunciado como unidade de entrada e a situação de enunciação a descrever no corpo do verbete, em Batista Caetano prevalece o recorte da palavra e do radical, que ele chama "dicção simples", juntamente com os conceitos de "dicção derivada" e "dicção composta":

"Estas notas em ordem alfabética não constituem propriamente um vocabulário, pois que encerram o indispensável para quem quiser acompanhar a tradução. Foi

preciso entretanto compreender nelas grande parte das dicções simples, quase sempre monossilábicas (digamos dos radicais), donde se derivam, ou com que se compõem as outras dicções; dos derivados porém, e ainda mais dos compostos, vão somente os que ocorrem na obra e um ou outro uso mais freqüente. Chamei derivadas as dicções simples modificadas por um ou mais demonstrativos prefixos ou sufixos, e compostas as que encerram mais de um radical verbal, por exemplo: do verbo *î* = in ser ou estar, são derivados os participios *imbae*, *tendáb*, *tendar*, etc.; os verbos *moî* pôr, *noî* pôr consigo, os participios destes verbos *moïbae*, *noïbae*, *moîmbir*, *noîmbir*, *moindâr*, *noindáb*, *temimoî* etc.; são compostos os verbos indé estar á parte, *ingatú* estar bem, *pia-moî* pôr o coração, *yepiamoî* afeiçoar-se etc., pois que entram neles mais de um radical verbal" (Baptista Caetano 1888: 7).

Não importa tanto a descrição naturalista nem os comentários da utilidade econômica e geográfica, mas sim a significação na língua, seja a significação "própria", dada por radicais e formas derivadas e compostas, seja a etimológica, com a reconstrução histórica das origens e dos percursos de significação. As reflexões gramaticais inseridas no dicionário se orientam ora para a comparação e a historicização gramatical dos idiomas ameríndios (gramática comparada, gramática histórica) ora para o modo de composição em guarani (gramática Abanheenga), numa tensão entre a multiplicidade das línguas ameríndias e a unidade do Abanheenga. No verbete *pacú*, por exemplo, não se visa fornecer o termo equivalente em português ou em uma nomenclatura científica, nem dar a definição naturalista, com o comentário sobre os caracteres das espécies, mas sim explicar a etimologia da palavra e em seguida comparar com outras línguas, no caso o kechua: "*Pacú* s. nome dado a peixes diversos, difícil de se explicar, mas talvez reporte-se a *cú* e *ú* comer, como *teyú*, em kechua *pácu* um cogumelo edule". O espectro das línguas colocadas em jogo cresce com as comparações pouco aprofundadas e as bifurcações múltiplas a que se chega, na busca das línguas de origem e no traçado dos percursos etimológicos, com a utilização de diversas fontes. Observemos como isso se passa com o verbete *pay*, onde o autor hesita entre a origem européia e a indígena:

pay. s. padre, sacerdote, frade; o padre, o ancião, o homem respeitável, *pae*; será dicção genuína do *abañeênga* ou oriunda do espanhol e português? M. a dá como palavra de respeito, com que falavam aos seus velhos e feiticeiros (sc. *paye*) e pessoas graves, e diz que corresponde a *hai* mãe. O Dicc. Braz. dá, *pay* padre, *pay abuna* padre da companhia, *pay tucura* padre de Santo Antônio, *pay apîna* padre leigo, *pay missa moñangára* padre de missa, *pay* ainda significando "frade" e *payá* =

tuba pai correspondendo a *máya* mãe. Na pág. 179 da Conq. *Pay aete hey co mbia y tiarôbae upe, hae aba paye uperamno; haete abaré ndeyriara amo pipe chupe.* No kechua porém também acha-se a dicção *paya* s. a velha, a avó, e como adj. *paya*, velho, antigo, vetusto, principalmente falando de plantas e animais. No Chile acha-se *paye*, nome que dão aos padres quando lhes falam, e pátira quando deles falam. Em Chile-dugu "*pae*" propriamente é *chao*, em kichua-callu *yaya*, em abañeenga *tub = tuba*.

Depois de questionar a origem ibérica ou indígena, o autor busca a significação em Montoya e em um dicionário jesuíta. Fornece em seguida um exemplo tirado do texto da *Conquista* e depois compara com termos do kechua e de línguas chilenas. Podemos perceber, como se vê, diferentes pontos de difusão para as significações. Um que se refere ao próprio texto da *Conquista Espiritual*, que forma a nomenclatura do vocabulário; outro que remete aos textos antigos tupi e tupi-guarani (Montoya, os dicionários e gramáticas jesuítas, os catecismos, os dicionários de G. Dias e E. F. França); outro ainda que diz respeito a diversas línguas ameríndias, sejam as do grupo tupi-guarani (tupi, omágua, caiuíá, apiacá etc.), sejam as de outros grupos (kechua, chile-dugu, entre outras).

O que era para consistir em um vocabulário de apoio à tradução tornou-se um dicionário do abanheenga e, mais ainda, veio a esboçar um dicionário das línguas indígenas sul-americanas. O desejo de completude se mostra através de uma erudição sem limites, que pretende abarcar as significações das línguas do continente, historicizá-las e compará-las. Um sonho muito alto, como ao final reconhece o próprio autor, que, ainda assim, promete outros dicionários. De qualquer modo, com a obra de Caetano, o tupi-guarani ganha seu mais significativo léxico histórico-comparado do Brasil Imperial, através do *Vocabulário da Conquista*.

8.3. O tupi moderno e a textualidade oral

Ao lado dos estudos do tupi antigo e do tupi-guarani, mas desta vez distinguindo-se deles, aparecem análises do chamado tupi moderno, que se referem especialmente a línguas faladas na região amazônica e no Brasil central. Estes estudos reafirmam a importância do tupi enquanto língua viva, de contato e de cultura, às vezes em ligação com o português. Nós os consideraremos a partir da discussão sobre três pontos. O primeiro é a diferenciação da língua: tupi moderno é descrito sincronicamente. O segundo é a transformação do índio (e da língua) através do trabalho e da moral. O terceiro é a irrupção de um campo de estudos: o folclore ou literatura popular. Esses

trabalhos têm em comum o fato de se voltarem para a descrição de formas de textualidade oral, seja no contexto indígena seja no da chamada linguagem popular.

8.3.1. Diferenciação da língua

Começando pelo discurso sobre a língua, alguns estudos do tupi se separam daqueles do tupi antigo. Reivindica-se uma diferença para as línguas abarcadas pelo "tupi moderno", inseridas por vezes na classificação maior de "língua geral". Alguns autores argumentam que elas não correspondem nem ao tupi dos jesuítas nem ao guarani de que se ocupava Baptista Caetano, e possuem particularidades gramaticais e lexicais que as distinguem dessas grandes unidades. Um desses autores é o canadense Charles Frederik Hartt, geólogo, membro de expedições científicas americanas realizadas no Brasil (Thayer Expedition, 1865; Morgan Expedition, 1870), nomeado em 1875 chefe da Comissão Geológica Brasileira. Além do interesse geológico, Hartt revelou disposição para o conhecimento das línguas indígenas e coletou material lingüístico durante suas viagens. É assim que em 1872 descreve a situação da língua geral amazônica:

"Por todo o rio e nas cidades o português o substitui rapidamente, e com o veloz progresso da civilização o tupi deverá morrer em breve. Mas a língua geral do Amazonas não é o tupi dos antigos Jesuítas. Na pronúncia e na estrutura as duas línguas diferem ainda mais que o português do Espanhol, e as orações, hinos, etc. dos Jesuítas não são entendidos pelos índios amazônicos de hoje. Muito duvidoso é que nos tempos dos Jesuítas o tupi do Amazonas fosse perfeitamente idêntico ao da costa do sul e do centro do Brasil, sendo muito provável que existissem peculiaridades locais não somente na pronúncia, mas também na estrutura. Ainda que o tupi moderno seja falado com grande uniformidade em uma extensa região de ambas as margens do Amazonas, encontram-se, como seria de esperar, variantes, especialmente de pronúncia, não só entre habitantes de lugares muito distantes, como também entre povos da mesma localidade" (Hartt 1938: 308).

Mais uma vez, a diversidade concreta reclama sentidos, diante da homogeneização estreita provinda com a idéia do tupi jesuítico. Assim como Martius e Steinen, Hartt se volta para as línguas existentes, observando a fala nas situações de contato. A atenção à língua oral faz aparecerem as diferenças com o tupi antigo, já gramatizado e tornado língua de cultura escrita. Só que, neste caso, não é a noção de palavra que comanda a coleta de dados, nem a de radical que condiciona por si só a comparação entre as línguas, tal como no procedimento dos comparatistas e dos naturalistas. A unidade de composição do vocabulário de Hartt é a frase, e, de modo mais amplo, a conversação. A

própria noção de vocabulário deve ser tomada com ressalvas com relação a esse texto. Não se trata de um vocabulário alfabético, mas de uma enumeração de frases: primeiro tomadas isoladamente (853 entradas), depois formando conversações (66 entradas), do modo como segue abaixo:

VOCABULÁRIO DE CHARLES FREDERIK HARTT
1. FRASES (TOTAL: 853 ENTRADAS)
1 - hasó hompyryrik se mantéga (Ereré). 1 a-xasó xamopyryryk se mantéga (Santarém). 1 - vou frigar minha manteiga. 2 - xasó xamui ymyrá yí irúm. 2 - vou rachar o pau com machado. 3 - xamumuranú putar se kamarára itá. 3 - vou convidar meus companheiros (ou camaradas).
2. CONVERSACÕES (TOTAL: 66 ENTRADAS)
1 - yasó yayuóg sekantán ygapyra kyty! 1 - vamos para cima tirar breu! 2 - maé tenáua opé. 2 - para que lugar iremos? 3 - Kupari reapyra opé 3 - para as cabeceiras do Rio Cupari 4 - setá será kuité sekatán aerupí? 4 - então há bastante breu para lá? 5 - ya! yauasem teñe. 5 - sim! temos de achar sempre.

Há algo mais do que o interesse pela palavra, pelas comparações e pela classificação das línguas indígenas. A textualidade oral vai em direção às conversações e também aos mitos e lendas. Hartt foi um dos primeiros a dar atenção maior aos mitos indígenas, tendo publicado vários deles, entre os quais alguns amazônicos referentes a tartarugas ou jabutis, em 1875. Parece-nos que a preocupação com esse tipo de texto marca um deslocamento no modo de ver a cultura indígena. Esse material, à primeira vista colhido a partir de uma curiosidade humanista, serve às interpretações antropológicas e etnográficas e, além disso, aos incipientes estudos do "folclore" brasileiro, nas fronteiras entre a cultura indígena e a brasileira. Tais estudos vão adiante com os trabalhos dos brasileiros Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e Sílvio Romero.

8.3.2. Couto de Magalhães: léxico, trabalho e moral

Para situar a produção deste autor, é preciso considerar o grande projeto nacional de povoamento que ele concebe e ver como língua indígena e português se relacionam

nesse plano. Primeiramente, a região correspondente ao espaço da língua geral descrita por Couto de Magalhães reúne uma vasta extensão que vai do norte passando pelo centro e sul, espaço que ele chama o "grande sertão interior", visto como as "terras altas que dividem as bacias do Prata da do Amazonas ao sul, o Araguaia a leste, o Amazonas ao norte e o Madeira ao poente". Como se nota, já não são as coordenadas geográficas da época colonial, já não se trata da língua brasilica da costa, mas de uma outra língua geral baseada no tupi e localizada no Brasil central. O general Magalhães expõe em *O Selvagem*, de 1867, o intento de transformar a população indígena dispersa nessas regiões em "trabalhadores", aproveitando sua mão-de-obra em atividades extrativistas e industriais:

"Povoar o Brasil quer dizer:

- 1) Importar colonos da Europa para cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximos aos centros povoados.
- 2) Aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo; estas terras representam quase dois terços do território do Império. Tornar produtiva uma população, hoje improdutiva, é, pelo menos, tão importante como trazer novos braços.
- 3) Utilizar cerca de um milhão de selvagens que possuímos, os quais são os que melhores serviços podem prestar nessas duas terças partes do nosso território, porque as indústrias extrativas, únicas possíveis nessas regiões (enquanto não houver estradas), só têm sido e só podem ser exploradas pelo selvagem" (Magalhães 1935: 23).

Para realizar tal projeto, Magalhães prevê a formação de intérpretes militares, que depois de aprenderem a língua indígena (a língua geral), seriam desencadeadores do "processo civilizatório" nas situações de contato. O que se intencionava por fim era que o índio passasse a falar o português: "Não há meio-termo. Ou exterminar o selvagem, ou ensinar-lhe a nossa língua por intermédio indispensável da sua, feito o que, ele está incorporado à nossa sociedade, embora só mais tarde se civilize". Ao lado do interesse econômico está o interesse militar de conquista do território, reforço das fronteiras e prevenção contra adversidades: "Desde então a criação de um corpo de intérpretes destinado a ensinar aos selvagens a nossa língua, que eles aprendem com grande facilidade, quando se lha ensina na sua, fica evidente que será meio eficaz para realizarmos a conquista pacífica de duas terças partes do solo do Império, de um milhão de braços hoje perdidos, de indústrias que em poucos anos podem decuplicar; de assegurarmos nossas comunicações pelo interior e evitarmos no futuro graves dificuldades" (idem: 27).

É interessante notar nesse avanço do militarismo o retorno ideológico da noção de "transformação". Isto ocorre através das remissões à conjuntura colonial, com o elogio dos missionários e intérpretes. Segundo o autor, estes teriam sido os primeiros "civilizadores" que, aprendendo a língua indígena, puderam se comunicar e transformar o indígena. No início da época imperial, com o afastamento dos jesuítas, os indígenas passaram a ser quase que intocados, deixados ao sabor do descaso político, das guerras e depois do protecionismo. Os evolucionistas os julgaram inevitavelmente destinados ao extermínio. Agora, volta a "boa intenção" incorporadora dos missionários através da figura do militar: os índios são capazes de religião, de trabalho e de civilização. Martius já havia insistido na ideologia do trabalho e na utilização da língua geral para a transformação dos índios. Com Magalhães, erigem-se as condições instrumentais para a realização desse desígnio, por meio do desenvolvimento de um método de ensino, não baseado na gramática latina como o dos missionários antigos, mas na metodologia de ensino de línguas estrangeiras. Trata-se do chamado método Olendorf, que Magalhães adapta para o tupi no *Curso de língua geral*.

Este *Curso*, com o qual muitos estudiosos posteriormente aprenderam o tupi antigo, conduz a um outro modo de aliar gramática e léxico. Consiste em um conjunto de lições onde se trabalha ao mesmo tempo gramática e texto, através de exercícios, leituras e comentários. Forma-se um corpus composto basicamente de contos e lendas colhidos entre os indígenas pelo próprio autor em viagens ao Brasil central, os quais servem de exemplário no ensino da língua. Ao invés do par gramática-dicionário constituído pelos jesuítas, temos aqui o par gramática-texto.

Os contos e lendas indígenas despertam nesse momento um interesse que antes só muito esporadicamente se mostrava nos relatos de viajantes e missionários. Estes últimos evitavam-nos, considerando-os credices e superstições contrárias à religião. Substituíam-nos por contos bíblicos, aproveitando-se apenas, por vezes, de algumas passagens e de nomeações das histórias indígenas para introduzir a textualidade religiosa. Porém, Magalhães ressalta a utilidade deles em seu plano civilizatório, pois, tal como as fábulas ocidentais - e cita Ésope, Fedro e Lafontaine -, os contos indígenas serviriam para a formação moral dos índios. Logo, tais textos seriam úteis ao que ele chama a "educação intelectual" daqueles. Merece destaque o conjunto de lendas do jabuti: "A coleção das lendas do jabuti, que não sei ainda se é completa, compõe-se de dez pequenos episódios. Todos eles foram imaginados com o fim de fazer entrar no pensamento do selvagem a crença na supremacia da inteligência sobre a força física" (ibid.: 110). Esses textos de "mitologia zoológica" foram transcritos do tupi e traduzidos para o português.

A interpretabilidade do léxico toma outros contornos com o deslocamento da textualidade em direção aos mitos indígenas. Surgem explicações mais assentadas no que

se supunha ser a cultura indígena. Com respeito ao vocábulo *mandioca*, por exemplo, o autor fornece no *Curso* a lenda indígena do Mani³¹, de onde supõe ter provindo a palavra, para em seguida apresentar a situação atual: "O fruto recebeu o nome de Manioca, que quer dizer: casa ou transformação de Mani, nome que conservamos corrompido na palavra mandioca, mas que os franceses conservam ainda sem corrupção" (Magalhães 1935: 135). Deste modo, desenvolve-se uma etimologia que busca as origens da significação nos mitos e lendas, antes do que em significações naturais ou no funcionamento gramatical. O discurso sobre o léxico se formula através de uma razão textual, que conduz a uma reconfiguração das filiações identificadoras. O índio se separa da textualidade religiosa e se aproxima do mundo grego e romano através da textualidade do mito. O brasileiro se conjuga ao índio, não mais através da grande história do homem e do Brasil, mas das pequenas histórias indígenas, contos, lendas e mitos, vistas como uma produção popular.

O projeto de Couto de Magalhães, tal como ele o imaginara, parece não ter ido muito adiante. No entanto, pode-se registrar dois pontos de continuidade em práticas posteriores. O primeiro com relação ao envolvimento dos militares com a questão indígena, quando os positivistas entram em cena tendo em vista a "civilização" dos indígenas. O marechal Rondon será a figura emblemática desse movimento que pretendia, também, a transformação do indígena e sua "integração" na sociedade brasileira. O segundo com relação à formação de um campo de estudos nas fronteiras entre a cultura indígena e a brasileira: na literatura, na antropologia e etnografia, na sociologia ou no folclore.

8.3.3. Língua oral: do índio ao *povo brasileiro*

A importância que a linguagem oral toma nas práticas lexicográficas do final do Império pode ser referida às transformações por que passa a noção de *povo*, ou talvez

³¹ "Em tempos idos apareceu grávida a filha de um chefe selvagem, que residia nas imediações do lugar em que está hoje a cidade de Santarém. O chefe quis punir no autor da desonra de sua filha, a ofensa que sofrera seu orgulho e, para saber quem ele era, empregou debalde rogos, ameaças e por fim castigos severos. Tanto diante dos rogos como diante dos castigos a moça permaneceu inflexível, dizendo que nunca tinha tido relação com homem algum. O chefe tinha deliberado matá-la, quando lhe apareceu em sonho um homem branco, que lhe disse que não matasse a moça, porque ela efetivamente era inocente, e não tinha tido relação com homem. Passados os nove meses ela deu à luz uma menina lindíssima, e branca, causando este último fato a surpresa, não só da tribo, como das nações vizinhas, que vieram visitar a criança, para ver aquela nova e desconhecida raça. A criança, que teve o nome de Mani, e que andava e falava precocemente, morreu no cabo de um ano, sem ter adoecido, e sem dar mostras de dor. Foi ela enterrada dentro da própria casa, descobrindo-se-a e regando-se diariamente a sepultura, segundo o costume do povo. Ao cabo de algum tempo brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram de arrancar. Cresceu, floresceu, e deu frutos. Os pássaros que comeram os frutos se embriagaram, e este fenômeno, desconhecido dos índios, aumentou-lhes a superstição pela planta. A terra afinal fendeu-se: cavaram-na e julgaram reconhecer no fruto que encontraram o corpo de Mani. Comeram-no, e assim aprenderam a usar da mandioca" (Magalhães 1935: 135).

mesmo às suas primeiras formulações no Brasil. As discussões sobre as raças indígenas já se desenrolavam há tempos e se intensificaram nos meados do século XIX. Agora é a vez de se definir, de tornar visível, de descrever uma outra raça: a do brasileiro. Couto de Magalhães, em *O Selvagem*, afirma que tal raça "distingue-se na inteligência, moralidade, linguagem, alimento, superstições, danças e lutas físicas". Estariam incluídas nessa categoria todas as formas de mistura de povos, que resultaram em tipos como o caipira, o mestiço, o caboclo, e em regionalismos como o paulista, o mineiro, o fluminense, o gaúcho etc. Assim, as descrições das manifestações languageiras começam a estar relacionadas com a "língua do povo". Elas passam a mencionar o lugar dos fatos lingüísticos em relação a essa unidade em vias de constituição, que é a "língua popular".

Não se pode deixar de salientar que a noção de povo, nesse caso, não engloba todos os habitantes do país. Ela se estabelece por uma distinção social, que em Magalhães aparece como a divisão entre pobres e ricos: "Digo populares, porque o povo, isto é, a classe dos homens que não são ricos, que é sempre a que tem o maior número, é a que principalmente constitui a nação brasileira (...) Não é desses que atualmente falo, e sim a do povo brasileiro, que há de enriquecer, ilustrar-se e ser poderoso, unindo suas origens do Velho às do Novo Mundo." (ibid.: 152). Deixemos de lado, por enquanto, a questão de saber, então, que língua falariam as elites. Concentremo-nos no domínio popular. Para Magalhães, a língua falada no Brasil já não é mais o português clássico, mas sim aquele "enriquecido" por "termos populares": "A língua falada no Brasil já não é o português de Camões, João de Barros, ou Frei Luís de Sousa; está, em sua gramática, em seus sons e em centenas de termos populares, cruzada com a língua tupi ou nheengatu, como o demonstrei em minha obra *O Selvagem*. Aqui em São Paulo, então, os nomes tupis, enxertados no português, são por centenas, senão por milhares. O nome do camponês, já não é esse, e sim caipira, do tupi caapira, que quer dizer montador ou capinador de mato; caapinar vem também da palavra tupi capim, que, em português, significa erva; paçoca, jaguaraíva, jaguapeva, sapecar, moquear, tenheném, piá, por filho, e centenas de outros são termos tupis passados para a língua dos paulistas" (ibid.: 152).

A reconstrução do tupi antigo pelos intelectuais do Império tinha se baseado na escrita: na recuperação do material deixado por missionários, na escrita literária e na escrita de uma História do Brasil. Agora, a identidade do brasileiro chega ao ordinário da linguagem, às manifestações populares, aos falares regionais, à literatura oral e à conversação. Não é preciso ir aos arquivos, nem a campo para ter acesso ao tupi, pois ele está presente na linguagem cotidiana, tanto nas formas mais evidentes, por exemplo, o vocabulário de topônimos e nomes de frutas e animais, como em formas menos perceptíveis, entre as quais, marcas conversacionais e interjeições: "Quando duas senhoras brasileiras conversam, ouve-se muitas vezes este dissilabo - em-em; ora este

em-em é o sim das senhoras - na língua tupi". Acrescentem-se ainda os contos, lendas e cantigas, além de ditados populares, tal como este: "macaco velho não mete a mão na cumbuca", que o autor afirma ter encontrado com rima no tupi: "macáca tuiué inti omundéo i pó cuiambúca opé".

Como temos verificado, a linguagem oral é visada tanto no contexto especificamente indígena como em relação ao português e a regiões lingüísticas mais heterogêneas. De qualquer modo, há estudos que tomam como objeto a língua indígena, outros o português. No primeiro caso, além de Hartt e Couto de Magalhães, podemos citar Barbosa Rodrigues, autor da *Poranduba Amazonense*, de 1887.

O nome "Poranduba" já nos é familiar. Mencionamos no início deste capítulo a *Poranduba Maranhense*, de Frei Veloso. Segundo Rodrigues, conforme a etimologia que se adota, esse nome recobre os significados de "histórias fantásticas", "fábulas", "novidades". Os títulos nos permitem notar as diferentes noções de "história" com que os autores operam. Na *Poranduba Maranhense*, trata-se da História do Maranhão, escrita em português a partir de anais e arquivos. Retoma-se a História de Berredo, também sobre o Maranhão, e leva-se adiante para a elaboração dessa parte da História do Brasil. O *Vocabulário da Língua Geral* aparece em apêndice. A *Poranduba Amazonense*, por seu turno, refere-se aos contos e mitos indígenas, escritos em tupi e traduzidos para o português. Pretende-se que sejam as histórias contadas pelos indígenas.

Assim como Hartt, Barbosa Rodrigues procura diferenciar o tupi moderno do tupi jesuítico, com base na observação da língua oral: "Comparando os escritos de Anchieta, Montoya, Figueira, Araújo, e Betendorf, e o vocabulário português Brasileiro vêem-se claramente as diferenças, que só se originam das pronúncias que formam o tupi Moderno, ou Nheengatu. A influência do cunho local, obrigada pelo meio em que existiam completou a separação, que mais tarde de decadência em decadência chegou aos tempos modernos" (Barbosa Rodrigues 1890: X). Quanto aos textos mitológicos, o autor levanta a questão a propósito de sua originalidade: seriam os textos até então coletados por autores como Hartt e Couto de Magalhães de fato indígenas ou seriam adaptações de tradicionais lendas européias? Argumenta que várias lendas do jabuti provêm na verdade de contos romanos retomados pelos portugueses e trasladados ao Brasil. Isso mostra as fronteiras instáveis que então se estabeleciam entre a cultura européia e a indígena. Barbosa Rodrigues se posiciona romanticamente como ouvinte dos contos em seu lugar originário, o mais próximo possível do contexto indígena: "Foi sob a tolda das igarités, nas águas dos rios do sertão, quando pelo *kiriri* da noute me alumniava o clarão da lua equatorial". A *Poranduba* contém contos cosmológicos, zoológicos e botânicos, além de cantigas. Salientam-se as lendas do *Curupira*.

Enquanto a *Poranduba Amazonense* esboça a cena de origem do texto oral junto ao convívio com os índios, outros estudos têm como meta a descrição dos contos e das

cantigas populares originários de Portugal e modificados no Brasil, com a influência indígena. Estamos nos reportando especialmente aos trabalhos de Sílvio Romero. Na coletânea que o autor apresenta em *Cantos Populares do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1883, acompanha-se a finalidade de, a partir da observação e estudo dos textos orais, estabelecer os domínios da nacionalidade no encontro entre as culturas portuguesa, indígena e africana. Note-se nesse discurso o deslocamento produzido em relação ao saber histórico: "Um olhar lançado sobre nossa História, não sobre a História escrita por A. ou B., por Varnhagen ou Pereira da Silva, velhos declamadores retóricos, mas a História não-escrita, a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento, um olhar aí lançado irá descobrir, não sem alguma dificuldade, os primeiros lineamentos de nossas lendas e canções populares. Não existem documentos escritos de tais fatos; os documentos são as lendas e canções mesmas, que são agora pela primeira vez fixadas pela escrita. Quais foram os primeiros romances e cantos portugueses transplantados para o Brasil? Quais os primeiros contos da península que passaram às nossas plagas? Por outro lado, quais os primeiros cantos indígenas e africanos assimilados por nossas populações mestiças; quais os primeiros de origem puramente nacional?" (Romero 1985: 31).

As categorias de "folclore", de "literatura popular" e de "termo popular" estabelecem outros parâmetros para o discurso sobre o léxico. Ressalte-se na formação dessas novas condições, por um lado, a constituição de um domínio textual que passa pela narrativa popular, pela mitologia, pela conversação cotidiana; por outro lado, a remissão dessa massa textual, recém-transcrita a partir de diversas fontes, a uma unidade de língua: a "língua do povo", a "língua nacional". Desse modo, as diferenças que envolvem o português e as línguas indígenas e africanas, em seus diversos modos de manifestação, ficam incorporadas em uma categorização interna, correspondente a um discurso de nacionalidade que inclui, para uma mesma temporalidade atual, diversos pontos de origem, diversas filiações históricas, na constituição da língua.

Chegamos a um momento de nossa análise em que algumas das produções lexicográficas bilíngües estão diretamente relacionadas com a questão da língua nacional, enquanto outras se concentram em estudos localizados de línguas indígenas que não exclusivamente o tupi ou as línguas gerais. Por um lado, a diferença incorporada, por outro, a diferença classificada. Vimos que uma parte da história da constituição do léxico brasileiro, no Império, pode ser contada através da produção de dicionários bilíngües e das divisões imaginárias de língua que a acompanha. Agora é a hora de nos voltarmos para a produção monolíngüe que veio se desenrolando paralelamente, provocando situações de entrecruzamento, fusão, separação com relação tanto à lexicografia portuguesa, quanto à lexicografia bilíngüe brasileira.

CAPÍTULO V - DICIONÁRIOS MONOLÍNGÜES: FORMAS DE DEFINIÇÃO

Os dicionários monolíngües, tal como o concebemos hoje, são relativamente recentes na história do saber lingüístico. Não era evidente que se produzisse um conhecimento desse tipo, em que o sujeito de certo modo se torna estrangeiro à sua própria língua. Isto só ocorreu quando, a partir da gramatização de línguas que não a dos sujeitos falantes produtores, houve condições de observação da língua de origem desses sujeitos. Foi deste modo que o latim, alteridade lingüística instrumentalizada, serviu de observatório para os vernaculares europeus. Observe-se que os dicionários monolíngües do latim, elaborados desde a Idade Média, serviam ao aprendizado de segunda língua, diferindo assim dos dicionários de língua nacional. Estes últimos, advindos sobretudo a partir da Renascença, foram precedidos de dicionários bilingües latim-vernaculares. É o que acontece com o português, que teve vários desses bilingües - Jerônimo Cardoso (1562), Agostinho Barbosa (1611), Bento Pereira, Rafael Bluteau (1712-1728) - antes do primeiro monolíngüe de Moraes (1789)³².

Para o caso brasileiro, que nos interessa mais de perto, este é um momento importante, pois, efetuada a gramatização do português, criam-se as condições instrumentais para a observação do português do Brasil: o português (de Portugal) se afirma como alteridade lingüística, lugar reservado até então só às línguas indígenas; agora, o português se faz estrangeiro, e as línguas indígenas, umas são assimiladas, incorporadas enquanto diferença interna, outras continuam como alteridade. A introdução do dicionário monolíngüe, tanto em Portugal como no Brasil, e diferentemente em cada caso, produzem uma transformação no imaginário de língua, cujos sentidos trataremos de analisar.

Note-se que a produção de dicionários monolíngües está diretamente relacionada com o fortalecimento da política estatal. No Brasil, a escolha do Estado pela língua portuguesa já se fizera desde meados do século XVIII. Nenhuma língua minoritária brasileira levou a termo um processo bem sucedido de gramatização. Não há dicionários monolíngües de línguas indígenas e africanas, e isso, ao que consta, até os dias de hoje.

Para compreender os modos de gramatização, consideramos a distinção que Auroux (1992) propõe entre a endo-gramatização e a exo-gramatização:

"Par définition, le processus de grammatisation qui nous intéresse ici, correspond donc à un transfert de technologie d'une langue vers d'autres langues, transfert qui n'est, bien entendu, jamais totalement indépendant d'un transfert culturel plus vaste. Il importe de prendre en considération la situation des sujets qui effectuent le

³² A dicionarização monolíngüe do português foi relativamente tardia. O *Vocabulário da Academia de Crusca*, do italiano, é de 1612, o *Dicionário da Academia Francesa* é de 1694 e o *Dicionário da Real Academia Espanhola* é de 1726.

transfert, selon qu'ils sont ou non des locuteurs natifs de la langue *vers laquelle* a lieu le transfert. Nous parlerons respectivement d'*endo-transfert* et d'*exo-transfert*. Linguistiquement, nous aurons également, soit une *endo-grammatisation*, soit une *exo-grammatisation*" (Auroux 1992: 35).

No caso dos vernaculares europeus ocorreu uma endo-gramatização. O português por exemplo, se gramatizou através de uma endo-transferência da gramática latina: falantes nativos a realizaram. As línguas indígenas americanas no século XVI sofreram um processo de exo-gramatização. O tupi, por exemplo, se gramatizou através de uma exo-transferência da gramática latina: falantes não-nativos a realizaram. A endo-gramatização do português brasileiro teve como observatório, por um lado, os produtos da endo-gramatização do português de Portugal; por outro, os produtos da exo-gramatização das línguas indígenas brasileiras. Ou seja, de um lado, os dicionários monolíngües do português; de outro, os dicionários bilíngües português-língua indígena.

Vimos nos capítulos anteriores o papel de algumas instituições - a Companhia de Jesus, o IHGB - na produção de dicionários. Agora pode-se dizer que a língua se torna uma instituição ligada ao Estado. O dicionário, lugar privilegiado desse modo de institucionalização, se desdobra em símbolo lingüístico-nacional (um povo, uma língua) e instrumento didático que permite o acesso à "boa linguagem". Ele não é mais um instrumento de catequese (ainda que o processo de aprendizado implique, como na catequese, uma transformação do sujeito), nem um documento de atestação de uma história e uma evolução, mas sim aquilo que interpela o sujeito a uma identidade nacional, distribuindo os valores lingüísticos considerados adequados.

De onde vem o poder de jurisdição sobre a língua, instituidor desses valores? De início, dos "bons autores", depois do discurso do lexicógrafo, e por fim da legitimidade da própria língua. Tratam-se de lugares enunciativos distintos, mas que para o leitor de dicionário aparecem subsumidos pela idealidade de uma voz da língua, como se esta se constituísse independentemente dos falantes e das práticas que conferem a ela um estatuto social. A introdução do dicionário monolíngüe se segue a um duplo trabalho de autoria e de leitura. Ele não resulta simplesmente de "cópias": há uma posição de autor, que seleciona - elege e exclui - os "bons autores", coloca-os em cena e também fala em nome deles. Ademais, ele se faz legível através de um trabalho no sentido de formar os leitores como sujeitos da língua nacional, em suas diversas figuras: o aprendiz, o usuário, o provinciano, o estrangeiro, o contestador. O dicionário se torna inepetável e é isso que traz condições para a emergência de uma posição de autor. Segundo Orlandi (1993:7), "O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua fórmulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz um evento interpretativo". O momento de

inserção do dicionário monolíngüe em Portugal e no Brasil é um acontecimento que se acompanha de um trabalho de autoria. Observe-se que os dicionários jesuítas, tratados nos capítulos anteriores, apareciam como obras coletivas; a maior parte deles não apresentando prefácios nem nome de autor. Com os primeiros monolíngües, que vêm pela tradição portuguesa, há uma historicização do dizer lexicográfico por meio de um trabalho de edição. Sua introdução no meio brasileiro constitui um evento interpretativo desencadeador de adesões e reações durante todo o século.

Realizamos um recorte que compreende três conjuntos de textos:

1. No primeiro recorte visamos mostrar a passagem da lexicografia bilíngüe (português-latim) à monolíngüe, analisando a retomada que Moraes efetua do dicionário de Bluteau, ao elaborar o primeiro monolíngüe do português:

- 1712 BLUTEAU Rafael. *Vocabulário português e Latino*
1789 SILVA Antônio de Moraes e. *Dicionário da Língua Portuguesa*

2. No segundo recorte, temos em vista alguns dicionários de regionalismos, de complemento aos dicionários de língua portuguesa e de termos técnicos. Mostraremos de que modo aparece uma produção lexicográfica que começa a se representar como distinta da portuguesa:

- 1853 RUBIM Braz da Costa. *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa.*
1856 CORUJA Antônio Álvares Pereira. *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*
1865 ALENCAR José de. *Diva* (pós-escrito)
1888 CÂMARA Antonio Alves. *Vocabulário dos termos técnicos de construção naval*

3. No terceiro recorte trataremos da formação dos primeiros dicionários de brasileirismos, que tomaram forma no último quartel do século XIX:

- 1888 SOARES Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa,*
1889 BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*

Nosso objetivo é o de analisar nesses dicionários a constituição de um discurso de definição. É nos monolíngües que a definição se fixa como formulação privilegiada na composição dos verbetes de dicionários de língua. Visamos analisá-la enquanto uma forma discursiva.

Estaria fora de propósito uma análise exaustiva do corpus. O que pretendemos é examinar o funcionamento do enunciado definidor, tomando como parâmetro algumas de suas propriedades formais, como explicitaremos a seguir. Vamos nos contentar, como temos feito até aqui, com os verbetes da letra P (de P a Pa, quando o número de verbetes for muito grande, como em Bluteau e Moraes). Esta análise nos permitirá observar o desenvolvimento de um discurso sobre o léxico no Brasil, não a partir da introdução de termos na língua, mas através da própria materialidade lingüístico-discursiva da definição.

1. O enunciado definidor

Durante as análises realizadas até aqui, levantamos uma série de tipos discursivos (narração, descrição, diálogo); formas lingüísticas (dêixis, formas enunciativas); e de operações semânticas (tradução, paráfrase). Observamos o modo como tais elementos participam no funcionamento de alguns discursos sobre o léxico. Agora, vamos nos concentrar nos enunciados definidores. Estes, de certo modo, já apareciam inseridos em narrações e descrições e algumas vezes nos dicionários bilingües tupi-português. Mas é com os monolíngües que eles ganham um papel decisivo na constituição dos artigos.

De acordo com Mazière (1995), o *Dicionário da Academia* (1694), do francês, realiza um trabalho fundador em matéria de definição de língua, sendo o primeiro em que se estabelece sistematicamente, para todas as palavras, uma definição sincrônica do uso: "Au contraire des Académiciens de la Crusca et de Covarrubias, leurs prédécesseurs italiens et espagnol dans la constitution des premiers monolingues, les Académiciens français ne construisent pas des définitions philologiques, ils ne prennent pas appui sur les 'Autorités' littéraires, ils ne décrivent pas des emplois préjustifiés par de grands noms. Le fait qu'ils ne citent pas interdit qu'ils définissent à partir d'un corpus d'écrits forcément datés: ils débattent du sens à partir de leur propre usage" (Mazière 1995: 14).

No caso do português, quando e como se dá o aparecimento do enunciado definidor? Consideraremos sua emergência no momento da passagem do dicionário de Bluteau (1712) ao de Silva (1789), quando se assenta essa forma enunciativa. Será que o dicionário de Moraes inaugura uma prática de definição sincrônica de uso, ou se prende aos moldes filológicos de seus predecessores? Será que apresenta um conjunto de autores como legitimadores do discurso lexicográfico ou se coloca como legislador a partir de uma voz lingüística universalizada? Só uma análise das formas de definição

poderá trazer elementos para responder a essas questões e para esclarecer as posições efetivamente sustentadas pelos lexicógrafos.

É preciso ressaltar logo de início que a variação formal do enunciado definidor nos dicionários não é indiferente quanto aos efeitos de sentido que seu discurso produz. Muitas vezes, a definição lexicográfica é considerada "boa" ou "ruim", não pela sua forma sintático-discursiva, mas por motivos semânticos aleatórios, no mais das vezes pela escolha lexical dos elementos. Frequentemente, quando consultadas, as definições são pouco questionadas, como se elas fossem formalmente intercambiáveis e naturalmente adequadas. Isso de fato não acontece. Um olhar mais atento às formas definidoras dos dicionários nos leva a perceber as diferenças, as incongruências, as oposições de sentido, seja na comparação entre um e outro, seja no interior de um mesmo dicionário. Diremos, para empregar a afirmação de Collinot e Mazière (1990), que "a heterogeneidade formal das definições lexicográficas tem sentido". Estes autores realizam um estudo das formas de definição presentes nos primeiros dicionários monolíngües do francês, mostrando que sua variação produz diferentes discursos. Vamos retomar aqui alguns pontos teóricos desenvolvidos pelos autores com relação ao enunciado definidor.

Mazière (1989) mostra que a sintaxe da definição de certo modo determina a posição do lexicógrafo no discurso: "Se o discurso não é jamais transparente, se a gramática particular de uma língua impõe escolhas significativas ao escritor, então a sintaxe da definição, em sua materialidade, tem algo a nos mostrar sobre as representações e as posições realmente assumidas pelo lexicógrafo no interior da ordem do saber e da instituição" (idem: 47). As definições constroem um certo modo de dizer de uma sociedade, um "pronto para dizer" (*prêt-à-parler*)³³ que se coloca em evidência. Vamos considerar alguns modelos de definição e algumas oposições entre eles.

Um enunciado "clássico" de definição pode ser esquematizado do seguinte modo, conforme o exemplo de Mazière:

N-Entrada: N-Cabeça (Adjetivo) (Particípio) (S. Prep.) (Relativa) (Circunstancial),
ou seja:

Galinha: ave de quintal que se cria por causa de seus ovos.

O que está em jogo em nossa análise são as variações sintáticas que se estabelecem com a heterogeneidade das formas (N-Cabeça, Particípio, Relativas, Circunstanciais,

³³ A. Collinot e F. Mazière. "Un prêt-à-parler: le Dictionnaire universel d'Antoine Furetière et sa postérité immédiate, le *Trévoux*. Une lecture du culturel dans le discours lexicographique". *Lexicographica*, 3, pp. 51-75, 1987.

etc.) na relação entre os enunciados. É a partir dessa variação que poderemos depreender o funcionamento discursivo das definições. Construiremos então uma rede de variações formais, a partir de relações de substituição, paráfrase, sinonímia, analisando a configuração de diferentes percursos temáticos.

As relativas estabelecem uma forma particular de determinação, que convém explicitar. Elas importam sobretudo porque apresentam uma estrutura frasal que comporta um SN e um SV. E o SN é um lugar privilegiado para se observar a introdução dos sujeitos, pelo lexicógrafo, no interior da definição, quer se trate de um sujeito universal ("[N-Cabeça] que *se* utiliza para..."), quer de um sujeito específico ("[N-Cabeça] que *os índios* utilizam para..."). Tomemos uma oposição entre dois modelos de enunciados, em que podemos distinguir a definição "natural" e a "social":

- (1) urucu: fruto que dá uma substância própria para tintura.
- (2) urucu: fruto de que os índios se servem para fazer tinturas.

No primeiro exemplo (*N que*) o N-Cabeça (*fruto*) aparece como sujeito da relativa. A natureza aparece como provedora e a finalidade como naturalizada. No segundo exemplo (*N de que*), o N-Cabeça é retomado como objeto da relativa e *os índios* são introduzidos como sujeito da relativa. A finalidade aparece como social. Assim, ocorre uma mudança no modo de tematização. No primeiro caso, o pronome relativo *que* instala o N-Cabeça como sujeito do verbo da relativa, enquanto que no segundo caso, a forma *de que* introduz um sujeito diferente do N-Cabeça. De um lado, o objeto é finalizado, de outro, emerge uma agente da finalidade.

Os dicionários de língua, ao se oporem aos dicionários enciclopédicos ou de coisas, funcionam como se houvesse uma independência da língua em relação ao real, ao ponto de serem tomados quase que como objetos ficcionais, transparentes, isentos de um julgamento de existência. Uma análise mais detida do enunciado definidor nos dará pistas para compreender os processos de referenciação que ele coloca em jogo, na tensão entre os sujeitos ideológicos e o sujeito universal.

Visto o modo como iremos operacionalizar a análise, passemos então a ela.

2. Formação da definição: de Bluteau a Moraes

Nos dicionários bilíngües antecessores dos dicionários de línguas nacionais, já aparecem formas de definições inseridas nos artigos. O *Vocabulário português e Latino*, de Bluteau (1712/1728) está entre estes. Ele apresenta entradas e explicações em português, seguidas da tradução em latim. Muitas das definições e das explicações de Bluteau foram retomadas por Moraes (1789), algumas delas textualmente, outras

modificadas em sua formulação. O que ocorre nessa passagem de um a outro? Quais os deslizamentos de sentido que operam nessa "atualização" do Bluteau? Além disso, que lugar é atribuído ao léxico brasileiro representado nesses dicionários e o que significa a introdução deles no meio brasileiro?

2.1. O Vocabulário português e Latino

O *Vocabulário* de Bluteau, que teve sua primeira edição em 1712 e foi bastante compilado durante o século XVIII, pode ser considerado do tipo etimológico e enciclopédico. Elaborado dentro do esquema plurilíngüe que vigorava nas obras do gênero, ele faz menção a muitas línguas antigas e contemporâneas: "Tirei dos Autores Portugueses as palavras, que fora da alfabética hierarquia andavam dispersas, e a todas elas, como a simulacros da eloquência coloquei com ordem nas aras desta Filologia; recolhi palavras antiquadas, como reliquias de Portugal o velho, e acrescentei vozes modernas, como enfeites de Portugal o novo; entronizei nestas folhas a língua Portuguesa com tanta magestade, que ao pé de cada dicção se acha com exemplar fidelidade o Autor; com etimológicas descendências mostro a origem, e apuro a nobreza dos vocábulos; manifesto o parentesco, e afinidade, que eles têm com a língua Hebraica, Árábica, Grega, Italiana, Castelhana, ou Francesa, e obrigo o Latim a ter com o português primorosas correspondências". Considere-se que na época a língua portuguesa era acusada de consistir em uma corrupção do castelhano, de modo que o trabalho de arquivo com os autores portugueses permitiu erigir o dicionário monolíngüe como monumento da nacionalidade, autorizado pelas vozes nacionais. Bluteau, considerado o primeiro a realizar esse trabalho (Verdelho 1988), afirma ter consultado aproximadamente trezentos autores portugueses, com que efetua a abonação dos artigos. Lembremos que ser um autor português na época era também, entre outras coisas, escrever sobre os países colonizados na América, África e Ásia, e é através da leitura que Bluteau efetua desses autores que o Brasil começa a ser mencionado nos dicionários portugueses.

Ao lado do trabalho de seleção dos autores, Bluteau produz um discurso de divulgação. No Prólogo, dedicado a "todo gênero de leitores", encontram-se 44 páginas contendo seções dirigidas a diversos tipos de leitores: "benévolo", "malévolo", "impaciente", "português", "estrangeiro", "douto", "indouto", "pseudocrítico", "impertinente", "mofino". Para cada leitor virtual, Bluteau formula um discurso de aceitação para o dicionário. Com relação aos leitores portugueses, por exemplo, Bluteau acentua o poder legislador dos autores consultados, que o autorizam, enquanto estrangeiro, que teve formação na França, Itália e Espanha, a compor o dicionário.

Assim, a competência individual do falante importa menos do que a legitimidade dos autores.

Como mostra Mazière (1986), os prefácios dos primeiros dicionários monolíngües do fim do século XVII e primeira metade do XVIII instalam esse gênero, fundando a relação entre a legitimidade político social do autor e a legitimidade linguística do objeto. Os prefácios, que depois caíram em desuso (quem se interessa hoje em ler o prefácio de um dicionário?), teve seu auge nesse período de instrumentação da língua nacional. No caso do português, julgamos que o prefácio de Bluteau é um marco para o estabelecimento das condições de interpretabilidade do dicionário. Enunciando do lugar da filologia, o lexicógrafo confere um direcionamento para a leitura que o seu sucessor Moraes, apesar de excluir as etimologias dos verbetes, pouco questiona nos prefácios, colocando-se apenas como "resumidor" e "acrescentador" de seu antecessor. Observe-se que, como já comentamos mais acima, o *Dicionário da Academia* (1694), do francês, inaugura um modo sincrônico de definição, que não se apóia nas etimologias nem nas autoridades literárias. Será que Moraes realiza de fato a passagem do dicionário de filologia para o dicionário de língua, da história para a sincronia, da etimologia e da literatura para o uso?

A edição do *Vocabulário português e Latino* que analisaremos é a de 1712. No suplemento a essa edição há vários tipos de vocabulários: de nome próprios, de sinônimos, e também um vocabulário de vocabulários. Em nossa análise, vamos nos deter no vocabulário maior, que consta de oito volumes.

2.2. O primeiro monolíngüe: Dicionário da Língua Portuguesa

No momento da passagem dos bilingües aos monolíngües do português teria havido uma ruptura bem demarcada? Moraes afirma, na primeira edição, de 1789, ter apenas retomado o dicionário de Bluteau, resumindo-o e acrescentando alguns termos: "reforma e enriquecimento do Vocabulário de D. Rafael Bluteau"; na segunda edição, aparece no título: "recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado". No prefácio desta segunda edição, Moraes mantém a posição de compilador, mencionando novas fontes consultadas, entre as quais, o *Dicionário português da Real Academia das Ciências de Lisboa*, aquele que ficou pela letra A, e o *Elucidário de palavras e frases*, de Fr. Joaquim de Viterbo, dicionário do português antigo que, ao lado do de Moraes, foi um dos mais consultados no século XIX. O Dicionário de Moraes ainda contou com uma terceira edição em vida do autor, a de 1823. Seguiram-se edições sucessivas ainda no século XIX (1831, 1844, 1858, 1877, 1891, s.d.), sempre com revisões e acréscimos. Vamos utilizar aqui as duas primeiras edições.

No prefácio da primeira edição, Moraes afirma ter reduzido os dez volumes da obra de Bluteau a apenas dois, com "o bom que neles há, muito melhorado". O que se diz é que na elaboração do primeiro monolíngüe do português tinha-se em vista uma redução e uma simplificação do dicionário de Bluteau, acompanhada de alguns acréscimos: "Acompanhei este estudo com os auxílios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocábulos, e frases, e mui freqüentemente sobejo em dissertações despropositadas, e estranhas do assunto, que fazem avolumar tanto a sua obra. Este último reparo me animou a escolher para meu uso tudo o que ele traz propriamente português, deixando somente os termos da Mitologia, os da História Antiga, e das línguas vivas. E ainda eu quisera omitir muitos vocábulos de cargos, ofícios, navios, e outras cousas da Ásia, e Etiópia, que vem nas Histórias daquelas partes, explicadas aí mesmo pelos Autores, e de que ninguém usou depois: mas receei que me acusassem dessa omissão e lá os conservei" (Moraes 1789: Prólogo ao Leitor). Parece, como se vê, que o problema do *Vocabulário* de Bluteau estaria na extensão dos verbetes, o que se resolveria com alguns cortes: das etimologias, dos comentários, dos assuntos referentes a outros países. Mas e quanto à estrutura das definições? Percebe-se que na retomada de Moraes há algumas reformulações, como veremos mais adiante. Porém, a enunciação da autoria é um pouco reticente. Isto se nota pela dubiedade do lexicógrafo. De um lado, este se coloca ao lado dos "dicionaristas das línguas vivas", criticando a verbosidade, as "dissertações despropositadas e estranhas ao assunto", e nesse sentido posiciona-se contra a visão etimológica e enciclopédica; de outro lado, vacila com relação às mudanças que se mostrava pretendo a fazer: "mas receei que me acusassem dessa omissão e lá os conservei". Ora, esse último enunciado parece sintomático dos desdobramentos históricos que esse discurso toma. Poderíamos ver nessa figura vacilante o iluminista perseguido pela Inquisição³⁴, impedido de levar a contento sua prática. Mas também o rumor de uma posição imobilizada e absorvida por práticas conservadoras. Outra dubiedade diz respeito à nacionalidade do autor. Bluteau, como fundador de um discurso de lexicógrafo da língua portuguesa, era um estrangeiro falando como autoridade do português. Agora é a vez desse brasileiro, natural do Rio de Janeiro, que, aos 19 anos, pouco depois de ter chegado a uma terra estranha (Coimbra), começa a elaborar o primeiro monolíngüe do português. Essa nacionalidade teria alguma correspondência na autoria do dicionário?

As conjecturas levantadas até aqui serão consideradas na análise das definições. O aparecimento do dicionário de Moraes, com a redução do *Vocabulário* de Bluteau, coincide com a introdução na lexicografia portuguesa dos ideais iluministas de clareza,

³⁴ Perseguido pela Inquisição, preso em 1779, Moraes era acusado pela leitura dos filósofos das Luzes; ver "Antônio de Moraes Silva. Notas Biográficas", in *Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., Editorial Confluência, 1945.

simplicidade, concisão, que se disseminava em Portugal desde as medidas pombalinas. Haveria assim a passagem do eruditismo barroco de Bluteau ao estilo das Luzes em Moraes³⁵. A esse propósito, mencione-se a inclusão na segunda edição do Moraes do "Epítome da Gramática Portuguesa" aos moldes da gramática filosófica de Port Royal. Veremos a seguir em que medida isso pode ser considerado com relação à materialidade discursiva do enunciado definidor.

Consideremos que, com a tradição monolíngüe portuguesa e o conjunto de definições que aí se constitui, insere-se no Brasil todo um vocabulário das instituições jurídicas e políticas que nas reflexões bilíngües potuguês-tupi, concernidas mais com os aspectos naturais e etnográficos, estavam praticamente ausentes. Além disso, os dicionários portugueses passam a apresentar termos provenientes do Brasil, com ênfase justamente para os elementos naturais. A análise da constituição dos domínios de definição permite que se observe de que maneira isso ocorreu.

2.3. O cenário da definição

A intertextualidade entre Bluteau e Moraes nos interessa para examinar o processo de formação dos domínios de definição. Ela permite que observemos as relações entre enunciados na reformulação dos discursos, assim como a variação sintática que daí resulta. É a partir da rede de substituições, de paráfrases e de sinonímias explicitada pela análise que falaremos sobre a formação de um *cenário da definição*, ou seja, sobre a constituição ideológica do(s) sujeito(s) da definição em uma situação imaginária. Para ser mais claro, tomemos um exemplo:

³⁵ A passagem do barroco ao iluminismo pode ser notada na tradição portuguesa também com relação aos dicionários de sinônimos, a partir daquele do próprio Bluteau (*Vocabulário de sinônimos e frases*), que aparece no Suplemento ao *Vocabulário Português e Latino*. Evelina Verdelho, comparando esse vocabulário com o de Cardeal Saraiva (1821), mostra o deslocamento de um a outro. Em Bluteau nota-se uma eloquência barroca, com os ornamentos, epítetos, e a sinonímia com um espectro mais largo. Em Saraiva um estilo que se volta para a clareza e precisão, com a influência dos dicionaristas franceses Girard e Roubaud e da teoria dos sinônimos de Jerônimo Soares Barbosa, desenvolvida por meio da divisão entre a idéia principal e a idéia acessória (E. Verdelho, "Lexicografia Sinonímica Portuguesa: o Vocabulário de Sinônimos e frases, de Rafael Bluteau e o Ensaio sobre alguns sinônimos, do Cardeal Saraiva", Separata de BIBLOS, LVII, Coimbra, 1981).

BLUTEAU	MORAES
<p>PALANDRAS. É o nome que Italianos, ou Franceses deram às duas barcas emparelhadas, que sem mastro, nem velas, nem marinheiros, mas levadas de reboque levam as carcaças, ou morteiros, que disparam as bombas modernas, máquinas incendiárias, e expugnatórias de fortalezas, e cidades. No Lexicon Matemático do P. Dom Jerônimo Vital, impresso em Roma, ano de 1690. acharás uma ampla descrição delas. <i>verb. Pallandrae.</i></p>	<p>PALANDRAS. s. f. São duas barcas emparelhadas, levadas a reboque, onde vão as carcaças, ou morteiros para o ataque de Praças, ou Cidades marítimas.</p>

Podemos de início apontar algumas operações textuais que indicam modificações no modo de enunciação, no percurso de formação do enunciado definidor.

1. Exclusão de formas enunciativas de alteridade

Moraes geralmente apresenta textos menos extensos que Bluteau. Isto pode ser considerado como índice da passagem do dicionário enciclopédico ao dicionário de língua, passagem realizada a duras penas no momento da constituição de unidade de língua. Notemos como se operam os cortes. A primeira exclusão que se nota em Moraes é a que apaga a introdução da definição filológica de Bluteau: "É o nome que Italianos, ou Franceses deram às (...)". O que em Bluteau era o ato de nomeação, e também um tipo de enunciado definidor etimológico, desaparece. Podemos representar essa exclusão considerando algumas formas de definição presentes no corpus de Bluteau: "É o nome que se [os gregos, os romanos, os italianos, os gentios] dá a X", "É palavra [grega, latina, francesa...] que vale como X", "termo que se diz de X", "X, que [os gregos, os latinos, os castelhanos...] chamam Y". Em Moraes, a definição aparece como: "X". Esse processo excludente conduz à formação de um discurso de evidência, que se despoja dos "discursos sobre a coisa" para "dizer a coisa em si". Realizam-se ainda exclusões com respeito a citações de autores e comentários etimológicos.

2. Indicação da categoria gramatical

Se, por um lado, Moraes rejeita as expressões metalingüísticas de nomeação e significação, que caracterizam o discurso plurilíngüe de Bluteau, por outro, insere em cada verbete, logo após a palavra-entrada, a indicação da categoria gramatical (s. f. - substantivo feminino). É um modo de enunciar que se está no interior de um dicionário de língua e tudo o que vem nos verbetes se realaciona com a significação na língua portuguesa.

3. Cortes e reformulações na retomada textual

A grande maioria das definições de Moraes são produzidas a partir da retomada textual de Bluteau, com cortes e inserções. No exemplo acima, recuperam-se de Bluteau alguns trechos ("duas", "emparelhadas, levadas a reboque", "as carcaças ou morteiros"); eliminam-se outros ("que sem mastro, nem velas, nem marinheiros mas", "que disparam as bombas modernas, máquinas incendiárias, e expugnatórias de fortalezas");

introduzem-se alguns ("onde vão", "para o ataque de Praças", "marítimas"), transformam-se outros ("barcas"/"barcaças"). Essas modificações léxico-sintáticas dão sentido ao enunciado definidor que se constitui. Note-se, por exemplo, a introdução em Moraes de uma finalidade ("carcaças, ou morteiros *para o ataque de Praças, ou Cidades marítimas*"), no lugar daquilo que em Bluteau se coloca como uma propriedade do objeto ("bombas modernas, máquinas *incendiárias, e expugnatórias de foratalezas e cidades*"). Assim a variação formal (N SPrep)/(N SAdj) condiciona a produção de diferentes efeitos de sentido.

Através de variações como estas, podemos explicitar a formação das cenas definidoras, com a introdução, exclusão, transformação de: agentes, causas, finalidades, propriedades, conseqüências, determinações, na formulação do discurso.

Ressalte-se ainda, na forma que a definição toma em Moraes, a tendência a um discurso universalizado, resultante de um processo ideológico que pode ser resumido no seguinte esquema: Eu (Bluteau) digo *É o nome que...* → Tu, leitor, *verás, acharás* X em (autor) ("No Lexicon Matemático do P. Dom Jerônimo Vital, impresso em Roma, ano de 1690, acharás uma ampla descrição delas") → Ele (autor, falantes de línguas nacionais) diz X ("os italianos, os franceses deram nome a ...") → A significação na língua é "São duas barcaças..." (definição em Moraes). Percebe-se que a definição universalizada, ao se constituir, "esquece" os discursos que a determinam e passa a funcionar ao modo da autonomia. O esquema mostra bem a formação do mito continuista da linguagem, que vai dos falantes e dos objetos "concretos" à unidade "abstrata" universal de língua, onde se chegaria à "transparência" da definição. Esse processo ideológico explicita de fato o caráter material dos sentidos do enunciado definidor.

2.4. Dêixis espacial

O primeiro recorte que exporemos se estabeleceu tendo em vista as definições de "lugares". Nos capítulos anteriores, tratamos de algum modo do discurso sobre lugares através do estudo das dêixis. Nos viajantes, o espaço brasileiro aparece como objeto da descoberta e da conquista: espaço virgem "em que há" as maravilhas da natureza e do homem em sua inocência, lugar que é rondado por um sujeito nomeador (em Caminha: "ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal"). O mesmo acontece com a dêixis regionalista dos colonos, que descrevem a "existência" dos seres nos lugares, onde já se instalam alguns sujeitos fazendeiros na relação com escravos e índios. Depois, com a formação de imaginários de língua, estabelece-se um atributo geográfico na lexicografia missionária ("língua da costa") ou geográfico nacionalista ("língua

brasílica"). Os dicionários do Império inventaram um lugar no passado para as línguas indígenas e atualizaram o espaço, mais uma vez, com a visão naturalista. E Pombal enuncia a universalidade da língua portuguesa no território brasileiro. Bem, é nesta última enunciação que se enquadra a introdução do dicionário monolíngüe do português. E parece-nos que as conseqüências dessa inserção ainda não foram suficientemente consideradas nos estudos sobre o léxico brasileiro, especialmente no que diz respeito ao modo como o discurso lexicográfico representa a espacialidade.

Imaginemos o impacto que a visão cosmopolita e imperialista portuguesa provoca no narcisismo naturalista brasileiro. Além do espaço português, é comum em Bluteau e Moraes a representação de localidades africanas e asiáticas. Que se pense, por exemplo, no efeito de leitura para um brasileiro de uma definição, como a que traz Bluteau, que diz que a *pacoba* (hoje também chamada "banana") é "árvore natural do Congo" (ver exemplário mais abaixo) ou que a *palma* ou *palmeira* é "árvore comum no Egito". Que língua portuguesa é essa que fala, além de coisas portuguesas estranhas aos brasileiros, de moedas da Índia, templos asiáticos, parlamentos de França e Inglaterra. É certo que Moraes reduz bastante o leque de representações espaciais deixado pelo Portugal quinhentista, que aparece mais no enciclopédico Bluteau; mesmo assim, as definições funcionam para o leitor brasileiro como um espelho do que se passa no mundo, onde ele se vê diminuído, colocado como uma alteridade entre outras. Pois a universalização da definição em Moraes carrega os traços da historicidade da tradição portuguesa. A reação nacionalista não tardaria, com os dicionários de brasileirismos. Mas fiquemos por enquanto com Bluteau e Moraes.

Nosso interesse na análise, para além dos dêiticos e dos locativos, se dirige para a sintaxe da definição, neste caso caracterizada pela presença de enunciados com frases relativas introduzidas por *onde*, *em que*, *de onde*, e também, *que*. Observemos os exemplos:

<p>PACIGO. Segundo o P. Bento Pereira no Tesouro da língua Portuguesa, é o mesmo que em Latim <i>Aditus</i>, ou <i>Transitus</i>. Nas obras de Francisco de Sá de Miranda, parece quer dizer o lugar onde costuma pascer o gado, porque na I. Écloga, Estanc. 74. diz assim: <i>Quando tudo era falante</i> <i>Pascia o cervo um bom prado,</i> <i>E vejo um cavalo andante</i> <i>Quis comer algum bocado (...)</i></p>	<p>PACIGO, s. m. Pasto onde andão os animais. <i>Sá Mir. Pascigos. Orden. 5. T. 36. §. 1.</i></p>
--	---

<p>PAÇO. No número singular toma-se pela Corte dos Príncipes, Reis, Imperadores. <i>Aula, ae. Fem. Cic. Vid. Corte.</i> (O Paço das Rainhas de Portugal, é paço com propriedades de deserto. O P. Ant. Vieira.)</p> <p>Paços del Rei. No número plural toma-se pelo material do edifício, e habitação Real. Vid. Palácio. Vid. mais abaixo Paços.</p> <p>O Paço dos Tabeliões. Na Cidade de Lisboa é a casa, onde assistem de dia os Tabeliões. <i>Tabulariorum curia, ae. Fem.</i></p>	<p>PAÇO, s. m. Casa nobre, onde el Rei habita: onde se faz junta das Câmaras, e se dizem os <i>Paços dos Conselhos</i>. (...).</p>
<p>PALESTRA. Deriva-se do Grego <i>Pali</i>, que quer dizer <i>Luta</i>. As Escolas, ou edificios públicos, a que os Gregos, e depois os Romanos chamaram <i>Gymnasia</i>, constavam de dez partes, a saber, <i>Porticos</i>, varanda, ou alpendre de colunas, com assentos, em que os Filósofos disputavam; <i>Ephebeum</i>, a <i>Escola dos moços de catorze anos</i>, ou o lugar em que começavam a exercitar o corpo (...). À imitação destes e outros autores usamos no português do vocábulo <i>Palestra</i>, quando queremos significar geralmente o lugar, em que se exercita alguma arte liberal, ou também alguma virtude. (O Oceano foi a Palestra em que se exercitou esta virtude. <i>Paneg. do Marq. de Marialva</i>). (...).</p>	<p>PALESTRA, s. f. O lugar, em que se exercita alguma arte liberal, ou virtude (...).</p>
<p>PÂNTANO. Grande, e profundo atoleiro. <i>Limosus</i>, ou <i>coenosus gurgis, itis. Masc. Coenosa</i>, ou <i>limosa vorago, inis</i>. (...)</p>	<p>PÂNTANO, s. m. Atoleiro. lamarão mole, tremedal, que sorve as coisas pesadas.</p>
<p>PARAÍSO. Querem alguns, que seja palavra Grega, composta de <i>Para</i>, que em Latim vale tanto, como <i>Juxta</i>, e do verbo <i>Diyo</i>, que quer dizer <i>Irrigo</i>, de sorte que <i>Paraíso</i>, é como quem dissesse <i>Hortus irriguus</i>. Querem outros, que <i>Paraíso</i> seja palavra Persiana, equivalente a <i>Vergel</i>; e outros derivam <i>Paraíso</i> do Hebraico <i>Pardes</i>, que quer dizer <i>Pomar</i>. Por <i>Paraíso</i> tomado absolutamente, e sem epíteto entendemos comumente o Céu, morada dos Bemaventurados, e eterno domicilio da glória. <i>Beatorum sedes, is. Fem. Aeternum Caelitum domicilium, ii. Neut. Caelum, i. Neut.</i> (...)</p>	<p>PARAÍSO, s. m. O jardim, onde foram postos nossos primeiros Pais. (...).</p>
<p>PARDIEIRO. Casas velhas, quase arruinadas, e que estão caindo, e parece que se chamam assim, porque de ordinário pardieiros são moradas de pardaes. <i>Parietinae, arum. Fem. Plur.</i> Este nome de sua natureza é adjetivo, e (como adverte Vossio) subentende-se <i>Ruinae</i>, ou <i>Reliquiae</i>.</p>	<p>PARDIEIRO, s. m. Casa velha, que ameaça ruína, ou está arruinada, e desabitada. <i>Ord. Af. 4. 81. 25. dei muitos pardieiros para casas. P. Per. 2. 67.</i></p>
<p>Não há.</p>	<p>PARLATÓRIO, s. f. Grade com casa exterior, onde as Freiras recebem visitas das pessoas de fora do Convento.</p>

<p>PARLAMENTO. (Termo da justiça de França, e Inglaterra). Vem do verbo Francês <i>Parler</i>, que quer dizer, <i>FALAR</i>, porque com falas, arengas, arzoados, e discursos se trata no Parlamento da justiça das partes. Parlamento pois é a Cúria, ou Conselho Real, ou supremo Tribunal dos Juizes, que decidem as causas de maior importância sem apelação nem agravo, senão de um parlamento para outro, como dos parlamentos de algumas cidades de França para o parlamento de Paris. (...) Parlamento d'Inglaterra são as Cortes do Reino, que El Rei convoca, despede, e prorroga a seu arbitrio. (...)</p>	<p>PARLAMENTO, s. m. Em Inglaterra o <i>Parlamento</i> consta de duas juntas, ou Casas: a dos <i>Comuns</i>, composta dos Procuradores dos Povos, onde se votão os dinheiros, ou grados, para as necessidades públicas, e os meios de se levantarem; onde se propõem as Leis, e discutem, para daí passarem à Câmara dos Pares do Reino, e serem discutidas, e aprovadas por el-Rei. §. Em França os <i>Parlamentos</i> são Tribunais de Justiça, que tem direito de representar ao Rei as necessidades públicas, e modo de as remediar; o direito de registrar os Êditos, e Ordenanças Reais, e representar contra elas, se forem contra os privilégios da Nação, ou prejudiciais, e até de as não registrar, sem o que não terão força de Lei: em alguns <i>Parlamentos</i> também se votam <i>sobsidios</i>. (...).</p>
<p>Não há.</p>	<p>PAROL, s. m. Coche grande, onde se ajunta nos engenhos o caldo, ou suco de cana assucareira, ou o melado. <i>parol de caldo, do melado</i>.</p>
<p>PARROCHIA, ou PARROQUIA. Freguesia, Igreja Paroquial, governada por Parroco. Deriva-se do Grego <i>Parochos</i>, que quer dizer, <i>Repartidor</i>, ou <i>Hospedeiro de Embaixadores</i>. Antigamente havia um costume (...)</p>	<p>PARÓQUIA, s. f. Igreja matriz, em que há Pároco</p>
<p>PASTO. O campo onde pasta o gado. <i>Pascua, orum. Neut. Cic. Varro diz, Pascuum</i> no número singular, mas o plural é mais usado. (...) Pasto. A erva de que se apascenta o gado. (...)</p>	<p>PASTO, s. m. O campo, onde o gado pasta; a herva, de que come; e todo o alimento, do homem, asves, &c. (...).</p>
<p>PATÍBULO. Vem do verbo Latino <i>Pati</i>, padecer, ou de <i>Patere</i>, estar patente. Nos antigos Autores <i>Patibulum</i> hora significa <i>Forca</i>, e hora quer dizer <i>Cruz</i>. (...)</p>	<p>PATÍBULO, s. m. Lugar onde se padece pena capital, seja cadafalso, ou forca.</p>
<p>PÁTRIA. A terra, Vila, Cidade, ou Reino, em que se nasceu. Ama cada um a sua pátria, como origem do seu ser, e centro do seu descanso. Raras vezes saem as aves do bosque, em que tiveram seu ninho. Tem a pátria qualidades retentivas para os que nascem nela, e atrativas para os que dela se apartam. Representavam os antigos o amor da pátria em figura de mancebo; (...).</p>	<p>PÁTRIA, s. f. A terra donde alguém é natural. §. fig. <i>A pátria Celeste</i>: o Céu.</p>

A princípio, poderíamos fazer uma distinção lexical entre os lugares naturais, como *pasto* e *jardim* e os lugares sociais, como *casa* e *igreja*. Contudo, as formas da definição nos permitem enxergar outras relações. As relativas em *onde* e *em que* fazem do espaço uma espécie de palco natural das atividades humanas e animais. Ele, o espaço, não é nem objeto de uma prática nem agente determinador. É cenário em que se desenrolam os acontecimentos naturais e sociais, como se fossem plenamente adequados para tal. Assim ocorre com os verbetes *pacigo* e *pasto*, nos quais se constrói a cena dos animais percorrendo os campos. ("pasto onde andam os animais", "campo, onde o gado pasta").

Note-se o corte em Moraes da modalização presente em Bluteau ("onde *costuma* pascer o gado"). Em Moraes, o lugar fica mais "adequado" à cena descrita. Os elementos presentes na situação podem ser objeto da ação dos agentes sem que por isso haja modificação do espaço. Isto acontece no verbete *pasto*, em Moraes, que traz para a cena uma outra acepção da palavra: "a erva de que come". Ai o animal aparece como sujeito que age sobre os objetos naturais ("a erva"), mas o espaço ("o pasto") continua intocado, como se fosse eterno provedor de alimentos.

Esse tipo de definição também ocorre com respeito a lugares sociais, como em *paço* e *palestra*. Vejamos o que sucede. Bluteau divide as acepções de *paço* em duas: "Corte dos Príncipes" e "material do edificio", numa distinção entre a função político-social e a materialidade do lugar. Na formulação da definição, Moraes reúne as duas acepções, antepondo o lugar natural, adjetivado socialmente ("casa nobre"), e colocando a figura do "Rei" como hóspede soberano ("onde el Rei habita"), acompanhado de sujeitos políticos universalizados ("onde *se* faz ... e *se* dizem"). A universalização pelo pronome *se* também se nota no verbete *Palestra*, onde os sujeitos apontados no início do texto de Bluteau ("os Romanos", "os Romanos", "os Filósofos"), desaparecem na retomada que ele mesmo efetua ("O lugar em que se exercita alguma arte liberal, ou virtude"). E Moraes, satisfeito com a definição portuguesa fornecida por seu antecessor, a transcreve tal qual. Note-se a universalização do espaço que o termo "lugar" vai construindo na definição, ao substituir, neste caso, a segmentos como "As escolas ou edificios públicos", "pórticos, varandas ou alpendres de colunas, com assentos", enquanto o pronome *se* aparece como um sujeito moral universal.

Parlatório e *paraíso* são outros verbetes com definição de "lugar onde". Neles se verifica, através do discurso religioso, uma diferença na cena enunciativa, que nos leva a notar o dualismo entre o plano humano e o plano divino³⁶. No primeiro caso, há o discurso terreno da reclusão ("grade com casa exterior") e o sujeito recluso ("as freiras") que ali está "recebendo" a ação externa. Há uma semelhança nesse ponto com a definição de *patibulo* ("onde se padece pena capital"). No segundo caso, *paraíso* ("O jardim, onde foram postos nossos primeiros Pais"), surge um discurso religioso, no qual, através da passiva ("foram postos"), entra em cena um sujeito divino, colocando os seres em seus devidos lugares.

Diversamente do que se passa com as relativas em *onde*, as relativas em *que* instauram o espaço como sujeito na situação. Peguemos os exemplos *pântano* (M. "atoleiro, lamarão mole, tremedal, que sorve as coisas pesadas") e *pardieiro* (M. "Casa velha, que ameaça ruína). Nestes casos, "atoleiro, lamarão mole, tremedal" e "casa velha"

³⁶ Sobre o funcionamento do discurso religioso através dos dualismos: plano humano/plano divino, ordem/temporal/ordem espiritual, sujeitos/Sujeito, Espírito, Deus, ver Orlandi ("O discurso religioso" in *A linguagem e seu funcionamento*, Pontes, Campinas, 1987").

estão como sujeitos da relativa e funcionam como agentes naturais na cena definidora. São o pântano e a casa em ruínas que interferem nos seres e não o inverso. O particípio passado "arruinada", que em Bluteau aparece no início, deixa supor um sujeito social causador. Mas Moraes parafraseia com a forma de definição em *que* e pospõe o particípio passado, de modo a privilegiar as desgraças naturais. Este modelo autorizaria enunciados como "os barracos da favela ameaçam desabar".

A diferença entre a definição com *onde* ou *em que* e a definição com particípio passado pode ser verificada também no verbete *paróquia*. Em Bluteau, com o particípio passado ("Igreja paroquial *governada por pároco*") surge um sujeito político-social: a religião aparece mais decisivamente como um lugar social de poder; já em Moraes, com a definição articulada por *em que* ("Igreja matriz, *em que há pároco*"), o sujeito "pároco" aparece como naturalmente ocupando um lugar.

Passemos agora ao verbete *parlamento*. Observemos os locativos que introduzem os textos. Bluteau, como definidor dos nomes e da origem dos termos, indica: "termo da justiça de França, e Inglaterra". Moraes não formula diretamente a definição universalizada, como de costume. Introduz, ao invés disso, um relato circunstanciado, marcando a alteridade nacional com os locativos "Em Inglaterra" e "Em França". Percebe-se o efeito de sentido daí decorrente, justamente na definição de termos político-jurídicos, quando o português, ao colocar em cena o francês e o inglês, se exclui. Além disso, enquanto Bluteau antecipa o francês ao inglês, Moraes reverte a ordem, colocando os ingleses em evidência. Quanto à sintaxe definidora, distingue-se uma variação. Começemos por Bluteau, onde ambas as definições aparecem através de relativas em *que*, mas de modos distintos. Para o lado francês, o espaço, tomado enquanto uma representação política, aparece como sujeito da relativa: "Cúria, ou Conselho Real, ou supremo Tribunal dos Juizes, *que decidem as causas de maior importância...*". O tribunal tem o poder de decisão. Enquanto isso, na definição do parlamento inglês, a relativa tem um funcionamento diferente: "Parlamento d'Inglaterra são as Cortes do Reino, *que el Rei convoca, despede, e prorroga a seu arbitrio*". Desta vez, o sujeito da relativa não é o seu antecedente, ou seja, o "parlamento", mas sim o sujeito "Rei" que é colocado em cena. Logo, na oração relativa, parlamento aparece como objeto da convocação do rei. Podemos considerar esses dois discursos como de definição parlamentar e de definição realista de "parlamento". Sigamos para Moraes, onde o parlamento francês se define através de uma relativa em *que* e o inglês de uma relativa em *onde*. Começemos pelo segundo caso. O parlamento inglês tem em Moraes uma definição de "lugar onde". São "juntas" ou "casas" "onde se votam os dinheiros, ou grados, para as necessidades públicas". Nesta primeira parte da definição, os agentes se universalizam pelo pronome *se* e o que está em voto são os "dinheiros". Já as leis estão na continuação da definição: "onde se propõem as Leis, e discutem, para daí passarem à

Câmara dos Pares do Reino, e serem discutidas, e aprovadas por el-Rei". Vê-se que a discussão e aprovação das leis pelo rei é a finalidade para onde apontam todas as outras proposições e discussões: definição realista do parlamento. A definição do parlamento francês coloca "Tribunais da Justiça" como sujeito da relativa "que tem direito de representar ao Rei as necessidades públicas...". O tribunal aparece como agente. No entanto, ao passo que para Bluteau, o tribunal "decide as causas", para Moraes ele "representa ao Rei as necessidades", o que nos leva a concluir que, diferentemente do que se tem em Bluteau, sua posição é a de uma definição realista do parlamento francês.

Apontemos ainda a definição de espaço como lugar originário, através da relativa em *de onde*, como em *pátria*: "a terra donde alguém é natural". E por fim, no verbete *parol*, a cena da produção açucareira, em que o locativo é marcado ("onde se ajunta nos engenhos"), mas o sujeito da produção é universalizado.

Os passos que demos até aqui nos permitem avaliar que cada verbete produz pela sua forma léxico-sintática um discurso de espacialidade específico, instaurador de cenas imaginárias em diversos domínios. Mostramos a determinação de alguns discursos: religiosos, políticos e jurídicos, que serão novamente discutidos no decorrer da análise.

2.5. Formas de subjetividade

A passagem de Bluteau a Moraes é um lugar privilegiado para se observar as fronteiras entre o sujeito religioso e o sujeito de direito. Essas posições não ficam totalmente estabelecidas, de modo que num mesmo verbete podemos ter uma acepção mais moral ou religiosa e outra mais lógica ou jurídica. De qualquer modo, feitas estas ressalvas, podemos perceber em Moraes uma tendência ao juridismo. Observemos os verbetes abaixo:

<p>PACIENTE. Aquele, que sofre com paciência. <i>Patiens, tis, omn. gen. Cic.</i> Paciente (Ter no Físico). É o que experimenta a operação, e recebe a impressão, e virtude do agente natural: v. g. quando o fogo aquece a mão, o fogo é o agente, e a mão o paciente (...).</p>	<p>PACIENTE, adj. ou subst. Dotado de paciência, sofredor. §. O objeto, em quem se emprega a ação do agente: v. g. <i>feri a Pedro: Pedro é o paciente</i> da ferida, ou da ação <i>ferir</i>. §. O que é sujeito de algum afeto, paixão, vício. (...).</p>
<p>PARCIMÔNIA. Moderação econômica. Mediocridade nos gastos da casa, trato de sua pessoa, etc. A parcimônia é virtude, que guarda o próprio, e o emprega utilmente, evita quanto pode os gastos desnecessários, mas quando o pede a razão, gasta o que convém. (...).</p>	<p>PARCIMÔNIA, s. f. O ato de poupar, regrar, dar, ou despender com frugalidade, e talvez com estreiteza, e acanhamento.</p>

Em *paciente*, Bluteau coloca o sujeito como um agente moral experimentador ("que sofre com paciência", "que experimenta a operação"). O sujeito "sofre", "recebe" a ação do agente natural, como no exemplo tirado da física ("quando o fogo aquece a

mão, o fogo é o agente, e a mão o paciente"). O discurso da moral aparece também em Moraes na primeira acepção do termo ("dotado de paciência"). Contudo, nota-se uma diferença. Não se trata de um "experimentador" mas de um sujeito que tem a "propriedade" natural da paciência. A definição de experimentador só aparece mais abaixo ("o que é sujeito de algum afeto, paixão, vício"). Mas o que importa observar é a introdução da definição lógica ("O objeto, em quem se emprega a ação do agente"). O "objeto", no caso, é um conceito lógico-gramatical em relação ao qual o sujeito é sempre aquele que produz a ação: o sujeito está na origem de seus atos, enquanto o objeto sempre recebe a ação, mesmo quando essa "posição de objeto" é ocupada por um "sujeito" humano, como no exemplo de tipo jurídico dado por Moraes: "feri a Pedro". É de se notar a introdução da lógica e da gramática na caracterização do sujeito-de-direito. Tal mudança é visível em alguns verbetes que trazem formas caracterizadoras da atividade do sujeito, como "o ato de". No verbe *parcimônia*, percebe-se o deslocamento do discurso moral ("moderação econômica") ao discurso sobre o sujeito ("o ato de poupar").

Examinemos agora estas seqüências dos domínios de família e profissão:

PADEIRA. Mulher que faz pão. <i>Quae panem fingit, ou conficit.</i> Roberto Estevão e outros dizem, <i>Pistrix</i> , não alegam com Autor, que usasse desta palavra. (...)	PADEIRA, s. f. Mulher, que faz, e vende pão.
PADEIRO. Homem que amassa, tende, e coze pão. <i>Pistor, oris. Masc. Cic. Furnarius, ii. Masc. Ulpian.</i> (...)	PADEIRO, s. m. Homem que amassa, e coze pão, para vender, &c.
PADRASTO. O segundo marido, que em razão dos filhos do primeiro matrimônio, que se chamam enteados, se chama padrasto, por suceder ao pai. <i>Vitricus, i. Masc.</i> (...)	PADRASTO, s. m. O que casa com a viúva se diz <i>padrasto</i> a respeito dos filhos, que ela teve do outro marido. (...).
PAGADOR. Oficial da milícia. O que paga aos Soldados. <i>Qui stipendia militibus numerat.</i> (...).	PAGADOR, s. m. O que faz pagamentos: v. g. o pagador da tropa, dos armazens, etc.
PANIGUADO, ou PANIAGUADO. Aquele que como doméstico da casa, recebe todos os anos do senhor dela alguma cousa para seu sustento. Chama-se assim porque antigamente a ração do paniaguado era pão e água. Nos livros das Ordenaç (...).	PANIGUADO, s. m. ou adj. Pessoa, que recebe pão, ou ração de alguém, e se veste de seu pano. (...).
PANTOMIMO. É palavra Grega, que vale tanto, como Imitador de tudo. Deu-se antigamente este nome a certos Comediantes, que com engenhosas gesticulações, jeitos, trejeitos, e adamanes representavam no teatro tudo o que se podia dizer com a voz. Gostavam muito os Romanos destas Comédias (...).	PANTOMIMO, s. m. O que representa por gestos no Teatro. <i>Pinheiro</i> , 2. 89.

PARELION, ou PARELIO. (Termo Meteorológico.) Retrato, que o Sol faz de si mesmo na nuvem, disposta para receber a sua imagem com a reflexão da sua luz. No ano de 1629. se viu em Roma um parélio de cinco Sóis. (...)	PARÉLIO, s. m. Meteoro, que é a representação do Sol em uma nuvem: v. g. "viram-se nesse dia dois parélios."
PARENTE. Termo relativo, que se diz de todos os ascendentes, ou descendentes da mesma família, por linha reta, ou colateral. Deriva-se de <i>Parens</i> , que em vários Autores antigos se acha em Latim por Parente. (...)	PARENTE, adj. c. Que tem parentesco com alguém; usa-se substantivo: v. g. <i>chegou-me um parente da Beira; é meu parente, ou minha parente</i> (femin.). (...)
PARENTESCO. Proximidade do sangue. <i>Propinquitas, atis.</i>	PARENTESCO, s. m. Relação que há entre os que descem dos mesmos pais; a que se contrai por casamentos, compadresco, etc.
PARRICIDA. Aquele que mata ao pai, ou à mãe, ou a qualquer outro parente muito chegado, ou Prelado Eclesiástico, que é pai espiritual. Nas leis dos Romanos não havia castigos determinados para parricidas, porque se não persuadiram que houvesse homem tão mal, que quisesse cometer tão grande desatino. <i>Parricida, ae. Masc. Cic. Parricida, ae. Masc. Cic. (...).</i>	PARRICIDA, s. c. Pessoa, que matou seu pai, ou sua mãe. (...).
PARTEIRA. A comadre que ajuda a parir. <i>Obstetrix, icis. Fem. Terent</i>	PARTEIRA, s. f. de Parteiro.
Não há.	PARTEIRO, s. m. O Médico, ou Cirurgião, que assiste as mulheres no parto, para lhes ministrar os socorros da Arte obstetrícia.
PASTOR. Geralmente falando. O que leva a pastar o gado, e o guarda. <i>Pastor, is. Masc. (...)</i>	PASTOR, s. m. O que guarda e apascenta o gado (...).
PATEIRO. Pastor que guarda patos. <i>Auferium custos, odis. Masc.</i> Algumas vezes se diz por desprezo de algum Frade Leigo.	PATEIRO, s. m. O que cria, ou guarda patos. §. <i>it.</i> O frade leigo.

Comecemos pelo domínio familiar, com o verbete *padrasto*. Em Bluteau, a nomeação de *padrasto* é avaliada na cena da instituição familiar do "matrimônio". Há dois casamentos em jogo, ambos moralmente bem sucedidos. Os sujeitos são representados na passagem de um a outro: o *padrasto* é visto como "segundo marido", os *enteados* como "filhos do primeiro matrimônio". E as duas razões colocadas para a nomeação dizem respeito ao papel moral do sujeito em "suceder" ao pai. Bem outra é a cena que Moraes esboça. Nesta praticamente só há lugar para um casamento. É uma definição sincrônica que representa juridicamente os sujeitos em estados civis. O *padrasto* é "o que casa com a viúva": o sujeito é colocado como origem de seus atos. A mulher é fixada como "viúva", de modo que o primeiro marido é considerado morto. Desautoriza-se com isso a separação. O discurso moral que se expulsara pela janela entra pela porta. Percebe-se que a definição jurídica em Moraes - e podemos generalizar - não é isenta de posicionamentos sociais. O que ocorre com a introdução de formas lógico-jurídicas na definição é a estabilização de um discurso de identidades, que produz um determinado sentido na história das formações sociais de família.

Atentemos ao verbete *parente*. Em Bluteau, *parente* aparece como um "outro", enquanto, em Moraes, como um "eu". Vejamos de que modo. Notemos, de início, a variação na forma sintática: (*que se diz de/que*). Em Bluteau, a relativa em *que se diz de* coloca em cena um sujeito universal nomeador, que dirige o termo *parente* a todos os sujeitos familiares ("que se diz de todos os ascendentes, ou descendentes da mesma família, por linha reta, ou colateral"). A família, como voz universal, se mostra novamente como plenitude realizada: todos se nomeiam a todos. Por seu lado, a definição egocêntrica de Moraes é construída com a relativa em *que*, a qual coloca *parente* como sujeito ("que tem parentesco com alguém"); os outros familiares são substituídos por "alguém", ficando estabelecida uma cena intersubjetiva entre dois sujeitos. A noção de família só aparece como pré-construído através do termo *parentesco*, onde, em Moraes, as relações não são físicas ou naturais, como para Bluteau ("proximidade do sangue"), mas estabelecidas pelos rituais jurídico-religiosos ("que se contrai por casamentos, compadresco, etc."). O deslocamento do religioso também é visível no verbete *parricida*, em que Moraes ("pessoa, que matou seu pai, ou sua mãe") exclui o lado familiar e religioso da acepção de Bluteau ("Aquele que mata ao pai, ou à mãe, ou a qualquer outro parente muito chegado, ou Prelado Eclesiástico, que é pai espiritual"). Percebe-se então, com estas análises, que são dois discursos diferentes em relação à noção de família e às posições sociais dos sujeitos.

Prossigamos agora com o domínio profissional. Predominam no recorte analisado as definições em *que*, como em *pastor* ("O que guarda e apascenta o gado") e *pateiro* ("O que cria, ou guarda patos"), profissões do campo que aparecem universalizadas e sem circunstanciais. Observe-se que Moraes exclui algumas modalizações ("geralmente falando") e palavras-cabeça ("pastor") presentes no Bluteau. As relativas retomam ou a palavra-entrada ("PASTOR. s. m. O que") ou a palavra-cabeça inserida ("PADEIRA. S. f. Mulher que", "PADEIRO, s. m. Homem que"), colocando esses termos em posição de sujeito universal da profissão. Moraes expande o uso desse tipo de definição, que também aparece, mas com menos frequência, em Bluteau.

Vamos ao grupo *parteira/parteiro*. Em Bluteau, só há definição de *parteira* ("a comadre que ajuda a parir"). Em Moraes, por sua vez, as coisas mudam de figura, com a entrada em cena de um sujeito profissional bem marcado. A palavra-cabeça mais "informal" de Bluteau ("comadre") é substituída por uma representação profissional ("O Médico, ou Cirurgião") e uma finalidade no interior de um campo de saber ("para lhes ministrar os socorros da Arte obstetricia"). A profissão de médico é privilegiada com uma definição circunstanciada, legitimada e com finalidades bem marcadas. Enquanto isso, nota-se, na passagem ao dicionário de língua, o lugar atribuído a *parteira*, que perde a definição que tinha em Bluteau e ganha uma marcação de gênero lingüístico ("s. f. de Parteiro"): o dicionário toma partido pelo gênero masculino. Uma diferenciação

formal, e a divisão de trabalho que ela supõe, se percebe também no par *padeira/padeiro*, onde no último se inclui uma finalidade ("homem que amassa, e coze pão, *para vender*"), enquanto no primeiro não ("mulher, que faz, e vende pão").

Outro verbete de profissão é *pantomimo*, que nos deixa ver um deslocamento, no domínio das artes, que caminha da "imitação", em Bluteau ("imitador de tudo"), à "representação", em Moraes ("o que representa"). A propósito, tal deslocamento é visível também na definição de fenômenos naturais, como em *parélio*, que para Bluteau é "retrato que o sol faz de si mesmo" e para Moraes é "representação do sol em uma nuvem". Como profissão urbana, *pantomimo* recebe um circunstancial ("no teatro"). Por outro lado, em *paniguado*, enquanto Bluteau mostra a cena profissional (digamos servil), introduzindo os agentes ("aquele que como doméstico da casa, recebe todos os anos do senhor dela alguma coisa para seu sustento"), Moraes universaliza a servitude, apagando os agentes, e mantém o enunciado protecionista ("pessoa, que recebe pão, ou ração de alguém, e se veste de seu pano"). Novamente, as formas de definição mostram as desigualdades na atribuição de identidades.

2.6. Objetos

Depois dos lugares e dos sujeitos, vamos proceder a uma análise dos objetos na cena da definição. Iremos considerá-los de três maneiras, de acordo com os tipos de definição a que chegamos, a saber: a definição natural, a definição de processo e a definição de uso.

2.6.1. Definição natural

Estamos considerando a definição natural como aquela que coloca o SN-Cabeça como base da definição. Isto de duas maneiras: a) quando ele aparece sozinho na estrutura definidora, com sujeito ausente, geralmente com uma estrutura (N SAdj), como em: "PACOPA, s. f. Fruto da Pacobeira", b) quando aparece como sujeito da relativa que se segue, de modo que não se incluem outros sujeitos na sintaxe enunciativa. Isto ocorre em estruturas como esta, de que já tratamos anteriormente: "PARIETÁRIA, s. f. Erva, que nasce de ordinário sobre paredes". Analisemos as seguintes seqüências:

<p>PACA. Animal do Brasil. É uma espécie de coelho, do tamanho de martã, e grunhe quase como porco. Tem lombos largos, orelhas sem pelo, ventas largas, barba de gato, os pés mais altos que as mãos, a barriga branca, e nas ilhargas malhas cinzentas. A carne deste animal é gorda, e excelente; por isso os Portugueses lhe chamão, Caça real. <i>Paca, ae. Fem. Maffaeus Histor. Ind. pag. 31.</i></p>	<p>PACA, s. f. Animal Brasilico, de caça, espécie de porco.</p>
<p>PACOPA. Pacobeira. Vid. Pocobeira. Vid. Musa.</p>	<p>PACOPA, s. f. Fruto da Pacobeira.</p>
<p>PACOEIRA, ou PACOPA. Árvore natural do Congo, que também se cria no Brasil, o Gentio lhe chama, Pacobete. Veja o curioso a descrição desta planta, <i>lib. 3. cap. 14. Hist. Plantarum Guilielmi Pisonis. Vid. mais abaixo, Pacobeira. Vid. Pocobeyra.</i></p>	<p>PACOEIRA, s. f. Árvore Brasilica, e Africana. V. <i>Pocobeyra.</i></p>
<p>PAGODE. (Termo da Índia). É o nome que os Gentios dão aos seus templos, ou também (como o advertio o P. Fr. João dos Santos no livro 4. da sua História da Índia Oriental) aos ídolos dos seus templos. Outros dizem que os Portugueses deram este nome aos templos, e ídolos da Índia. Pagode é edificio de uma nave, e alguns há de três naves, mas sem capelas, nem altares; só na frontaria da nave do meio, onde as nossas Igrejas têm a capela mór, tem uma capelinha quadrada e muito baixa (...).</p>	<p>PAGODE, s. m. Templo de idolatria na Ásia (...).</p>
<p>PALMEIRA. Árvore. Vid. Palma. PALMA, ou PALMEIRA. Árvore comum no Egito, e em todas as regiões cálidas, e secas. Sobe muito, e não ramifica senão na parte superior do tronco (...).</p>	<p>PALMEIRA, s. f. Árvore vulgar, cujos ramos são as palmas. (<i>palmes, itis.</i>)</p>
<p>Não há.</p>	<p>PANACU, ou PANACUM, s. m. t. do Brasil. Um sesto comprido, cujas bordas vão fechando algum tanto para dentro. <i>Figueira, Gram. pag. 49.</i> O primeiro é mais usual; o segundo conforme à etimologia.</p>
<p>PANO, ou PANNO. Tecido de lã, algodão, seda, ou linho. Os que contratam em panos, para diferenciarem a fineza, e largura deles, inventaram os nomes que se seguem. <i>Pano dozeno, dezocheno, vinteno, vintequatreno, vintedozeno (...).</i></p>	<p>PANO, s. m. Tecido de fios de linho, algodão, ou lã para vestidos e outros usos (...).</p>
<p>PANTUFO. Duarte Nunes de Leão, no seu livro da origem da Língua Portuguesa, pag. 55. seguindo a etimologia de Joaquim Perionio, deriva <i>Pantufo</i> do Grego <i>Pan</i>, tudo, e <i>Phelos</i>, cortiça, como quem dissera, <i>Tudo cortiça</i>. Mas a críticos modernos não agrada esta derivação de Perionio, porque o Pantufo não é todo cortiça, e lhes parece mais natural derivar <i>Pantufo</i> do Alemão <i>Pantoffel</i>, que é o mesmo que <i>Chapim</i>, e difere em que chapim é redondo, e aberto, e pantufo é comprido, e fechado (...).</p>	<p>PANTUFO, s. m. Calçado antigo, que por solas tinha assento de cortiça (...).</p>

PAPAGAIO. Ave conhecida, que remeda a fala do homem, e a voz dos animais, e para este efeito lhe deu a natureza língua carnosa, e larga, capaz para articular sílabas e pronunciar distintamente palavras. (...) no Brasil se chama <i>Aiuru</i> , ou <i>Aiurucuruca</i> , ou <i>Tui</i> , <i>Tuiete</i> , <i>Tuipara</i> , etc. conforme as suas diferentes espécies (...).	PAPAGAIO, s. m. Ave vulgar de bico revoltoso; verde, ou cinzenta; arremeda a fala humana (...).
PAPAZ. Toda a costa de África chama aos Sacerdotes da Cristandade <i>Papazes</i> .	PAPAZ, s. m. Da Língua Franca, Sacerdote Christão.
PARATIZ. Peixe. <i>As paratizes</i> <i>Não sabem como perdzizes,</i> <i>Mas têm de mugens sabor,</i> <i>Ou inda um pouco melhor.</i> Segunda parte do Banquete esplêndido, num. 74.	PARATI, s. f. Peixe parecido à tainha, ou mugem do Brasil; e são as pequenas. t. da Língua geral do Brasil: <i>corimã</i> é a tainha grande.
PARCIMÔNIA. Moderação econômica. Mediocridade nos gastos da casa, trato de sua pessoa, etc. A parcimônia é virtude, que guarda o próprio, e o emprega utilmente, evita quanto pode os gastos desnecessários, mas quando o pede a razão, gasta o que convém (...).	PARCIMÔNIA, s. f. O ato de poupar, regrar, dar, ou despender com frugalidade, e talvez com estreiteza, e acanhamento.
PARDAL. Pássaro conhecido. Segundo Duarte Nunes de Leão, Origem da língua Portug. <i>Pardal</i> é palavra Árábica. <i>Passer, eris. Masc. Cic.</i> <i>Pardal</i> pequeno (...).	PARDAL, s. m. Ave conhecida. (<i>passer, is.</i>) §. <i>O pardal Francez</i> é de arribação (<i>passer tricolor, passer gallicus</i>).
PARDÃO. Moeda da Índia, que vale da nossa trezentos e sessenta reis cada uma. Damião de Goes, fol. 56. col. 4 segundo Fern. Mend. Pinto fol. 199. col. 4. cem mil pardaos são noventa mil cruzados da nossa moeda (...).	PARDÃO, s. m. Moeda da Índia, que vale três tostões pouco mais, ou menos. <i>Goes</i> diz, que vale 360. reis; e <i>F. Mendes</i> , que 400. <i>pardãos</i> valem 90000. cruzados.
PAREDE. Obra de pedra, e cal, que divide uma casa da outra. Parede mestra é a em que se assentam os sobrados, tetos, e telhados. Pode-se derivar Parede do Hebraico <i>Parad</i> , que quer dizer, Dividir. <i>Paries, etis. Masc. Cic.</i> (...).	PAREDE, s. f. Obra de pedra, ou tijolo com cal, ou de taipa, ou de sebes com barro, que faz o muro, cerca, ou casco do edificio: <i>parede ensossa</i> é de pedras postas umas sobre outras, sem cal, de <i>pedra seca</i> (Cron. F. III. P. 4. c. 10) (...).
PARIETÁRIA. Erva assim chamada, porque de ordinário nasce sobre paredes. Dá uns talos, que tiram a vermelho, cercados de semente desigual, e áspera. As folhas se parecem com as da erva mercurial, porém são mais felpudas. Tem virtude emuliente e laxativa. <i>Helxine, es. Fem. Perdicium, ii, Neut. Urceolaris herba, ae. Fem. Plin. Hist.</i> Outros lhe chamam <i>Parthenium, sideritis, Heraclea, Convolvulus minor, volubilis media, vitealis, cissampelos</i> . O vulgo lhe chama, Alfavaca de cobras. <i>Vid.</i> Alfavaca. (Violas, parietaria, mercuriales. Luz da Medic. 121.).	PARIETÁRIA, s. f. Erva, que nasce de ordinário sobre paredes; alfavaca de cobras. (<i>Helxine, Heraclea, Convolvulus minor, 7c.</i>).
PAROQUIANO. <i>Vid.</i> Freguez. (Qualquer Paroquiano, que fizesse testamento sem assistência do seu Pároco. Mon. Lusit. tom. 6. 250.)	PAROQUIANO, s. m. O freguez da Paróquia.
PAVIO DA CANDEA. <i>Ellychnium ii. Neut. Plin.</i>	PAVIO, s. m. A torcida, ou matula da candeia: <i>Sá Mir.</i> § Gostar pavio; e <i>fig. gastar tempo.</i> § Rolo de cera, ou <i>pavio</i> encerado, para acender.

Podemos ressaltar, à primeira vista, a brevidade das definições em N SAdj, se relacionadas com os verbetes de Bluteau. Essas definições resultam de uma leitura altamente seletiva, e portanto excludente, dos discursos à disposição. É digno de nota que grande parte dos termos que têm relação com o Brasil aparecem justamente através dessa forma bastante concisa, como em *paca*, *pacoba*, *pacobeira*. São termos como esses que serão chamados de "brasileirismos" em práticas posteriores. Vejamos como ocorre o processo de formação de alguns deles.

Em *paca*, Bluteau primeiramente elabora uma definição N Adj: "Animal do Brasil"; depois, apresenta um texto que corresponde, não a um discurso de etimologia tal qual os que desenham a história das palavras latinas, gregas, etc., mas a um discurso de viajante, com descrição sincrônica, tirado provavelmente do autor citado no verbe. Faz-se importante sublinhar, neste momento, a releitura dos textos de que tratamos no segundo capítulo. Entre os autores citados por Bluteau, nas páginas iniciais, estão alguns que tratam de assuntos relativos ao Brasil: Francisco de Brito Freire (*História da Guerra Brasileira*), João de Madeiros Correa (*Relação da Restauração da Bahia, Relação da Tomada do Recife*), Manoel Pimentel (*Arte prática de navegar, e Roteiro das viagens, e costas marítimas do Brasil, Guiné, Angola...*), Pedro de Magalhães de Gândavo, (*História da Província de Santa Cruz do Brasil*), Rafael de Jesus (*Empresa e Restauração de pernambuco...*), Simão de Vasconcelos (*Notícias curiosas do Brasil*), Simão Estácio da Silveira (*Relação das coisas do Maranhão*). Note-se em *pacoeira*, a remissão à descrição de Guilherme Piso, com a exaltação do discurso da curiosidade. Na retomada de Moraes, raramente se transcrevem as descrições dos viajantes, mas formula-se uma definição abreviada. E o que fica desses discursos é principalmente a determinação nacional-geográfica, a utilidade e algum referencial comparativo: ("Animal Brasilico, de caça, espécie de porco"). Deste modo, cria-se um *prêt-à-parler* - utilizando a expressão já mencionada de Colinot e Mazière - para os termos do Brasil. Os verbetes *panacu* e *parati* também apresentam indicações geográficas e descrições naturalizadas. Chamemos a atenção para a notação da língua em *parati* ("da língua geral do Brasil") e para a citação da gramática de Luís Figueira em *panacu*. Os efeitos da gramatização do tupi se fazem sentir nos dicionários. Esse tipo de caracterização aparece, do mesmo modo, para línguas da África, como se vê em *papaz* ("da língua franca").

Outros termos perdem totalmente a ligação com o Brasil, que em Bluteau era visível. É o caso de *papagaio*, em que os comentários e os termos indígenas, apontados por Bluteau, não recebem nenhuma menção em Moraes. Termos como esse passam a ter uma definição vulgarizada ("ave vulgar"), o que sucede também em *pardal*, que de tão conhecido parece não precisar de definição, desde Bluteau ("Pássaro conhecido") até Moraes ("Ave conhecida"). Observemos que o *pardal* só foi introduzido no Brasil no século XX, de modo que a definição se endereçava efetivamente ao leitor português.

Não só os elementos da fauna e da flora surgem com essa forma de definição. Elas ocorrem também em *pagode* ("Templo de idolatria na Ásia"), *paroquiano* (Freguês da paróquia) e *pavio* ("A torcida, ou matula da candeia"). E também há exemplos, como *pano*, em que, depois de excluídos os sujeitos presentes em Bluteau ("Os que contratam") se ajunta uma finalidade ("Tecido de fios de linho, algodão, ou lã *para vestidos e outros usos*").

Mencionemos ainda os objetos definidos com relativas em *que*, entre os quais, *parietária*, *pantufo*, *parede*, *pardão*. Nestes verbetes, os objetos são discursivamente construídos como se tivessem uma autonomia em relação a sujeitos produtores ou utilizadores. A parede é "obra...que faz o muro, cerca ou casco do edificio". A moeda tem naturalmente valor ("PARDÃO, Moeda da Índia, que vale três tostões..."), sendo definida do mesmo modo como a *parietária* ("erva que nasce de ordinário sobre paredes..."). O *pantufo* também só apresenta propriedades naturais ("calçado antigo, que por solas tinha assento de cortiça").

O que é que se deixa de dizer quando se insere esse tipo de definição? Teremos algumas respostas depois de analisarmos os próximos itens.

2.6.2. Definição de processo

Neste tipo de definição, diferentemente do que acontece no item anterior, há a emergência no fio do discurso de sujeitos distintos do N-cabeça. Aparecem, além disso, sintagmas verbais que introduzem na cena definidora um discurso de processo. Podemos distinguir os seguintes modelos:

a) (SN-Cabeça) (PP):

PARREIRA, s. f. Cepa, levantada do chão, e estendida em latada

b) (SN-Cabeça) (PP) PARA:

PALHADA, s. f. Mistura de palha cozida com farelo para as bestas.

c) (SN-Cabeça) QUE SE/QUE X (SV):

PAINA. É um cabelinho, que se cria em uma árvore do Brasil

d) (SN-Cabeça) QUE SE (SV) PARA:

PASTILHA de cheiro. Composição de drogas aromáticas que se queimam para perfumar

Em (a), o enunciado é construído com o particípio passado ("levantada", "estendida"), que abre para um sujeito, seja na interpretação (SN₁ [levantar] SN₂), seja na (SN₂ [ser levantada] POR SN₁), e coloca o SN-cabeça como objeto, no primeiro caso, ou sujeito da passiva, no segundo. Além disso, o aspecto temporal passado coloca a ação como necessariamente já realizada. O exemplo (b) tem também a construção com particípio, mas é acrescentada de um sintagma preposicional em *para*, que estamos considerando como sintagma finalizador. No modelo (c), a definição com *que se/que X*

introduz, do mesmo modo, um sujeito, seja aquele universalizado pelo pronome *se*, seja um sujeito especificado, como nesta seqüência que introduzimos para exemplificar ("que os pesquisadores usam na universidade"). O modelo (d) retoma o (c) e adiciona um sintagma finalizador.

Passemos, então, ao recorte das seqüências:

PARREIRA. Cepa levantada do chão, atada com juncos, e encostada em latadas, ou estendida sobre varas. <i>Vitis adjudata</i> . Plin. (...).	PARREIRA, s. f. Cepa levantada do chão, e estendida em latada. §. <i>Parreira</i> , simbolicamente, é esperança perdida <i>Cam. Eleg 7</i> .
PAINA. É um cabelinho, que se cria em uma árvore do Brasil, chamada (se me não enganaram) <i>Samamoeira</i> . Deste cabelinho se fazem colchões muito cômodos.	PAINA, ou PÃINA, s. f. Espécie de algodão mui fino, que dá em certas árvores grandes do Brasil, dentro d'uma bage espinhosa, por fora de pontas curtas, e não mui agudas: o tal algodão ten dentro uns carocinhos pretos, e não é tão consistente como o algodão verdadeiro, mas muito mais alvo, e delicado; os carocinhos estão quase soltos no meio da lã.
PAIO. Recheio de carne de porco. <i>Suillae carnis fartum, i, Neut.</i> (...).	PAIO, s. m. Carne de porco ensacada, e curada, em intestino grosso. (<i>Payo</i> , melh. ortogr.).
PALHA. A cana do trigo, milho, cevada, e outros pães, depois de cortada, e separada da espiga. Deriva-se do Latim <i>Palea</i> , e este do Latim <i>Pala</i> , que é a pá com que na eira se alimpa o pão ao vento, (...).	PALHA, s. f. A cana do trigo, milho, cevada, e outros pães, que se seca para sustento do gado grosso, e cavalgadas. (...).
PALHADA. Palha cozida, e misturada com farelos, que se dá por regalo às bestas. <i>Palea furfurosa, ae. Fem. ou Furfur paleacum. Neut.</i> (...).	PALHADA, s. f. Mistura de palha cozida com farelo para as bestas. §. fig. e pleb. Coisa aparente sem solidez.
PÃO. Comum sustento dos homens, que consta de farinha amassada, e cozida ao forno; segundo Cassiodoro, <i>lib. 6 variorum</i> , o pão foi chamado assim de Pan, fabuloso Nume dos Pastores, que ensinou aos homens o modo de moer o trigo, amassar a farinha, e cozer o pão (...).	PÃO, s. m. A farinha dos pães, ou grãos cereais amassada com água, fermentada, dividida em porções, e cozida no forno: o <i>pão</i> não fermentado, ou não levedado se diz ásimo (...).
PASTILHA de cheiro. Composição odorífera, que se amassa, e se faz em pedacinhos chatos, e redondos, os quais depois de secos se lançam nas brasas, para perfumar uma casa. <i>Pastillus, i Masc.</i> (...).	PASTILHA, s. f. Composição de drogas aromáticas, que se queimam para perfumar; são feitas em pedacinhos chatos redondos, da mesma feição, e outras figuras: há pedacinhos de alfenim, ou assúcar com almiscar, ou outros aromas, para darem bom bafo a quem as come.

Os verbetes *parreira* e *paio* apresentam várias construções com participio passado. Elas explicitam o funcionamento que mostramos no modelo (a) logo acima. Percebe-se que a cena da definição fica preenchida por uma série de indicações de processos, como no exemplo de Bluteau para *parreira* (cepa levantada do chão, atada com juncos, e encostada em latadas, ou estendida sobre varas"). Os agentes do processo ficam em suspense, não determinados. Perceba-se, no verbete *paio*, a diferença com relação a uma

definição do tipo (SN SAdj) que encontramos em Bluteau ("recheio de carne de porco"). Neste último, o processo não fica visível. Já na formulação de Moraes, com a introdução das formas de (PP), o processo, ainda que sem especificação de agentes, fica exposto ("Carne de porco *ensacada*, e *curada*, em intestino grosso."). É como se houvesse um processo universal de produção dos objetos, que funcionasse de modo automatizado, sem agentes e sem finalidades.

Paina, em Bluteau, apresenta uma definição conforme o modelo (c): "É um cabelinho *que se cria em uma árvore do Brasil*". Nesse caso, aparece um agente universalizado que podemos considerar como o sujeito de um processo de produção natural. Em Moraes, por seu turno, *paina* ("Espécie de algodão mui fino, que dá em certas árvores grandes do Brasil") é definido através de um modelo com relativa em *que*, tendo o SN-Cabeça como sujeito (definição "natural", vista mais acima). De um lado, no primeiro caso, a natureza produtora; de outro, no segundo, a natureza provedora. Note-se que, em Bluteau, segue uma seqüência que aponta a utilidade do objeto ("deste cabelinho se fazem colchões muito cômodos"), modelo que discutiremos no próximo item, enquanto que, em Moraes, só se retém a descrição natural.

Para *palhada*, Bluteau fornece uma definição com a forma PP ("Palha cozida, e misturada com farelos, que se dá por regalo às bestas."), deixando ver o processo, seguida da forma *que se*, introdutora de um sujeito universal provedor, que dá "por regalo". Moraes também emprega a forma em PP, só que, além disso, exclui a forma em *que se* e introduz uma finalidade ("Mistura de palha *cozida com farelo para as bestas*"), apagando o provedor universal e deixando a cena da produção, com finalidade naturalizada. A finalidade aparece igualmente, em Moraes, no verbete *palha*: "A cana do trigo, milho, cevada e outros pães, que se seca *para sustento do gado grosso, e cavalgaduras*". E, neste caso, ela aparece mais caracterizada, lexicalmente, como finalidade de criação. Ela serve não somente "para as bestas", como se se tratasse de uma boa vontade, de um "regalo", com relação aos animais, mas ao "sustento do gado grosso, e cavalgaduras". Por seu lado, Bluteau fica com a definição em PP sem a finalidade: "A cana do trigo, milho, cevada, e outros pães, depois de cortada, e separada da espiga". Repare-se agora, no verbete *pastilha*, a diferença no tipo de finalidade. Ambas as seqüências aparecem na forma (*que se SV para*). Mas enquanto Bluteau define primeiro o processo de produção (Composição odorífera, *que se amassa, e se faz em pedacinhos...*) e depois a finalidade de uso ("os quais depois de secos se lançam nas brasas, *para perfumar uma casa*"), Moraes antecipa a finalidade de uso ("Composição de drogas aromáticas, *que se queimam para perfumar*") e afasta o modo de produção, deixado na forma de comentário ("são feitas em pedacinhos..."). Preferência, nesse caso, pela definição de consumo, que pela definição de modo de fazer.

É interessante notar no verbete *pão*, em Bluteau, a inserção da finalidade ou uso em posição de SN-Cabeça: "*Comum sustento dos homens*, que consta de farinha amassada, e cozida ao forno". O *pão*, alimento universal, é definido pela finalidade. Segue o modelo de definição natural e a forma em participio com indicação de processo. Já Moraes define o SN-Cabeça pela matéria-prima e formula a seqüência com formas de PP: "A farinha dos pães, ou grãos cereais amassada com água, fermentada, dividida em porções, e cozida no forno". Por meio da seleção lexical, desaparece a finalidade, ficando apenas a cena da produção automatizada.

A análise desses verbetes nos permitem algumas observações. A *paina*, única definição desse recorte que apresenta circunstanciação de lugar geográfico ou de produção, se apresenta através de uma definição natural, sem processo social nem finalidade. A *parreira* e o *paio*, em que o consumo é humano, aparecem com modo de produção, mas sem finalidade e sem localidade. A *palha*, de consumo animal, aparece com processo e com finalidade (esta última, sobretudo em Moraes), mas sem localidade. O *pão*, para Bluteau, aparece como finalidade universal, enquanto para Moraes como matéria-prima, ambos com processo mas sem localidade. Note-se que nenhum verbete mostra sujeitos especificados; são sempre universalizados em *se* ou ausentes.

2.6.3. Definição de uso

Incluimos neste tipo de definição enunciados que apresentam em sua cena uma indicação de uso, com agentes e/ou finalidades. Os modelos característicos desse grupo podem ser resumidos em:

a) (SN-Cabeça) *de* (SV):

PANTOCOSMO, s. m. Instrumento Matemático de tomar as medidas do Céu e da Terra.

b) (SN-Cabeça) *de que se* (SV) *para*:

PALANQUETA, s. f. Palanquetas são balas fixas nos extremos de uma barreta de ferro, de que se usa na Artilharia.

No primeiro modelo, o objeto apresenta uma finalidade dada como natural, que se mostra quase como uma propriedade dele, e não se especificam os sujeitos. Neste modelo também pode ser utilizada a preposição *para*. Já no segundo modelo, evidencia-se a construção de uma situação de uso, relativa a atividades institucionais, hábitos, costumes, rituais etc. Incluem-se neste grupo definições com relativas articuladas por *com que*, *pelo que*, *em virtude do que*, além dos modelos já analisados anteriormente.

Vamos à primeira série, com formas em *de*:

PANTOCOSMO. Deriva-se do Grego <i>Pan</i> , Todo, e <i>Cosmos</i> , Mundo. É um instrumento universal para tomar medidas do Céu, e da terra. Leão Morgard, Matemático Parisiense, compôs um livro para declarar a serventia deste instrumento, impresso ano 1612.	PANTOCOSMO, s. m. Instrumento Matemático de tomar as medidas do Céu e da Terra.
PAQUEBOTE. É palavra Inglesa. Em tempo de pazes todos os dias passa de Douvres para Calés a embarcação, que leva cartas de Inglaterra para França, a qual assim dos Franceses, como dos Ingleses é chamada <i>Paquebot</i> , e em Latim se pode chamar, <i>Navis Tabelaria</i> , que assim lhe chamou Sêneca à embarcação, que nas armadas ia de uma parte para outra, levando cartas. (...) Chamam-lhe outros Paquete. Vid. Paquete.	PAQUEBOTE, s. m. Embarcação ligeira de levar cartas, etc. <i>paquete</i> dizemos hoje: v. g. <i>chegou, saiu o paquete de Inglaterra</i> . §. Seje de quatro rodas.
PASTA, em que o estudante leva as suas postilas, cadernos, e papéis concernentes ao seu estudo. (...)	PASTA, s. f. Obra de papelão como uma folha de papel dobrada ao meio, e coberta de couro, de levar papéis à Escola, aos Tribunais, e despachos, &c. §. <i>Capa de pasta</i> , nos Livros; <i>Tom. II</i> .
PATRANHA. Conto fabuloso. Segundo Covarrubias deriva-se à <i>patribus</i> , porque é de pais velhos contar patranhas, e assim os Latinos lhes chamam <i>Fabulae aniles</i> . contos de velhas. (...)	PATRANHA, s. f. Conto fabuloso de entreter. <i>Sá Mir. Carta 6</i> .

Nada melhor do que um instrumento matemático para aparecer com a finalidade interna a seu próprio domínio, como um destino natural universal ("Instrumento Matemático de tomar as medidas do Céu e da Terra"). E pouco muda de Bluteau a Moraes. Mas repare-se que este último substitui "universal" por "matemático", restringindo o domínio de uso. O que em Bluteau fazia parte do domínio de citação ("Leão Morgard, Matemático Parisiense, compôs..."), passa a compor o enunciado de definição.

Em *paquebote*, nota-se uma diferença. Moraes prefere a definição finalizadora teleológica ("de levar cartas"), enquanto Bluteau utiliza uma afirmação de atividade ordinária, habitual, com relativa em *que* ("que leva cartas"). Esta segunda opção admitiria, por exemplo, que a embarcação levasse outras coisas além de cartas, ao passo que a primeira é mais rígida e exclusivista quanto à finalidade. Nesse sentido, Moraes se mostra mais etimológico do que Bluteau ao levar ao pé-da-letra a etimologia de *paquebote*, que este segundo diz significar (*paque*, do alemão *pack* - "maço de cartas", e *bote* - "embarcação"). A finalidade já estaria inscrita no nome. Aliás, convém mencionar que várias definições de Moraes, ao retomarem Bluteau, recuperam de algum modo a etimologia explicada naquele.

No verbete *pasta*, em Bluteau ("em que o estudante leva..."), é o estudante que faz o uso do objeto. Este não é descrito; antes disso, ele é situado na cena como um *lugar*

em que. O estudante tem o hábito de levar dentro dela o seu material, que vem, este sim, bastante determinado pela finalidade de estudo. Em Moraes, por sua vez, o estudante, em sua atividade ritual, não entra em cena. A pasta tem uma utilidade própria, que é a "de levar papéis à Escola, aos Tribunais, e despachos". Apresenta-se o modo de fabricação com formas em participio, de modo que o objeto aparece como construído de antemão ("Obra de papelão... dobrada ao meio, e coberta de couro") e estendem-se os domínios de uso na finalidade; contudo, elimina-se o aspecto ritual do enunciado de Bluteau.

Mais uma vez, em *patranha*, enquanto Bluteau fica com uma explicação de ritual, hábito ou costume ("é de pais velhos contar patranhas"), Moraes estabelece um enunciado de propriedade finalizadora ("Conto fabuloso de entreter"), sem introduzir agentes. Deste modo, fica claro, diante dos casos analisados, o deslocamento de Moraes em direção às formas de finalidade natural do objeto. Mas, como veremos a seguir, isto não constitui uma regularidade, parecendo mais exclusividade de alguns domínios.

Examinemos agora esta outra série:

PADIOLA. Instrumento de braços, em que pegam dois homens, e acarretam pedras, lenha, etc. <i>Brachiata crates, is. Fem.</i>	PADIOLA, s. f. Quadrado de táboa com quatro braços, de que pegam dois, ou quatro homens, carregando o que vai no leito da <i>padiola</i> .
PALANQUE. Parece que vem do advérbio Latino <i>Palam</i> , que quer dizer Publicamente, à vista de todos, ou da palavra Italiana, <i>Palco</i> , que significa, Palanque, ou chama-se assim de <i>Palus, pali</i> , pau, porque os palanques se fazem de paus, ou mastos, fincados no chão, que sustentam degraus de taboado, em que se assentam os que assistem a festas públicas, como são Touros, Torneios, etc. Para os que assistiam aos espetáculos faziam os Antigos umas torres de madeira, a que chamavam <i>Falae, arum. Fem. Plur (...)</i> .	PALANQUE, s. m. Cadafalso com degraus, de que se cercam os corros, para os espectadores verem os touros sem perigo: daqui no fig. <i>Ver touros de palanque</i> ; i. é, ver a seu salvo as desordens, perigos alheios.
PALANQUETA. (Termo de Ferreiro) É um pedaço de ferro da grossura do braço, com duas cabeças, que servem para meter na artilharia, quando se peleja. (Levava também muitas palanquetas de ferro, lanternetas, etc. Bartolom Guerreiro, Recuperação da Bahia, pag. 78 (...)).	PALANQUETA, s. f. <i>Palanquetas</i> são balas fixas nos extremos de uma barreta de ferro, de que se usa na Artilharia (...).
PALIÇADA, ou PALISSADA (Termo da Fortificação.) Estacada de paus da grossura de oito, ou nove polegadas, fincadas na terra com ordem, ao pé das cortinas, ou nas explanadas, ou no fosto, ou no parapeito da estrada encoberta. Serve para impedir a entrada. Há paliçadas a pique, e outras inclinadas. <i>Valorum, ou palorum, humi fixorum ordo, inis. Masc. (...)</i> .	PALIÇADA, s. f. t. de Fortif. Cerca de paus fincados na terra, para defender algum posto, ou os exteriores de uma Praça de guerra; é pintada a pique, ou inclinada (...).

PALMATÓRIA. Cetro de Mestres da escola. É um cabo liso, e redondo, terminado de uma circunferência plana, com que os Mestres castigam aos rapazes, dando-lhes na palma da mão. <i>Ferula, ae. Fem. Juvenal. Horat.</i> (Tendo por palmatória de seus erros, a vergonha de os cometer. Lobo, Corte na Aldeia, 333). Palmatórias de Fiaens, são os presuntos da dita terra, pequenos, mas excelentes.	PALMATÓRIA, s. f. Roda de pau, ou sola, ou pele de cação, unida a um cabo, com que nas escolas dão golpes sobre a palma da mão aberta por castigo (...).
Não há.	PAREIA, s. f. Espécie de padrão, pelo qual se deve regular a capacidade das pipas, que é 30. almudes. <i>Lei de 29. de Out. de 1765.</i>
PASSADEIRAS. Em algumas partes assim se chamam as pedras, por cima das quais se passam charcos, ou pântanos. <i>Vid. Alpondra.</i>	PASSADEIRA, s. f. Alpondra, pedra atravessada sobre charco, ou pântano, para dar passagem. §. <i>Passadeiras de banco</i> ; peças de madeira, de que usam os Bombeiros, para mais facilmente examinarem os diâmetros, e calibres das bombas, fazendo divisões na <i>passadeira</i> proporcionais aos diâmetros (...).
PASSAMANES. Vem do francês. <i>Passament, seinent.</i> que é uma espécie de renda, que se faz com bilros em almofada. <i>Taenia textilis. Fem.</i>	PASSAMANES, s. m. pl. Fitas tecidas de fio de prata, ou ouro, de que os armadores usam; é mais raro que o galão.
PAUTA de escrever. Faz-se de uma taboazinha lisa, com cordinhas de viola estiradas, ou de uma folha de papel com riscos equidistantes, para as regras do papel, que por eles se escreve, serem direitas, e iguais entre si. Pauta de papel. <i>Charta directis ad lineam regulis, exarata, ae. Fem. ou Regula papyracea (...).</i>	PAUTA, s. f. Papel com linhas negras, que se mete por baixo daquele, em que se escreve, para saírem as regras direitas (...).

Nestas definições em *de que*, *com que*, *pelo que*, desenha-se mais claramente uma cena de uso, com a introdução de sujeitos, universais ou especificados. Na definição de *padiola*, o usuário é caracterizado, não em uma profissão, mas como "homem". É o "homo-faber", que "pega" o instrumento com as mãos, como se ele fosse um prolongamento natural do corpo. Em Bluteau, a cena é descritiva de hábito ou atividade ("e acarretam pedras, lenha, etc."); em Moraes, o gerúndio subordina a ação a uma finalidade ("carregando o que vai no leito"). Note-se que, no primeiro autor, o SN-Cabeça introduz o objeto como "instrumento de braços": trata-se do instrumento prolongamento do homem. O potencial de uso (ou a "virtude" no discurso de Bluteau), está no instrumento. No segundo autor, o objeto é visto como natural, e o usuário é que o transforma em instrumento: o homem como origem de seus atos. Observe-se que, em Bluteau, com a indicação dos objetos carregados ("pedras", "lenha"), os usuários se restringem aos pedreiros e lenhadores, "naturalmente" destinados a tal tarefa, ao passo que, em Moraes, há uma universalização do domínio de uso. A *padiola* carrega "o que vai no leito": não se especificam os objetos; poderia ser até uma criança que levasse outra, brincando.

Nas definições de *palanque* percebe-se igualmente uma distinção entre o objeto que tem em si as propriedades de uso e o objeto "utilizado para". Bluteau define *palanque* como *lugar onde*: "em que se assentam os que assistem a festas públicas". Trata-se de um lugar já pronto, ("paus ou mastos, *fincados* no chão") que serve naturalmente para as pessoas se sentarem. Já Moraes, como no caso da *padiola*, constrói a cena do homem que transforma o objeto em instrumento, através de uma ação finalizadora ("de que se cercam os corros, para os espectadores verem os touros sem perigo"). Repete-se o modelo em *passadeiras*. Bluteau: "pedras, *por cima das quais se* passam charcos"; Moraes: "pedra *atravessada* sobre charco, ou pântano, *para* dar passagem". O mesmo ocorre com o verbete *palanqueta*. Bluteau define este termo com a relativa em *que*, colocando o SN-Cabeça como sujeito, de modo que o objeto definido aparece como sujeito do uso ("que servem para meter na artilharia"). Novamente, a utilidade está dada no objeto. Moraes, por seu lado, ressalta o uso que o sujeito faz do objeto ("de que se usa na Artilharia"). A paráfrase da circunstância ("quando se peleja"/"na Artilharia") expande o uso dentro de um domínio. No primeiro caso, a utilização está restrita à situação de combate; no segundo, admitem-se outras situações que possam eventualmente ter lugar na instituição militar.

No verbete *paliçada*, também do domínio militar, o procedimento é semelhante. Para Bluteau, a paliçada "*serve para* impedir a entrada", finalidade naturalizada no objeto. Para Moraes, ela é construída através de uma ação sobre o objeto ("cerca de paus *fincados* na terra") com uma finalidade ("para defender..."). Note-se que, com o uso do participio passado (PP *para*), ao invés da forma *de que* (*de que* SV *para*), a cena ganha um caráter de necessidade. No primeiro caso, a ação aparece como já realizada, o participio garante a certitude; enquanto que, no segundo, não há tanta rigidez: a realização depende do sujeito.

Encontramos, como se vê, uma regularidade no funcionamento discursivo, com a distinção entre o objeto com propriedades finais naturais, para Bluteau, e a situação de uso instrumental, para Moraes. Isto se confirma ainda com outros exemplos. A *palmatória*, para o primeiro, é objeto nomeado no domínio escolar "Cetro de Mestres da escola". É com ele que os mestres castigam aos alunos. Para o segundo, é objeto com que se "*dão golpes*...por castigo". O objeto não carrega toda aquela simbologia punitiva. Não passa de um objeto de que se tira um efeito tecnológico - e para isso é preciso dizer que a mão deve estar bem aberta - com uma finalidade marcada. Repare-se também na preocupação técnica com a matéria-prima. Para Bluteau, trata-se de uma "circunferência plana", é a forma exterior que importa, o visual, o sensitivo ("liso", "redondo", "plano"). A descrição de Moraes é mais tecnicizada ("Roda de pau, ou sola, ou pele de cação"). Isto pode ser observado igualmente nos verbetes *passamanes*. Bluteau enfatiza o lado artesão ("renda, que se faz com bilros em almofada"); Moraes, o lado técnico, de

fabricação, e contextual, de uso instrumental ("fitas tecidas de fio de prata, ou ouro, de que os armadores usam". O mesmo acontece com *pauta*. Em Bluteau, finalidade natural ("pauta de escrever") e produção artesanal ("faz-se de uma taboazinha lisa, com cordinhas de viola estiradas, ou de uma folha de papel com riscos equidistantes"). Em Moraes, descrição técnica ("papel com linhas negras") e uso instrumental (*que se mete por baixo daquele...para sairem as regras direitas*").

Para terminar com esta série, comentemos o verbete *paréia*, presente somente em Moraes. Trata-se de uma definição de uso instrumental. "Espécie de padrão, pelo qual se deve regular a capacidade das pipas...". Só que a situação de uso não aparece como um hábito, um ritual, uma atividade ordinária ou institucional, mas como um "dever". A necessidade, portanto, não está no objeto, como no caso, freqüente em Bluteau, de propriedade finalizadora, mas sim no sujeito. Constrói-se uma definição jurídica do objeto, através da introdução de um sujeito de direito. E a citação da lei reforça o juridismo da definição.

A próxima série reúne verbetes do domínio de "textos" ou, de outro modo, de uso da escrita. Vamos a ela:

<p>PARÁBOLA. Deriva-se do verbo Grego <i>Paraballein</i>, que vale tanto como lançar, ou pôr uma coisa a par da outra, porque <i>Parábola</i> é uma espécie de comparação, e moralmente falando, comparar, é pôr uma cousa com outra, e confrontá-la com ela. É pois <i>Parábola</i> a narração de um sucesso suposto, com instrução alegórica, da qual se tira alguma moralidade. Nas Parábolas Evangélicas encerrou a Divina Sabedoria admiráveis doutrinas para a salvação eterna, como se vê na parábola do rico Avarento (...).</p>	<p>PARÁBOLA, s. f. Narração de um sucesso imaginado, do qual se tira alguma moralidade; delas há muitos exemplos nos Evangelhos. §. t. de Geometr. Curva indefinida, que resulta de qualquer secção cônica, que não passa pelo vértice do cone (...).</p>
<p>PARCERIA, ou PARCEARIA. Um, e outro se acha no livro 4. das Ordenaç. tit. 45. Contrato, ou sociedade dos que tem parte no mesmo negócio. <i>Societas, atis. Fem. Cic.</i> (Parceria não pode ter nenhum oficial da fazenda com seus súditos, liv. 5. da Ordenação. tit. 71 §.6.).</p>	<p>PARÇARIA, s. f. O contrato da sociedade, em virtude do qual os contratantes entram à parte dos ganhos, segundo a proporção, ou razão, em que se ajustão (...).</p>
<p>PARTILHA. Distribuição dos bens, e frutos da herança, dos ganhos, e renovos, etc. <i>Bonorum aequatio, onis. Fem. Tom. VI.</i></p>	<p>PARTILHA, s. f. Divisão dos bens, ou da herança, dos ganhos, e renovos, etc. (...).</p>
<p>PASSAPORTE. Carta de favor de um Príncipe, ou Embaixador para alguém poder passar livremente pelos seus Estados. <i>Commeatus, us. Masc.</i> ou <i>commeandi potestas. Commeatus</i> era propriamente o passaporte, que se dava aos Soldados para irem, e virem de algum lugar (...).</p>	<p>PASSAPORTE, s. m. Licença por escrito, que dá a pessoa, a quem isso incumbe, ao que quer sair para fora do Reino, ou Cidade, etc. <i>Vieira.</i></p>
<p>PASTORAL. (...) Carta pastoral. A que o Bispo como Pastor da Igreja escreve para a instrução das suas ovelhas. Também se chama o ofício do Bispo, Arcebispo, etc. Ofício pastoral (...).</p>	<p>PASTORAL, s. f. (...) Escrito dado pelo Bispo, em que se expõe alguma doutrina, ou lição de moral aos seus súditos.</p>

<p>PATENTE. O papel em que o superior declara, que dá licença ao seu súdito para passar de uma casa, ou Convento a outro, ou para exercitar algum officio, como são as patentes de Confessor, Pregador, Lente, etc. Melhor será usar dos termos ordinários, e mais inteligíveis, <i>Litterae patentes</i>, do que dizer, <i>Diploma</i>, que é provisão do Rei, da República, ou de algum Tribunal, etc. (...).</p>	<p>PATENTE, s. f. ou <i>Letras patentes</i>. <i>Carta patente</i>: carta pública de algum posto militar, dada por el-Rei, ou quem para isso tem as suas vezes (...).</p>
---	--

Começemos pelas definições dos textos religiosos. Em *parábola*, Moraes recupera quase integralmente a definição de Bluteau: "Narração de um sucesso imaginado, do qual se tira alguma moralidade". Mas podemos ver que em Bluteau há duas definições; uma do ponto de vista de quem produz ("é uma espécie de comparação, e moralmente falando, comparar, é pôr uma coisa com outra, e confrontá-la com ela"), outra do ponto de vista do ouvinte/leitor ("a narração de um sucesso suposto, com instrução alegórica, *da qual se tira alguma moralidade*"). Assim, Moraes, ao selecionar a segunda opção, se localiza entre os ouvintes/leitores, privilegiando o uso em detrimento do modo de fazer. Bluteau, como vínhamos observando, utiliza freqüentemente a definição de propriedade finalizadora do objeto. Será que, ao empregar a definição em *de que se*, ele coloca o sujeito como usuário manipulador? O semantismo da seqüência nos leva a dizer o contrário. As definições de uso tecnológico geralmente se constroem com termos como "se utiliza", "se usa", "se serve", ou com termos provenientes de discursos especializados de cada domínio de saber. No enunciado em questão a escolha lexical por "se tira" faz supor que o objeto da cena é que possui a "propriedade do texto". É uma visão conteudística da textualidade. Como se o sujeito extraísse as propriedades Moraes nele contidas. Compreende-se melhor o funcionamento dessa seleção quando consideramos as oposições do discurso da providência, característico de Bluteau: ter/tirar, dar/receber. É interessante notar que, para a série dos objetos-textos, Moraes adota esse semantismo, utilizando freqüentemente o verbo "dar", sobretudo no particípio passado. Os textos aparecem como já prontos. Não se fala, como nos exemplos examinados anteriormente, sobre a técnica e a materialidade do objeto. Apaga-se o trabalho intelectual, mostrado como providência natural. Só se mostram os produtos: "narração", "escrito", "contrato", "licença", "carta", que são "dados" aos usuários. O verbete *parçaria* parecia consistir em uma exceção ("O contrato... em virtude do qual os contratantes entram..."), mas o termo "virtude" atribuído ao texto faz retornar o discurso da propriedade conteudística natural.

Tomemos o verbete *pastoral*: "Escrito *dado* pelo Bispo, *em que se* expõe alguma doutrina...aos seus súditos". Aqui, novamente, o ponto de vista da definição de Bluteau é o do produtor ("que o Bispo... escreve para...") - é uma definição de processo com finalidade. Por seu lado, a definição de Moraes visa o leitor, com um enunciado de "lugar onde" (*em que*), e não de uso instrumental. O texto aparece como algo que "se expõe": um discurso de divulgação, e não um discurso de uso.

Agora, passemos a verbetes com textos jurídicos. Em *patente*, a perspectiva de definição transita da instituição emissora, em Bluteau ("O papel em que o superior declara"), para a cena pública, em Moraes ("carta pública...dada por El-Rei"). Note-se a substituição do religioso ("convento", "confessor", "pregador") pelo militar ("posto militar") na retomada de Moraes. A dissimetria dos posicionamentos no campo jurídico se explicita no verbe *partilha*, definido em (N SAdj). Enquanto Bluteau define como "*distribuição* dos bens", Moraes emprega "*divisão* dos bens". O mesmo ocorre com *passaporte*. Em Bluteau, este termo é definido da posição de quem concede ("carta de favor de um Príncipe ou Embaixador"), tendo em vista aquele que entra no país ("para alguém poder passar livremente pelos seus Estados"). Em Moraes, é definido da posição de quem recebe ("licença...que dá a pessoa a quem isso incumbe"), tendo em vista aquele que sai do país ("ao que quer sair para fora do Reino..."). Acrescente-se que, para a primeira seqüência, temos um objeto com finalidade natural; para a segunda, um ritual jurídico.

2.7. Heterogeneidade da definição e posição do lexicógrafo

O corpus que analisamos limitou-se a alguns domínios e formas de definições. Seria necessário ir mais adiante para se chegar a explicitar a variação do enunciado definidor em cada domínio de saber. Contudo, nosso percurso de análise mostrou que, na passagem de Bluteau a Moraes, há de fato um trabalho de autoria. Pouco a pouco, fomos explicitando através do estudo das formas sintático-enunciativas, os processos de constituição da cena definidora, chegando a algumas regularidades e oposições. O que Moraes apresenta como uma retomada e simplificação de Bluteau corresponde na verdade a um trabalho de constituição do enunciado definidor no dicionário de língua portuguesa. E não se tratam apenas de cortes e acréscimos, mas de deslocamentos enunciativos que conduzem a uma transformação importante no discurso, no modo de tratar os temas, os objetos, as enunciações. Trata-se, portanto, de um deslocamento na direção de uma outra formação discursiva.

O dicionário é um objeto complexo, que coloca em jogo uma série de discursos. A prática de compilação o torna ainda mais heterogêneo. Os artigos apresentam cada um sua singularidade, de modo que vários deles aparecem destoando em sua série. Mas a análise do caráter material do enunciado definidor permitiu que mostrássemos a historicidade de sua constituição e, portanto, que apontássemos algumas filiações discursivas.

O exame das formas definidoras nos levou a distinguir os seguintes deslocamentos de Bluteau a Moraes: a) passagem da propriedade natural do objeto para a matéria-prima trabalhada, b) passagem do modo de fazer artesão à descrição técnica do processo de

fabricação, c) passagem da finalidade natural ao uso tecnológico, d) passagem do discurso religioso (moral, providência) ao discurso jurídico (lógica, homem como origem de seus atos) e, finalmente, e) passagem do ponto de vista do produtor ao do consumidor.

Ainda que tenhamos chegado a esse esquema, convém observar que ele não se aplica rigidamente. Os exemplos analisados nos permitem concluir, ao menos, que é uma tendência geral. É preciso considerar, no entanto, as variações nos domínios e nas formas, as passagens não realizadas, os pontos de resistência, assim como as posições de autoria e de leitura que essa heterogeneidade supõe.

Bluteau é mais sensível aos dizeres dos autores. É através deles que ele enuncia a autoria do dicionário. O enciclopedismo faz emergir nos enunciados mais argumentos e circunstâncias, trabalhados em vista do bem-dizer conforme à etimologia. Daí a identificação a um leitor erudito, que se desdobra em vários outros conforme a nacionalidade e a caracterização intelectual. Outra consequência está na visão extensional do objeto teórico: amplitude do número de autores, dos comentários e das etimologias. Enquanto Bluteau enuncia a unidade da língua portuguesa para os contestadores estrangeiros e funda a legitimidade lingüística através dos autores, Moraes enuncia um "modo de organizar" o dicionário: na simplificação, nos cortes, nas inserções, nas reformulações e na economia. O dicionário é visto como um objeto de consumo. Vimos que a esse *modo de organizar*, aludido nos prefácios, corresponde nas definições um *modo de dizer*. E é isso que o torna interpretável. Podemos compreender melhor agora o sentido do que se enuncia no prefácio. Os "cortes" efetuados por Moraes produzem uma universalização do enunciado definidor (dos sujeitos e dos objetos) através da materialidade das formas. Isto traz consequências para a receptividade do dicionário. Toma-se um enunciado cosmopolita erudito (Bluteau) e se o reduz ao domínio português através de um trabalho sobre o léxico e a sintaxe da definição, com a introdução de uma forma lógica na cena definidora. Mais sensível à lógica e ao modo de dizer, assim como às leis, às ciências e ao comércio, do que à política, à língua, e aos outros dizeres, Moraes estabelece um lugar de leitura para a língua do Estado português: o de um sujeito utilizador e consumidor (daí a insistência das formas *de que se SV para*), situado na cena pública e interpelado pelo juridismo e por domínios como o militar, o científico e o comercial.

É preciso considerar também que, ao retomar o dicionário etimológico de Bluteau, muitas definições mantêm de uma forma ou de outra as características filológicas daquele, seja devido a marcas temporais, seja devido a escolhas lexicais ou sintáticas. O dicionário ganha um certo tom de sincronia, com os cortes das etimologias, dos circunstanciais e das modalizações, assim como da universalização dos sujeitos. Porém, com a retomada textual de Bluteau, fica difícil concebê-lo como um dicionário

totalmente sincrônico. Além disso, os verbetes continuam sendo abonados pela legitimidade dos "bons autores".

As transformações indicadas no início deste item não se encaixam para alguns domínios do recorte analisado. Por exemplo, na definição de objetos textuais, Moraes se prende ao discurso da providência e da propriedade natural: talvez pudéssemos falar em apagamento do trabalho intelectual. Além disso, no domínio das profissões, mantém frequentemente uma perspectiva naturalizada e artesanal, acrescida de uma universalização. Excetuam-se algumas profissões privilegiadas como a medicina e os ofícios militares. Por fim, lembremos as definições de termos brasileiros, que aparecem como um exterior geográfico sem sujeito, marcado pela providência e pela finalidade natural.

3. Definição nos monolíngües brasileiros

O desenvolvimento de uma lexicografia monolíngüe no Brasil teve seu período de consolidação durante o século XIX. Desde a época colonial, como vimos nos capítulos anteriores, já circulava um discurso sobre o léxico brasileiro, nas fronteiras entre as línguas indígenas e o português. Mas é no século XIX que se coloca em questão a legitimidade desse discurso. Depois de Portugal já ter formado sua "língua de Estado", agora é a vez do Brasil, que, com os movimentos nacionalistas, reivindica também a sua unidade de língua. As condições para essa diferenciação não vieram de um dia para o outro. Elas se constituíram através de uma série de práticas que sustentaram em seguida a formulação dos argumentos para a disputa, tanto a nível lexical como gramatical. No domínio que nos concerne mais de perto, o do léxico, vamos analisar algumas produções que aparecem nesse período.

As práticas lexicográficas nesse contexto podem ser consideradas dentro de um outro processo de gramatização das línguas: aquele que se desenrola em países de colonização junto aos movimentos de independência em relação às metrópoles. No Brasil, esse processo histórico se caracterizou pela tomada de uma "língua de Estado" (o português) como ponto de referência para a gramatização. Repare-se que a fronteira de diferenciação nesse caso tem como alteridade uma língua "viva" (e não uma língua "morta" como aconteceu com o português em relação ao latim); portanto, a gramatização se dá em sincronia com relação ao referencial de língua que ela estabelece como observatório. É esse referencial que será o catalizador das discussões, seja ele tratado como uma "língua mãe", uma "língua irmã" ou uma "língua outra", nas diversas formas a que a discussão leva. Paralelamente, as produções decorrentes da exogramatização das línguas indígenas também se tornam observatórios, mas desta vez, não

como diferença externa, mas como argumento incorporador na diferenciação com o português.

Muitas foram as produções lexicográficas brasileiras no período visado. Vamos realizar um percurso por algumas delas, mostrando a formação de um discurso que vai em direção à unidade de língua nacional. Reafirmamos o objetivo de nos determos, neste capítulo, na análise dos enunciados definidores. Teriam as produções brasileiras formado um domínio de definições distinto daqueles que observamos em Bluteau e Moraes? Em que sentido?

Para a análise, distinguimos os seguintes domínios, dos quais selecionamos alguns representantes:

a) Dicionários de regionalismos.

Um primeiro grupo de obras que consideramos fundadoras nesse sentido é o de dicionários de regionalismos. Como veremos, as primeiras manifestações nesse sentido se filiam, de certo modo, à tradição dos relatos de viajantes. Exporemos mais adiante os elementos discursivos que nos levam a essa afirmação. Vimos que, na época colonial, em alguns relatos já se nota um discurso regional sobre o léxico, que se desenrola no cenário das "províncias", tendo os proprietários de terras, fazendas e engenhos como narradores. Agora, esse discurso se transporta para o domínio do dicionário de língua. Podemos indicar duas direções que eles tomaram: a primeira na consolidação dos próprios dicionários regionalistas; a segunda na formação de dicionários de brasileirismos e dicionários de língua portuguesa. Selecionamos o dicionário de Antônio Coruja, *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de 1852. Esta obra inaugura uma série de outras relativas ao Rio Grande do Sul, entre as quais podemos citar as de: Romaguera Corrêa (*Vocabulário Sul-Rio Grandense*, 1898); Apolinário Porto Alegre (*Popularium Sul-Rio-Grandense*, s. d.); Roque Callage (*Vocabulário Gaúcho*, 1926). Isso dá uma idéia de como ocorreu a gramatização em uma região do Brasil. Mencionem-se ainda, nesse gênero, os vocabulários de Paulino Nogueira (*Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará*, 1887), e o *Glossário Paraense, ou Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha de Marajó*, 1905), para indicar alguns pioneiros da lexicografia regional.

b) Dicionários de complemento aos dicionários de língua portuguesa.

A circulação de dicionários portugueses no Brasil provocou algumas reações nos intelectuais envolvidos com as letras. O Bluteau, as edições do Moraes, e depois, ainda no século XIX, outros monolíngües, como os de Lacerda, Roquete e Caldas Aulete serviram de instrumentos para a comparação das línguas. Houve, em vários domínios de práticas de linguagem, uma espécie de jogo especular envolvendo os dicionários. Intensificaram-se com isso os comentários sobre as diferenças lexicais, tendo agora como parâmetro um instrumento lingüístico que significava o padrão da boa linguagem. Logo

se tornaram visíveis as "faltas", as "omissões", os "erros", as divergências de sentido. Já vimos nos viajantes a formação de listas em que se comentavam os sentidos das palavras portuguesas no Brasil. Posteriormente, Visconde de Pedra Branca (1824)³⁷ elabora um glossário termo a termo contendo "nomes que mudaram de significação" e "nomes em uso no Brasil e desconhecidos em Portugal". Seguiram-se muitos glossários e vocabulários desse gênero. Mas o que nos interessa é a formação das definições. Por isso, escolhemos para análise um dos primeiros a incluí-las, o de Braz da Costa Rubim (*Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, 1853).

c) Dicionários de obras literárias.

A produção literária brasileira é um lugar privilegiado no que diz respeito à constituição do léxico nacional. Não é preciso enumerar os autores barrocos, arcádicos e românticos que são apontados como introdutores de um léxico brasileiro. Não é nosso objetivo nesta tese tratar dessa produção, o que seria de grande importância para uma história da constituição do léxico. No entanto, temos mostrado alguns literatos, como Gonçalves Dias, que se colocam também como lexicógrafos. E este é o momento de considerarmos os vocabulários surgidos a partir dos textos literários. O autor não aparece colocado na cena do artigo pelo lexicógrafo, como nos dicionários de Bluteau e Moraes, mas ele mesmo se posiciona como legitimador das palavras que utiliza. Analisaremos um vocabulário inserido como pós-escrito ao romance *Diva*, de José de Alencar (1865). Constituem esses pequenos léxicos, também, um lugar onde se contestam as omissões dos dicionários portugueses.

d) Dicionários de termos técnicos.

Os dicionários de termos técnicos apresentam uma história específica no Brasil. Muitos deles introduzem entradas com termos indígenas. Salientam-se, entre os precursores no século XIX, os vocabulários de madeiras e carpintaria, navegação, botânica e plantas medicinais, caça, construção civil, estradas de ferro, entre outros. Percebe-se aqui também a ligação com os discursos anteriores. Domínios, por exemplo, como os das madeiras, foram dos primeiros a serem tratados pelos viajantes, dentro da perspectiva extrativista do mercantilismo. Tomaremos para análise o *Vocabulário dos termos técnicos de construção naval*, de Antônio Alves Câmara (1888).

e) Dicionários de brasileirismos.

Este último tipo de certo modo reagrupa todos os outros. Esses dicionários, do último quartel do século, resultaram de um trabalho de arquivo com os autores nacionais, incluindo-se aí os dicionários bilíngües e os pertencentes aos domínios mencionados nos itens acima. É interessante notar que os dicionários de "brasileirismos", no mais das

³⁷ Visconde de Pedra Branca. "Brasileirismos", in Edith P. Pinto, *O Português do Brasil*. Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro e Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1978.

vezes, se mostram como inacabados. Nunca se chegou a uma sistematicidade aceitável na construção dos verbetes. Parece que esse tipo de obra, de um lado, tende à inesgotabilidade e ao não-fechamento a que se prendem seus autores; de outro, se acha preterido pelo dicionário de língua portuguesa, que, cada vez mais, passa a incluir os brasileirismos. Propomo-nos realizar uma análise dos dicionários de Beaurepaire-Rohan (*Dicionário de Vocábulo Brasileiros*, 1889) e Macedo Soares (*Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 1889).

3.1. Antônio Coruja: definição de uso no campo

A *Coleção de Vocábulo e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* foi publicada pela primeira vez na *Revista* do IHGB, em 1852. Mais uma vez, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que Coruja foi membro, promove a publicação de dicionários, desta feita os de regionalismos. Assim será igualmente com os de complementos e os de brasileirismos. Coruja, professor de português, autor de livros didáticos, compôs esse dicionário cujos verbetes não deixam de figurar em seus sucessores no Rio Grande do Sul e em dicionários de língua portuguesa.

Daremos seqüência à análise como temos feito até aqui, isto é, examinando as formas de definição em substantivos selecionados da letra P.

O título do vocabulário possui já algumas marcas do modo de enunciação da definição. Trata-se, além do particípio *usado*, do circunstancial *na Província de São Pedro...* A primeira marca indica uma filiação aos dicionários de definição sincrônica de língua. Note-se que o particípio passado, no entanto, deixa ambígua a temporalidade, cristalizando e/ou anteriorizando o uso, deixando pensar que a língua é um instrumental fixado. Isto se nota mais nitidamente quando parafraseamos "usado" pela forma "em uso", que não traz marcas de um tempo anteriorizado. A segunda marca - o advérbio de lugar - é efetivamente um mecanismo que condiciona a formação dos enunciados definidores: a circunstanciação. Diferentemente do que acontece em Moraes, que recorta os circunstanciais, universalizando a definição, temos aqui o contrário. A introdução de sintagmas adverbiais determina o domínio de uso, bem como o caráter regional da definição.

A configuração espacial da cena definidora se nota pelas repetições dos locativos: *na província, no campo, na campanha, nas fazendas, nas estâncias*. São esses pontos de localização que vão dando sentido à definição, regulando o uso para determinados contextos sociais. Daí o caráter normativo do dicionário. O discurso de Coruja, nesse sentido, é normatizador da definição de *uso no campo*. A maioria dos verbetes reporta ao domínio de criação de gado e cavalos nas fazendas, tendo na figura do cavaleiro, do tropeiro, do viajante, o olhar de um sujeito privilegiado.

Eis as seqüências selecionadas:

COLEÇÃO DE VOCÁBULOS E FRASES USADOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (ANTÔNIO CORUJA)
Palanque. s. m. (parece alteração de palanco) esteio de dez palmos mais ou menos de altura, ficando no meio do curral ou na frente dele. ao qual se prende o potro ou animal bravo para se poder encilhar.
Paleta. s. f., osso das mãos que compõem as cruces tanto no boi como no cavalo.
Passageiro. s.m., além das significações que tem em português, também significa o homem encarregado de dar passagem em canoas aos que têm de passar um rio ou arroio.
Passo. s. m., uma certa maneira cômoda de caminhar o cavalo; pelo que se chama <i>cavalo de passo</i> . Também se chama passo o lugar do rio, escolhido pelos viandantes, por onde se atravessa mais comodamente e com menos perigo.
Pastor. s. m., cavalo <i>inteiro</i> que uma manada de éguas ou de burras serve para a propagação da espécie: também se diz do touro no gado manso.
Peão. s. m. homem ajustado para fazer o serviço do campo: esta designação se entende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias.
Pechada. s. f. (tem analogia com o cast. <i>pechazo</i> , grande coragem, ou deriv. de <i>pecho</i> , peito) ação de se encontrarem impetuosamente ou esbarrarem dois cavaleiros. vindo de lados opostos.
Pelego. s. m. (do cast. <i>pellejo</i>) pele de carneiro quadrada com lã: a gente pobre o faz substituir o coxinilho. O uso mais ordinário é pô-lo sobre o lombo do cavalo, quando se monta <i>em pêlo</i> , isto é, sem arreios. <i>Tem pelego</i> corresponde à frase portuguesa <i>tem dente de coelho</i> , isto é, é coisa difícil.
Pelota. s. f. couro de boi em cujas extremidades se faz um apanhado de maneira a formar um bojo, como de cesto: serve para transportar gente de um lado ao outro do rio, quando não há canoa; e é puxada a reboque por cavalo a nado, ou por um homem nadador que a leva presa aos dentes por uma corda.
Perão. s. m. lugar fundo do rio, e onde se não alcança pé.
Perneira. s. f. espécie de bota de couro cru garroteado. que os cavaleiros usam no campo, e que tiram inteiriça da perna do potro: pelo que também chamam <i>botas de potro</i> .
Piá. s. m. filho de caboclo: assim são chamados os que têm mais ou menos de 14 anos para baixo, e são do sexo masculino: as do sexo feminino chamam <i>chininha</i> .
Picardia. s. f. (do cast. <i>picardia</i>) perfídia. maroteira. ação vil: é usado na gente do campo.
Picoá. s. m. (do arg. <i>picoá</i>) mala de algodão ou linha com abertura no meio: serve para conduzir roupa ou mantimento em viagem. Também se costuma chamar <i>sapicoá</i> .
Pingo. s. m. vulg. diz-se de um bom cavalo; que bonito pingo! rebenqueia o pingo, etc. usa-se tanto na campanha. como nas cidades.
Ponta de gado. porção de gado sem diferença de ser manso ou não. Sendo em grande porção, que vem em viagem para o corte das charqueadas. se chama <i>tropa</i> .
Posteiro. s. m. o homem que mora no posto de uma fazenda.
Posto. s. m. casa nos fundos de uma fazenda ou estância. onde moram homens para vigiá-la.
Potranco. s. m. (dimin. de <i>potro</i>) a cria da égua, quando tem de um ano a três: a fêmea se chama <i>potranca</i> .
Potreiro. s. m. (deriv. de <i>potro</i>) lugar cercado que tem pasto e água; nele se encerram os animais para se conservarem seguros.
Potrilho. s. m. dimin. de (<i>potranco</i>) a cria da égua, quando tem menos de um ano: a fêmea se chama <i>potrilha</i> .
Potro. s. m. cavalo novo que ainda não se acabou de domar.
Pracista. adj. (deriv. de <i>praça</i>) o que vivendo no campo. mostra mais alguma civilização por ter feito viagens às cidades e ter nelas praticado com pessoas de educação.

A definição em Coruja tem analogia com o enunciado etimológico, caracterizado por formas como "se chama", "diz-se de", "é o nome dado a". Porém, a explicação das nomeações não se dirige às línguas clássicas, a um passado remoto, mas ao uso

sincrônico, o que se mostra pela presença de formas como: "usam chamar", "é frase usada no campo". Mesmo assim, faz-se apelo a uma história mais recente da língua. Neste caso, discute-se a origem castelhana e portuguesa dos termos. O dicionário de regionalismo se desvia, então, da pretendida unidade da língua portuguesa, que se obtivera com um trabalho interpretativo que a separava do espanhol. Lembremos que muitos dicionários desse tipo tomaram a língua indígena como principal domínio de derivação. Não é o caso em Coruja, onde a origem etimológica, via de regra, é buscada no castelhano. Observem-se os verbetes *pechada*, *pelego* e *picardia*, em que se marca a etimologia nessa língua. Em *pechada*, além disso, há uma comparação com a língua portuguesa. São os dois domínios que a definição do uso regional indica para se distinguir. Toma-se o castelhano como filiação e estabelece-se a diferença com relação ao português, como em *passageiro*, onde a definição de certo modo serve de complemento ao português ("além das significações que tem em português, também significa..."). E o que atesta a especificidade desse enunciado definidor é a circunstanciação do uso.

No verbete *passo*, se verifica a utilização do enunciado etimológico. A definição está submetida à significação originária do nome: não há arbitrariedade do signo. As coisas são designadas por razões determinadas, que o lexicógrafo procura indicar: "pelo que se chama *cavalo de passo*". Em *perneira* "pelo que também chamam *botas de potro*". Há uma naturalidade da relação palavra-coisa. Os cavalos são nomeados conforme a distribuição das manchas ou o brilho ("cavalo pampa é o que tem uma orelha de uma cor e outra de outra cor"), como se os aspectos naturais se ligassem necessariamente aos nomes, que não se separariam das coisas. Mas esse mundo natural é atravessado por sujeitos que surgem na cena campestre. Assim, ao definir a segunda acepção de *passo*, Coruja insere uma oração com participio, na qual aparece um sujeito especificado e o "lugar" fica posicionado como objeto de uma prática ("lugar do rio, *escolhido pelos viandantes*, por onde se atravessa..."). Não se trata de um lugar qualquer, pano de fundo da cena, mas de um lugar pensado, calculado pela ação do "viandante". Deste modo, a descrição ritual ("por onde se atravessa mais comodamente e com menos perigo"), fica submetida à atividade desse sujeito apontado no interior da definição. Considere-se, por exemplo, a definição de *perão* ("lugar fundo do rio, e onde se não alcança a pé"), que pressupõe um sujeito caminhante. Informa-se, através dos elementos circunstanciais, se um rio pode ou não ser atravessado e como. Note-se que, com isso, a universalidade do pronome *se* (*se* atravessa, *se* alcança) torna-se restrita a um domínio de uso.

Consideremos mais de perto essa figura do "viandante". Observa-se, em grande número de definições, a posição de um sujeito sempre de passagem. Isto se mostra pelas situações descritas na definição: "transportar gente de um lado a outro do rio", "dar

passagem", "conduzir roupa ou mantimento em viagem", "por ter feito viagens às cidades", "vem em viagem", "onde se não alcança a pé". O "viandante" e o "cavaleiro" representam essa posição do sujeito sempre em movimento, que vem de viagem (em *pracista*, *picoá*), ultrapassa obstáculos naturais (em *passo*, *passageiro*, *pelota*), transporta mantimentos (em *picoá*), encontra outros sujeitos no caminho (em *pechada*).

Segue que os objetos descritos são aqueles utilizados nessas atividades, tais como: a bota (*perneira*), para caminhar; o cavalo (*potranco*, *potrilho*, *potro*), para montar; os objetos, como mala (*picoá*) e cesto (*pelota*), para transportar. Vejamos os modos de definição dos objetos.

Há um domínio que não coloca em cena sujeitos sociais. É o tipo de definição natural, que aloca o N-cabeça como sujeito da relativa, como em *paleta* ("osso das mãos *que compõem as cruces tanto no boi como no cavalo*") e em *ponta de gado* (porção de gado...*que vem em viagem para o corte das charqueadas*). Às vezes, a definição natural fica restringida por uma circunstância temporal, como em *potranco* ("a cria da égua, *quando tem de um ano a três*"). Note-se em *ponta de gado*, a finalidade colocada como hábito natural do animal. A finalidade natural aparece também na definição de alguns objetos através da forma *serve para*. É o caso de *picoá* ("mala de algodão...*serve para conduzir roupa ou mantimento em viagem*"). O objeto aparece com a propriedade natural de servir a uma finalidade determinada. Em *pelota*, emerge um sujeito universalizado artesão ("couro de boi *em cujas extremidades se faz um apanhado de maneira a formar um bojo*"), e segue-se a finalidade natural do objeto: ("serve para transportar gente de um lado ao outro do rio"). Vê-se que a descrição dos objetos desenha uma cena de hábitos e rituais no contexto do campo, como em *pelego*: "pele de carneiro quadrada com lã: *a gente pobre o faz substituir o coxinilho*". O uso fica inserido nesse conjunto de práticas rituais, nos costumes da "gente do campo": "O uso mais ordinário é pô-lo sobre o lombo do cavalo, quando se monta em pêlo". As expressões com advérbios de tempo delimitam as circunstâncias desse domínio dos hábitos campestres. Percebe-se que a definição constrói o universo rural como mundo artesão, de finalidades naturalizadas, muito semelhantemente ao que ocorre em Bluteau. Só que, na origem das atividades, não está um Deus que coloca as coisas em seus lugares, mas a figura móvel do viajante que observa e controla o espaço e a natureza. E aqui encontramos o lado estático da cena definidora. De viajante, o sujeito passa a administrador das fazendas, criador de animais e patrão.

Em oposição à noção de movimento, encontram-se no discurso temas desenvolvidos no sentido do cerceamento, do fechamento, do confinamento. Isto ocorre no discurso referente a atividades de criação de gado e cavalos: "nele se encerram os animais", "ao qual se prende o potro ou animal bravo para se poder encilhar". Mas também no modo como aparecem os "trabalhadores" do campo. Enquanto os

"cavaleiros" e "viandantes" são sujeitos sempre de passagem, os "homens do campo" estão colocados em uma posição fixada: ou como moradores, ou como serviçais, sempre com uma dependência em relação a um sujeito administrador. Observemos o verbete *peão* ("homem *ajustado* para fazer o serviço do campo: esta designação se estende até aos escravos exclusivamente *ocupados* no serviço das estâncias"). Note-se, a princípio, a representação de um domínio de atividades específico para o campo: "serviço do campo", "serviço das estâncias". A designação "serviço", que remete ao discurso da servidão natural, é atribuída tanto ao "escravo" como ao "homem" do campo. O primeiro aparece como "ocupado" nas atividades; o segundo, como "ajustado" para uma finalidade. O uso do particípio passado instaura a dependência social do sujeito com relação a uma posição de administrador. A natureza da relação se marca, de um lado, pela escravidão; de outro, por essa região intermediária entre a servidão e o trabalho ("ajustado"). Note-se também o verbete *passageiro* ("o homem *encarregado* de dar passagem em canoas aos que têm que passar um rio ou arroio"): necessidade natural dos que estão em movimento ("têm que passar"), dependência social anteriorizada dos que dão condições de passagem ("encarregado de dar passagem"). Fica estabelecido, então, através dessas identidades subjetivas, uma espécie de contrato social do campo. Contudo, as relações de dependência e submissão nem sempre são visíveis. As coisas se passam como se o sujeito estivesse naturalmente posicionado no serviço da fazenda. É o que vemos em *posteiro* ("o homem *que mora no posto de uma fazenda*") e em *posto* (casa nos fundos de uma fazenda ou estância, *onde moram homens para vigiá-la*). Definição natural, no primeiro caso, e de finalidade ritual, no segundo. Nenhuma marca de relações sociais, como se fosse um hábito do morador o de vigiar a fazenda. Veja-se o embate entre a circulação do homem viajante e o confinamento e vigília do morador do campo.

Há ainda uma representação do sujeito ainda mais naturalizada, em que ele desponta do mesmo modo como os animais. Assim, em *pelota* ("é puxada a reboque por *cavalo a nado*, ou por um *homem nadador* que a leva presa aos dentes por uma corda"), o homem é mostrado ao lado do cavalo, realizando a mesma atividade. De modo semelhante, os filhos de "caboclos" são definidos tal como os animais: indicando-se a idade em uma definição natural. Isto ocorre em *piá* ("os que têm mais ou menos 14 anos para baixo, e só do sexo masculino: as do sexo feminino chamam *chininha*."), que apresenta uma forma semelhante a *potranco* ("a cria da égua, quando tem de uma ano a três: a fêmea se chama *potranca*.") e *potrilho* ("a cria da égua, quando tem menos de um ano: a fêmea se chama *potrilha*").

Por fim, gostaríamos de apontar a oposição entre o homem do campo e o homem da cidade. O lugar natural do campo se opõe à "civilização" na cidade. Vejamos como isto se explicita no verbete *pracista* ("o que vivendo no campo, mostra mais alguma

civilização por ter feito viagens às cidades e ter nelas praticado com pessoas de educação"). Percebe-se nesse enunciado o lugar privilegiado do viajante no contexto rural, sendo aquele que estabelece contato com as cidades. Por esse viés, opõe-se o sujeito fixado no campo, morador naturalizado, ao sujeito capaz de mobilidade, que conquista um prestígio social através do contato com o urbano, lugar da "civilização" e da "educação".

Reencontramos, como pudemos verificar, a figura do viajante aliada à do fazendeiro, na produção de um discurso sobre o léxico. Desta vez, na elaboração de um dicionário de língua. Este instrumento se constitui como um lugar de fazer falar o campo, em oposição à civilização, a partir da visão do administrador rural.

3.2. Costa Rubim: complemento aos dicionários portugueses

O vocabulário de Braz da Costa Rubim (*Vocabulário para servir de complemento aos dicionários da lingua portuguesa*), de 1853, se apresenta como um complemento aos dicionários do português. O que significa isso enquanto discurso sobre a língua? No pequeno prefácio de Rubim encontramos algumas pistas:

"O presente opúsculo compreende um grande número de vocábulos usados no Brasil, e que se não encontram nos dicionários da nossa língua, foram coligidos das memórias, e outros escritos, que tratam das nossas coisas, assim como de muitas notícias particulares. Não é ainda um trabalho completo, e tem por fim unicamente facilitar o conhecimento das acepções de tais vocábulos aos estranhos, e servir de auxílio aos lexicógrafos para as futuras edições" (Rubim 1853: prefácio).

O autor considera o dicionário como uma "coleta" de vocábulos "usados no Brasil", realizada a partir de escritos sobre "nossas coisas". A acumulação, seleção e reformulação de escritos, ou seja, o trabalho de arquivo, é o que acontece quando se visa obter uma representação nacional do léxico brasileiro. Aqui, esse trabalho conduz à formulação de enunciados definidores com um nível de repetição formal bastante pronunciado. A leitura dos textos que falam sobre as "coisas" do Brasil, provavelmente textos do gênero dos que temos analisado nesta tese, operou uma redução dos enunciados a formas concisas, com marcas já conhecidas, como veremos, dos discursos de viajantes. Algumas observações podem ser feitas a respeito da enunciação do prefácio. Primeiro, sobre a incompletude do dicionário: "não é ainda um trabalho completo". É uma característica dos dicionários desse gênero, como se a unidade deles estivesse por se concretizar num futuro, jamais alcançado. Segundo, sobre a finalidade visada: "facilitar o conhecimento das acepções de tais vocábulos aos estranhos". Parece

que não se trata de um dicionário de língua materna. Quem seriam esses "estranhos" a que o autor se dirige? Os portugueses, os não-brasileiros? O dicionário de "língua portuguesa" é o dicionário da "nossa língua", e o de complemento é destinado aos "estranhos". Percebe-se que o autor não representa sua obra no interior de uma língua nacional.

Vamos aos verbetes:

VOCABULÁRIO BRASILEIRO PARA SERVIR DE COMPLEMENTO AOS DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (BRAZ DA COSTA RUBIM)
PACACHODÉOS, horda de aborígenes, que dominava em parte da província de Mato Grosso.
PACAIA'S, aborígenes, que dominavam em parte da província do Pará.
PACOLÉ, espécie de algodão.
PAIAUARU, vinho de frutas e beiju feito pelas índias.
PALMATÓRIA, arbusto em que se cria a cochonilha.
PALMEIRA, gênero de árvore do mato virgem, de que há muitas espécies: côco da Bahia, que se cultiva e produz o côco bem conhecido e estimado; este é também conhecido pelo nome particular de coqueiro; côco-de-indaiacú, que produz sementes que dão um bom azeite purgativo; côco-de-catarro ou mocujuba, cujo fruto se come; côco-de-giraba; côco-de-airiri; côco-cabeludo; côco-de-dendê, que dá azeite bom para tempero; ticum; côco-de-nahia, a semente da árvore tem uso culinário; tapiti; piassava, que serve para fabricar cabos, esteiras, tecidos e vassouras; juçara ou açahizeiro, que se come o palmito amargoso com uso culinário; aricuri; fruta-se-perdiz; pau-de-semana; jeribá; macauba; guacuman; guacuriz; pasciuba; pindoba; etc.
PAMONHA, bolo que se faz com fubá de milho, ou de arroz, polvilho, açúcar e leite, usado nas roças.
PANGO, planta cujas folhas usam os negros para pitar, e que produzem o mesmo efeito do anfião.
PÁO-DOS-OLHOS, árvore do mato virgem, serve para obra dos edificios, o seu fumo faz cegar.
PARICÁ, árvore frutífera do mato virgem; o fruto chamado curupá, torrado e convertido em pó finíssimo, serve de tabaco, que retoma o nome da árvore.
PAROBA ou PEROBA, árvore do mato virgem que dá madeira de lei; há as seguintes qualidades: amarela; amargosa; branca; mirim; e vermelha.
PASSARINHO, árvore do mato virgem, que dá flores semelhante um passarinho, vermelhas ou amarelas, segundo a qualidade, serve para adornar lamedas - Planta parasita.
PATOÁ ou PATAHUÁ, árvore frutífera do mato virgem; o fruto serve para fazer vinho, porém de cor branca, e da amêndoa se extrai ótimo azeite para comer.
PAU-AMARELO, árvore do mato virgem, que dá madeira de lei.
PAU-DÁGUA, árvore do mato virgem, que conserva água na raiz, de que se aproveitam os viajantes para matar a sede.
PEITO-LARGO, valentão, que serve de guarda-costas a algum fazendeiro ou senhor de engenho, usado somente na Bahia.
PENACHEIRA, arbusto que dá flores escarlates do feitio de um penacho, e serve para adornar os jardins.
PERNA-DE-SERRA, madeira preparada de certo modo para construção civil.
PERU', barco de carregar mantimentos, na bahia de Nictheroy.
PETECA, pedaço de cortiça empenada com que se joga, lançando-a ao ar, e aparando-a com a vaqueta; jogar peteca.
PETELECO, pancada dada com o pé ou mão por brincadeira.
PIQUIRA, peixe miúdo de que se faz azeite - Cavalinho mui pequeno, mas rijo e corredor.
PONTA, lugar do rio onde a passagem é difícil; (...).
POSSOELO, alforge de couro cru, que se traz sobre a garupa.
PUCHA-PUCHA, doce feito de açúcar com certo ponto que custa a dividir-se, serve para entreter as crianças.

Vemos que não há marcação gramatical; o vocabulário se mostra como um saber enciclopédico, que serve ao "conhecimento" do léxico, ou antes, de "nossas coisas". A representação do Brasil que se pode depreender das definições é a de um território formado por um conjunto de tribos indígenas dispersas por regiões do país. Através dele se movimenta um viajante desbravador, deparando-se com a "mata-virgem" e com a pródiga natureza brasileira. Não nos surpreendemos de encontrar no corpus, com frequência, as definições de tipo natural em *que*, *que dá* e *serve para*.

Observemos o modo como aparecem os índios nos verbetes *pacachodéos* ("horda de aborígenes, *que dominava em parte da província de Mato-Grosso*") e *pacaia's* ("aborígenes, *que dominavam em parte da província do Pará*"). Os grupos indígenas são definidos em um tempo passado ("dominava"); nenhuma tribo parece ter sobrevivido. As designações são marcadas pelo discurso de guerra e de repulsa étnica ("horda de aborígenes", "cabilda de silvícolas"). Tem-se a impressão de que o país está desabitado, restando apenas a figura do viajante que se desfruta com a natureza. Esse personagem desponta em algumas definições de lugares e objetos, como em *ponta* ("lugar do rio *onde a passagem é difícil*") e *possoelo* ("alforge de couro cru, *que se traz sobre a garupa*") e *pau-d'água* ("árvore do mato virgem, que conserva água na raiz, *de que se aproveitam os viajantes para matar a sede*"). No primeiro exemplo, com a definição de *lugar onde*, esboça-se a atividade do viajante, atravessador de rios em seus percursos pelo país. No segundo, com a definição em *que se*, introduz-se um sujeito cavaleiro, que faz lembrar o vocabulário de Coruja, com a descrição dos "costumes do campo". No terceiro, o viajante, agora especificado, surge em uma definição de ritual com finalidade (*de que se...para*): o sujeito se utilizando da natureza. E na descrição dos objetos está suposto esse sujeito que se utiliza dos objetos e das matérias-primas como quem bebe água, satisfazendo as necessidades naturais.

O discurso da providência se formula por meio de formas de definição natural, características de discursos de viajantes: *que dá*, *que se cria*, *de que há*. Examinemos os verbetes *pau-amarelo* ("árvore do mato virgem, *que dá madeira de lei*"), *palmatória* ("arbusto em que se cria a cochonilha") e *palmeira* ("gênero de árvore do mato virgem, *de que há muitas espécies...*"). A natureza é o reino da prodigalidade e da variedade. Note-se a repetição, em todo o recorte, do SAdj "do mato virgem", que monta a cena do Brasil como natureza intocada. E para um mundo natural, correspondem as finalidades naturais, incorporadas nos objetos. Ver em *páo-dos-olhos* ("árvore do mato virgem, *serve para obra dos edifícios*"), em *penacheira* ("arbusto que dá flores escarlates do feitio de um penacho, e *serve para adornar os jardins*") e em *passarinho* ("árvore do mato virgem, que dá flores...*serve para adornar lamedas*") os enunciados em *serve para*, que delimitam domínios de uso. Damo-nos conta nestas seqüências da inserção da

cena urbana na enunciação da finalidade: construção civil, jardinagem, urbanismo. A cena natural aparece como lugar da descrição, enquanto que a cena urbana desponha no interior da finalidade.

Os domínios de uso são vários. Alguns merecem destaque: culinária, carpintaria, construção civil, medicina. Na definição da palmeira, por exemplo, incluem-se várias espécies de côco, indicando-se as designações ("côco da Bahia", côco-de-indaiáçu", etc.), que se fazem seguir da definição de uso: "que produz sementes que dão um bom azeite purgativo", "cujo fruto se come", "que dá azeite bom para tempero", "a semente da árvore tem uso culinário", "que serve para fabricar cabos, esteiras, tecidos e vassouras", "que se come o palmito amargoso com uso culinário". Da culinária à fabricação de vassouras, passando pela medicina popular, o côco revela as várias utilidades.

Mas além da providência natural, emergem também na cena definidora alguns processos de produção, geralmente com sujeito universalizado ("côco da Bahia...*que se cultiva...*"). O processo surge como uma atividade anteriorizada pelo participio passado, com finalidade, como em *perna-de-serra* ("madeira *preparada* de certo modo *para construção civil*"), em *paricá* ("o fruto chamado curupá, *torrado e convertido em pó finíssimo*, serve de tabaco, que retoma o nome da árvore") e em *pucha-pucha* ("doce *feito de açúcar com certo ponto...* serve para entreter as crianças"). Os sujeitos do processo não são especificados, com algumas poucas excessões, como em *paiauaru* ("vinho de frutas e beiju *feito pelas índias*"). Quando, na cena, se manifesta um sujeito da produção, ainda que universalizado, ele pode vir ou na forma de um sujeito artesão, como em *piquira* ("peixe miúdo *de que se faz azeite*"), ou na de um sujeito das práticas de extrativismo, como em *pinhão* ("árvore do mato virgem...*de que se extrai azeite*") e *patuá* ("árvore frutífera...*e da amêndoa se extrai ótimo azeite para comer*").

Alguns verbetes com entradas de termos indígenas, vêm sem marcação de língua, mostrando-se como já incorporados no português. Assim é com *peteca* ("pedaço de cortiça empenada com que se joga...") e *peteleco* ("pancada dada com o pé ou mão por brincadeira"). As atividades sociais estão envolvidas em processos com sujeito universalizado e uso ritual. O mesmo acontece com alguns termos africanos, tal como *pango* ("planta cujas folhas usam os negros para pitar..."). Para o uso da maconha, o sujeito "negro" vem especificado, e não o sujeito extrativista. O que nos importa observar não é tanto a origem do vocábulo, mas sim o modo de definição com que eles vão sendo introduzidos no léxico do português.

Ressalte-se em meio a tantos verbetes com definição de finalidade natural, a inserção de um sujeito social, que é definido da mesma maneira que as árvores ou os frutos, através da forma *serve* e da indicação de uso: "peito-largo, valentão, *que serve de guarda-costas a algum fazendeiro ou senhor de engenho, usado somente na Bahia*".

Explicita-se aqui a dependência social na definição com finalidade natural. Mais uma vez, o fazendeiro desponta na figura do administrador rural ("senhor de engenho") e o sujeito (que podemos considerar na designação de "capanga") com a propriedade natural da servidão.

Vimos que Rubim, ao conferir caráter nacional ao vocabulário, inclui cenas não só da natureza prodigiosa e do universo naturalizado das fazendas e dos engenhos, como também do mundo urbano, com domínios de uso da construção civil e urbanização, entre outros. O modo de distribuição das formas definidoras determinam alguns sentidos para a leitura, como a conjunção entre as formas de definição de providência (*que dá, serve para*) e as de definição de uso extrativo (*de que se extrai, de que se aproveita*). O dicionário de complemento produz, neste caso, um discurso sócio-econômico com base na indústria extrativista e na administração das fazendas, tomando-se como lugar de produção de "conhecimento" e de observação o ponto de vista do viajante colonizador.

3.3. Alencar: o direito do autor e a legitimidade dos termos

Um dos lugares de legitimação dos dicionários, como se sabe, está na literatura. Isto em alguns casos sucede de modo mais decisivo, como nos primeiros monolíngües italianos e espanhóis. Quanto ao Brasil, em que momento os autores literários passam a figurar nos dicionários? Vimos na análise de Moraes que os primeiros textos referentes ao Brasil, incluídos naquele dicionário, consistiram, em sua maioria, de relatos de historiadores e viajantes. Entre os autores mais próximos da literatura brasileira, somente figurava o padre Antônio Vieira. Portanto, é no decorrer do século XIX, com as reedições e elaborações dos monolíngües, que os autores brasileiros serão introduzidos. Contudo, o que nos interessa no momento é a irrupção em alguns autores brasileiros, particularmente em José de Alencar, de uma prática lexicográfica, com a reivindicação do direito de legislar sobre o léxico. O aparecimento dessa prática pode ser remetida a alguns fatores como: a legitimação do literato enquanto autor de língua portuguesa; a circulação dos dicionários portugueses, vistos como lugar de legitimidade da obra literária; a leitura de autores brasileiros mediante o uso dos dicionários portugueses. Alencar³⁸, no pós-escrito de *Diva*, de 1865, aponta como um dos motivos que o levaram a compor glossários para seus romances a reclamação de alguns leitores, que o acusavam de incluir muitos "galicismos" nos romances. Diante das críticas dos leitores, Alencar se coloca na posição de lexicógrafo e elabora justificações para seus usos: "chamo sua atenção para a nota junta, em que eu justifico algumas inovações de que me tornei réu, nos dois volumes referidos (*Luciola* e *Diva*). Não quero que me sejam elas relevadas a

³⁸ José de Alencar. "Poscrito", in *O Português do Brasil*, Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro e Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978, pp. 55-67.

pretexto de erros tipográficos: cometi-as muito intencionalmente". O vocabulário reúne dezesseis verbetes, contendo explicações sobre o uso. São eles: *núbil, escumilhar, pubescência, exale, palejar, rofado, gárceo, garrular, olimpio, elance, rutilo, roçagar, frondes, aflar, rubescência, fervilhar*. Os argumentos se assentam sobretudo na gramática e no estilo literário. Alencar chama para si o direito de legislar sobre a língua: "Quem quer que percorra ligeiramente o dicionário português mais castiço, o de Moraes, achará nele cópia de palavras de origem francesa, que se aclimataram bem em nossa língua e passaram à categoria de clássicas, somente pela razão de as reconhecerem necessárias e bonitas os autores quinhentistas. Pois nós os modernos escritores, como eles artistas da palavra e do discurso, não teremos o mesmo direito?".

Importa-nos verificar no vocabulário de Alencar o modo de produção da definição em um discurso da estética. Como se define a "beleza" de um termo, e como este passa a ter direito de figurar no dicionário? Examinemos, de início, o verbe *rubescência*:

Rubescência - Já se tratou da desinência verbal *escer*, que designa continuação gradual, progressiva e lenta. A essa desinência verbal corresponde a dos substantivos derivados *encia*, que exprimem a mesma idéia.

A língua portuguesa foi parca em seu empréstimo da latina quanto à família deste vocábulo; apenas tomou o substantivo *rubor*, o adjetivo *rúbido*, e o verbo composto *enrubescer*; desprezou o verbo *rubir*, de *rubeo*, ser vermelho, o substantivo *rubidino, is, rubidez*, que outros adotaram, quando sentiram a necessidade, e com tão bom direito como foram adotados *languir* e *languidez*.

Eu limitei-me a adotar o verbo simples *rubescer* e seu substantivo *rubescência*, porque careci dele para exprimir a minha idéia. *Rubor* exprime o efeito da ação verbal *rubeo*. O outro derivado de *rubidez*, se fosse admitido, exprimiria um estado ou qualidade, conforme a ação. *Rubescência* porém indica a gradação da cor que se vai acendendo nas faces até chegar a ser *rubor*.

Alencar aponta em vários momentos a falta de vocábulos nos dicionários portugueses, em contraposição às muitas possibilidades de formação de palavras de que a língua dispõe. Por que não se utilizar desses recursos?, questiona o autor, insatisfeito com a língua portuguesa. A partir dessa colocação, Alencar introduz justificativas gramaticais para a adoção dos termos, principalmente de caráter morfológico: composição das palavras, derivação, sufixação etc. O que está em jogo é a possibilidade de se "exprimir uma idéia" através dos recursos lingüísticos ("careci dele para exprimir a minha idéia"). Depois de se comentar as formas de derivação e a adoção de uma ou outra delas, chega-se a uma definição do termo, regulada pela teorização morfológica: "rubescência porém indica a gradação da cor que se vai acendendo nas faces até chegar a

seu rubor", definição construída a partir da significação da desinência verbal *escer* ("continuação gradual, progressiva e lenta"). Mostra-se assim o processo de constituição dos neologismos, com sustentação na gramática e no "gosto" do autor.

A justificativa do emprego ou da criação dos termos por vezes se pauta em determinadas possibilidades significantes da palavra, para se obter os efeitos de "beleza" e "elegância", como se vê no verbete *aflar*:

Aflar - *Afflo, vel adflo, ad aliquid spiro vel flatu contingo*, composto de *ad*, para, e *flo*, soprar. Se acharem na língua portuguesa um verbo que exprima ao mesmo tempo, com tanta propriedade, elegância e beleza imitativa, o movimento produzido pelo bafejo da aragem sobre as folhas, ou a ondulação de certos objetos, que agitam o ar, como o leque, os folhos de um vestido etc., eu confessarei que foi uma superfluidade emprestar do latim essa palavra nova.

O verbete ainda prossegue com o cotejo dos termos existentes no português e a defesa do neologismo *aflar*. Um dos argumentos diz respeito às propriedades fonéticas da palavra para significar a coisa ou o fato de linguagem, ou seja, à onomatopéia: "A grande beleza porém do vocábulo está na onomatopéia: *afla* é o som harmonioso de certos movimentos que o verbo foi chamado a exprimir: *afla* um mimoso leque meneado lentamente, um vestido de chamalote com a ondulação do andar gracioso, uma bandeira agitada pela brisa etc."

A definição estética foge aos moldes do verbete de dicionário de língua, apesar de estar pressuposta nele. O autor literário geralmente é introduzido através da citação direta do texto e não de uma definição desse tipo. A produção de Alencar, no entanto, mostra o trabalho do literato que, por meio de um discurso sobre o léxico, atua nesse momento de legitimação do português do Brasil. Deste modo, antes da introdução do autor brasileiro como citação, houve uma elaboração lexicográfica que trouxe condições de leitura para os textos literários. Esses pequenos vocabulários foram úteis, por conseguinte, para a legitimação dos termos de literatura brasileira nos dicionários de língua portuguesa.

3.4. Alves Câmara: dicionário de termos técnicos

O *Vocabulário dos termos técnicos de construção naval*, de Antônio Alves Câmara, foi publicado em anexo ao *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, do mesmo autor. Tomamos este pequeno léxico para estudo a fim de observarmos de que modo algumas definições técnicas são introduzidas nos dicionários brasileiros. O vocabulário de Câmara indica usos em diversas regiões do Brasil: Rio de

Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Amazônia etc. Inclui tanto termos portugueses como indígenas. Sem se caracterizar como dicionário de língua, esta obra, no entanto, é lugar de realização de um conjunto de definições de termos considerados como "técnicos", muitas delas aproveitadas em outros dicionários. É de se esperar, portanto, nas definições, a explicitação do modo de produção dos objetos. Será que, ao lançar mão de termos indígenas, os sujeitos índios vêm representados nas definições? É possível uma definição puramente técnica, em que o social esteja ausente? Examinemos alguns verbetes:

VOCABULÁRIO DOS TERMOS TÉCNICOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL (ANTÔNIO ALVES CÂMARA)
Panacarica - Nome indígena dado às toldas das igarités (Amazônia).
Paquetes - Jangadas velozes, que viajam na costa. Têm os seus bordos 1,1 a 1,3 metros de circunferência (Pernambuco e Alagoas). - Embarcações do Alto São Francisco, que são as únicas, que aí usam velas.
Pavez - Táboa pregada no casco das montarias para aumentar-lhes o tamanho. - Táboa superior do falcame das montarias (Amazônia).
Pé de galinha - Cabo que tem em uma extremidade três outros mais finos, que se fixam na testa das velas para poder abranger maior superfície da vela, distribuindo-se assim a força nele empregada.
Pelota - Couro de boi, cujas extremidades são amarradas para formar um bôjo como de um cesto. Servem para transporte de viajantes e pequenas cargas de uma a outra margem do rio, a reboque de um cavalo, ou por meio de um cabo atado do outro lado, ou por um homem nadando (diversos rios do Brasil).
Pescaria de sondar - Frase usada na Bahia nas pescarias, em que vão se afastando da costa, e sondando até encontrarem o fundo necessário para apanharem certa espécie de peixes.
Pesqueiro - Lugar onde há abundância de peixes. Na Bahia em lugares de pouco fundo costumam fazê-lo artificialmente, enterrando grande número de galhos de árvores. Os peixes habitam-se a ficarem aí, ou pela sombra, ou para comerem, ou abrigarem-se dos peixes grandes.
Piperis - Nome indígena dado às jangadas (Rio de Janeiro).
Poita - corda de embira empregada como amarra nas jangadas de Alagoas, Pernambuco e Ceará. - Pedra atracada por paus com pontas, que serve de âncora às jangadas e canoas da Bahia.
Pranchas - Embarcações feitas das duas bandas de uma canoa, entre as quais se coloca uma, ou mais tábuas, e encaverna-se o todo (Rio de Janeiro).

As formas das definições podem nos dizer algo a respeito das práticas sociais, mesmo quando os sujeitos não se apresentam especificados nos enunciados definidores. Em Câmara, os sujeitos aparecem como universalizados, sendo raramente especificados. Este efeito é obtido pelo uso do pronome *se*, de participios passados, assim como de verbos na terceira pessoa do plural e no gerúndio. O único verbete do recorte que especifica sujeitos é *pelota*, que, tudo indica, foi compilado do vocabulário de Coruja (ver corpus do item 3.1, neste capítulo). Ali aparecem a figura do viajante e a do sujeito naturalizado: "homem nadador". Quanto a isso, podemos considerar tal verbete como uma exceção nesta série. Mas quanto a outros aspectos eles não destoam, como no uso do participio passado ligado a uma finalidade.

Já vimos anteriormente a distinção entre as formas de definição de processo e as definições de uso. As de processo podem aparecer, em resumo, nos modelos:

- a) (SN-cabeça) (PP) *para*:
- b) (SN-Cabeça) *que se/que X* (SV) *para*:

E as de uso nestes outros:

- c) (SN-Cabeça) *de* (SV):
- d) (SN-Cabeça) *de que se* (SV) *para*:

Pois bem, as definições em Câmara se reportam sobretudo ao primeiro grupo, ou seja, às definições de processo (*a* e *b*). Tomemos o verbete *pavez* ("táboa *pregada* no casco das montarias *para* aumentar-lhes o tamanho"), que segue o modelo (*a*). O sujeito do processo é suposto mas não especificado e a ação é localizada em um tempo anteriorizado, com finalidade necessária. A cena definidora se esboça sem a representação de profissões nem de instituições concernidas com a fabricação dos objetos. O processo não tem lugar nem agentes. Por vezes, a produção desponta também em um ritual com sujeito e finalidades universalizadas, como em *pé de galinha* ("cabo que tem em uma extremidade três outros mais finos, *que se fixam* na testa das velas *para* poder abranger maior superfície de vela"), de acordo com o modelo (*b*). A fabricação de embarcações é tratada como uma atividade ritualizada, uma técnica universalizada que se desenvolve de modo análogo a um hábito. Outro mecanismo que produz um efeito de ritual universalizado é o emprego de gerúndios e da terceira pessoa do plural, como nesta seqüência em *pesqueiro* ("*costumam* fazê-lo artificialmente, *enterrando* grande número de galhos de árvores") e em *pescaria de sondar* ("em que *vão se afastando* da costa, e *sondando* até *encontrarem* o fundo necessário para *apanharem* certa espécie de peixes").

Enquanto isso, alguns verbetes apresentam uma determinação espacial. Note-se que, em certos casos, o processo não é localizado, mas sim o objeto. Vejamos o verbete *poita* ("corda de embira *empregada como amarra nas jangadas de Alagoas, Pernambuco e Ceará*"). O locativo ("de Alagoas, Pernambuco e Ceará") está determinando o objeto "jangadas" e não o lugar da produção. É o objeto que apresenta a propriedade de pertencer a essas localidades e não os sujeitos produtores ou os lugares institucionais da produção. O objeto se mostra localizado e a produção universalizada. Nesse sentido, constroem-se sintagmas como "jangadas e canoas da Bahia", "barcos mineiros", "embarcações do Alto São Francisco". A produção é técnica, automatizada pelo participio passado, mas a cena espacial é natural ou geográfica: "Rios Araguaia e

Tocantins", "Amazônia", "na Bahia". Observe-se também, na segunda acepção deste mesmo verbete, a utilidade natural do objeto produzido ("pedra atracada por paus com pontas, *que serve* de âncora às jangadas e canoas da Bahia").

Há verbetes em que se percebe a ausência de marcas de processo. É o caso de *paquetes* ("Jangadas velozes, que viajam na costa. Têm os seus bordos 1,1 a 1,3 metros de circunferência (Pernambuco e Alagoas). - Embarcações do Alto São Francisco, que são as únicas, que aí usam velas"). Nenhum sinal de sujeitos especificados nem de atividades de fabricação. As definições com relativa em *que* colocam as embarcações como sujeito sintático, que agem preenchendo a cena natural, viajando pelos rios do Brasil. As características técnicas surgem ao modo de propriedades naturais.

Os comentários lingüísticos limitam-se à indicação de denominações indígenas ("panacarica - nome dado às toldas das igarités") e de usos regionais ("pescaria de sondar - frase usada na Bahia..."). Aqui também, o emprego do particípio passado produz uma anterioridade do ato do falante, retirando-o da cena atual e o colocando-o no lugar do já realizado e do sujeito universal.

Esta breve análise nos permitiu mostrar que o vocabulário de Alves Câmara produz um discurso de automatização da produção, que não emerge nem como atividade artesanal nem como prática urbana ou industrial, mas sim na forma de um processo com sujeito universalizado. Ao mesmo tempo, a cena da definição é invadida pela circunstanciação geográfica regional, palco das atividades ritualizadas e das finalidades naturais dos objetos.

3.5. Dicionários de Brasileirismos

O último grupo de textos que vamos analisar se compõe dos chamados *dicionários de brasileirismos*. Consideramos esta produção como uma outra etapa da gramatização do português do Brasil. Ela corresponde a um momento de organização dos diversos materiais escritos que atestam as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal. Os últimos dicionários brasileiros que analisamos (Coruja, Rubim, Alencar, Câmara) consistem em iniciativas setorializadas: na administração rural, na literatura, na construção naval: manifestações que foram surgindo ao longo do século como contraponto à produção portuguesa. Agora, com os trabalhos de Macedo Soares (*Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*) e Beaurepaire-Rohan (*Dicionário de Vocábulos Brasileiros*) é o momento de reunir as obras desse tipo e apresentar um dicionário de representatividade nacional. Desenvolve-se um trabalho de arquivo que reúne os "autores brasileiros". Trata-se pois da endo-gramatização brasileira. Com a gramatização do português, muitos falantes brasileiros não endossam sob certos aspectos os dicionários portugueses: falta de termos, termos não usados no Brasil, definições

inapropriadas. Os dicionários de brasileirismos resultam da gramatização do português feita por falantes brasileiros. Daí a exclusão dos autores portugueses. O que Bluteau fizera para o português no início do século XVIII, ajuntando os autores portugueses, fazem agora os brasileiros. Só que a unidade resultante possui um outro estatuto: ela representa uma diferenciação em relação ao português; forma-se um domínio de enunciados lexicográficos especificados. Nestas circunstâncias, ocorre, ao mesmo tempo, o reconhecimento do português e a diferenciação em relação a ele. Eni Orlandi (1994), considerando o fato de que no Brasil se fala a "mesma língua mas diferente", propõe o conceito de *heterogeneidade lingüística*:

"Consideramos pois a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o 'mesmo' abriga no entanto um 'outro', um 'diferente' histórico que o constitui embora na aparência da "mesmidade": o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos. Significam diferentemente" (Orlandi 1994: 31)

Esse jogo entre o 'mesmo' e o 'outro' emerge nas discussões sobre a língua nacional, que se acentuam no final do século. É um momento em que vêm à tona uma série de *equivocos*: sentidos diferentes para as mesmas palavras, pronúncia diferente para a mesma grafia, maneiras diferentes de dizer a mesma coisa.

Note-se que os dicionários de brasileirismos supõem a identidade do português (como língua mãe ou língua irmã, como origem ou como dialetação), mas é principalmente o gesto da diferenciação que eles realizam, no trabalho com os equivocos. A noção de brasileirismo aparece como um modo de trabalhar esses fatos na língua nacional.

3.5.1. A noção de brasileirismo

Um dos argumentos que, durante o século XIX, fortaleceram a proposição de uma língua nacional no Brasil foi o de que a língua em uso apresentava elementos lexicais específicos, que garantiriam uma diferença com relação à língua portuguesa. Em que consistiam esses elementos? Podemos resumi-los em dois tipos: a) termos de língua portuguesa que passaram a ter uma significação diferente no Brasil; b) termos provenientes de outras línguas (principalmente indígenas e africanas), que foram "incorporados" ao português. Ambos os tipos foram considerados dentro da categoria de "brasileirismos". Deste modo, a argumentação se desenvolve com a indicação desses termos e expressões e com a atribuição a eles de um estatuto lingüístico, através da

explicação de sua origem, seu uso, sua formação, sua diferença em relação a outras línguas.

Na ocasião da defesa de uma língua nacional no Brasil, o argumento lexical precedeu o gramatical. Desde o início do século XIX, já circulavam algumas discussões a respeito de neologismos e diferenças de vocabulário, a que depois se seguiram as diferenciações gramaticais. Vamos nos concentrar aqui na questão lexical.

O argumento lexicalista parte de uma constatação raramente refutada nas discussões acerca da identidade lingüística, a saber, a de que a língua falada no Brasil apresenta elementos ausentes no português de Portugal. Admitido esse fato, passa-se à questão do estatuto da língua. Consistiria a nova realidade lingüística numa nova unidade de língua? Caso positivo, que língua seria essa: o "português de Portugal" enriquecido na Colônia, o "português do Brasil", mais ou menos distinto do de Portugal, a "língua brasileira", mistura de línguas? Muitas foram as discussões a esse respeito e não vamos no momento nos deter sobre elas³⁹. Salientemos no entanto que estava em jogo nessas disputas a relação da língua com o povo e com a nação, isto é, buscava-se uma definição para a língua enquanto unidade nacional.

Talvez, analisando hoje, uma definição de língua nacional não tenha se firmado claramente e os limites entre português do Brasil e português de Portugal ainda suscitem discussões. No entanto, parece que a noção de "brasileirismo" vingou e mantém até nossos dias uma certa estabilidade no cenário nacional. Vejamos duas definições do final do século XIX:

"É a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa e a falada geralmente no Brasil" (Ribeiro 1889).

"Brasileirismos - São termos e modos de falar peculiares aos brasileiros, e muitíssimos deles desconhecidos em Portugal, o que não é para admirar porque o mesmo acontece aqui de província para província" (Silva & Andrade 1894).

Mais do que os termos "neologismo", "expressão nacional", "idiotismo", entre outros, o termo "brasileirismo", que abrange tanto as diferenças lexicais como as gramaticais, se assentou firmemente. Nos capítulos anteriores, mostramos que um modo de dizer brasileiro já se evidencia desde os relatos de viajantes, quando aparecem listas de termos portugueses comentados. No primeiro monolíngüe português, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes, e suas sucessivas reedições durante o século XIX, ocorre a introdução de palavras vindas do tupi no dicionário do português; Visconde de

³⁹ Edith Pimentel Pinto apresenta uma seleção de textos significativos sobre essa questão (*O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Edusp, 1978).

Pedra Branca, em 1824, elabora listas de palavras indicando "nomes que mudaram de significação no Brasil" e "nomes em uso no Brasil e desconhecidos em Portugal"; na literatura, José de Alencar acrescenta glossários de "termos inovadores" em reedições de seus romances; nos estudos de língua e literatura - Gonçalves Dias, José Veríssimo, Pacheco da Silva, Sílvio Romero - aparecem listas de brasileirismos com comentários sobre sua origem e uso. As publicações de M. Soares e B.-Rohan firmam a noção de brasileirismo, ao lado dos diversos trabalhos sobre o léxico realizados ao longo do século.

Em geral, há dois modos de aparecimento dos brasileirismos em dicionários. O primeiro, como forma marcada, no interior de dicionários de língua portuguesa⁴⁰. O segundo, como forma não-marcada, em dicionários de brasileirismos, onde todos os termos têm esse mesmo estatuto. É neste segundo caso que se incluem os dicionários de Soares e Rohan.

Visto o modo de aparecimento da noção, questionemos sua definição. Os brasileirismos são considerados como "termos", "palavras" ou "expressões" que, por sua diferença de sentido ou de significação com relação à língua portuguesa, ganham um estatuto lingüístico definidor de nacionalidade. Isso estabelece um parâmetro empírico que facilita a enumeração dos elementos dessa categoria. Por exemplo, brasileirismos são palavras como: *pipoca, mandioca, sapecar, batuque, candomblé, vatapá, lambuzar, garoar, bonde*, etc.; ou expressões como *esticar a canela, bater as botas, estar de venta inchada*, etc. Isto posto, fica em aberto a interpretação desses termos, e é este justamente o ponto em que, a nosso ver, emerge a questão da unidade de língua⁴¹. Esse ponto coincide também com o momento em que o léxico é tomado enquanto discurso. Os discursos sobre os brasileirismos, que incluem o modo de defini-los, prová-los, explicá-los, teorizá-los, constroem as filiações para a língua que se visa legitimar.

Vemos que nesse processo o léxico passa a ser objeto de um discurso sobre a língua nacional, de modo que os brasileirismos só se legitimam na medida em que são interpretados em um discurso social: sobre um povo, uma nação, uma história, um conjunto de filiações. Encontra a tradição brasileira nesse momento questões semelhantes às que no século XVI emergiram na Europa com a formação das línguas nacionais e que levaram a definições da "língua portuguesa", da "língua castelhana", entre outras. Porém,

⁴⁰Observe-se que a noção de brasileirismo permanece até hoje uma marca usual nos verbetes. O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio, de Ferreira (1a. ed. 1975), emprega a marca "bras." para indicar os brasileirismos.

⁴¹ Macedo Soares, ao criticar o indianismo de Gonçalves Dias, reivindica a passagem da "descrição" da palavra indígena a sua "interpretação". Lembremos que Dias elaborou e publicou dicionários da língua tupi e Macedo Soares, colocando-se contra a "exclusividade indianista", propõe outra base para a nacionalidade. As palavras tupi ganham outro estatuto interpretativo, não mais no lugar do mito das línguas primitivas, mas no contexto do "dialeto brasileiro", com a mistura de várias línguas. Assume-se com esse gesto, o lugar de interpretação em relação à língua nacional.

enquanto os portugueses tomaram as línguas clássicas como filiação histórica, os brasileiros ressaltaram a realidade multilíngüe do país e a conjuntura de uso como fatores fundamentais na constituição da língua. Ou seja "foram-se constituindo" no Brasil diferentes sentidos para as palavras, "foram sendo acrescidos" vocábulos de outras línguas, "foram-se adaptando" os termos portugueses, "foram-se amaneirando" até se chegar no estado diferenciador de uma unidade de língua nacional.

A indeterminação desses discursos parece silenciar as diversas práticas lexicográficas exercidas no país anteriormente, deixando-se pensar que a história da lexicografia coincide com a história das palavras. Assim, estas teriam seguido percursos ao nível abstrato das línguas: do português, das línguas indígenas, africanas, e outras - até que chegassem ao estado de língua nacional. Entretanto, como temos visto, uma análise da lexicografia brasileira nos aponta, desde os inícios da época colonial, divisões de sentido e de unidades de língua produzidas em várias circunstâncias. Importa aqui, observar como os brasileirismos se constituem enquanto domínio de definição. Deste modo, é através das formas sintático-discursivas dos verbetes, do exame de sua variabilidade e heterogeneidade, que estudaremos o "modo de dizer" do dicionário brasileiro.

Podemos apontar dois fatores importantes no trabalho lexicográfico em questão. Primeiramente, o desenvolvimento de uma etimologia. Já vimos que nos dicionários bilíngües, com Prazeres do Maranhão e Gonçalves Dias, entre outros, desenvolveu-se uma etimologia tendo o tupi como língua originária. Agora, com os brasileirismos, acentua-se o trabalho etimológico e os percursos de interpretação se complexificam. O português também é tomado como língua de origem, além das línguas clássicas. Incluem-se ainda o castelhano, o francês, línguas africanas, entre outras. Vejamos nestes exemplos como Soares e Rohan incluem a etimologia na estrutura dos verbetes:

SOARES	ROHAN
babador . sm., peça do vestuário das crianças, consistente num pano quadrilongo ou arredondado, presa no pescoço e pendente sobre o peito, para se não sujarem babando ou comendo. ETYM. <i>babadouro</i> (pronunciado <i>babadóro</i>) - o, que caiu, ficando <i>babador</i> ; de <i>baba</i> qv. sub vb. <i>babacuara</i> . Cp. <i>amassador</i> , <i>bebedor</i> , <i>logrador</i> , <i>tombador</i> . LEX. PORT. <i>babadoiro</i> , e também <i>babeiro</i> , aqui desconhecido.	PEREBA , s. f. erupções cutâneas postulosas. Em alguns lugares é o designativo da sarna. <i>Etim.</i> É voc. tupi. Em guarani significa sinal ou manchas de sarnas (Montoya). No dialeto amazoniense dizem <i>peréua</i> (Seixas) ou <i>meréua</i> (B. de Jary. No Rio Grande do Sul dizem <i>pereva</i> , para designar certa ferida cascuda, que ataca tanto os animais como a gente.

Perecebe-se que enquanto Moraes, ao elaborar o primeiro monolíngüe do português, corta as interpretações etimológicas para a formulação da definição, os autores dos dicionários de brasileirismos utilizam-se amplamente delas para legitimar os verbetes. Mesmo assim, como se nota nos exemplos acima, há uma separação entre a

definição e a etimologia. E por vezes, como em *babador*, uma diferenciação marcada com relação ao léxico português. Veremos mais adiante que, apesar da semelhança estrutural, esses dicionários apresentam diferentes formas de definição.

O segundo fator que queremos apontar se refere à representação dos sujeitos na definição. Além de o dicionário de brasileirismo ter em vista um conjunto de autores brasileiros, o domínio de definição tem por cena o espaço-tempo e os falantes brasileiros. Já vimos nos dicionários bilíngües a preocupação com a "língua do povo", com o folclore e com a oralidade. O mesmo acontece com os dicionários de Soares e Rohan, desta vez com relação à língua nacional. A população brasileira, antes intocada nos primeiros dicionários bilíngües imperiais e nos dicionários portugueses, passa a figurar nos verbetes. Surgem uma série de representações de sujeito no interior da definição: comerciantes, sertanejos, operários, lavradores, negros, mestiços, crianças, funcionários públicos.

Na análise que segue, vamos nos ater sobretudo às definições.

3.5.2. Macedo Soares

O percurso de formação e de atuação de Macedo Soares nos diz um pouco sobre as condições em que apareceram os lexicógrafos no final do Império e início da República. Coursou teologia no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, tendo realizado estudos de filosofia e filologia. Em seguida, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo. Escreveu em jornais e revistas de São Paulo e Rio de Janeiro; fundou clubes literários. Foi também vereador e deputado. Soares se incluía nos movimentos nacionalistas de emancipação política. Apoiando-se em Batista Caetano, coloca o objetivo de "completar a nossa independência política pela emancipação literária" (Soares 1954). O *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Soares, foi publicado em 1888 nos *Anais* da Biblioteca Nacional.

A menção a Batista Caetano não é ocasional. Os estudos lexicográficos de Soares, assim como os desse autor, se desenvolvem no campo da etimologia e do trabalho de arquivo. Só que o interesse maior de Soares é com o português falado no Brasil. A etimologia é desenvolvida no sentido de compreender não textos antigos, mas a língua em uso. Em seus *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro*, reúnem-se vários estudos onde se apontam filiações para a língua falada no Brasil. Além da preocupação com o português e o tupi, ressalte-se o interesse pelas línguas africanas, o que se percebe igualmente em seu dicionário.

A passagem pelos jornais merece ser destacada. Muitos verbetes do recorte que examinamos contêm citações de jornais brasileiros e portugueses. Aliás, uma vista de olhos nas obras utilizadas nos revela algo sobre a formação dos domínios de definição. O

conjunto de textos reúne: jornais, dentre eles, *Gazeta de Noticias*, *O Globo*, *Gazeta Literária*, *A Folha Nova*, *Jornal da Corte*, *O Fluminense*; anais e revistas, como os da Biblioteca Nacional e dos Intitutos Históricos; obras literárias de autores brasileiros, entre os quais, Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis; historiadores como Varnhagen e Capistrano de Abreu; textos de legislação brasileira; dicionários. Entre os autores de dicionários, incluem-se desde os que se ocuparam de dicionários bilíngües no Brasil: Prazeres Maranhão, Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, Batista Caetano, até autores de dicionários portugueses: Bluteau, Moraes, Viterbo, Cardeal Saraiva, Caldas Aulete. Acrescentem-se igualmente os dicionários de regionalismos, complementos, termos técnicos e brasileirismos: Antônio Coruja, Costa Rubim, Alves Câmara, Beaurepaire Rohan. Incluem-se também dicionários de línguas africanas, como o *Dicionário da lingua bunda ou angolense*, publicado em Lisboa, em 1804, e o *Vocabulary of the Yoruba Language*, publicado em Londres, em 1843.

O dicionário de Soares resulta de uma leitura dessas obras. Muitas acepções dos verbetes foram transcritas diretamente dos textos consultados, muitas vezes sem a marcação com aspas e sem a indicação da obra. Pudemos reconhecer algumas cópias de obras anteriores pelas análises que havíamos feito. Procuramos, então, selecionar verbetes contendo definições que não fossem apenas cópias. Acreditamos que o recorte efetuado nos permite mostrar regularidades na formulação dos enunciados definidores.

A publicação de 1888 só incluiu verbetes até a letra C; portanto, não pudemos analisar a letra P. Tomamos então a letra B.⁴²

Vamos ao recorte:

DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA (MACEDO SOARES)
babador. sm., peça do vestuário das crianças, consistente num pano quadrilongo ou arredondado, presa no pescoço e pendente sobre o peito, para se não sujarem babando ou comendo. ETYM. <i>babadoiro</i> (pronunciado <i>babadôro</i>) - o, que caiu, ficando <i>babador</i> ; de <i>baba</i> qv. sub vb. <i>babacuara</i> . Cp. <i>amassador</i> , <i>bebedor</i> , <i>logrador</i> , <i>tombador</i> . LEX. PORT. <i>babadoiro</i> , e também <i>babeiro</i> , aqui desconhecido.
bacalhão. 1º. tira de couro cru, torcido para servir de corda (...) 2o. Açoite de quatro ou cinco pernas, de couro cru, com que nas fazendas se castigavam escravos que tivessem cometido falta grave, batendo-lhes nas nádegas.
bagage=bagaje. sf., bagagem, povo miúdo e ruim, que vai atrás da gente boa, tal qual a bagagem do exército, a bagagem que vai atrás do viajante etc.
bahiano. 1º natural da província da Bahia. 2 nortista, em geral, 3. roceiro, matuto, habitante do campo, da roça, 4. homem de aparências enganadoras, falto de sinceridade, que diz uma coisa na presença e outra por detrás, 5. mau cavaleiro...HIST. provém a signif. pejor. ligada ao voc. de serem os bahianos muito bairristas.

⁴² A publicação completa dos manuscritos do dicionário de Antônio J. de M. Soares ocorreu em 1954, com organização, revisão e complementação por Julião R. de M. Soares. (*Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1954).

bala. sf., porção de açúcar derretido, levado a ponto de pasta e seco, embrulhado em papel e disposta em feira ou colar, que os moleques vendem na rua em taboleiros: dissolve-se na boca. Há de açúcar simplesmente, ou de ovo, chocolate.(...)
balaio. sm. 1º. cesto de palha, do feitiço de algar, mais largo na boca que no fundo, feito de folhas de sapê, trançado de gungi ou outro cipó, para guardar costuras, roupa, etc. Em Minas, cesto de taquara, para apanhar café. com forma de vaso de jardineiro, cesto de cipó e bambu, para guardar roupa suja.
banca. sf., banco curto, largo, sem encosto, cujo assento é formado de duas táboas colocadas em ângulo obtuso reentrante, com ou sem gavetinhas, onde se sentam as mulheres quando cozem.
banqueiro. sm., 1º. nas fazendas de açúcar, é o encarregado da casa das caldeiras de noite, em substituição do mestre de açúcar qv., que assiste de dia. "Tem mais por obrigação o banqueiro repartir de noite o açúcar pelas formas, assentá-las no tendal e concertá-las com cipó". Anton. 75. 2º. banco de açougueiro. "Da cabeça do boi Espaço dela se fez um banqueiro para retalhar a carne da gente do Saboeiro". SR. I, 85. ETYM. port. <i>banc (o)</i> + sufix. <i>eiro</i> . GEOGR. 1o. litt. do Br., 2o. Ceará. LEX. PORT. negociante que faz negócio de banco; jogador que faz o monte e tira as cartas."
banquinha. sf., banca pequena, onde, nas fazendas, se sentam meninas ou negrinhos que aprendem a cozer.
barreiro. sm., 1º. lugar donde se tira barro para as obras de pedreiro.
batuque. sm., 1º. dança com sapateados e palmas, ao som de cantigas acompanhadas só de tambor quando é de negros, ou também de vida e pandeiro quando entra gente mais açada.
bebida. sf., bebedouro, depósito de águas da chuva, aonde vão beber os animais durante as secas no Ceará.
bertanha. sf., 1º. fazenda de linho muito fina, branca, importada da Bretanha de França.
blusa. sf., paletó largo, de pano grosso, que se amarra na cintura, usado por soldados e operários.
bogó. sm., vasilha para tirar água dos poços.
boiadeiro. sm., capataz do gado; tocador de boiada, comprador de gado para revender.
boleador. sm., peão dextro em manejar as bolas, na campanha do RGS.
bombonassa. sf., 1º. a palmeira <i>Carludovica palmata</i> 2º. a fibra ou palha que se extrai das suas folhas para fazer chapéus, objeto de grande exportação da região amazônica.
botada. sf., ato de botar o engenho a moer, nas fazendas de açúcar, precedido de benção do capelão e seguido de jantar dado pelo senhor de engenho aos seus lavradores, vizinhos e amigos.
brequefeste. sm., almoço, refeição ligeira; almoço fora do ordinário, na roça, em <i>pic-nic</i> qv., em caçadas ou pescarias etc.
brogúncios. sm. pl., 1º. miudezas, coisas e negócios miúdos 2º. pequena bagagem, pobre e reles, do viajante a pé, do trabalhador de estrada, do garmpeiro, constando do surrão de roupa do serviço, rede, marmitta, etc.
bruaqueiro. sm., 2º. tropeiro, que lida com brucas e animais de carga; que vive de transportar mantimentos das roças para os povoados.
bugre. sm., 1º. índio brasil, índio brabo, indígena no estado primitivo. 2º. índio manso, já domesticado, aldeado. 3o. selvagem, grosseiro, estúpido, pérfido, desconfiado.
benção de Deus. sf. comp., certa dança entre a gente rústica do Ceará.
bagaceira. sf., 1º. monte de bagaço, arrumado debaixo de coberta enxuta, ou amontoado no campo ao sol, nos engenhos de açúcar.
bambu. sm., 1º. <i>Bambusa arundinacea graminea gigantesca</i> , de tantas aplicações na lavoura e nos usos domésticos, para cestos, balaies, peneiras, gongás, esteiras, cercas, paus a pique, ripas, caibros, e para forragem dos animais.
bando-precatório. sm. comp., reunião de gente que sai incorporada pelas ruas esmolando para algum fim pio.
bangulê. sm., dança dos negros, ao som da puita, de cantigas obscenas, palmas e sapateados.
burocrata. sm., 1º. poderoso nas repartições públicas, bancarias, de grandes companhias 2º. influente por meio das repartições 3º. empregado da secretaria fig., vadio, que vive à custa do Estado.

A sociedade descrita nos verbetes inclui tanto o contexto rural: dos engenhos, da criação de gado e cavalos, das plantações, como do contexto urbano: repartições

públicas, espaço público nas cidades. Observemos primeiramente as situações no contexto das fazendas e engenhos. Repare-se de início nos locativos, que restringem domínios sociais, como em *brequefeste* ("almoço, refeição ligeira, almoço fora do ordinário, *na roça, em pic-nic, em caçadas ou pescarias* etc."). O lugar não é universalizado, mas sim determinado. Muitas definições se fazem com formas no participio passado, como *bagaceira* ("monte de bagaço, *arrumado* debaixo de coberta enxuta, ou *amontoado* no campo ao sol nos engenhos de assúcar"). A cena se constrói com as ações anteriorizadas, sem sujeito especificado, e com vários circunstanciais: "debaixo de coberta enxuta", "no campo", "ao sol", "nos engenhos de assúcar". Importa mais esboçar o cenário visual, com as condições naturais da produção, do que os atores. O mesmo acontece na caracterização dos trabalhadores, tal como em *banqueiro* ("nas fazendas de assúcar, é o *encarregado* da casa das caldeiras de noite, em substituição do mestre de assúcar, que assiste de dia"). Interessa mais colocar as circunstâncias temporais naturais ("de dia", "de noite"), do que as funções de trabalho, que ficam restritas à designação da relação de dependência social ("encarregado", "que assiste"). Veja-se também a definição de *banca*, em que o participio se conjuga com a forma de *lugar onde* ("banco curto, largo, sem encosto, cujo assento é *formado* de duas táboas *colocadas* em ângulo obtuso reintrante, com ou sem gavetinhas, *onde se sentam as mulheres quando cozem*"). Impressiona a quantidade de adjetivos e adjuntos para desenhar a situação de uso: a atividade social aparece como um ornamento entre outros. A definição com *lugar onde* aparece também em *banquinha* ("banca pequena, *onde*, nas fazendas, *se sentam meninas ou negrinhos que aprendem a cozer*"). Mulheres, meninas e "negrinhos" formam a cena doméstica das fazendas, reunindo-se através da atividade de costura, vista como um aprendizado. Enquanto isso, alguns personagens são definidos por meio de definições naturais em *que*, como *bruaqueiro* ("tropeiro *que lida* com bruacas e animais de carga; *que vive de* transportar mantimentos das roças para os povoados"). Parece que a vida do sujeito é destinada naturalmente às atividades que exerce. Outras caracterizações são introduzidas por nomes com complementos, como em *boiadeiro* ("capataz do gado, *tocador de boiada, comprador de gado* para revender"). Novamente, a atividade aparece como propriedade do sujeito. Saliente-se ainda a definição com adjetivo em *boleador* ("peão *dextro em* manejar as bolas, na campanha do RGS"): primazia da habilidade natural face à atividade social.

A figura do viajante, assim como nos dicionários de regionalismos e complementos, também surge aqui. Podemos observar sua emergência na definição de objetos como *brogíncios* ("pequena bagagem pobre e reles do viajante a pé, do trabalhador de estrada, do garimpeiro, constando do surrão de roupa do serviço, rede, marmita, etc."). Não há marcas de definição de uso. O objeto é determinado por uma série de adjetivos e adjuntos, de modo que é nas propriedades dos objetos, no caso, dos

objetos de bagagem, que as caracterizações sociais aparecem ("pobre", "reles", "do serviço", "do viajante", etc.). Observe-se igualmente o verbete *bagage* ("povo *miúdo e ruim*, que vai atrás da *gente boa*, tal qual a bagagem do exército, a bagagem que vai atrás do viajante, etc."). Aqui, o grupo humano é definido em analogia com o objeto. Note-se, mais uma vez, a adjetivação determinando o modo de definição, no contraste entre o povo "miúdo", "ruim" e a gente "boa". Não se mostram ações com finalidades, mas sim descrições da cena ritualizada, carregadas de adjetivações que marcam distinções sociais.

Quanto aos objetos, predominam as definições com participio passado e finalidade natural da produção, como em *balaio* ("cesto de palha...*feito* de folhas de sapê, *trançado* de gungi ou outro cipó, *para guardar costuras, roupa*, etc."). A finalidade pode variar do uso na agricultura ao uso doméstico ("para apanhar café", "para guardar roupa suja"). A finalidade natural para esses domínios aparece também relacionada com o objeto enquanto matéria-prima, o que se nota em *bambu* (1o. Bambusa...de tantas aplicações na lavoura e nos usos domésticos, *para cestos, balaivos, peneiras...e para forragem dos animais*"). Outro modo de definição se constitui com a representação das atividades extrativistas, tal como acontece em Costa Rubim (ver item 3.2). É o caso de *barreiro* ("lugar donde se tira o barro para as obras de pedreiro") e *bombonassa* ("a fibra ou palha *que se extrai das suas folhas para fazer chapéus, objeto de grande exportação da região amazônica*"). Observe-se neste último, a indicação do comércio internacional, com a indicação de atividades de exportação. Em contrapartida, há verbetes que indicam a importação, como *bertanha* ('fazenda de linho muito fina, branca, importada da Bretanha de França'). Repara-se o contraste das roupas descritas no Brasil, por exemplo nos verbetes *balaio, blusa e brogíncios* ("roupa suja", "paletó largo, de pano grosso", "surrão de roupa do serviço") em relação à roupa importada da França ("muito fina, branca").

O ambiente urbano é identificado através de locativos que representam as atividades nas "ruas" e nas "repartições públicas". O primeiro caso se mostra em *bando-precatório* ("reunião de gente *que sai incorporada pelas ruas esmolando para algum fim pio*"). Note-se a finalidade marcada pela adjetivação religiosa ("fim pio"). Em *bala* ("porção de assúcar derretido, levado a ponto de pasta e seco, embrulhado em papel...*que os moleques vendem narua*") não se introduzem os agentes da produção, porém faz-se questão de dizer que os objetos são vendidos pelos "moleques", "na rua". O olhar do lexicógrafo se volta para os marginalizados: pedintes, meninos de rua, desfavorecidos sociais. Examinemos algumas manifestações públicas, como danças e festas. Festa na fazenda: *botada* ("ato de botar o engenho a moer, nas fazendas de assúcar, precedido de bênção do capelão e seguido de jantar dado pelo senhor de engenho aos seus lavradores, vizinhos e amigos."). Aparece o promotor da festa ("dado

pelo senhor de engenho") e os convidados ("aos seus lavradores, vizinhos e amigos"). Observe-se o pronome adjetivo *seus* estendendo-se do domínio das relações pessoais (*seus vizinhos, seus amigos*) ao domínio de trabalho (*seus lavradores*). Passemos às festas populares: *batuque* ("dansa com sapateados e palmas, ao som de cantigas acompanhadas só de tambor quando é de negros, ou também de vida e pandeiro quando entra gente mais acesa") Aqui não há promotores nem convidados, só aparece a descrição visual e sonora, a festa naturalizada pelo etnicismo. A adjetivação dá o tom das diferenças sociais ("de negros", "gente mais acesa"). Notemos como ela se dá em *bangulê* ("dansa dos negros, ao som da puita, de *cantigas obscenas*, palmas e sapateados") e *benção de Deus* ("certa dança entre a *gente rústica* do Ceará"). Os adjetivos pejorativos ("obscenas", "rústica") contrastam com os elogiosos. No verbete *burocrata* também há definições com base na adjetivação. As acepções apontam um contraste. Nas primeiras, com a localização nas instituições públicas, o sujeito é definido em relação ao poder (*poderoso* nas repartições públicas, bancárias, de grandes companhias, "influyente"). Na última, aparece o termo pejorativo ("*vadio*, que vive à custa do Estado"), desta vez sem marca da instituição pública: o Estado, e as instituições que ele abarca, estão fora desse sentido. É interessante notar como as acepções mais acessórias vão se tornando mais pejorativas. Vejamos a definição de *bugre* ("1o. índio brasil, índio brabo, indígena no estado primitivo. 2o. índio manso, já domesticado, aldeiado. 3o. selvagem, grosseiro, estúpido, pérfido, desconfiado."). Como de costume em Soares, a adjetivação determina modos de definição. De início, ocorre a passagem do índio "brabo", "primitivo" ao índio "manso", "domesticado", passagem que marca o processo histórico da "civilização". E a última acepção contempla a adjetivação pejorativa: "selvagem", "grosseiro", etc.. Repare-se no domínio de sentidos figurados que vai se formando. O mesmo acontece com as acepções de *baiano*, que primeiro aparece como "natural da província da Bahia", depois como "nortista em geral", em seguida como "roceiro, matuto" e por fim como "homem de aparências enganadoras, falto de sinceridade", "mau cavaleiro" e "bairristas".

Uma das poucas definições de uso instrumental encontra-se na segunda acepção de *bacalhão* ("açoite de quatro ou cinco pernas, de couro cru, *com que nas fazendas se castigavam escravos que tivessem cometido falta grave*"). Vê-se que apesar de se colocar a ação no tempo passado ("castigavam"), o efeito ideológico se produz pela forma sintática: os que castigam escravos são dos poucos a serem definidos com consciência de uso instrumental.

Por fim, gostaríamos de ressaltar o jogo de oposições que as definições em Soares produz. As caracterizações sociais não se delineiam tanto pela representação das ações, dos rituais e das finalidades, mas pela descrição da cena natural e por meio da adjetivação. Constituem-se oposições naturais, por exemplo, entre o sujo e o limpo, o

bom e o ruim, a noite e o dia, as águas e a seca. E essas oposições naturais se desdobram sobre as representações sociais: gente boa, acuada/povo ruim, rústico; roupa fina, branca/roupa suja; poderoso, influente/vadio; índio manso, domesticado, aldeiado/selvagem, grosseiro, estúpido. Os brasileirismos de Soares, ao definirem a população brasileira, produzem enunciados maniqueístas, introduzindo nos dicionários as diferenças sociais pela adjetivação com oposições rígidas.

Nota-se que, mais do que vocábulos indígenas e africanos, é todo um modo de dizer a sociedade que se introduz nesse dicionário de brasileirismos.

3.5.3. Beaurepaire-Rohan

O *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, de Beaurepaire-Rohan, militar membro do IHGB, se assemelha em muitos aspectos ao de Macedo Soares: na finalidade de definir "vocábulos brasileiros", nos autores utilizados, na estrutura dos verbetes. Por isso, não vamos retomar esses assuntos. O que nos interessa aqui é mostrar que a formulação da definição ocorre de um modo específico. Passemos diretamente, então, ao recorte:

DICIONÁRIO DE VOCÁBULOS BRASILEIROS (BEAUREPAIRE-ROHAN)
PACOVA , <i>s. m.</i> (S. Paulo) nome vulgar da <i>Alpinia nutans</i> , planta da família das Amomeas, a que se atribuem qualidades medicinais (Martius).
PAGARA , <i>s. m.</i> (R. Gr. do S.) nome de uma das variedades desses bailes campestres, a que chamam geralmente <i>Fandango</i> .
PAIOL , <i>s. m.</i> (S. Paulo, Paraná, Minas-Gerais) nome que dão ao compartimento ou dependência da casa de habitação, onde arrecadam o milho em casca.
PALMITO , <i>s. m.</i> rebento central das Palmeiras, de que se usa como legume, tanto nos guisados, como nas empadas, e até cru em salada.
PANACÚ , <i>s. m.</i> (provs do N.) espécie de condeça oblonga, de fundo oval, com a competente tampa, para arrecadar roupa; e também o empregam como berço de crianças.
PANDORGA , <i>s. f.</i> (R. Gr. do S.) papagaio de papel com que se divertem os rapazes, e a que os franceses chamam <i>Cerf-volant</i> , e os espanhóis <i>Cometa</i> .
PARAIBANO , <i>A, s.</i> natural da prov. da Paraíba do Norte: Dizia o general Labatut que os <i>Paraibanos</i> eram os melhores soldados de infantaria que ele conhecera. <i>adj.</i> , que é relativo à Paraíba do Norte. A indústria <i>paraibana</i> consiste na cultura da cana de açúcar, e na criação de gados.
PARNAÍBA , <i>s. f.</i> (Bahia) espécie de terçado com cabo de madeira, de que se usa nos açougues para retalhar a carne. <i>Etim.</i> Como denominação de diversos rios do Brasil, é o voc. <i>Parnaíba</i> de origem tupi; mas como instrumento cortante, não lhe posso descobrir a etimologia.
PATUÁ , <i>s. m.</i> nome comum a diversas espécies de receptáculos móveis, onde se arrecadam e transportam objetos quaisquer. Ema algumas províncias do norte, é uma bolsa de couro, de que se servem os sertanejos para o transporte de favos de mel.
PAULISTA , <i>s. m. e f.</i> natural da província de S. Paulo: A intrepidez dos antigos <i>Paulistas</i> devemos nós a aquisição desses territórios, que formam hoje algumas das nossas mais vastas províncias. <i>adj.</i> , que é relativo à província de S. Paulo: A indústria <i>paulista</i> consiste principalmente na cultura do café.
PAIAUARÚ , <i>s. m.</i> (Pará) espécie de bebida feita do sum de frutas, de mistura com o beijú, e da qual usam os selvagens (Baena).
PERENDENGUES , <i>s. m. plur.</i> (Pern., Pará) penduricalhos que servem de ornato às mulheres.

PERNEIRA , <i>s. f.</i> (R. Gr. do S.) espécie de bota de couro cru garroteado, de que os cavaleiros usam no campo, e que tiram inteiriço da perna do potro, pelo que também lhe chamam <i>botas de potro</i> (Coruja).
PERNEIRAS , <i>s. f. plur.</i> (provs. do N.) espécie de calças de couro cortido, de que usa o sertanejo, quando monta a cavalo, em serviço pecuário.
PICADA , <i>s. m.</i> caminho estreito aberto em mata e sempre em linha reta, tanto quanto o permitem os acidentes do terreno, tendo por fim facilitar os trabalhos de exploração para a construção de estradas, colocação de marcos divisórios entre propriedades diversas, e finalmente para encurtar a distância itinerária que vai de um a outro sítio.
PICADOR , <i>s. m.</i> o que trabalha na abertura de uma <i>picada</i> , segundo o rumo que lhe foi marcado. Em linguagem portuguesa, <i>Picador</i> é o que ensina e amestra cavalos e ensina equitação. Este homônimo é também usual no Brasil.
PICUMAN , <i>s. m.</i> fuligem. Também dizem <i>Pucuman</i> e no Pará <i>Taticuman</i> . Todos esses vocábulos são mui usados na linguagem popular; mas nas relações oficiais prevalece o termo português <i>fuligem</i> .
PIMENTA-DA-COSTA , <i>s. f.</i> (Bahia) espécie de fruta africana, cujas sementes são empregadas como condimento e têm o ardor da pimenta.
PINGO , <i>s. m.</i> (R. Gr. do S.) nome com que se designa um bom cavalo.
PIPOCA , <i>s. f.</i> grão de milho arrebetado ao calor do fogo, e que se come à guisa de biscoitos.
PIRAQUARA , <i>s. m. e f.</i> (S. Paulo) alcunha com que se designam os moradores das margens do Paraíba do Sul, e cuja indústria consiste na pesca. (B. Homem de Mello)
PIRARUCU , <i>s. m.</i> (Vale do Amazonas) nome vulgar do <i>Vastris gigas</i> , espécie de peixe grande, de que se fazem salgas, e tem o sabor do bacalhau.
PORONGO , <i>s. m.</i> (R. Gr. do S.) nome vulgar de certa Cucurbitacea de pequena espécie, de que se fazem as cuias para mate.
PUBA , <i>adj.</i> mole. É voc. tupi de que nos servimos geralmente para designar a mandioca que se pôs a cortir na lama ou na água, durante alguns dias, perdendo desta sorte, suas qualidades venenosas.
PUSSÁ (Io), <i>s. m.</i> como instrumento de pescar camarões, é o mesmo que <i>Jererê</i> . Na Bahia ouvi dar o nome de <i>Pussá</i> a um pequeno <i>Jererê</i> destinado à pesca do siri.

Algumas definições são transcritas diretamente de autores de dicionários, como *perneira*, de que já tratamos em Coruja (item 3.1). Mas uma observação mais atenta nos permite verificar uma pequena alteração na retomada de Rohan. Em Coruja aparece: "espécie de bota...*que os cavaleiros usam no campo*", definição de ritual ou costume de uso, enquanto em Rohan aparece: "espécie de bota...*de que os cavaleiros usam no campo*", definição de uso instrumental. Esse "equivoco" na cópia, como poderemos constatar, é um sintoma da orientação que Rohan dá a suas formulações, que apresentam com assiduidade a forma *de que*.

Enquanto Soares define a cena naturalizada e distribui a adjetivação de encontro às representações sociais, Rohan apresenta uma sociedade industrializada e instrumentalizada. A começar pela representação dos sujeitos regionais. Em *paulista* e *paraibano*, logo em seguida à indicação da naturalidade, surge a caracterização econômica pelo tipo de indústria ("A indústria *paraibana* consiste na cultura da cana de açúcar, e na criação de gados", "A indústria *paulista* consiste principalmente na cultura do café"). Além disso, o trabalho tem um lugar de destaque na caracterização das atividades e dos sujeitos. Consideremos o verbete *picada* ("caminho estreito *aberto em mata...tendo por fim facilitar os trabalhos de exploração para a construção de estradas, colocação de marcos divisórios...e para encurtar a distância itinerária...*").

Há um trabalho inicial, que aparece como anteriorizado ("aberto em mata"). Segue-se o trabalho de construção civil como finalidade última. E percebe-se que em *picador*, o sujeito é um "trabalhador" ("o que trabalha na abertura de uma *picada*"), representação distinta daquela dada pelos autores até aqui analisados, onde predominava a dependência social. Os trabalhadores da construção civil ganham um lugar no dicionário. Mas isso não ocorre com frequência em outras profissões. O que se privilegia é o processo de produção e o uso instrumental, como se pode ver em diversos domínios. Prossigamos com algumas definições.

O verbete *parnaíba* apresenta o uso instrumental ("espécie de terçado com cabo de madeira, *de que se usa nos açougues para retalhar a carne*"). Observe-se a descrição do objeto privilegiando a matéria-prima e não a descrição visual ou as impressões quanto à forma; o locativo "nos açougues" restringe o domínio de uso. O verbete *perneiras* ("espécie de calças de couro cortido, *de que usa o sertanejo*, quando monta a cavalo, em serviço pecuário") mostra a matéria-prima e o processo ("couro cortido") e a figura do sertanejo localizado nas atividades pecuárias, com uso instrumental dos objetos. Essa figura surge igualmente no verbete *patuá* ("bolsa de couro, *de que se servem os sertanejos para o transporte de favos de mel*"), com definição instrumental. O mesmo acontece no domínio da culinária: palmito ("rebento central das palmeiras *de que se usa como legume*, tanto nos guisados, como nas empadas"), pimenta-da-costa ("espécie de fruta africana, *cujas sementes são empregadas como condimento* e têm o ardor da pimenta"), pirarucu ("espécie de peixe grande, *de que se fazem salgas*"). Há verbetes que introduzem *instrumento* na palavra-cabeça, como *pussá* ("*instrumento* de pescar camarões"). Nesse caso não há sujeitos especificados e a finalidade se mostra como natural. Como temos visto, às vezes o sujeito é universalizado, como em *porongo* (nome vulgar de certa Cucurbitácea...*de que se fazem as cuias para mate*"), outras vezes é especificado, como em *paiauaru* ("espécie de bebida...*da qual usam os selvagens*"). Os exemplos de uso instrumental se prolongam bastante. Observemos, para encerrar, os verbetes *panacu* ("também o empregam como berço de crianças") e *pandorga* ("papagaio de papel *com que se divertem os rapazes*").

Note-se uma excessão nessa série. No verbete *perendengues* ("penduricalhos que servem de ornato às mulheres"), não há uso instrumental mas sim utilidade como propriedade do objeto.

Os termos lingüísticos, por sua vez, também são definidos pela forma de uso instrumental. Os falantes se servem da língua como de um instrumento nomeador. É o que se nota em *puba* (É voc. tupi *de que nos servimos para designar a mandioca...*"), em *piraquara* ("*alcunha com que se designam os moradores das margens do Paraíba do Sul*"), em *pingo* (nome *com que se designa um bom cavalo*"). Este último parece ter sido tomado do dicionário de Coruja, onde *pingo* é definido do seguinte modo: "diz-se de um

bom cavalo: que bonito pingo!". Percebe-se que a retomada de Rohan desloca o lugar da língua em direção ao objeto-instrumento. Um outro verbete nos deixa ver que a língua é segmentada no uso "popular" e no uso "oficial": trata-se de *picuman* ("fuligem. Também dizem *Pucuman* e no Pará *Taticuman*. Todos esses vocábulos são mui usados na linguagem popular, mas nas relações oficiais prevalece o termo português *fuligem*").

Observe-se, por fim, no verbete *pacova* ("...planta da família das Amomeas, a que se atribuem qualidades medicinais"), o objeto natural com utilidade medicinal, incluída não como propriedade do objeto, mas como atribuição de um sujeito universalizado.

As análises dos dicionários de Soares e Rohan nos permitem distinguir duas vertentes na definição dos brasileirismos. A primeira, a de Soares, vai em direção a uma caracterização naturalizada da sociedade brasileira, permeada por uma adjetivação que funciona por contrastes. Ao se incluir no domínio de definição sujeitos sociais e atividades populares, produz-se ao mesmo tempo uma desigualdade pelas formas de definição. A segunda vertente, a de Rohan, define a sociedade pelas atividades industriais e pelo uso instrumental. Menos popular e mais oficial, demarcam-se as regiões e as profissões pela definição tecnológica.

CONCLUSÃO

Consideramos a constituição de um saber lexicográfico no Brasil como resultado de um processo de divisão das línguas, no jogo entre a unidade e a multiplicidade, que se inicia na época colonial e se estende até a época imperial e início da República, quando se estabelece um saber sobre a língua nacional. Mostramos a historicidade desse processo através da análise de formas discursivas em um corpus de relatos de viajantes, gramáticas e dicionários. Vimos a produção lexicográfica condicionada por acontecimentos, instituições e teorias em diversas circunstâncias. A instrumentação do léxico foi explicitada em vista de uma história da gramatização brasileira.

Os resultados a que chegamos nos permitem esquematizar uma breve historicização. Esta foi obtida, não a partir de fatos tomados de antemão, mas sim após a análise discursiva do corpus.

Os viajantes e os colonos são os precursores de um saber lexicográfico brasileiro. Eles instauram um discurso que trabalha a relação palavra-coisa. O enunciado lexicográfico se caracteriza pelo primado da referência, que desencadeia uma série dispersa de comentários lexicais, no entrecruzamento entre línguas européias e indígenas, em sincronia e conforme o princípio da similitude. O sujeito lexicográfico se desdobra em várias figuras: a do oficial do Reino, que faz irromper processos de denominação em um discurso de posse e de indicação das riquezas; a do viajante aventureiro, que se representa nas cenas geopolíticas de contato, identificando sujeitos, lugares e coisas brasileiras na confrontação com o mundo; a do colono fazendeiro, que introduz um discurso regional para o léxico, na economia, na administração rural e na história naturalizada da colônia; a do naturalista, que formula um discurso de processo natural sem sujeito para os domínios da fauna e da flora. A constituição dos enunciados está ligada a certos tipos discursivos que atuam na formação dos domínios lexicais: a tradução das expressões indígenas orientadas para o discurso ocidental; a descrição dominada por formas narrativas; os diálogos que instauram uma dissimetria entre o estrangeiro que interroga a significação e o habitante do Brasil que estrutura a resposta. Na época colonial, a unidade geopolítica do país ainda não é fixada; o mesmo acontece com a unidade de língua. Mas com a sucessão dos relatos, começa a se estabelecer uma unidade para a chamada língua brasílica, falada na costa.

Os textos dos viajantes e colonos, além de estabelecerem um discurso fundador sobre o léxico, serviram de matéria-prima para a elaboração de muitos dicionários. Observamos a utilização desses textos como gestos de leitura e não apenas como empréstimo de itens lexicais. Os missionários no Brasil praticamente ignoraram esses textos, realizando uma produção paralela. Os lexicógrafos europeus foram os primeiros a demonstrar interesse por eles. Bluteau se serve de relatos sobre as terras brasileiras,

introduzindo vários verbetes referentes à fauna e flora em seu volumoso vocabulário. Moraes reduz as formulações dos viajantes a definições universalizadas que se caracterizam pela marcação geográfica e pela forma de definição natural. A figura do viajante, enquanto lexicógrafo observador das coisas brasileiras, se apresenta ainda, com frequência, nos dicionários de regionalismos e de brasileirismos.

Os missionários jesuítas, ao realizarem a gramatização do tupi, produziram um saber sincrônico, envolvendo de modo conjugado léxico e gramática. Com a Companhia de Jesus, língua e instituição se unem em uma política lingüística que concebe o léxico como instrumento de transformação cultural nas situações de contato. O modo como o saber lexicográfico aparece nos primeiros dicionários elaborados no Brasil é bastante peculiar quanto à tipologia (dicionários fraseológicos) e à formulação dos verbetes. Percebe-se uma relação de intertextualidade entre o *Vocabulário na Língua Brasileira* e a *Arte* de Anchieta, de modo que o dicionário se apresenta como um lugar de reflexão gramatical. Isto se nota no ordenamento e na configuração das entradas, assim como nos comentários sobre as partes do discurso. A estrutura dos verbetes é dominada por um enunciador tradutor intérprete que coloca em cena os locutores índios e europeus no contexto de uso. Os comentários incidem sobre a situação de enunciação e incluem reflexões semânticas sobre processos de nomeação, processos de referência, predicação, tradução e imaginário da conversação. Por tratar da situação de enunciação e trazer enunciados extensos como entradas, os verbetes do VLB raras vezes foram compilados juntamente com os comentários. Esse saber ficou de certo modo esquecido na história, deixado de lado pelas produções posteriores, em favor da unidade da palavra.

No final do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, o incentivo ao português e o combate ao tupi e às línguas gerais, localizamos dois acontecimentos lingüísticos importantes. O primeiro reúne a publicação, em 1795, do *Dicionário Português e Brasileiro* e a elaboração do *Dicionário Brasileiro-Português*, por Frei Veloso. Trata-se do início de um trabalho editorial com os manuscritos jesuítas: o *DPB* é editado com supressões de termos portugueses da língua geral, o que revela uma contenção da mistura de línguas; o *DBP* resulta da inversão da ordem português-tupi para tupi-português, ordem que será adotada para mostrar a influência do tupi na formação da língua nacional. A atualização - até a letra A -, que Frei Veloso realiza nesse dicionário, vai no sentido do discurso naturalista para os elementos da fauna e flora. O segundo acontecimento é a publicação do primeiro monolíngüe do português, de Moraes, em 1789. O português passa a ter um instrumento lexicográfico representativo de língua nacional, que possibilitará um jogo especular nas produções brasileiras. Esses dois acontecimentos são mediados pelos ideais iluministas de simplicidade e clareza, que acarretam numa espécie de assepsia das línguas.

Tratamos nos capítulos IV e V de duas vertentes da lexicografia brasileira a partir do século XIX. A primeira, com a continuação dos dicionários bilíngües; a segunda, com o desenvolvimento de uma lexicografia monolíngüe, tanto em Portugal como no Brasil.

O primeiro grupo se incia com os trabalhos dos intelectuais do Império ligados ao IHGB. Os manuscritos dos missionários são lidos, compilados, trabalhados em vista de uma história das línguas indígenas brasileiras que toma o tupi como representante de um passado mítico brasileiro. Enquanto viajantes e missionários produziam um conhecimento sincrônico sobre a língua em uso, os lexicógrafos do Império introduzem uma dêixis histórica na formulação dos verbetes, um espaço-tempo que inclui diferentes estados de língua: o do tupi antigo e o do português e das línguas gerais. Trabalhando noções evolucionistas, Frei Prazeres (*Poranduba Maranhense*), G. Dias (*Dicionário da Língua Tupi*) e E. F. França (*Chrestomathia da Língua Brasilica*) estabelecem uma historicidade para as línguas brasileiras, colocando o tupi como ponto de origem e o português (avaliação positiva) e as línguas gerais (avaliação negativa) como ponto de chegada. Desenvolve-se nos dicionários uma etimologia que legitima esse processo. Ao lado do trabalho de arquivo, o IHGB promoveu expedições científicas que foram de encontro à diversidade concreta de línguas, com descrições em sincronia. Nesse caso, ocorre o predomínio das descrições naturalistas de língua. Martius aparece como um personagem importante nesse sentido, produzindo vocabulários de várias línguas indígenas que não o tupi antigo. Esse naturalista, que, contrariamente aos intelectuais preocupados com identidade nacional, não vê motivos para se louvar o tupi como ideal de língua, introduz uma hierarquia entre as línguas flexionais (aí incluído o português) e as aglutinantes (aí incluídas as línguas indígenas brasileiras), conferindo privilégio às primeiras. A palavra se torna a medida para as comparações entre as línguas. A relação palavra-palavra domina os vocabulários termo a termo, em detrimento dos enunciados e das situações de uso.

No final do Império e início da República cresce a importância atribuída aos falares populares e à linguagem oral. As produções voltam a privilegiar um saber sincrônico. Nesse momento, o léxico passa a se relacionar com a textualidade dos mitos e das conversações: um saber que inaugura os domínios da mitologia e do folclore. Surgem vocabulários e textos do tupi moderno e da língua geral amazônica, em contraste com o tupi antigo. Há uma divisão entre os trabalhos que se voltam para o estudo das línguas indígenas (B. Caetano: tupi antigo; C. de Magalhães, F. Hartt, Barbosa Rodrigues: tupi moderno; K. von den Steinen: outras línguas indígenas) e os que estudam a influência dessas línguas na formação da língua nacional (Silvio Romero).

A segunda vertente, a dos dicionários monolíngües, irrompe com a publicação e as sucessivas edições do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Moraes. Estabelecem-se as condições para a gramatização do português do Brasil, que toma como observatório de

língua os produtos da exo-gramatização das línguas indígenas brasileiras e os da endo-gramatização do português de Portugal. Mostramos esse processo através da análise das formas de definição. Na passagem de Bluteau a Moraes percebemos os seguintes deslocamentos: da propriedade natural do objeto para a matéria-prima trabalhada, do modo de fazer artesão à descrição técnica do processo de fabricação, da finalidade natural ao uso tecnológico, do discurso religioso (da moral e da providência) ao discurso jurídico (lógica e direito, o homem como origem de seus atos), do ponto de vista do produtor ao do consumidor: o dicionário é tomado como um objeto de consumo.

As produções lexicográficas que no século XIX vão em direção à gramatização do português do Brasil foram consideradas nos seguintes tipos de dicionários: de regionalismos, de complemento aos dicionários de língua portuguesa, de obras literárias, de termos técnicos, de brasileirismos. Em contraste com as definições universalizadas de Bluteau, esses dicionários tendem a apresentar definições com determinações locais e comentários etimológicos. O dicionário de A. Coruja estabelece uma definição de uso no campo, em que a figura do viajante e a do administrador rural opõem o contexto do campo ao contexto urbano, fazendo o campo falar pelas definições naturalizadas dos sujeitos e dos objetos. O dicionário de complemento de Costa Rubim apresenta formas de definições de providência natural (*que dá, serve para*) e de uso extrativo (*de que se extrai, de que se aproveita*), configurando uma representação nacional com base na indústria extrativista e na administração das fazendas. José de Alencar efetua um trabalho de legitimação dos termos literários diante da omissão deles nos dicionários de língua portuguesa, configurando um domínio de definições estéticas onde estão em jogo a beleza e a utilização de recursos lingüísticos para a expressão literária. Alves Câmara, com seu dicionário de termos técnicos de construção naval, produz um discurso de universalização e automatização da produção em oposição à circunstanciação geográfica regional, em que prevalecem as atividades ritualizadas e as finalidades naturais dos objetos. Os dicionários de brasileirismos resultam de um trabalho de leitura que incide sobre os autores brasileiros, inclusive muitos dos estudados nos capítulos I a V. Macedo Soares configura uma perspectiva naturalizada da sociedade brasileira, em que, ao se incluir sujeitos sociais antes ignorados nos dicionários, como negros, mestiços, caboclos, figuras populares, instaura-se ao mesmo tempo uma desigualdade pelas formas de definição, que se caracterizam por uma adjetivação contrastiva que opõe as elites às camadas populares. B. Rohan, por sua vez, desenvolve uma definição de uso instrumental, demarcando as regiões e as profissões pelo discurso tecnológico. A sociedade é definida pelas atividades econômicas e industriais.

Traçar a história do saber lexicográfico, não pela história das palavras, mas pela dos instrumentos lingüísticos nos conduziu a considerar o dicionário como um objeto que tem um modo de construção particular. O discurso da lexicografia tem um lugar

próprio em meio aos saberes sobre a linguagem, conforme as alianças que se estabelecem com outros domínios. Vimos através da produção lexicográfica brasileira a relação que os dicionários estabelecem com outros instrumentos, como as gramáticas e os instrumentos retóricos (diálogos), assim como com outros domínios de saber: geografia, história, antropologia, lingüística, naturalismo, literatura. Entre os viajantes, vimos o léxico - no "Colóquio" de Léry - conjugado com os diálogos. Nos jesuítas, léxico e gramática constituem um par praticamente inseparável. Os intelectuais do Império desconectaram o léxico da gramática sincrônica, desenvolveram uma etimologia e aproximaram a lexicografia da gramática comparada, prática que se estendeu aos dicionaristas de língua nacional e de brasileirismos. Batista Caetano, ao elaborar o vocabulário da *Conquista Espiritual*, trabalha uma gramática para interpretação de textos antigos, com base em uma razão escrita. Couto de Magalhães prefere realizar as reflexões gramaticais no interior de um método de ensino de línguas estrangeiras - o método Olendorf - aliando gramática e léxico, este na forma de textos mitológicos, lendas e conversações. No vocabulário de Alencar, a gramática está a serviço da estética literária. Bluteau introduz textos de viajantes e historiadores nas longas explanações etimológicas. Moraes transforma as formulações de Bluteau, deixando de lado comentários etimológicos e gramaticais. Isso tudo sem dizer que o discurso dos dicionários introduz um modo de dizer a sociedade, o que foge às bases lógicas da gramática.

Esperamos ter mostrado, enfim, que a variação das formas discursivas condiciona diferentes gestos de leitura para os textos lexicográficos e que os dicionários brasileiros apresentam uma historicidade própria nesse sentido.

RESUMEE

Cette thèse montre la formation d'un discours à propos du lexique au Brésil à travers la production des premiers dictionnaires bilingues et monolingues. On présente une histoire de la lexicographie brésilienne, considérant des institutions, des événements, des théories et l'établissement d'une langue nationale. Les origines d'un savoir lexicographique sont indiquées dans des rapports de voyageurs, à l'époque coloniale, où émergent des commentaires ponctuels sur les éléments lexicaux et s'organisent des domaines thématiques. L'énoncé lexicographique est renvoyé à des formes narratives, descriptives et dialogiques qui le constituent. Dans les dictionnaires bilingues Portugais-Tupi/Tupi-Portugais, élaborés par les jésuites, on explicite un savoir synchronique qui juxtapose la réflexion grammaticale et l'énonciation de l'écart entre mots et choses. À l'époque impériale, on examine la production et l'édition de dictionnaires bilingues promue par l'Institut Historique et Géographique Brésilien, selon la finalité de construire et attester une histoire du Brésil. On montre l'insertion de déictiques historiques à l'intérieur des dictionnaires. Finalement, on analyse des énoncés définitionnels des premiers monolingues du Portugais, y compris les dictionnaires de régionalismes, de compléments et de *brésiliennismes*.

Mots clés: analyse du discours / lexicographie / langue portugaise - dictionnaire

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU Capistrano de. (1975), "A obra de Anchieta no Brasil", in *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões 1554-1594*, Itatiaia: Belo Horizonte, Edusp: São Paulo.
- ANCHIETA José de. (1812), "Epistola quamplurimarum rerum naturalium, auqe S. Vicentii (nunc S. Pauli) provinciam incolunt, sistens descriptionem", in *Collecção de Noticias para a história das nações Ultramarinas (...)*, Academia Real das Ciências, tomo 1, Lisboa.
- ANCHIETA José de. (1975), *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões 1554-1594*, Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo/Itatiaia: Belo Horizonte.
- ANCHIETA José de. (1990), *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Loyola, São Paulo.
- ANÔNIMO. (1795), *Diccionario Portuguez e Brasileiro*, Oficina Patriarcal, Lisboa.
- ANTONIL André João. (1982), *Cultura e opulência do Brasil*, Itatiaia: Belo Horizonte, Edusp: São Paulo.
- ARAÚJO Pe Antônio de. (1618), *Catecismo na Língua Brasilica*, Pedro Crasbeeck, Lisboa.
- AUROUX Sylvain. (1989), *Histoire des idées linguistiques*, tome 1, Pierre Mardaga, Paris.
- AUROUX Sylvain. (1991), "Lois, normes et règles", *Histoire Epistémologie Langage* 13/1, 77-107, Paris.
- AUROUX Sylvain. (1992), *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Editora da Unicamp, Campinas.
- AUROUX Sylvain. (1992), *Histoire des idées linguistiques*, tome 2, Pierre Mardaga, Paris.
- AUROUX Sylvain. (1996), *La philosophie du langage*, Presses Universitaires de France, Paris.
- AUROUX, Sylvain. (1988), "Les critères de définition des parties du discours", *Langages* 92, 109-112, Larousse, Paris.
- AUROUX, Sylvain. (1982), *Linguistique et anthropologie en France: 1600-1900*, Université Paris 7.
- AUROUX Sylvain & QUEIXALOS Francisco. (1984), "Pour une histoire de la linguistique amérindienne en France", *Amerindia*, número especial 6, A.E.A., Paris.
- AUTHIER-REVUZ Jacqueline. (1995), *Ces mots qui ne vont pas de soi - Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*, Larousse, Paris.

- AYROSA Plínio. (1934), *Diccionario Portuguez-Brasiliano e Brasiliano-Portuguez*, reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2ª parte, até hoje inédita. In *Revista do Museu Paulista*, t. XVIII, São Paulo.
- AYROSA Plínio. (1935), *O caderno da lingua ou vocabulário portuguez-tupi de Frei João de Arronches*, Impr. Oficial do Estado, São Paulo, 274p. Notas e comentários à margem de um manuscrito do século XVIII.
- AYROSA Plínio. (1937), *Os "nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil" de Pero de Castilho*, texto tupi-português e português-tupi do séc. XVII, *Rev. dos Tribunais*, São Paulo. (Departamento de Cultura, v. 14).
- AYROSA Plínio. (1938), *Vocabulário na lingua brasilica*, Coleção Departamento de Cultura, vol XX, São Paulo.
- AYROSA Plínio. (1943), "Apontamentos para a Bibliografia da lingua tupi-guaraní", *Etnografia e lingua tupi-guaraní*, n. 4, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AYROSA Plínio. (1967), *Estudos Tupinológicos*, Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo.
- BAPTISTA CAETANO. (1879), *Esboço gramatical do Abãñê ou Lingua Guarani*, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. VI, Rio de Janeiro.
- BAPTISTA CAETANO. (1879), *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual do padre A. Ruiz de Montoya*, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. VII, Rio de Janeiro.
- BARBOSA A. Lemos. (1948), *O "vocabulário na lingua brasilica"*, Ministério da Educação e Saúde, Imprensa Nacional.
- BARBOSA Pe. A. Lemos. (1956), *Curso de Tupi Antigo*, Livraria São José, Rio de Janeiro.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. (1889), *Dicionário de Vocábulo Brasileiros*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. (1956), *Dicionário de Vocábulo Brasileiros*, Livraria Progresso Editora, Salvador.
- BETTENDORFF Pe João Felipe. (1678), *Compêndio da Doutrina Christaã*, Oficina de Miguel Deslandes, Lisboa.
- BETTENDORFF Pe. João Felipe. (1990), *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Secretaria de Estado da Cultura, Belém.
- BLUTEAU Rafael. (1712), *Vocabulário Portuguez e Latino*, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Lisboa.
- BRANDÃO Ambrósio Fernandes. (1930), *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Publicações da Academia Brasileira, Oficina Industrial Gráfica, Rio de Janeiro.
- BRETON Raymond. (1877), *Grammaire Caraibe*, Maisonneuve & Cie, Paris.

- BUESCU Maria Leonor Carvalho. (1992), *A galáxia das línguas na época da expansão*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- BURIDANT Claude. (1986), "Lexicographie et glossographie médiévales: esquisse de bilan et perspectives de recherche", in *Lexique*, n. 4, Presses Universitaires de Lille, pp. 9-46.
- CAMARA Antonio Alves. (1888), *Vocabulário dos termos técnicos de construção naval - anexo ao Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, Rio de Janeiro.
- CÂMARA JUNIOR Joaquim Matoso. (1979), *Introdução às línguas indígenas Brasileiras*, Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro.
- CAMINHA Pêro Vaz de. (1968), *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Comissão Executiva do V centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, Lisboa.
- CÂNDIDO Antônio. (1981), *Formação da Literatura Brasileira*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte.
- CARDIM Fernão. (1980), *Tratados da terra e gente do Brasil*, Itatiaia: Belo Horizonte, Edusp: São Paulo.
- CARVALHO Laerte Ramos de. (1952), As reformas pombalinas da instrução pública, Boletim 160, História e Filosofia da Educação, 1, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTILHO Pero de. Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil.
- CASTRO José Ariel. (1986), "Formação e desenvolvimento da Língua Nacional Brasileira", in *A literatura no Brasil*, José Olympio/Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/Niterói.
- CAXA Quirício & RODRIGUES Pero. *Primeiras biografias de José de Anchieta*, Edições Loyola, São Paulo, 1988.
- Centre d'études du lexique Villetaneuse, Seine - Saint-Denis. *La définition*, Larousse, Paris, 1990.
- COLLINOT A. & MAZIERE F. (1987), "Un prêt-à-parler: le Dictionnaire universel d'Antoine Furetière et sa postérité immédiate, le *Trévoux*. Une lecture du culturel dans le discours lexicographique", *Lexicographica*, 3, pp. 51-75.
- COLLINOT A. & MAZIERE F. (1990) "Les définitions finalisées dans le *Dictionnaire Universel* de Furétière et dans le *Dictionnaire de l'Académie*: où il est montré que l'hétérogénéité formelle des définitions a du sens". In: *La définition*, Actes du Colloque *la Définition*, organisé par CELEX (centre d'Etudes du Lexique) de l'Université Paris-Nord, Larousse, Paris.
- COLOMBAT Bernard. (1988) *Les parties du discours*. Langage 92, Larousse, Paris, 1988.

- CORRÊA J. Romaguera. (1898), *Vocabulário Sul-Rio Grandense, Pelotas*.
- CORUJA Antônio Álvares Pereira. (1852), *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
- DESBORDES Françoise. (1990), *Idées romaines sur l'écriture*, Presses Universitaires de Lille, Paris.
- DIAS Gonçalves. (s.d.), *O Brazil e a Oceania*, H. Garnier, Rio de Janeiro/Paris.
- DIAS Gonçalves. (1852), "Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo 17, , Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, pp. 533-562.
- DIAS Gonçalves. (1858), *Dicionário da Língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, Lipsia, F. A. Brockhaus.
- Dicionário português e Brasileiro*. Anônimo, Oficina Patriarcal, Lisboa, 1795.
- DRUMOND Carlos. (1952), "Vocabulário na Língua Brasileira", *Etnografia e língua tupi-guaraní*, n. 23 e 26, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DRUMOND Carlos. (1990), *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Loyola, São Paulo, [Intro.].
- EDELWEISS Frederico G. (1969), *Estudos tupis e tupi-guaranis, confrontos e revisões*, Brasiliana, Rio de Janeiro.
- FERREIRA FRANÇA Ernesto. (1859), *Chrestomathia da Língua Brasileira pelo Dr. Ernesto Ferreira França*, Leipzig, F. A. Brockhaus.
- FERREIRA FRANÇA Ernesto. (1859), *Chrestomathia da Língua Brasileira pelo Dr. Ernesto Ferreira França*, Leipzig, F. A. Brockhaus.
- FIGUEIRA, Luís. (1621), *Arte da Língua Brasileira*, Manuel da Silva, Lisboa.
- FONTANA Mônica G. Z., "Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações", in *Discurso Fundador*, Pontes, Campinas, 1993.
- FOUCAULT Michel. (1966), *Les mots et les choses*, Gallimard, Paris.
- FOUCAULT Michel. (1969), *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris.
- GÂNDAVO Pêro de Magalhães de. (1984), *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, edição fac-similada, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa.
- GOMES Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1988.
- GUIMARÃES Eduardo. (1992), "Terra de Vera Cruz, Brasil", *Cultura Vozes*, n. 4, julho-agosto.
- GUIMARÃES Eduardo. (1994), "Sinopse dos estudos do português no Brasil, *Relatos*, publicação do projeto História das Ideias Linguísticas: construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional, DL-IEL-Unicamp.

- HARTT Charles Frederik. (1938), *Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas*, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. LI, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.
- HOLANDA Sérgio Buarque de. (1977), *Visão do Paraíso*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- HOLANDA Sérgio Buarque de. (1989), *História geral da civilização brasileira*, tomo I: *A época colonial*, 2 vol., Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- LEITE Serafim. (1938), *História da Companhia de Jesus*, Livraria Portugália - Civil Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro.
- LEITE Serafim. (1944), "Leonardo do Vale, Autor do Primeiro 'Vocabulário na Língua Brasilica'" (1591), S.J. Separata da revista *VERBUM*, Rio de Janeiro. (OR)
- LEITE Serafim. (1946), *Leonardo do Vale, mestre da língua tupi-guarani, o vocabulário na língua brasilica*, s.c.p., Separata da Revista de Portugal, série A - Língua Portuguesa, Lisboa.
- LEOPOLD Joan. (1984), "Duponceau Humboldt et Pott: la place structurale des concepts de polysynthèse et d'incorporation", *Amerindia*, número especial 6, A.E.A., Paris.
- LÉRY Jean de. (1980), *Viagem à terra do Brasil*, Itatiaia: Belo Horizonte, Edusp: São Paulo.
- LERY, Jean de. (1585), *Histoire d'un voyage faict en la terre du Bresil autrement dite Amerique*, Antoine Chupin.
- LYONS John. (1987), *Linguagem e lingüística*, Editora Guanabara, Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES General Couto de. (1935), *O Selvagem*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1989), *Novas tendências em análise do discurso*, UNICAMP-Pontes, Campinas.
- MALDIDIER, Denise. (1990), *L'inquiétude du discours*, Editions de Cendres, Paris.
- MARCGRAF, George. (1942), *História Natural do Brasil*, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo.
- MARTINS Maria de Lourdes de Paula. (1949), "Vocabulários tupis - o problema *VLB*", in "Boletim Bibliográfico" 13, Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, São Paulo.
- MARTINS Maria de Lourdes de Paula. (s.d.) "Notas referentes ao 'Dicionário português-Brasileiro e Brasileiro-português'", in "Boletim Bibliográfico" 12, Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, São Paulo.
- MARTINS Wilson. (1978), *História da Inteligência Brasileira*, Editora Cultrix, São Paulo.

- MARTIUS Karl Friedrich Philipp von. (1867), *Wörtersammlung Brasilianischer Sprachen, glossaria linguarum Brasiliensium, glosários de diversas linguas e dialetos, que falam os indios no Império do Brasil*, Friedrich Fleischer, Leipzig.
- MAZIÈRE Francine. (1986), "Le dictionnaire deshabillé par ses préfaces", *Lexique*, Presses Universitaires de Lille, pp. 33-45.
- MAZIÈRE Francine. (1989), "O enunciado definidor: discurso e sintaxe", in *História e sentido na linguagem*, Pontes, Campinas.
- MAZIERE Francine. (1990), "les définitions finalisées dans le *Dictionnaire universel* de Furétière et dans le *Dictionnaire de l'Académie* - Où il est montré que l'hétérogénéité formelle des définitions lexicographiques a du sens, in: *La définition*, Actes du Colloque *la Définition*, organisé par CELEX (centre d'Etudes du Lexique) de l'Université Paris-Nord, Larousse, Paris.
- MAZIÈRE Francine. (1995), "Le Dictionnaire de l'Académie Française (1694): initiation d'une pratique normative", *Archives et documents*, Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du langage, pp. 12-17.
- MAZIERE, Francine. "Les marques de *fabrique*. Marquage et marques du Furetière (1690) au dernier Trévoux (1771)", mimeo, sd..
- MELIÀ Bartolomeu. (1992), *La lengua guarani del Paraguay*, Editorial Mapfre, Madrid.
- MEMORIAS para a história da Capitania do Maranhão" (1812), in *Collecção de Noticias para a história das nações Ultramarinas (...)*, Academia Real das Ciências, tomo 1, Lisboa.
- MILNER Jean-Claude. (1987), *O amor da lingua*, Editora Artes Médicas Sul LTDA, Porto Alegre-RS.
- MONTOYA Antonio Ruiz de. (1993), *Arte de la lengua guarani*, Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", Assuncion del Paraguay.
- MONTOYA Antonio Ruiz de. (1994), *Arte y vocabulario de la lengua guarani*, Ediciones de Cultura hispânica/Agência espanhola de cooperacion internacional, Madrid.
- MONTOYA Antonio Ruiz de. *Tesoro de la lengua guarani*. Ivan Sanchez, Madri, 1639.
- NEIVA Arthur. (1940), *Estudos da Lingua Nacional*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre.
- NOGUEIRA Paulino. (1887), *Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará*, Revista Trimestral do Instituto do Ceará, Ceará.
- NUNES José Horta. (1993), "Processus de littéralisation dans l'Arte de José de Anchieta", *Histoire Epistemologie Langage*, 15/II, Paris, pp. 69-95.
- NUNES José Horta. (1994), *Formação do leitor brasileiro*, Editora da Unicamp, Campinas.

- ORLANDI Eni Puccinelli. (1987), *A linguagem e seu funcionamento*, Pontes, Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1988), *Discurso e leitura*, Cortez/Editora da Unicamp, Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1990), *Terra à vista*, Cortez: São Paulo/Unicamp: Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1992), *As formas do silêncio*, Editora da Unicamp, Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1993), "Vão surgindo sentidos", in *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*, Pontes, Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1993), *Autoria e interpretação*, inédito, Departamento de Lingüística-Unicamp, Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1994) "A natureza e os dados", *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (27): 47-57, Campinas.
- ORLANDI Eni Puccinelli & SOUZA (1988), Tânia C. C. de. "A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem", in *Política lingüística na América Latina*, Pontes, Campinas.
- ORLANDI Eni P., GUIMARÃES, Eduardo, TARALLO Fernando. (1989), *Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo*, Cortez Editora, São Paulo.
- ORLANDI Eni Puccinelli. (1994), "A língua brasileira", *Trab. Ling. Apl.*, , (23):29-36, Jan/Jun., Campinas.
- PECHEUX Michel. (1982), "Sur la (dé-)construction des théories linguistiques", *DRLAV* 27, Paris.
- PECHEUX Michel. (1985), "Rôle de la mémoire", in P. Achard, M.-P. Gruenais, D. Jaulin (eds), *Histoire et linguistique*, Editions du CNRS, Paris, p. 261-267.
- PECHEUX, Michel. , (1988), *Semântica e Discurso*, UNICAMP, Campinas.
- PECHEUX Michel. (1990), *L'inquiétude du discours*, Editions de cendres, Paris.
- PECHEUX Michel. (1990a), "Análise automática do discurso (AAD-69)", in *Por uma análise automática do discurso*, UNICAMP, Campinas, p. 61-161.
- PECHEUX, Michel. (1981), *La langue introuvable*, François Maspero, Paris.
- PECHEUX, Michel. (1990) *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pontes, Campinas.
- PECHEUX, Michel. (1990), *Por uma análise automática do discurso*, F. Gadet e T. Hak, (orgs.), UNICAMP, Campinas.
- PEREIRA DE FIGUEIREDO, António. (1824), *Novo Método da Gramática Latina, dividido em duas partes, para o uso das escolas da Congregação do Oratório, na Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades*. Nona Impressão, na Impressão Régia, 1824.
- PINTO Edith Pimentel. (1978), *O português do Brasil*, Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo.

- PISO Guilherme. (1948), *História Natural do Brasil Ilustrada*, Nacional, São Paulo, 434p.
- PISO Guilielmo. (1648), *De Medicina Brasiliensi*, Amsterdam.
- PLATZMANN Júlio *O dicionário anônimo da língua geral do Brasil*, Júlio Platzmann, 1896.
- PORTO ALEGRE Apolinário. (s.d.), *Popularium Sul-Rio-Grandense*, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2a. ed., Porto Alegre.
- PRAZERES DO MARANHÃO Frei Francisoco de N.S. dos. (1891) "Poranduba Maranhense", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LIV, parte I, Rio de Janeiro.
- PRAZERES MARANHÃO Frei Francisco dos. (1846), "Collecção de Etymologias Brazilicas", *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tipografia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, pp. 69-81.
- RIZZINI Carlos. (1945), *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1822*, Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES Aryon Dall'Igna (1986), *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, Loyola, São Paulo.
- RODRIGUES Aryon Dall'Igna. (1993), "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas", *D.E.L.T.A.*, vol.9, n. 1, pp. 83-103.
- RODRIGUES J. Barbosa. (1890), *Poranduba Amazonense*, Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIV, fasc. 2, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES José Honório. (1979), *História da História do Brasil: 1ª parte Historiografia Colonial*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- ROMERO Sílvio. (1985), *Cantos populares do Brasil*, Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte.
- ROUSSEAU Jean. (1984), "Wilhelm von Humboldt et les langues à incorporation: genèse d'un concept" (1801-1824), *Amerindia*, número especial 6, A.E.A., Paris.
- RUBIM Braz da Costa. (1853), *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, Tipografia Dois de Dezembro, Rio de Janeiro.
- SANTO THOMAS, Frey Domingo de. (1994), *Grammatica, o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru*, Ediciones de Cultura Hispânica/Agência Española de Cooperación Internacional, Madrid.
- SANTO TOMÁS, Domingo de. (1560). *Lexicón o Vocabulario de la lengua general del Perú*, Valladolid, por Francisco Fernandez de Cordova. [rééd. in typis, Leipzig Platzman, 1876. Quito Ecuador, institutio Histórico Dominicano, 1947, e Lima, Universidad San Marcos, Porrás Barrenechea, Instituto de historia de la facultad de letras, 1951].

- SARMIENTO Ramón (1990), "Les traditions nationales: Espagne", in: *Histoire des idées linguistiques*, tome 2, chap. 5 - section 2, Mardaga, Paris, pp 329-338.
- SCHWARCZ Lilia K. Moritz. "Os guardiões da nossa história oficial", IDESP, São Paulo, 1989.
- SILVA Antônio de Moraes e. (1922) *Dicionário de Língua Portuguesa*, 2a. ed. (1813), fotografada pela Revista de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro..
- SILVA Antônio de Moraes e. (1945) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 10a. ed., Editorial Confluência.
- SILVA Antônio de Moraes. (1789) *Diccionario da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.
- SOARES Antônio Joaquim de Macedo. (1889), *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- SOARES Antônio Joaquim de Macedo. (1954), *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- SOMMER Frederico. (1953), *A vida do botânico Martius*, Edições Melhoramentos, São Paulo.
- SOUSA Gabriel Soares de. (1987), *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- STADEN Hans. (1942), *Dois viagens ao Brasil*, Sociedade Hans Staden, São Paulo.
- STEINEN Karl von den. (1939), "Entre os aborígenes do Brasil central", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano V, vol. LIV, São Paulo, pp. 179-206.
- TAUNAY Affonso d'E. (1909), *Léxico de termos técnicos e científicos ainda não apontados nos dicionários da língua portuguesa*, São Paulo.
- VASCONCELOS Simão de. (1663), *Chronica da Companhia de IESU do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do novo mundo*, Henrique Valente de Oliveira, Lisboa.
- VERDELHO Evelina. (1981), "Lexicografia Sinonímica Portuguesa: o Vocabulário de Sinônimos e frases, de Rafael Bluteau e o Ensaio sobre alguns sinônimos, do Cardeal Saraiva", Separata de BIBLOS, LVII, Coimbra.
- VERDELHO Telmo dos Santos. (1988), *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, dissertação de doutoramento em Linguística apresentada à Universidade de Aveiro.
- VERNEY, Luiz Antônio. (1747), *Verdadeiro Método de Estudar para se útil à República, e a Igreja: proporcionado ao Estilo, e necessidade de Portugal, exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. Barbadinho da Congregação de Itália ao R. P. Doutor na Universidade de Coimbra*, Valença, na Oficina de António Balle.

VITERBO Joaquim de Santa Rosa de. (1865), *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, etc.*
- 2a. ed., Lisboa.